

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-02-28

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Assis, G., Padilla, B. & França, T. (2021). *Gênero e mobilidades no tempo presente*. Ponta Grossa. Todapalavra Editora.

Further information on publisher's website:

<https://www.todapalavraeditora.com.br/store/genero-e-mobilidades-no-tempo-presente/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Assis, G., Padilla, B. & França, T. (2021). *Gênero e mobilidades no tempo presente*. Ponta Grossa. Todapalavra Editora.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.



Gláucia de Oliveira Assis
Beatriz Padilla
Thais França
Organizadoras

GÊNERO E MOBILIDADES NO TEMPO PRESENTE



TODAPALAVRA
editora

**GÊNERO E
MOBILIDADES NO
TEMPO PRESENTE**

TODAPALAVRA EDITORA

EDITOR-CHEFE

Hein Leonard Bowles

COEDITOR

José Aparicio da Silva

CONSELHO EDITORIAL

- Dr. Alexandro Dantas Trindade (UFPR)
Dra. Anelize Manuela Bahniuk Rumbelsperger (Petrobrás)
Dr. Carlos Fortuna (Universidade de Coimbra)
Dra. Carmencita de Holleben Mello Ditzel (UEPG)
Dr. Christian Brannstrom (Texas A&M University)
Dr. Claudio DeNipoti (UEPG)
Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)
Dra. Divanir Eulália Naréssi Munhoz (UEPG)
Dr. Edson Armando Silva (UEPG)
Dr. Hein Leonard Bowles (UEPG)
Me. José Aparicio da Silva (IFPR)
Dr. José Augusto Leandro (UEPG)
Dr. José Robson da Silva (UEPG)
Dra. Joseli Maria Silva (UEPG)
Dr. Kleber Daum Machado (UFPR)
Dr. Luis Fernando Cerri (UEPG)
Dra. Luísa Cristina dos Santos Fontes (UEPG)
Dr. Luiz Alberto Pilatti (UTFPR)
Dr. Luiz Antonio de Souza (UEM)
Dra. Manuela Salau Brasil (UEPG)
Dr. Marcelo Chemin (UFPR)
Dra. Maria José Subtil (UEPG)
Dra. Maria Zaclis Veiga (Universidade Positivo)
Dra. Patrícia da Silva Cardoso (UFPR)
Dr. Sérgio Luiz Gadini (UEPG)
Dra. Silvana Oliveira (UEPG)
Dr. Vanderlei Schneider de Lima (UEPG)
Dra. Vera Regina Beltrão Marques (UFPR)
Dr. Vitoldo Antonio Kozlowski Junior (UEPG)
Dr. Wolf Dietrich Sahr (UFPR)

GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS
BEATRIZ PADILLA
THAIS FRANÇA
(Organizadoras)

GÊNERO E MOBILIDADES NO TEMPO PRESENTE



T O D A P A L A V R A
editora

▮ 2021 Todapalavra Editora

REVISÃO E SUPERVISÃO EDITORIAL
Hein Leonard Bowles

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Dyego Marçal

ASSESSORA TÉCNICA DAS ORGANIZADORAS DA OBRA
Camila Serafim Daminelli

G326 Gênero e mobilidades no tempo presente/ Gláucia de Oliveira Assis,
Beatriz Padilla e Thais França (Org.). Ponta Grossa: Todapalavra Editora,
c2020.
332 p.: il.

ISBN: 978-65-89612-00-1

1. Migração de gênero 2. Feminização da migração. 3. Mulher
imigrante – representação social. 4. Migração transnacional. 5. Mobilidade
humana. I. Assis, Gláucia de Oliveira (Org.). II. Padilla, Beatriz (Org.).
III. França, Thais (Org.). IV.T.

CDD: 304.8

Ficha Catalográfica Elaborada por Angela Maria de Oliveira CRB9/1111

Todapalavra Editora
Rua Xavier de Souza, 599
Ponta Grossa – Paraná – 84030-090
Telefones: (42) 3226-2569 / (42) 98424-3225
E-mail: todapalavraeditora@todapalavraeditora.com.br
Site: www.todapalavraeditora.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

Rosana Baeninger

INTRODUÇÃO 9

Beatriz Padilla, Gláucia de Oliveira Assis e Thais França

GÊNERO, SEXUALIZAÇÃO E PRECONCEITOS

TECENDO EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS: BRASILEIRAS EM PORTUGAL - ENTRE O PRECONCEITO E A SEXUALIZAÇÃO 25

Thais França e Beatriz Padilla

SENTIDOS DE ITALIANIDADES: ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA, NARRATIVAS DE MULHERES EMIGRANTES NO INÍCIO DE SÉCULO XXI 57

Gláucia de Oliveira Assis

FORA DE CASA. NOTAS DE PESQUISA E REFLEXIVIDADE 83

Mara Clemente

MUJERES DE LA FRONTERA: APROXIMACIÓN AL COMERCIO FRONTERIZO DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO 109

María Dolores Linares

MULHERES, ASSOCIATIVISMO E REDES

- 137 **REDES MIGRATORIAS Y ESTRATEGIAS DE GÉNERO ENTRE MUJERES ECUATORIANAS RESIDENTES EN SEVILLA**
Francisco José Cuberos Gallardo e Emma Martín Díaz

- 161 **TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES MIGRANTES E A LUTA POR MORADIA: A OCUPAÇÃO CONTESTADO (2012-2015)**
Francisco Canella

- 187 **EMPRENDIMIENTOS COMERCIALES DE MUJERES BOLIVIANAS EN COMODORO RIVADAVIA (PATAGONIA ARGENTINA): EL PAPEL DE LOS RECURSOS ÉTNICOS Y LAS ESTRATEGIAS TERRITORIALES**
Myriam Susana González

TRÂNSITOS: FAMÍLIA, GÊNERO E RAÇA

- 213 **POLÍTICAS PÚBLICAS Y DESIGUALDAD(ES) EN MUJERES MIGRANTES: ¿QUÉ APORTA LA INTERSECCIONALIDAD? ANÁLISIS Y REFLEXIONES DESDE EL CONTEXTO PORTUGUÉS**
Beatriz Padilla e Uxue Zugaza Goienetxea

- 261 **NARRATIVAS ENTRE FRONTEIRAS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES CRICIUMENSES NOS ESTADOS UNIDOS**
Emerson César de Campos e Michele Gonçalves Cardoso

- 281 **LOS ALEMANES-BRASILEÑOS COMO MIGRANTES TRASNACIONALES: SUS PAUTAS MATRIMONIALES, FIESTAS FAMILIARES Y LENGUA MATERNA**
María Cecilia Gallero

- 303 **COMER E LEMBRAR: MEMÓRIAS AFETIVAS SOBRE LAR E PERTENCIMENTO DE BRASILEIROS EM LONDRES**
Maria das Graças S. L. Brightwell

- 327 **SOBRE AS AUTORIAS**



APRESENTAÇÃO

O tema da feminização das migrações tem sido construído a partir de diferentes olhares e dimensões neste século XXI. Este livro aprofunda aspectos relativos às questões de gênero, sexualização, preconceitos, identidades, subjetividades, redes migratórias, associativismo, moradia, empreendedorismo, família, trabalho, raça, casamentos, nacionalidades e os espaços onde se processam as migrações transnacionais.

Um fio condutor entre os estudos que compõem esta obra está pautado na visibilidade da presença de mulheres nos processos migratórios. A visibilidade entendida como agência traz novas interpretações ao fenômeno migratório e aponta para as diferenças entre os percursos e projetos migratórios para mulheres e homens. Reconhecer a presença de mulheres nas migrações imprime a construção da visibilidade social, caminho para a desconstrução de estigmas, discriminação e preconceitos.

De fato, Norbert Elias nos faz refletir sobre a naturalização da ação invisibilizadora, a partir da qual o estigma cria estereótipos, reforçando-se na violência simbólica e na relação entre a invisibilidade social e a construção da identidade dos sujeitos. Entender o estigma, segundo Goffman, como uma linguagem de relações implica considerar que a percepção de si está relacionada ao julgamento do grupo em que se convive.

Assim, com o olhar conceitual para a visibilidade social da migração de mulheres, minha leitura dos capítulos deste livro remete considerar a representação social de mulheres imigrantes nos variados contextos contemplados nos estudos, como Portugal, Itália, Repúbli-

ca Dominicana, espaços de fronteiras Argentina-Paraguai de Posadas (Misiones, República Argentina) e Encarnación (Itapúa, República do Paraguai), Espanha, Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Londres e Brasil. Nesse sentido, esta obra torna-se referência obrigatória para se avançar na compreensão dos procesos migratórios de mulheres no mundo contemporâneo.

Rosana Baeninger



INTRODUÇÃO

Beatriz Padilla
Gláucia de Oliveira Assis
Thais França

Este livro é um dos resultados do projeto *Governança multinível da diversidade cultural numa perspectiva comparada: União Europeia e América Latina*, pelo seu acrônimo GOVDIV, financiado pela Comissão Europeia no período 2014-2018. O projeto fez parte das Ações Marie Curie, tendo sido liderado pelo Centro de Investigações e Estudos em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, em parceria com universidades europeias e latino-americanas e sob a coordenação de Beatriz Padilla. Do lado europeu, as entidades parceiras incluíram a Università degli Studi di Firenze (Itália), as Universidades de Sevilla e de Granada (Espanha), a Université Paris III Sorbonne Nouvelle (França) e a Universidade do Minho (Portugal). Do lado latino-americano, as instituições associadas foram a Universidade do Estado de Santa Catarina/Udesc (Brasil), o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas/Conicet, representado pelo Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas/IMHICIHU (Argentina), o Instituto Nacional de Antropología e Historia/Inah e a Universidade Autónoma de Coahuila (México).

Entre os principais objetivos do GOVDIV destacamos: a) criar uma rede transnacional interdisciplinária de investigação e formação entre a Europa e a América Latina nas temáticas da diversidade cultural e migrações através de instâncias prolongadas de investigadores em diferentes etapas de formação; b) fortalecer as parcerias, a cooperação e as relações de colaborações pré-existentes e criar novas, entre os parceiros e os diferentes contextos; c) transferir conhecimento em

ambas as direções e produzir investigação nova e inovadora por meio de publicações conjuntas, workshops, escolas de verão, seminários e outros tipos de intercâmbios. No balanço final, além de ter-se atingido ditos objetivos, podemos dizer que se teceram relações acadêmicas e humanas que permanecerão no futuro.

Refletir, investigar e ensinar sobre a diversidade cultural e as migrações na União Europeia e na América Latina implicaram profundas e valiosas aprendizagens, dado que ambos fenômenos são entendidos de formas diferentes nesses contextos. A diversidade cultural é uma das características mais marcantes das sociedades contemporâneas, e justamente nas comparações que fomos desenvolvendo ao longo do tempo durante os eventos, publicações, instâncias de investigação, surgiram diálogos mais profundos e olhares mais críticos, que se complementavam. Alguns dos olhares distintos têm a ver com as diferentes histórias e contextos sociais, políticos, ideológicos e econômicos próprios de cada cenário, mas não por isso desvinculados, pelo contrário. Os olhares decolonial e pós-colonial permitiram contextualizar de forma crítica as diversidades culturais para além do paradigma eurocêntrico. Enquanto a diversidade cultural na União Europeia tem uma longa história vinculada às minorias étnicas (autóctones e não autóctones), as migrações internacionais na América Latina estão relacionadas com um conjunto mais variado de elementos: os povos originários, a conquista e colonização que os submeteu, as migrações forçadas (escravatura) e as migrações antigas e contemporâneas. Contudo, a leitura crítica da diversidade cultural tem gerado uma crise na ideia de unidade e homogeneidade do Estado-nação, tanto no que se refere aos estados europeus, nos quais a xenofobia e os movimentos de direita têm crescido, quanto nos estados latino-americanos que enfrentam os desafios da consolidação de regimes democráticos e a persistência de desigualdades raciais, de classe e de gênero que colocam em questão os regimes de interculturalidade e/ou multiculturalismo.

As atividades desenvolvidas e articuladas ao GOVDIV colocaram ênfase tanto na comparação das políticas de imigração, integração e diversidade dos países participantes, como na agência dos atores sociais envolvidos, seja como imigrantes ou como minorias. Neste sentido, a governança multinível da diversidade cultural e das migrações

foi explorada na tentativa de identificar os diversos atores nos diferentes níveis de atuação e intervenção em ambos continentes.

Nas escolas de verão realizadas em Florença e Lisboa, o foco foi nas temáticas específicas das políticas migratórias e as questões de interculturalidade, em particular nos modelos e nos estudos de casos, ao passo que nas oficinas realizadas em países da América Latina – Brasil, México e Argentina –, enfatizou-se um corte mais metodológico e refletindo sobre as questões de gênero, diversidade e mobilidades.

Os textos reunidos nesta coletânea resultam em parte das discussões e do debate gerado em Florianópolis, Brasil, em torno dos temas gênero, diversidade cultural e migrações. Em especial, o projeto GOVDIV apostou e investiu na temática de gênero como um eixo central do próprio projeto, sendo este livro um resultado palpável de tal empenho.

Se por um lado a feminização das migrações chama a atenção para a necessidade de incluir um olhar de gênero e feminista às mobilidades, esse olhar deve dedicar-se também ao gênero em relação às realidades das minorias e às políticas migratórias e de diversidade cultural. Enquanto organizador das relações sociais, o gênero obviamente influencia as sociedades, tanto as de destino como as de origem, gerando sistemas de opressões evidenciados na interseccionalidade, e esta inclui, além do próprio gênero, a pertença racial e étnica, a classe social e o país de origem, entre outros marcadores sociais da diferença.

A longa invisibilização das questões de gênero nos estudos acerca da mobilidade internacional fez com que pouco se tenha investigado sobre como esta categoria molda de maneira diferenciada as experiências dos sujeitos em seus percursos de migração de longo ou curto prazo, refúgio, deslocamentos e outras formas de movimento através das fronteiras. Mais ainda, a intensidade, a complexidade e a atualidade dos trânsitos geográficos femininos na contemporaneidade obrigam que as reflexões em torno da temática “gênero e mobilidade” não saiam das agendas de investigação e exigem análises mais detalhadas e minuciosas sobre o fenômeno.

Assim, atentas a essa urgência, as organizadoras deste livro convidaram os autores e as autoras de diversas áreas de estudos a abraçarem em seus capítulos o objetivo de investigar e debater os fluxos de

mobilidade internacional, considerando uma perspectiva de gênero no tempo presente. Pensar essas mobilidades no calor do seu acontecimento, no tempo presente, consolida-se como uma provocação das organizadoras, uma vez que é fundamental analisá-las enquanto seus contornos ainda não estão totalmente definidos, sem, contudo, desconsiderar as construções sociais que estruturam nossa sociedade. Essa opção de marco temporal permite ter acesso a nuances e especificidades que poderiam perder-se caso as análises fossem levadas a cabo em um momento já distante do seu desenrolar. Somam-se a isso as diferentes lentes analíticas utilizadas pelos autores e autoras desta coletânea para investigar os fenômenos – Antropologia, Sociologia, História e, obviamente, de gênero – que contribuem para promover uma discussão mais ampla e ao mesmo tempo complementar sobre eles.

Ademais, dois outros desafios atravessam os capítulos que compõem o livro. O primeiro se refere a compreender como as mobilidades contemporâneas entrecruzam, além do gênero, questões relacionadas à raça/etnia e à interculturalidade. Isto porque, por um lado, a categorização dos sujeitos em distintos grupos raciais e étnicos continua a ser um dispositivo de dominação extremamente presente em nossa sociedade, legitimando discursos e práticas de discriminação, subalternização e dominação. E, por outro, porque as sociedades modernas constituem-se cada vez menos homogêneas e mais interculturais, seja pelo resultado da crescente variedade na natureza das mobilidades internacionais, ou seja pelo fortalecimento das lutas identitárias que cada vez mais ganham espaço, reclamando o reconhecimento das suas diversidades culturais.

O segundo conjunto de questões a partir das perspectivas de transnacionalismo e diáspora (CASTLES, 2000) tem questionado as dicotomias binacionais entre a sociedade de origem e a sociedade de acolhimento, visando a superar o conceito de migração como um processo de quebra de ligações locais e nacionais de aprender novos hábitos, comportamentos e valores. Migrações circulares, migrações de retorno, famílias e associativismos transnacionais constituem-se como práticas cada vez mais comuns entre sujeitos que deixam o país de origem, obrigando, portanto, que as discussões mais atuais considerem as diferentes possibilidades de se protagonizar uma trajetória de mobilidade internacional.

Os eixos temáticos definidos pelas organizadoras para debater gênero e mobilidades – tempo presente, raça/etnia, interculturalidade e transnacionalismo – dão a este livro um caráter inovador e ousado. Neste particular, apesar dos constrangimentos para a sua publicação, que acarretaram um atraso significativo no seu lançamento, os temas aqui abordados não perderam sua relevância ou atualidade – ainda que isso possa em alguns casos ter levado a uma desatualização dos dados. É fato que algumas das questões apresentadas pelos autores e autoras em seus capítulos amadureceram, apresentando, no momento, outros contornos, e os próprios fenômenos, a bem da verdade, podem hoje também se configurar de modo diferente, pois expressam populações em mobilidade num contexto de fronteiras cada vez mais restritivas. Assim, as políticas migratórias globalmente reunidas nesta coletânea continuam abertas, bem como os desafios que colocam para políticas de acolhimento nos países que recebem cada vez mais mulheres e homens em busca de uma vida melhor. Contudo, a relevância das discussões aqui trazidas não se torna menor em função disso, tendo em vista o cuidado e o rigor com que os estudos foram conduzidos.

O livro busca apresentar um quadro das mobilidades contemporâneas de mulheres migrantes, abordando experiências de mulheres do Sul global para o Norte global, mas também mobilidades Sul-Sul, evidenciando que os processos de feminização das migrações têm ocorrido em diferentes lugares, conectando contextos locais a movimentos globais de trabalhadores/as. Nesses movimentos as mulheres se inserem nas redes transnacionais de cuidados, nos setores de serviço ou em projetos de mobilidade acadêmica, experiências diversas que evidenciam como marcadores de diferença, gênero, raça e classe social moldam diferentemente as trajetórias migratórias.

São três os eixos que estruturam a obra. No primeiro, *Gênero, sexualização e preconceitos*, os artigos buscam discutir como no processo de feminização das migrações as representações de sensualidade e racialização das mulheres migrantes muitas vezes se relacionam à imagem da prostituição e da discriminação, e tratam de como as mulheres negociam com essas representações, buscando driblar tais imagens e construir outras representações e agenciamentos nos contextos de migração.

No artigo *Tecendo experiências migratórias: brasileiras em Portugal - entre o preconceito e a sexualização*, Thais França e Beatriz Padilla ana-

lisam a presença de mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, que ganhou maior visibilidade a partir da chamada “segunda vaga” migratória. A intensificação dos fluxos de brasileiras se iniciou nos anos 2000 e no final da década já superava o número de imigrantes homens registrados em Portugal. O texto apresenta o perfil da imigrante brasileira como sendo, via de regra, uma mulher jovem, com nível de escolaridade médio e inserida nos segmentos de atendimento ao público, cuidado e estética. Ao mesmo tempo, verificou-se a existência de um imaginário social que construiu a mulher brasileira como um corpo sexualizado, exótico e subalterno. Mais recentemente, alguns estudos apontaram uma nova característica da migração brasileira para Portugal: a presença significativa de estudantes e acadêmicos/as no país. A partir do exposto, o objetivo do trabalho é o de desenvolver reflexões acerca da mobilidade acadêmica e estudantil de mulheres brasileiras para Portugal, considerando o papel do imaginário social acerca da imigrante brasileira nessa dinâmica. Para tanto, recorre à revisão da análise de entrevistas realizadas em Portugal no ano de 2010 com brasileiras trabalhadoras precárias, e também analisa entrevistas realizadas em 2014 com brasileiras acadêmicas.

O artigo *Sentidos de italianidades: entre o Brasil e a Itália, narrativas de mulheres emigrantes no início de século XXI*, de Gláucia de Oliveira Assis, analisa as narrativas de mulheres emigrantes ítalo-brasileiras que partiram de regiões de colonização italiana no sul do Brasil rumo à Europa. Essas emigrantes são descendentes de terceira ou quarta geração de imigrantes que vieram para o Brasil no final do século XIX, num movimento que tem sido narrado nessas localidades como “retorno” à terra de seus *nonos* e *nonas*. No artigo, as experiências de mulheres imigrantes de reencontro com essa Itália imaginada e narrada por seus *nonos* evidenciam uma negociação das italianidades, pois se descobrem italianas de direito, mas não de fato, e vivenciam processos de reconstrução de suas identificações, não apenas com a Itália e com o Brasil, mas também com suas identidades familiares e de gênero. O artigo busca reconstruir, a partir de pesquisa etnográfica com as emigrantes brasileiras na Itália, os percursos, trajetos e memórias de movimentos recentes de população brasileira nos quais as mulheres têm se inserido de maneira significativa, principalmente rumo à Europa.

Fora de casa. Notas de pesquisa e reflexividade, de Mara Clemente, desenvolve uma importante reflexão sobre a subjetividade no contexto da pesquisa sobre a questão das imigrantes mulheres e sua inserção no mercado do sexo. Segundo a autora, existe uma vasta gama de formas de gerir a subjetividade intrínseca da pesquisa. O estudo retrata e “habita” (GREGORIO GIL, 2014) algumas experiências de pesquisa com que a autora se envolveu – uma sobre prostituição de menores de idade na República Dominicana e outra sobre tráfico de seres humanos em Portugal. A partir desses trabalhos, a autora busca evidenciar como algumas características de sua subjetividade – entre as quais a de ser uma “jovem mulher outsider” na academia e no trabalho de campo – e das pesquisas realizadas têm influenciado a experiência de reflexividade, além do acesso ao campo, das relações com os sujeitos de pesquisa e das informações compartilhadas. Propõe a ideia de que um “processo de reflexão” sobre a subjetividade pode envolver – e/ou é desejável que envolva – toda a experiência do pesquisador, transcendendo os limites da própria pesquisa. Dentro dele, podem entrar em jogo elementos da subjetividade inesperados; noutros casos, o significado atribuído a esses elementos pode mudar com o tempo ou ter um papel diferente do esperado. Alguns aspectos, objetos de análise desde um ponto de vista epistemológico, como a abordagem reflexiva impõe, podem tornar-se objeto de atenção também em nível fenomenológico.

Mujeres de la frontera: aproximación al comercio fronterizo desde una perspectiva de género, de María Dolores Linares, tem por objetivo descrever a prática comercial feminina de mulheres paraguaias “paseras” na zona de fronteira argentino-paraguaia de Posadas (Misiones, Argentina) e Encarnación (Itapúa, República do Paraguai), a fim de analisar a autoconstrução de identidade na perspectiva dos estudos de gênero. Os 1.699 quilômetros de fronteira que ligam as cidades de Posadas e Encarnación, separadas e unidas pelo rio Paraná e pela ponte internacional San Roque González de Santa Cruz, transformam a fronteira em uma área “viva”, atravessada por inúmeras relações pessoais, familiares, profissionais, comerciais e turísticas. Entre outros fenômenos, esses centros urbanos geram um espaço fronteiriço (ou transfronteiriço) e uma economia marcada pelo dinamismo do comércio fronteiriço – formal e informal – e pelos elos gerados a partir dele. Nesse caso,

a maior parte do comércio informal de fronteira é realizada através da prática de circulação de mulheres denominadas “paseras” paraguaias. A autora utiliza o conceito de circulação quando se refere ao trabalho “de” ou “na fronteira” para se referir a um tipo de mobilidade que enfatiza a dimensão repetitiva e durável dos fluxos (CORTÈS & FARET, 2009). Isto nos permite pensar as trajetórias de pessoas entre países de maneira dinâmica, superando dicotomias como aqui/ali, residente/em trânsito, permanente/temporário e tornando o conceito de circulação relevante para os espaços fronteira.

O segundo eixo aborda questões relacionadas a *Mulheres, associativismo e redes*. Os artigos que o compõem buscam evidenciar como a circulação de mulheres nos trânsitos contemporâneos, seja nos processos de migrações internacionais, seja nas lutas sociais, se articulam em práticas associativas e se mobilizam a partir de redes sociais que têm importante impacto em sua maior inserção no espaço público, configurando espaços de ampliação da participação femininina que constituem espaços de agência. As discussões propostas neste eixo buscam evidenciar essas trajetórias de lutas e processos de lutas e agência de mulheres.

O artigo *Redes migratorias y estrategias de género entre mujeres ecuatorianas residentes en Sevilla*, de autoria de Francisco José Cuberos Gallardo e Emma Martín Díaz, aborda, a partir de pesquisa etnográfica, as experiências de imigrantes equatorianas em Sevilha. Esse grupo de imigrantes sul-americano tem atingido nos últimos anos um peso significativo na referida cidade. Segundo os autores, a chegada deles foi potencializada a partir da construção de redes transnacionais, caracterizadas por uma acentuada tendência à feminização. À medida que o processo de inserção social na cidade se desenvolve, tais redes vão se reconfigurando, adotando novas formas e funções e incorporando novas relações nas quais a variável gênero adquire um papel crucial. Nesse processo, as relações transnacionais coexistem e se sobrepõem ao estabelecimento de novas fronteiras culturais destinadas à formação de minorias étnicas emergentes na cidade de Sevilha.

Em *Trajetórias de vida de mulheres migrantes e a luta por moradia: a Ocupação Contestado (2012-2011)*, Francisco Canella analisa trajetórias de mulheres que participaram de movimentos de ocupação urbana em Florianópolis. Segundo o autor, entre 1990 e 1992 ocorreram em Florianópolis ocupações de áreas urbanas promovidas por sem-teto organi-

zados, que foram consideradas vitoriosas. Após um longo período de mais de duas décadas, novas ações organizadas aconteceram na Região Metropolitana de Florianópolis. Entre esses dois períodos, ocorreu uma série de mudanças na cidade. Modificou-se, salienta-se, o perfil dos seus moradores, bem como a dinâmica política da cidade, com o ingresso de novos protagonistas na cena pública. Nessas novas lutas por moradia na Grande Florianópolis há dois aspectos que podem ser tomados como recorrentes: a presença das mulheres na liderança do movimento e a forte presença de migrantes entre os sem-teto. Migrantes internos, vindos do interior do estado de Santa Catarina, ainda constituem o principal grupo que compõe as ocupações, embora acrescido de migrantes oriundos de outras regiões do país (notadamente do nordeste brasileiro). Com relação às mulheres, tal como nas comunidades surgidas das lutas do passado, nas novas ocupações verifica-se a força da participação feminina, tanto nas lideranças como no trabalho cotidiano de organização comunitária, sendo, em sua maioria, mulheres migrantes. Em contextos de festividades e de manifestações, o investigador teve acesso às lideranças e moradores, e ele pôde realizar entrevistas de que resultaram histórias de vida, uma das quais foi selecionada para o presente artigo. Assim, por meio dos elementos apresentados na trajetória de Cristina, são discutidos aspectos referentes à relação entre gênero e movimentos de luta por moradia.

O terceiro artigo desse eixo, *Emprendimientos comerciales de mujeres bolivianas en Comodoro Rivadavia (Patagonia Argentina): el papel de los recursos étnicos y las estrategias territoriales*, é de autoria de Myriam Susana González. Seu objetivo foi o de analisar trajetórias de trabalhadoras autônomas migrantes latino-americanas em Comodoro Rivadavia, na Argentina. Esse contingente expressivo de mulheres imigrantes chegou à cidade sem recursos econômicos. Elas ingressaram no mercado de trabalho em empregos precários e, em suas trajetórias de mobilidade, desenvolveram estratégias de trabalho autônomo, articulando redes sociais. Segundo a autora, na Argentina os migrantes latino-americanos vêm, em maior número, do Paraguai, Bolívia e Peru, sendo as cidades os principais destinos. Embora cada grupo inclua histórias e tipos diferentes de inserção trabalhista, as mulheres dominam perfis ocupacionais vinculados a economias informais, que representam condições precárias nas relações de trabalho, e que são, geralmente, voltadas à

exclusão social, inserindo-se sobretudo nas cadeias transnacionais de cuidado (serviço doméstico ou nos serviços de assistência). O artigo foi elaborado a partir de pesquisa qualitativa: observações de campo não participante, entrevistas com informantes-chave e entrevistas aprofundadas com 35 mulheres bolivianas. O método de histórias de vida e a técnica de histórias de vida comparativas foram aplicados a esses migrantes para a captura e análise de trajetórias migratórias, em três tipos: família, residência e trabalho (SASSONE, 2007). A interpretação dessas histórias possibilita a reconstrução de redes sociais e revela as estratégias de inserção das mulheres latino-americanas na sociedade de acolhimento.

O terceiro eixo é intitulado *Trânsitos: família, gênero e raça*. Os deslocamentos contemporâneos, tanto aqueles que ocorrem no sentido Sul-Sul, quanto nas migrações Norte-Sul, implicam transformações e transições. Homens e mulheres migrantes são em geral colocados em situações de subalternidade, marcadas por desigualdades e diferenças de raça, etnicidade, gênero, classe social e orientação sexual, entre outras. Os artigos apresentados nesse eixo buscam cruzar esses campos, evidenciando como os processos migratórios são marcados por situações que interseccionam gênero, raça e classe, impactando nas trajetórias de homens e mulheres migrantes nos seus processos de inserção nas sociedades de acolhimento.

No texto *Políticas públicas y desigualdad(es) en mujeres migrantes: ¿qué aporta la interseccionalidad?* Análisis y reflexiones desde el contexto portugués, Uxue Zugaza Goienetxea e Beatriz Padilla analisam as políticas públicas implementadas em Portugal para combater as desigualdades (gênero, classe e raça) que marcam as mulheres que imigraram para este país. O artigo busca compreender o cenário da feminização das migrações para Portugal e seu impacto na formulação de políticas públicas. As mulheres representam um peso significativo do ponto de vista quantitativo e qualitativo dessa migração (PADILLA, 2007; ANTUNES, 2006 [Idem.]). Como Padilla aponta, as realidades das mulheres em contextos migratórios parecem diluídas entre as várias “deficiências” das ferramentas de análise dessas dinâmicas migratórias: as estatísticas a serem evidenciadas ou as do pesquisador para descobri-las. (2007, p. 113). Essa visão é reproduzida na consideração da migração como processo neutro em termos de gênero. Floya Anthias ilustra o paradoxo sob o qual essa neutralidade perversa da análise e gestão da migração é sustentada, afirmando que as

abordagens clássicas nos estudos sobre migração não prestam atenção ao gênero, mas são, ao mesmo tempo, “abordagens sem dúvida geradas” (ANTHIAS, 2012, p. 105). Os dados apresentados nesse artigo evidenciam as mulheres imigrantes como objeto de uma distribuição desigual de recursos numa dupla dimensão: uma privação mais pronunciada em termos de representação de suas experiências e realidades, por um lado, e também uma maior privação de recursos materiais, por outro. Nesse contexto, as autoras sugerem a importância de políticas públicas que enfrentem as diferentes desigualdades, proporcionando uma (re)distribuição equitativa de recursos.

Em *Narrativas entre fronteiras: experiências de mulheres criciumenses nos Estados Unidos*, Emerson César de Campos e Michele Gonçalves Cardoso propõem refletir sobre as motivações pessoais, os sonhos, as frustrações, o desejo por aventuras e, de modo geral, a esperança de uma vida melhor, a motivar os fluxos migratórios e a complexa fluidez dessas dinâmicas, que entrelaçam homens, mulheres, crianças e suas redes. Para além da compreensão do indivíduo que atravessa fronteiras, reflete-se sobre as relações familiares e suas reconfigurações, sobre os laços que se formam entre os locais de origem e destino, analisando também as motivações psicoafetivas, as relações de gênero, classe e etnia que permeiam esses fluxos. A condição de indocumentados, por exemplo, dificulta o acesso dos migrantes aos serviços básicos, condiciona a inserção em um mercado de trabalho restrito, e ainda prejudica sua visualização em dados estatísticos. Para além da escassez ou da dificuldade de acesso aos documentos, as histórias de vida permitem investigar as peculiaridades das narrativas pessoais, como também sua inserção em diferentes processos socioeconômicos. É nessa chave que os autores se propuseram a analisar, neste estudo, os fluxos migratórios estabelecidos entre a cidade de Criciúma, localizada no sul catarinense, e os Estados Unidos.

O texto *Los alemanes-brasileños como migrantes transnacionales: sus pautas matrimoniales, fiestas familiares y lengua materna*, de María Cecilia Gallero, analisa a migração germano-brasileira através de padrões de casamento, festas familiares e a manutenção da língua materna. A pesquisa é resultado da tese de doutorado da autora – da qual os dados são usados para repensar a territorialidade e a transnacionalidade germano-brasileira –, a qual esteve focada na Colônia de Porto

Rico, considerada um microcosmo ideal para se estudar essa corrente migratória. Na primeira parte são analisados os padrões de casamento, a segunda realiza uma etnografia de uma festa de família chamada Vogelfest e, por fim, discute as negociações em torno do uso da língua materna e processos de distinção de falar em alemão por meio de um poema escrito em dialeto: Hunsrückish.

Finalmente, o artigo *Comer e lembrar: memórias afetivas sobre lar e pertencimento de brasileiros em Londres*, de Maria das Graças S. L. Brightwell, baseia-se na tese de doutorado da autora, concluída em 2012, sobre o papel da comida na formação de identidades diaspóricas entre brasileiros em Londres. A investigação incluiu uma pesquisa documental sobre os sistemas de fornecimento de alimentos, entrevistas semiestruturadas com comerciantes brasileiros em Londres, documentação fotográfica, grupos focais com os migrantes brasileiros, períodos de pesquisa observacional em dois estabelecimentos e investigação etnográfica em dois domicílios brasileiros em Harlesden, Brent (uma área de Londres com imigração brasileira acentuada na última década). O trabalho de campo iniciou-se em 2008, seguido de visitas e entrevistas em 2009 e 2010. Aborda-se aqui a complexa localização dos sentidos de casa para os migrantes: casa é o que se deixou para trás, mas também é construída nas relações sociomateriais do espaço doméstico, onde as práticas alimentares remodelam a narração e a constituição de família, gênero e identidades étnicas. Examina-se também como o sentido de lar se constitui em um circuito mais amplo de relações e locais de sociabilidade, como mercearias, restaurantes e cafés. Tais locais de consumo não só visibilizam a presença brasileira em Londres, como também proporcionam espaço onde evocações de identidade e de pertença são acionadas através de memórias sensoriais cotidianas e de narrativas pessoais. Examina-se a verbalização de lembranças provocada pela comida e o que expressam acerca dos sentidos de si e do outro, “daqui” e “de lá”.

A maior visibilidade das mulheres nas migrações internacionais recentes contribuiu para problematizar as visões cristalizadas sobre a inserção de homens e mulheres migrantes nos processos migratórios. Nesses artigos gênero é analisado como um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como “classe” e “etnia”, configuram as oportunidades de mulheres e homens migrantes (Assis, 2007). Assim, os artigos reuni-

dos nesta coletânea buscaram apresentar experiências de mulheres migrantes em contextos de deslocamentos Sul-Norte e Sul, evidenciando que as experiências de feminização dos processos migratórios têm se espraiado por diferentes territórios no mundo contemporâneo, articulando contextos locais a processos globais. Gênero, nesses artigos, emerge marcando as trajetórias das mulheres migrantes, evidenciando estratégias migratórias e a construção de redes sociais e modos de inserção no mercado de trabalho. Os estudos aqui reunidos apontam para a importância de políticas migratórias que incorporem as dimensões de gênero, para atenuar as desigualdades às quais as mulheres estão submetidas, tanto nas sociedades de origem quanto nos contextos de acolhimento. Enfim, esperamos que este livro contribua para as reflexões sobre gênero e mobilidades contemporâneas.

Tampa – Lisboa – Florianópolis, agosto de 2020.

REFERÊNCIAS

- ANTHIAS, F. Transnational mobilities, migration research and intersectionality. Toward a transformational frame. *Nordic Journal of Migration Research*, v. 2, n. 2. p. 102-112, 2012.
- ANTUNES MAIA, M. Mapping of policies affecting female migrants and policy analysis: the Portuguese case. *Working Paper*, n. 5, 2006.
- ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, p. 722-745, 2007.
- CASTLES, S. *Ethnicity and globalization*. Sage, 2000.
- GALLERO, M. C. La territorialización de la germanidad en los alemanes-brasileños de Misiones, Argentina. *Iberoamericana*, v. 10. n. 39, p. 77-103, 2010.
- PADILLA, B. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: MACAÍSTA, J. M. (Org.). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007. p. 113-134.
- SASSONE, S. M. Migración, territorio e identidad cultural: construcción de “lugares bolivianos” en la Ciudad de Buenos Aires. *Población de Buenos Aires*, v. 4, n. 6, p. 9-28, 2007.



A stylized, monochromatic illustration on the left side of the page shows several human figures in profile, overlapping each other. The figures are rendered in shades of gray and white, with some faces showing simple features like eyes and mouths. The overall style is graphic and minimalist.

GÊNERO, SEXUALIZAÇÃO E PRECONCEITOS



TECENDO EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS: BRASILEIRAS EM PORTUGAL - ENTRE O PRECONCEITO E A SEXUALIZAÇÃO

*Thais França
Beatriz Padilla*

INTRODUÇÃO

A partir de finais da década de 1990, a imigração brasileira para Portugal ganhou uma visibilidade inédita. Numericamente, os/as imigrantes brasileiros/as cresceram de uma forma inesperada, passando de um grupo que representava cerca de 11% em 1991 para tornar-se a maior população de imigrantes no país a partir do ano de 2006, e permanecendo nesta posição até os dias de hoje. Em 2014, representavam 22% do total dessa população (MALHEIROS, 2007; SEF, vários anos). A partir de então, diversos estudos e investigações (FRANÇA, 2012; GÓIS et al., 2009; GOMES, 2013; MACHADO, 2009; MALHEIROS, 2007; PADILLA, 2007b; PEIXOTO, 2007; PINHO, 2014) foram conduzidos para conhecer as especificidades dessa corrente migratória.

Uma das principais características da imigração brasileira para Portugal é seu caráter laboral, que pode ser atestado pela forma como

a composição do fluxo se altera à medida que o mercado de trabalho português sofre alterações e pela concentração geográfica, sobretudo em Lisboa, Porto e no Algarve (MALHEIROS, 2007). A partir dos níveis de formação profissional, das dinâmicas de inserção laboral e do número e sexo dos/as imigrantes, convencionou-se dividir a migração brasileira para Portugal em duas vagas.

A primeira vaga teve início após a Revolução dos Cravos e o princípio do processo de democratização de Portugal. Estendeu-se de finais da década de 1970 até início dos anos 1990, e coincidiu também com uma vaga de retorno de portugueses emigrados no Brasil. Era composta por grupos de exilados/as da ditadura brasileira e por profissionais qualificados/as dos setores de informática, marketing, advocacia e odontologia, que ocuparam majoritariamente cargos correspondentes às suas qualificações, uma vez que Portugal, em virtude dos atrasos sociais consequentes da ditadura, não dispunha de profissionais suficientes para assumi-los. Nesta altura, os fluxos eram masculinizados, no entanto, ao longo dos anos, a diferença entre homens e mulheres desde os anos 1980 até a atualidade sempre se manteve entre os 40 e 60%. Há um desconhecimento sobre o perfil das brasileiras – idade, escolaridade, formação profissional, inserção laboral – que vieram durante este período, o que pode ser consequência do enviesamento de gênero das análises anteriores, de incompletudes na recolha dos dados estatísticos, que não atentavam para essas diferenças, ou da pouca visibilidade dada às imigrantes nos estudos mais antigos.

O momento de transição é chave para entender a mudança entre as vagas. Feldman-Bianco (2001) argumenta que o início da imigração brasileira não foi percebido como problema, mas, quando os recém-chegados foram associados às classes mais populares, em finais dos anos 1990, a apreciação da sociedade mudou e foi problematizada. De acordo com as análises de Padilla (2006a), houve um processo de proletarização dos/as imigrantes brasileiros/as em Portugal. Ao longo da década de 1990, a migração brasileira para Portugal começou a sofrer uma grande mudança. Com a entrada de Portugal na União Europeia em 1986 (Comunidade Econômica Europeia na época), o país recebeu significativos investimentos econômicos para grandes obras de infraestrutura e modernização. Assim, uma vez mais, o mercado de trabalho português não foi capaz de dar conta localmente da demanda

por mão de obra – dessa vez menos especializada. Abriu-se, portanto, um nicho de trabalho no qual muitos imigrantes, incluindo brasileiros/as, viram uma possibilidade de inserção laboral. Concomitantemente, esse foi o momento em que o setor de serviços e atendimento no país passava por um processo de expansão, o que igualmente impulsionou uma nova onda migratória para o país. Fernandes (2008) e Machado (2009) classificam esse setor como “mercado da alegria e da simpatia” e afirmam que a facilidade linguística, juntamente com os estereótipos dos/as brasileiros/as como simpáticos/as, acolhedores/as, festivos/as e sedutores/as, lhes daria uma vantagem competitiva em relação aos demais grupos de imigrantes.

Em virtude dessa nova configuração do mercado de trabalho português e das redes sociais que se formaram ao longo dos anos, a imigração brasileira assumiu outro caráter. Houve um aumento numérico relevante, intensificou-se a presença feminina e, embora os níveis de qualificação dessa vaga fossem inferiores àqueles da primeira vaga, comparativamente com outras comunidades imigrantes e com a população portuguesa, poderiam ainda ser considerados intermédios. A inserção laboral desses/as novos/as imigrantes deu-se principalmente nos setores da construção civil, do comércio e atendimento ao público e do cuidado, em condições laborais e contratuais precárias, de forma que muitos/as trabalhavam em situação irregular.

É também de ressaltar que na primeira década de 2000 presenciou-se um aumento significativo da imigração irregular brasileira, tanto por esquemas de tráfico de seres humanos (PEIXOTO, 2007) como por casos de *overstayers* protagonizados geralmente por turistas que entravam legalmente no país e, após o término do período de estadia permitido, continuavam em Portugal (PADILLA, 2007d). No entanto, diversas medidas de regularização de imigrantes foram promovidas pelo governo português, tanto por via de processos ordinários, mais notoriamente a partir de 2007, com a nova lei de imigração, como por processos excepcionais, tal qual o acordo realizado por Lula em 2003, que beneficiava exclusivamente a comunidade brasileira em Portugal, permitindo que muitos/as imigrantes brasileiros/as regularizassem sua documentação (PADILLA, 2007a).

A literatura salienta, em ambas as vagas, razões semelhantes para a imigração: proximidade linguística, possibilidade de inserção

no mercado de trabalho, redes sociais de contato e ausência de obrigatoriedade de visto para entrada no país, entre outras (GÓIS et. al., 2009; PADILLA, 2006b; PEIXOTO & FIGUEIREDO, 2007). No entanto, esse último motivo ganhou mais relevância na segunda vaga após o atentado de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center, em Nova Iorque, uma vez que o controle das fronteiras americanas tornara-se muito mais rígido, fazendo com que muitos/as brasileiros/as que tinham planos de ir para os Estados Unidos mudassem seu destino para Portugal. Aliado a isso, no caso da segunda vaga, é importante ressaltar também a importância das redes sociais, que funcionam como atrativo para novos imigrantes, bem como, tal como citado anteriormente, dos seguidos processos extraordinários de regularização de imigrantes indocumentados levados a cabo pelo Estado português (BAGANHA, 2005; PADILLA, 2006b, 2007a).

O aumento significativo da imigração brasileira em Portugal intensificou a circulação de estereótipos sobre a ex-colônia e seu povo. Padilla (2006a) identificou vários estereótipos relacionados com diferentes aspectos, desde a simples percepção por serem brasileiros/as, às formas de socializar, falar, andar e de estar em público, e até uma dimensão vinculada à sexualização. Assim, falta de seriedade e preguiça associaram-se tanto a homens como a mulheres, atitudes como a malandragem e a esperteza foram percebidas como condutas masculinas, e a hipersexualização do comportamento relacionou-se com as mulheres.

A presença crescente de mulheres brasileiras no país trouxe à superfície a existência de um imaginário social erguido em cima de um discurso colonial que constrói a mulher brasileira como um corpo exótico, hipersexualizado, dócil e subalterno. A imagem estereotipada da imigrante brasileira como uma mulher sensual, sedutora e dotada de uma corporalidade específica passou a ser reproduzida nos meios de comunicação, nos discursos institucionais e nas narrativas cotidianas, associando esses sujeitos ao mercado do sexo e à prostituição (ALVIM & TOGNI, 2010; CUNHA, 2003; GOMES, 2013; PADILLA, 2007b, 2007c; PONTES, 2004).

Tal qual Gomes (2013), entendemos o conceito de imaginário social como uma construção social complexa, em que diferentes relações de poder estão em jogo, que se naturaliza em uma determinada sociedade. Com base em análise foucaultiana, a autora afirma não

haver uma separação entre os imaginários e a realidade social. No caso das mulheres brasileiras, como apresentado anteriormente, são diversos os discursos que convergem na construção desses sujeitos como um corpo colonial subalterno. Ainda segundo Gomes (2013), o imaginário colonial sobre as mulheres brasileiras como corpos sexualmente disponíveis e exóticos alimenta de forma marcante o atual imaginário social sobre a mulher brasileira em Portugal, pautado pelo racismo, pelo sexismo, pela heteronormatividade e pela colonialidade.

Mais recentemente, França e Padilla (2018) identificaram o surgimento de uma terceira vaga migratória. Em 2011, no contexto da crise econômica portuguesa que teve início em 2008, apesar do contínuo crescimento do número de estudantes que já se verificava desde o começo dos anos 2000, pela primeira vez a população brasileira no país apresentou sinais de decréscimo. Tendência que durou até 2017, quando, pela primeira vez voltou-se a registrar um aumento nas entradas. Neste contexto, o novo fluxo apresenta um nível de qualificação mais elevado, houve um crescimento da emissão das autorizações de residência para investimentos, de aposentados/as enquadrados/as no programa de benefício fiscal para residentes não habituais e manteve-se o alto número de estudantes.

Com base nessas contribuições mais recentes acerca de uma vertente inédita da imigração brasileira para Portugal, e analisando de forma específica o caso das mulheres brasileiras na academia portuguesa, algumas perguntas podem ser postas: em que se aproxima e se distancia a experiência das mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho precário com a das mulheres no setor acadêmico? Como o imaginário social existente em Portugal acerca das brasileiras se materializa no cotidiano das trabalhadoras e das acadêmicas? Qual o espaço reservado para a mulher brasileira na academia portuguesa?

O texto traz em sua estrutura, inicialmente, uma discussão acerca da imigração da mulher brasileira para Portugal, considerando o papel do imaginário social na experiência desses sujeitos na sociedade portuguesa. Posteriormente, discute a mobilidade acadêmica brasileira para Portugal, situando as ligações históricas e o atual contexto político e econômico de ambos os países em que esse fenômeno se dá. Em seguida, a partir de uma metodologia feminista qualitativa de análise de entrevistas realizadas com brasileiras trabalhadoras imigrantes e acadêmicas no país, associada a uma leitura complementar dos apor-

tes dos estudos migratórios sobre a mobilidade acadêmica, procede-se a uma perspectiva comparada das experiências desses dois grupos. Por fim, algumas considerações finais são tecidas.

MULHERES BRASILEIRAS EM PORTUGAL: DA INVISIBILIDADE À HIPERSEXUALIZAÇÃO

A invisibilidade das mulheres como sujeitos ativos e autônomos da imigração foi denunciada na década de 1980 por Morokvasic (1984), e, apesar das constantes críticas que vieram posteriormente a reforçar as considerações da autora (KOFMAN, 1999; ZLOTNIK, 1995), ainda hoje os estudos que problematizam gênero e migração são escassos. No caso das brasileiras imigrantes em Portugal, foi apenas depois que superaram numericamente os brasileiros em 2004 (SEF, 2005) que se reconheceu a feminização do fluxo, quando então, timidamente, os primeiros estudos sobre o fenômeno começaram a ser conduzidos, como os de Cunha (2003), Padilla (2007b, 2007c) e Pontes (2004).

Via de regra, como dito anteriormente, identifica-se a primeira vaga migratória brasileira para Portugal como sendo formada em sua grande maioria por homens. Contudo, é preciso ter em consideração que o caráter sexista e androcêntrico dos estudos migratórios e a cegueira de gênero na recolha de dados oficiais podem ter encoberto o real número de mulheres brasileiras que compunha essa vaga, contribuindo para o desconhecimento da diversidade das experiências migratórias das brasileiras em Portugal.

Foi apenas a partir da segunda vaga, com o crescimento numérico inegável das mulheres brasileiras em Portugal e com o avanço dos estudos feministas dentro da academia, que se passou a procurar conhecê-las e analisar seus trajetos, experiências e projetos migratórios. Como se observa no gráfico abaixo (Gráfico 1), a partir de 2004 o número de mulheres brasileiras em Portugal ultrapassou o número de homens, tendência que se manteve mesmo durante a diminuição da

população brasileira no país entre 2011 e 2016 e que se tornou mais relevante com a retomada do crescimento em 2017, tanto é que atualmente as mulheres representam 57% do total da população brasileira em Portugal (SEF, 2005, 2015).

A feminização da imigração brasileira para Portugal deu-se em concomitância com a feminização mundial da imigração no sentido sul-norte. Por um lado, a intensificação da presença das mulheres do norte no mercado de trabalho, dando origem às chamadas cadeias de cuidado global, somada ao crescimento do setor de serviços, que gerou novos nichos de trabalho para a mão de obra feminina (*call telemarketing*, serviços de limpeza, atendimento), contribuiu para o aumento da migração feminina. Por outro lado, as conquistas dos movimentos feministas tiveram um impacto positivo no crescimento da autonomia feminina e no aumento do número de mulheres na educação, tanto básica como superior (HOCHSCHILD, 2000; KOFMAN & RAGHURAM, 2006; PIPER, 2007).

Neste sentido, a imigração das mulheres brasileiras para Portugal reproduz em muitos aspectos as características ressaltadas acima (FRANÇA, 2012; PADILLA, 2007b). Para os objetivos específicos deste artigo, é de ressaltar que a partir do início dos anos 90 se consolida o aumento do número de mulheres nas universidades brasileiras (GUEDES, 2008; LOURO, 2002).

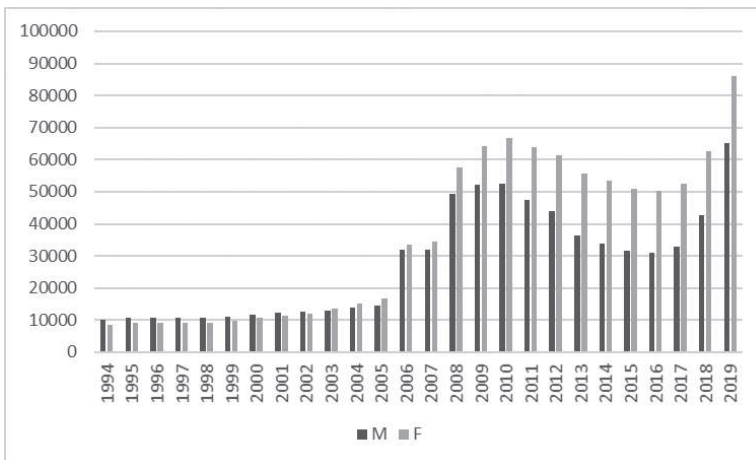


Gráfico 1. Imigração brasileira para Portugal, por sexo (1995-2018).
Fonte: SEF, vários anos.

Delineou-se o perfil da brasileira imigrante em Portugal como uma mulher relativamente jovem, com um grau de educação intermédio, inserida principalmente no mercado de trabalho precário e informal no setor de serviços, atendimento, estética e cuidados (PADILLA & FRANÇA, 2015).

A feminização desse fluxo coincidiu também com um evento que marcaria intensamente a imagem (e experiência) da brasileira em Portugal e que, ao ser questionado por algumas feministas, contribuiu para a decolagem dos estudos migratórios com enfoque de gênero e/ou feminista. O chamado caso das Mães de Bragança referia-se às denúncias das “mães portuguesas” que sofriam o abandono dos maridos devido a eles frequentarem as casas de alterne¹, onde as brasileiras trabalhavam. Este caso teve grande destaque na edição da revista *Time Europe*, em outubro de 2003. Posteriormente, os acontecimentos chegaram a todos os *media* portugueses que difundiram a campanha das ditas mães contra as mulheres brasileiras, acusando-as de seduzirem os homens casados e destruírem seus casamentos e suas famílias. O fenômeno das Mães de Bragança (PADILLA, 2008; PAIS, 2010) ilustra claramente como o discurso cotidiano e social construiu as mulheres brasileiras como pecadoras, destruidoras de lares e famílias, enquanto as portuguesas foram narradas como íntegras, honestas e familiares (GOMES, 2013).

Esse caso aproveita-se do discurso colonial que narra as mulheres das colônias como mulheres exóticas, subalternas, incivilizadas, sexualizadas e dotadas de uma corporalidade específica, para reforçar o imaginário social acerca da imigrante brasileira em Portugal como uma mulher hipersexualizada, inferior, submissa e ignorante. Os estudos de Gomes (2013) e Padilla (2007b, 2007c) apontam para a relação direta entre a racialização e articulação entre colonialismo e gênero nesse fenômeno, resultando em uma essencialização da mulher brasileira na sociedade portuguesa e em diferentes situações de preconceito e discriminação. Dificuldades em alugar casas, acessar o serviço de saúde e benefícios sociais, ofertas de trabalho em postos precários, vulneráveis e instáveis, longas jornadas laborais, salários inferiores aos

¹ Em Portugal as “casas de alterne” são estabelecimentos direcionados exclusivamente ao público masculino, em que o trabalho das mulheres é divertir os clientes, estimulando seu consumo de bebidas e comidas. Não há a promoção de atividades sexuais.

pagos tanto a portuguesas como a brasileiros, humilhações verbais e assédio moral, entre outros, são alguns exemplos dessas situações (GOMES, 2013; PADILLA, 2007b; PADILLA & FRANÇA, 2015).

MOBILIDADE ACADÊMICA EM PORTUGAL: NOVOS E ANTIGOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

O atual panorama dos movimentos migratórios *de e para* Portugal apresenta características que em um primeiro momento podem parecer contraditórias, mas uma análise aprofundada desmitifica essa compreensão. A atual crise econômica desacelerou a entrada de novos/as imigrantes e incentivou o aumento da emigração de nacionais, elevando a números que remontam ao período ditatorial de 1960/1970; entre 2013-2014, cerca de 110 mil portugueses/as deixaram o país (PIRES et al., 2015). E os investimentos feitos em educação e ciência no país ao longo dos anos 2000 (com financiamentos oriundos em grande parte da União Europeia), ainda que timidamente, deram alguma visibilidade a Portugal no cenário da ciência mundial e, conseqüentemente, nas dinâmicas de mobilidade acadêmica transnacional,² proporcionando o surgimento de um novo fluxo migratório para o país: cientistas, acadêmicos/as e estudantes internacionais. Neste sentido, pode-se dizer que o crescimento da emigração é uma resposta imediata à crise atual. O aumento das dinâmicas de mobilidade acadêmica para o país é resultado de uma política educacional e científica de médio e longo prazo.

Contudo, é preciso considerar que, juntamente aos interesses de Portugal em promover a internacionalização das instituições de en-

² Reconhecemos que uma reflexão profunda e crítica acerca da categorização da mobilidade científica de forma independente dos demais processos migratórios é urgente. As ideologias e interesses políticos e econômicos por trás dessa separação confluem com a lógica neoliberal de criminalização da imigração comum e da supervalorização da imigração altamente qualificada e com fins de investimentos. Contudo, a complexidade da discussão não permite ser abarcada neste artigo, que tem como objetivo discutir a experiência de mulheres brasileiras na academia portuguesa.

sino superior e investigação, também estava a preocupação em captar financiamentos estrangeiros através de acordos de parceria e cooperação científico-acadêmica por conta dos intensos cortes orçamentários na educação, ciência e tecnologia resultantes da situação econômica desfavorável que o país enfrentava, bem como o interesse em atrair estudantes internacionais devido à crise que as universidades vinham enfrentando com a diminuição do número de estudantes portugueses/as.³

No caso específico da relação com o Brasil, esse momento de atração de estudantes e captação de recursos internacionais por parte das instituições portuguesas coincidiu com o período em que o governo brasileiro aumentou seus investimentos em programas de internacionalização acadêmico-científicos, através da Capes e do CNPq, mas, sobretudo com a criação do programa CsF.

Num momento em que o conhecimento aparece como recurso central para o crescimento econômico e social de um país (HARDT & NEGRI, 2005), a mobilidade acadêmica ganhou grande visibilidade nas discussões sobre educação, ciência e tecnologia, uma vez que está diretamente associada a questões sobre produção de conhecimento e transferência de tecnologias. A partir da literatura existente (ACKERS, 2005; CANTWELL, 2011; DELICADO, 2010), pode-se definir o fenômeno da mobilidade acadêmica como a circulação de cientistas, acadêmicos/as e estudantes por instituições internacionais, seja como parte de um projeto institucional ou pessoal, de curta (menos de 3 meses), média (entre 3 e 12 meses) e longa (superior a 12 meses) duração. Sobre as principais vantagens da mobilidade de cientistas e acadêmicos/as internacionalmente, é possível citar: fortalecimento de redes de investigação, internacionalização da carreira e das instituições envolvidas, aumento do número de publicações, barateamento dos

³ Desde o ano de 2014, com a promulgação do Estatuto do Estudante Internacional (EEI), aprovou-se pelo Conselho de Ministros a diferenciação do valor das taxas universitárias pagas por estudantes internacionais, podendo em alguns casos chegar até sete vezes mais do que pagam os estudantes nacionais (PÚBLICO, 2014). A crise econômica tem um efeito direto na diminuição do número de estudantes nas universidades portuguesas. Por um lado, o pagamento compulsório de taxas às universidades aprovadas pelo processo de Bolonha em 2005, e, por outro, a diminuição do orçamento familiar, impediram muitos jovens de seguirem o ensino superior, obrigando-os a ingressar diretamente no mercado de trabalho (VIEIRA, VIEIRA & CACHAPA, 2012).

custos de experimentos, criação de parcerias transnacionais, aprendizados de novas técnicas experimentais e de análise, confronto de distintas escolas de pensamento e maior difusão do conhecimento produzido, entre outras (ACKERS, 2005; FRANÇA & PADILLA, 2013; RAGHURAM, 2009).

Apesar desses benefícios para o desenvolvimento da ciência e da economia, a mobilidade acadêmica também envolve uma série de problemas, que precisam ser analisados cuidadosamente. Por exemplo, a continuação dos fluxos de mobilidade principalmente no sentido sul-norte; a cegueira de gênero que marca a maioria dos programas, que não consideram as necessidades específicas das mulheres e o impacto das desigualdades estruturais por conta das diferenças de gênero; as práticas de discriminação e racismo; a supervalorização do conhecimento produzido no norte e a invisibilização daquele produzido no sul; definição de agendas de investigação com base principalmente nos interesses do norte; distribuição desigual do conhecimento e das tecnologias produzidas em projetos de parcerias (FRANÇA & PADILLA, 2013). Levanta-se, pois a questão de em que medida os programas de mobilidade acadêmica realmente contribuem para a democratização da ciência e até que ponto legitimam as desigualdades existentes.

Historicamente, a instabilidade econômica e a falta de investimento substancial e efetivo no desenvolvimento científico e acadêmico fez com que a participação de Portugal no sistema internacional da ciência fosse muito reduzida. Baixa produtividade, escassez de recursos financeiros, resistência à inovação e altos níveis burocráticos e hierárquicos são alguns dos elementos que contribuíram para esses posicionamentos (NUNES & GONÇALVES, 2001). Essa conjuntura fez com que durante muitos anos cientistas e acadêmicos portugueses/as buscassem melhores opções de formação no exterior e que o país recebesse um número quase que irrelevante de acadêmicos/as e cientistas internacionais (DELICADO, 2010).

Contudo, como dito anteriormente, nos últimos anos essa realidade alterou-se significativamente, e Portugal passou a ser visto como um potencial país para o desenvolvimento da carreira acadêmica. Alguns dos motivos que podem ser citados para essa mudança são: o retorno de acadêmicos/as e cientistas nacionais que estive-

ram no estrangeiro para realizar seus doutorados e pós-doutorados durante as décadas de 1990 e de 2000, dando origem a redes de cooperação e intercâmbios mais estáveis (DELICADO, 2010); os investimentos financeiros da União Europeia para garantir uma “europeização” das ciências, permitindo a criação de infraestruturas para a promoção de um sistema de investigação consolidado (NUNES, 2002); o papel fundamental de Mariano Gago, enquanto Ministro da Ciência e da Tecnologia (1995-2002) e Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2005-2011), na colocação da ciência na agenda política em Portugal e na sua profissionalização através da criação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em 1996, e no aumento do orçamento para a ciência, com a multiplicação do número de postos de investigadores/as; o fortalecimento das relações com os países ex-colônias através de instituições como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por via de acordos de reconhecimento de qualificações e programas de bolsas de estudos; e a promoção de estratégias para captar recursos internacionais, com o recebimento de investigadores/as e estudantes estrangeiros/as, no sentido de aumentar os níveis de internacionalização das instituições de ensino e investigação.

Soma-se a esse quadro a tendência mundial de precarização do segmento acadêmico-científico, que resulta tanto no aumento da oferta de contratos temporários para projetos de investigação específicos e com tempo determinado, no geral em forma de bolsas e não como contratos de trabalho, como na diminuição do número de posições permanentes nos principais centros de investigação, laboratórios e universidades, forçando acadêmicos/as a buscarem opções menos concorridas, como Portugal, por exemplo (BAUDER, 2015).

Mais ainda, no caso específico brasileiro, é preciso ressaltar a importância da relação histórica entre Brasil e Portugal no que diz respeito ao ensino superior. Portugal, ao contrário da Espanha, não tinha em seu plano de colonização a criação de universidades em suas colônias, almejando com isso assegurar a dependência cultural, intelectual e econômica das colônias em relação à metrópole. Assim, durante o período colonial a elite econômica que vivia no Brasil costumava mandar seus filhos para estudarem nas universidades da metrópole. E após a independência, em 1822, a elite local brasileira, com

o intuito de garantir a manutenção de seus privilégios de classe, optou igualmente por não criar universidades nacionais. Desta forma, a tradição de completar os estudos superiores em instituições no exterior, especialmente europeias, manteve-se por muitas décadas. A primeira universidade brasileira foi criada apenas em 1930; assim, até o século XX as universidades portuguesas eram as principais instituições de formação superior dos/as brasileiros/as (ALMEIDA, L. et al., 2012). Não se pode, portanto, minimizar a relevância dessa tradição nas atuais dinâmicas de mobilidade acadêmica do Brasil para Portugal.

Na década de 1950, com a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a academia brasileira começou a ensaiar seus primeiros passos no processo de internacionalização do ensino superior e da ciência. Nesse período, embora menos frequente do que no passado e em números mais reduzidos do que se via com outros países, a mobilidade acadêmica brasileira para Portugal teve continuidade (ALMEIDA, A. M. F., 2004; ENGELMANN, 2012). Contudo, foi sobretudo a partir do final da década de 1990, quando a Capes deu início a um processo de internacionalização da academia brasileira de maneira intensa e planejada, que o número de intercâmbios de acadêmicos/as e estudantes entre Brasil e Portugal aumentou de forma mais significativa. Os anos 2000 foram um marco na cooperação acadêmica entre os dois países, com um impacto direto no crescimento da mobilidade acadêmica recíproca. Vários programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino superior e acordos de cooperação entre Capes, CNPq e FCT para promover o intercâmbio de estudantes e docentes foram criados, tais como: Capes/IGC (2011-2013); Capes/FCT, em vigor desde 2008; e os editais de Convênios Bilaterais de Cooperação Internacional do CNPq nº 20/2004, nº 27/2006, nº 61/2008 e nº 53/2010 (FRANÇA & PADILLA, 2016).

O CsF é outro momento fundamental da cooperação acadêmico-científica entre os dois países. Criado em 2011, o programa tinha como objetivo primeiro conceder, até 2015, 101 mil bolsas de estudos desde a graduação até formação avançada em programas de pós-doutoramento ou professores/as visitantes (SANTOS JUNIOR, 2013). Durante os dois primeiros anos, 2011-2012, a procura por institui-

ções portuguesas foi altíssima, inferior apenas à procura pelos Estados Unidos – um em cada cinco estudantes escolhia Portugal como país de destino, sendo a facilidade linguística um dos principais motivos.⁴

Outro evento relevante na relação acadêmica científica entre Brasil e Portugal deu-se em 2014, quando a Universidade de Coimbra, com o objetivo de atrair mais estudantes brasileiros/as e compensar a exclusão do programa CsF, passou a aceitar em seu processo de seleção para os cursos de graduação a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do Ministério da Educação (MEC) brasileiro. Ao todo, em março de 2016, 12 instituições portuguesas de ensino superior acolheram os resultados do Enem como critério de seleção de novos alunos – dentre elas a universidade do Porto, Aveiro, Lisboa, Algarve e diversos institutos politécnicos (PORTAL BRASIL, 2016).

Além disso, programas financiados pela União Europeia que visavam promover a circulação de acadêmicos de países terceiros no espaço Europeu, como o Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para a América Latina (Alban) (2008-2010), as diversas edições dos programas de mestrado e doutoramento Erasmus Mundus e Ações Marie Skłodowska-Curie do 7º Programa Quadro de Desenvolvimento também contribuíram diretamente para o aumento da circulação de acadêmicos/as brasileiros/as por instituições portuguesas.

Percebe-se, portanto, que a consolidação do fluxo de estudantes e acadêmicos/as brasileiros/as para Portugal não é um fenômeno tão repentino quanto se costuma apontar. Ao longo de vários anos, diversas ações foram sendo postas em prática, ainda que não necessariamente de maneira coordenada e planejada, culminando, finalmente, no aumento da mobilidade acadêmica no sentido Brasil-Portugal. Para ambos os países, o fortalecimento dos laços acadêmicos com Portugal foi bastante conveniente para acelerar os índices de internacionalização da ciência nacional através do envio recíproco de investigadores/as e estudantes (FRANÇA & PADILLA, 2016).

A partir do exposto, a questão que se deve colocar não é como e/ou por que se deu a formação desses fluxos ao longo da última

⁴ Em 2013, o governo brasileiro optou por excluir Portugal da lista de países elegíveis para intercâmbios de graduação do CsF, tendo como justificativa a importância de os/as estudantes e acadêmicos/as aprenderem outras línguas, qualificação que não seria possível em Portugal (G1, 2014).

década, mas, sim, como se desenvolve no cotidiano e diariamente a experiência desses sujeitos no meio acadêmico português; no que se aproxima e no que se diferencia da experiência dos/as imigrantes brasileiros/as que não estão inseridos/as no setor acadêmico.

OBJETIVO E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Com base no que foi exposto, o objetivo deste trabalho é refletir acerca da mobilidade acadêmica e estudantil de mulheres brasileiras para Portugal, considerando o papel do imaginário social acerca da imigrante brasileira nesta dinâmica. Para tanto, realiza-se uma análise comparada das experiências brasileiras inseridas no mercado de trabalho português, de um lado, e, de outro, na academia portuguesa. Nesse sentido, eis a questão de fundo que perpassa este artigo: estar presente no meio acadêmico e possuir qualificações elevadas asseguram um distanciamento do imaginário social das brasileiras como mulheres subalternas, inferiores e hipersexualizadas e contribui, portanto, para uma experiência menos estigmatizada e vulnerável na sociedade de acolhimento do que aquela das imigrantes brasileiras inseridas em postos de trabalho pouco qualificados, com escasso reconhecimento e prestígio social e altos níveis de vulnerabilidade?

A proposta metodológica que sustenta este artigo é primordialmente feminista e qualitativa, baseada em uma análise comparativa de entrevistas em profundidade realizadas com brasileiras em diferentes períodos e pertencentes a dois grupos específicos. O primeiro grupo é composto por 10 entrevistas realizadas no ano de 2010 com brasileiras imigrantes em Portugal inseridas em postos pouco qualificados (nos setores de cuidado, estética, limpeza, serviços e atendimentos, mesmo que tivessem qualificações elevadas), e o segundo reúne 10 entrevistas conduzidas no ano de 2014 com brasileiras em mobilidade acadêmica (doutoramento, pós-doutoramento, investigadoras convidadas ou professoras) em instituições portuguesas de ensino superior. Em ambos os casos, a amostra foi composta a partir da técnica de bola de neve (BIERNACKI & WALDORF,

1981), uma técnica não probabilística que utiliza cadeias de referência. A partir de nossos contatos pessoais, o primeiro sujeito a ser entrevistado em cada um dos grupos foi identificado e, após a realização da entrevista, convidamos a entrevistada a nos indicar novos contatos dentro do perfil solicitado. Em virtude da especificidade do perfil que procurávamos, a referida técnica mostrou-se bastante adequada.

Os locais das entrevistas variaram, indiferentemente do grupo em questão. Tanto com as trabalhadoras como com as acadêmicas, em alguns casos as entrevistas realizaram-se em suas casas ou em locais públicos - cafés e parques. Contudo, enquanto algumas acadêmicas optaram pela realização das entrevistas nas universidades, nenhuma das entrevistas com as trabalhadoras realizou-se no local de trabalho. Todas as entrevistadas gozavam de um estatuto migratório regularizado. As entrevistas duraram entre 50 e 90 minutos, e elas foram gravadas e posteriormente transcritas para fins de análise. E as entrevistadas foram identificadas por um nome fictício, para preservar o anonimato.

A aposta na obtenção de uma variedade de material para exame reside no entendimento de que, juntos, esses depoimentos possam fornecer dados complementares que permitam desenhar um quadro amplo e detalhado e analisar de maneira crítica e aprofundada a experiência das acadêmicas brasileiras em Portugal.

Igualmente, buscamos aproximar nossas metodologias das contribuições da *ground theory*, pelo seu potencial de construção teórica contínua à medida que o fenômeno se desenvolve no campo, permitindo uma reflexão complexa sobre questões igualmente complexas, indutivas e dedutivas simultaneamente. A compreensão de que os conceitos teóricos emergem dos dados e não são impostos a eles (YUNES & SZYMANSKI, 2005, p. 4) é fundamental para assegurar uma reflexão densa sobre a experiência das mulheres brasileiras na academia portuguesa e iluminar o conhecimento acerca deste fenômeno.

Por fim, reafirmamos, a partir das contribuições das metodologias feministas, que o conhecimento de um determinado fenômeno é sempre situado, parcial e historicamente localizado. Portanto, este estudo não tem a pretensão de esgotar as discussões sobre mulheres brasileiras em mobilidade acadêmica para Portugal, mas, sim, a de oferecer diferentes perspectivas de análise (HARDING, 1987).

ANÁLISES

As entrevistas revelaram que as experiências migratórias das mulheres brasileiras não podem ser categorizadas de forma homogênea, visto que apresentam uma grande diversidade no que diz respeito aos motivos que as levaram a migrar, aos tipos de projetos migratórios (familiares, autônomos) e às estratégias de inserção na sociedade portuguesa. Contudo, identificou-se uma aproximação dessas experiências no tocante, principalmente, às trajetórias laborais e acadêmicas, marcadas pela inferiorização, exclusão e estigmatização.

Logo abaixo está o depoimento de Érica, gaúcha de 32 anos que imigrou para Portugal em 2006, porque seu companheiro recebeu uma oferta de emprego na construção civil. Ela tem ensino superior completo em Relações Internacionais, mas nunca conseguiu inserir-se na área em Portugal, tendo alternado entre diversos empregos precários. Atualmente trabalha como diarista.

Aí fiz de tudo, você sabe que, quando a gente está ilegal aqui, a gente faz de tudo, é limpeza, é café, é isso... É babá, é... Até tu conseguir um lugar e contrato de trabalho e te orientar, tipo demora um bocadinho. (...) Então, eu cheguei aqui, comecei a trabalhar num café, no verão. Até arrumei um *part-time* à noite numa lojinha dos chineses, esse foi meu primeiro ano, cheguei em fevereiro. Aí, no primeiro inverno, eu fiquei cuidando de uma criança, ganhando 150 euros... Aí virou o ano, eu comecei a trabalhar numa outra loja lá embaixo, a loja vendia joias (...). De vez em quando fazia limpezas para ganhar um extra, aí percebi que ia ganhar mais de diarista do que lá na loja, mas eu não podia deixar a loja de uma vez porque ali eu tinha contrato e precisava do contrato pras renovações do SEF... Demorou até eu conseguir encontrar alguém que assinasse meu contrato como diarista para eu deixar a loja. E não me arrependo não, é instável, mas eu ganho mais e faço meu horário.

Abaixo está o depoimento de Lis. Estava com 41 anos, natural do Ceará. Formada em Comunicação Social, veio para Portugal em 2005 para fazer mestrado, sem bolsa de estudos. Custeou os estudos com economias que trazia do Brasil e trabalhos de *free-lancer*. Após o mestrado, conseguiu dar prosseguimento a sua carreira acadêmica no país. Atualmente possui um contrato temporário como professora

auxiliar em uma faculdade privada e tem uma bolsa de pós-doutoramento da FCT.

No mestrado eu não tive bolsa, paguei mesmo do meu bolso. Tinha juntado um dinheiro no Brasil, estava cansada do trabalho e achava que um mestrado no exterior era uma boa oportunidade. Terminei o mestrado e minha orientadora me chamou para participar de um projeto de investigação com ela, tinha uma bolsa de três anos para mestre. Aí eu aceitei. Só que, antes do final do primeiro ano, eu ganhei minha bolsa de doutorado. No começo foi ótimo, fiquei super feliz, estava garantida por quatro anos. Mas, primeiro começaram os cortes da FCT nos auxílios para publicação, viagem a congressos e etc.; depois, quando estava já no final do terceiro ano (de bolsa) eu não tinha ideia do que ia fazer, só pensava que a bolsa ia acabar, “e depois?” Ela (a orientadora) sempre dizia que eu não me preocupasse porque tinham os projetos de pesquisa e etc., mas não tinha segurança nenhuma, entende? E a troika foi chegando e cortando tudo... Dei sorte que terminei o doutorado e ganhei a bolsa de pós-doc, em teoria de seis anos, mas sabendo que tem a tal renovação nos três anos e não tem nenhum benefício, fora a licença maternidade... Aí agora também estou com um contrato de professora em uma faculdade particular, preciso começar a fazer nome, não confio na FCT e estou cansada de ser bolsista!

Ainda que as duas narrativas descrevam experiências bastante diferentes, há um fio comum que as atravessa: a precariedade. A trajetória laboral de Érika envolve uma sucessão de trabalhos não qualificados e mal pagos que não correspondiam à sua formação profissional e que eram perpassados pela instabilidade, especialmente no que diz respeito a ter um contrato para a regularização dos documentos diante do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)⁵. E se o percurso acadêmico de Lis parece apresentar uma evolução – mestrado auto-financiado, seguido de bolsas de investigação, doutoramento, pós-doutoramento e uma posição de professora auxiliar –, uma análise cuidadosa identifica igualmente uma situação de instabilidade. Há mais de sete anos Lis não tem um contrato de trabalho, usou suas economias para pagar seu mestrado e, desde então, tem sido paga com bolsas de estudos, razão pela qual não tem tido acesso a benefícios como férias, seguro-desemprego, ou segurança social, e enfrentado ainda, com certa frequência, situações de incerteza quanto à

⁵ Órgão oficial português responsável pela regularização dos imigrantes.

renovação da bolsa. E sobre seu contrato de professora, trata-se de um contrato temporário, pago apenas durante os meses de aula (fazendo com que nas férias seus rendimentos caiam de forma significativa), igualmente sem benefícios e sem garantias de renovação a cada ano. Lis opta por acumular o pós-doutoramento e a posição de professora como uma estratégia de segurança laboral e econômica para o futuro.

O fato de Lis estar inserida em um posto de trabalho que corresponde a suas qualificações, enquanto o mesmo não acontece com Érika, confere um diferencial qualitativo significativo para as duas experiências. Porém, quando analisadas sob a ótica da precariedade e instabilidade, as duas compartilham experiências semelhantes. Ou seja, a qualificação superior e o tipo de inserção laboral de Lis em relação a Érika não protegem sua carreira da precarização.

Ana, 31 anos, de Cuiabá, tem um curso técnico em contabilidade e imigrou para Portugal em 2008, em um projeto autônomo e independente. Trabalhava no Brasil como supervisora do setor financeiro de uma empresa com mais de 100 funcionários. Durante três meses, procurou emprego na sua área em Portugal, mas, não encontrando, passou a trabalhar como atendente de telemarketing.

Imagina que eu era supervisora de uma empresa, trabalhava no financeiro, e aqui trabalho como atendente de telemarketing. Pesa, pesa muito... Mas... É assim, eu... Cada escolha, uma renúncia, então eu tive que... Se eu não trabalhasse com o que aparecesse, ou num café, ou disso, ia chegar uma hora que meu dinheiro não ia dar mais, então eu disse, já que eu tô aqui... eu vou ter que, eu vou ter que dar conta... Vou ter que me submeter a trabalhar disso, mas é difícil, não é fácil.

Patrícia, 37 anos, é de Santa Catarina. Em 2012, veio para Portugal com uma bolsa de doutoramento pleno em arquitetura, financiada pela Capes. No momento da entrevista, estava terminando o segundo ano do curso.

O começo foi um choque para mim. Eu já tinha feito muita coisa no Brasil, sempre fui bolsista daquelas coisas de iniciação científica, monitoria e etc., fiz meu mestrado lá, que é muito mais puxado do que aqui, com todas aquelas regras absurdas da Capes, qualificação, publicação e etc. Estava envolvida em vários grupos de pesquisa, participado em um monte de congressos interna-

cionais e etc. Tinha trabalhado de professora substituta da UFSC. Ganhei a bolsa da Capes para o doutorado pleno no exterior, que é super difícil. Poxa, eu tinha um caminho bem trilhado. Ai quando cheguei em Portugal, me tratavam como uma estudante recém-saída da graduação. Que agora é o caso desde Bolonha, porque os meninos entram bem novinhos no doutoramento... Depois, não tem espaço para nada, tudo é uma dificuldade, não posso propor nada, não me integram em nenhum grupo. Sinceramente, essa parte não é muito fácil não. E o pior é quando eu sinto que tem outros estudantes estrangeiros com menos potencial que eu que têm mais oportunidades, ou porque conhecem os professores há mais tempo ou porque ex-professores no país deles têm projetos em comum com os orientadores aqui.

A super qualificação de Ana para a função que desempenha é clara, sendo um exemplo clássico de *deskilling* (tal qual Érika), posto em que seu potencial produtivo não é aproveitado ao máximo, e de *brainwaste*⁶, pois, com o passar do tempo, sua experiência de trabalho como supervisora ficará defasada. Por não conseguir encontrar um emprego que corresponda às suas qualificações de contabilista, Ana viu-se obrigada a aceitar um trabalho inferior. Seu depoimento é claro em sublinhar o incômodo, a frustração e a insatisfação que essa situação lhe traz.

A experiência de Patrícia não se afasta muito daquilo que Ana relata. Tendo uma carreira acadêmica sólida e promissora no Brasil, com sucessivas bolsas de estudo, publicações, participação em eventos, e depois, ainda, de ter dado aulas, ao chegar em Portugal Ana não vê sua carreira reconhecida; sente-se rebaixada ao nível de estudantes de graduação, por causa de toda a burocracia que tem que enfrentar e da escassez de oportunidades. Tal como acontece com Ana, Patrícia também experimenta um processo de *deskilling*, uma vez que não consegue pôr em prática todo o seu potencial e suas qualificações. Assim, percebe-se que dinâmicas de preconceito também atingem brasileiras com altos níveis de qualificação.

Renata, 22 anos, é paulista. Tem ensino médio completo e migrou para Portugal em 2003, junto com o marido, em um projeto de imigração familiar. No Brasil, trabalhava como caixa de supermercado, e em Portugal, ao longo dos anos, tem trabalhado basicamente em restaurantes, como garçomete, caixa ou auxiliar de cozinha.

⁶ Para uma discussão sobre o conceito, ver MAHROUM, 2005; MEYER, 2001.

Olha, no outro restaurante que eu tava, não nesse, eram todos portugueses, só eu e outra moça que éramos brasileiras, e às vezes eu ouvia piadinhas, sim, sabe... (...) Quando passava, por exemplo, aquela situação das garotas de programa lá de Bragança, aquele tipo de coisa, eles ficavam sempre a fazer piadinha, diziam “mas tu não é dessas não, né Rê?”

Lana, 38 anos, é baiana, formada em Psicologia. Imigrou para Portugal em 2005, com uma bolsa de estudos Erasmus Mundos, para fazer mestrado. Em seguida, foi investigadora em um projeto de pesquisa e, posteriormente, conseguiu uma bolsa da FCT para o doutorado. Há três anos trabalha como professora auxiliar em uma faculdade privada, com um contrato de trabalho renovado anualmente; também é coordenadora do departamento e de duas linhas de investigação.

Já são muitos anos que eu estou aqui, mais de 10, e não lembro de ter passado por muita situação humilhante ou de preconceito não. Mas um dia desses aconteceu uma aqui nessa faculdade que por muito pouco eu não peço demissão. Eu entrei com um contrato de professora normal, depois fui crescendo e agora sou coordenadora do departamento e de duas linhas de investigação. Eis que um dia o diretor da faculdade diz: “Olhe, vou lhe confessar que para ser uma brasileira você me surpreendeu positivamente. Nunca pensei que entre vocês também tivessem aquelas que trabalhavam sério e comprometidas como você.” Aí ele começou a rir, como quem tivesse feito uma piada. Eu fiquei tão passada que nem soube o que dizer.

O ponto comum entre os discursos de Renata e Lana são as piadas, comentários sarcásticos, a desconfiança quanto à qualidade do trabalho e o potencial produtivo. Os comentários costumam vir com “tintas” de bom humor, para disfarçar o preconceito existente. A pergunta retórica de que Renata não é como as brasileiras em Bragança dá a entender que, por ser brasileira, ela poderia ser uma prostituta; assim como o elogio acerca do trabalho de Lana pressupõe a crença de que as brasileiras, em sua maioria, não são trabalhadoras sérias. Ambos os comentários são atravessados por imaginários sociais inspirados em discursos coloniais que tendem a inferiorizar as mulheres brasileiras. No caso de Renata, o imaginário da mulher brasileira fofosa, sexualizada, de vida fácil, e no caso de Lana, o estereótipo da brasileira como preguiçosa, pouco trabalhadora e desatenta. Uma vez mais as qualificações, o tipo de inserção laboral e a classe social não asseguram um distanciamento total das situações de preconceito.

Lívia, 24 anos, é de São Bernardo dos Campos (SP), e imigrou para Portugal juntamente com a mãe, em 2007. Tem o ensino médio completo e um curso de técnica em enfermagem incompleto – não conseguiu dar continuidade em Portugal, porque os documentos não foram aceitos. Na época da entrevista trabalhava como caixa de um restaurante, após uma longa sequência de trabalhos precários – promotora de vendas, vendedora, babá e cuidadora.

Eu trabalho com contrato nesse restaurante já tem quase dois anos, e antes fiz muito *part-time* e trabalhava nos finais de semana, e até hoje eles acham graça quando eu digo mesa “meia-meia” ou digo “meia-cinco”, e não “seis-seis” ou “seis-cinco”. Fingem que não entendem, ficam perguntando de novo, riem... Mas, na hora de assistir as novelas e cantar as músicas, todo mundo entende tudo. Me dá uma raiva. É mesmo só pra falar do meu sotaque.

Cláudia já não está mais em Portugal; esteve no país por quatro anos para realizar seu doutoramento, com bolsa da Capes. Veio para Portugal em 2009, a convite da orientadora de doutorado, e retornou em 2012. Quando a entrevista foi realizada, tinha 27 anos. Ela é formada em química e biologia, pela Universidade Federal de Pernambuco, e fez seu doutorado em Bioquímica. Atualmente é professora do curso de veterinária da Universidade Estadual de Londrina.

Uma vez, ainda estava tendo as aulas do doutoramento, fui apresentar um trabalho... isso já devia ser metade do semestre, todo mundo já me conhecia e sabia que eu era brasileira... Foi só eu começar a falar e foi uma risadaria geral na sala. Aquilo tudo para mim era tão sem sentido que eu fiquei sem acreditar que era por causa do meu sotaque, e fiquei procurando se tinha alguma coisa de errado. O professor não riu, isso é verdade, mas também não se importou com o que estava acontecendo. E depois tinham os trabalhos escritos... os professores sempre davam um jeito de dizer que não tinham entendido bem o que eu tinha querido dizer e que por isso minha nota era aquela. Queria ver se fosse um alemão falando português se iam rir.

Cláudia e Lívia relatam a mesma experiência de ridicularização por conta do sotaque brasileiro. No caso de Cláudia, isso pode ser considerado surpreendente, por se tratar de um ambiente acadêmico internacionalizado onde circulam estrangeiros, com seus respectivos sotaques.

Historicamente, a língua tem sido um poderoso instrumento de dominação. Durante o processo de colonização, havia um interesse dos portugueses em difundir o português em todo o território colonial, como uma forma de assegurar a identidade e a união da colônia com a metrópole. E mesmo com o fim do império, com a guerra pela independência das colônias, em 1974, Portugal apoiou-se na unidade linguística como recurso para manter influência sobre suas antigas colônias, mediante a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs) e do mito da lusofonia (ALMEIDA, M. V., 2008). Nessa dinâmica, gera-se uma dominação através do idioma, reafirmando que o único português puro e genuíno é aquele falado em Portugal, enquanto todos os demais são de segunda categoria. As diferenças de sotaque aparecem, portanto, como um canal para legitimar a inferiorização e exclusão das brasileiras, uma vez que as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal são sempre ressaltadas negativamente. Essa situação mostra-se ainda mais grave quando se leva em conta que, no caso dos imigrantes, em especial dos países do Norte, que não são proficientes em Português verbal ou escrito, mas que mesmo assim são elogiados por terem alguma noção do idioma, com sotaque e com os erros comuns de quem fala uma segunda língua, sempre se resalta a capacidade linguística em aprender o idioma português.

Percebe-se assim, uma vez mais, que a experiência da brasileira acadêmica, altamente qualificada, em um ambiente intelectualmente sofisticado se aproxima daquela da brasileira inserida em um mercado laboral pouco qualificado, caracterizado pela precariedade e instabilidade, desta vez pela inferiorização por conta das diferenças linguísticas.

Natural do Rio de Janeiro, Débora, de 45 anos, graduada em enfermagem, migrou para Portugal em 2000, porque a irmã já estava no país. Desde o começo, trabalhou como empregada doméstica interna, babá, cuidadora de pessoas idosas e, por fim, estabeleceu-se como diarista.

Essa senhora mesma onde eu era interna, ela me mandava ir no mercado. Se eu fosse todo dia no mercado, ela queria pôr no mapinha como eu fazia para chegar lá. E isso é chato, a gente fica... Se sente inferior, é muito mal sentir-se inferior, é horrível.

Mara, 42 anos, é de Curitiba e veio para Portugal em 2002, porque o marido informático recebeu uma proposta de trabalho. É formada em arquitetura e, logo que chegou, deu início ao mestrado, doutoramento, pós-doutoramento, tudo na mesma instituição, e com bolsa da FCT. Ao longo do pós-doutoramento, coordenou dois projetos de investigação, um financiado pela FCT e outro pela União Europeia, sempre na mesma instituição. Prestou concurso para uma vaga de professora associada, mas, apesar de ter logrado o primeiro lugar, não pôde assumir, por questões de políticas internas. Atualmente tem um contrato temporário de professora convidada.

Eu fiz toda minha carreira acadêmica nessa instituição, com exceção da licenciatura (...) já nem conto quantas vezes eu ouvi “talvez seja melhor fulana ficar na coordenação do projeto porque fulana é portuguesa e entende melhor os trâmites. Você acha ruim ficar como vice?”, ou então “vamos mandar fulano para representar o centro no evento, porque é um evento muito importante”. (...) Sinceramente, eles acham que eu não sei me comportar ou que não sou inteligente suficiente porque eu sou brasileira para aprender as coisas? Me dá uma raiva, não sei nem te explicar.

Os depoimentos de Mara e Débora coincidem no que diz respeito à subalternização das mulheres brasileiras, construídas como sujeitos inferiores e ignorantes pelo discurso colonial. O racismo colonial categorizou os sujeitos da colônia como incivilizados, tradicionais e de segunda categoria. Além de sujeitos hipersexualizados e exóticos, as brasileiras também foram construídas como menos capazes do que as mulheres da metrópole. Débora relata a insistência de sua patroa em sempre querer ensiná-la a mesma tarefa repetidas vezes, desconfiando de sua capacidade de aprender. Enquanto Mara, mesmo tendo provado sua capacidade intelectual ganhando projetos financiados por entidades portuguesas e europeias, é excluída de várias situações pela dúvida em relação às suas habilidades de se portar de maneira adequada em determinadas situações.

Ambas relatam uma experiência de desempoderamento e inferiorização que claramente as frustra e as constrange. Mais uma vez, o nível de qualificação ou a atividade desempenhada tem pouca importância no comportamento de subestimar as habilidades e capacidades das brasileiras. Para todos os efeitos, como mulheres das ex-colônias, elas são sujeitos inferiores e menos capazes.

Em relação às acadêmicas, há um aspecto interessante a ser observado. Algumas delas, nomeadamente Mara, Lis e Lana, vivenciam uma mudança qualitativa significativa em suas experiências em Portugal. Se, no caso das três, a saída do Brasil para Portugal pode ser enquadrada dentro de um esquema de mobilidade acadêmica, com o passar dos anos em que se encontram no país, ao darem continuidade às suas carreiras acadêmicas, pode-se dizer que se aproximam de um padrão de migração laboral.

A literatura (KING & RUIZ-GELICES, 2003; TEICHLER, 2015) tende a definir a mobilidade acadêmica como um deslocamento geográfico temporário que visa especificamente à formação e aperfeiçoamento das qualificações acadêmicas. Como citado acima, essas mulheres conseguem ingressar na carreira acadêmica como professoras. Contudo, tal qual no caso das trabalhadoras que foram entrevistadas, a experiência profissional de Mara, Lis e Lana é marcada por instabilidade contratual, pouco reconhecimento social e por dinâmicas de exclusão.

Do depoimento de Renata e Lívia, ao declararem que possuem apenas o ensino médio completo, e do de Ana, que detém um curso profissionalizante, pode-se inferir uma diferença de classe social em comparação com as demais entrevistadas que têm ensino superior. No Brasil, ainda que não em termos absolutos, e principalmente após as ações afirmativas levadas a cabo nos últimos 12 anos, todavia, persiste uma associação muito forte entre o acesso ao ensino superior e sua conclusão e diferenças de classe social (CARVALHO, 2011; MONT'ALVÃO NETO, 2014). Contudo, no discurso reportado pelas entrevistadas, e em uma primeira análise, as diferenças de classe social parecem não ser muito visíveis na maneira como suas experiências são moldadas.

CONCLUSÃO

A experiência das mulheres brasileiras em Portugal é um fenômeno complexo e heterogêneo, atravessado por uma matriz de variáveis políticas, econômicas, sociais e históricas, de modo que ela não pode ser descrita de forma única e definitiva. Ademais, a intersecção

de diversos marcadores de diferença – cor da pele, classe social, religião, raça, idade – constrói não um sujeito único “mulher brasileira”, mas distintas possibilidades de experiência.

Contudo, é inegável que há um núcleo comum de opressão e dominação que afeta as brasileiras em algum momento de sua trajetória migratória. Estejam elas no mercado de trabalho informal, precário ou na academia, situações de preconceito e/ou discriminação (racial ou sexual) são relatadas.

Identificamos nesse estudo a existência de um processo transversal de subalternização e inferiorização das mulheres brasileiras, indiferentemente se suas trajetórias migratórias estão associadas a percursos de migração laboral ou dentro de esquemas de mobilidade acadêmica. Embora marcadores como classe social, regularização de documentos e nível de qualificação possam contribuir no sentido de matizar as experiências de opressão, preconceito e discriminação, eles não conseguem evitá-las por completo.

Especificamente no que diz respeito a diferenças de classe social, experiências de preconceitos e discriminação entre imigrantes brasileiras apareceram apenas de forma muito superficial no discurso das entrevistadas e, uma vez que esse não era o objetivo principal do presente estudo, nenhuma análise mais aprofundada ou complexa pôde ser realizada. Assim, e a partir de nossas análises, tendemos a concordar com Gomes (2013) no sentido de que a experiência de estigmatização e subalternização das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal parece não ser atravessada de forma marcante por diferenças de classe social. Porém, é de ressaltar que essa relação entre as diferenças de classe social na experiência das imigrantes brasileiras tem sido um marcador de diferença pouco considerado nas análises e na literatura, requerendo, portanto, maiores investigações.

É importante também destacar que tais situações de preconceito e discriminação, ainda que se manifestem de maneiras diferentes, estão igualmente presentes no ambiente acadêmico. Ao contrário do que se poderia imaginar, funcionários/as, investigadores/as, estudantes e professores/as reproduzem da mesma forma comportamentos e discursos preconceituosos e discriminatórios em relação às brasileiras inseridas na academia. E, uma vez que o meio acadêmico se apresenta

como conservador, eurocêntrico e sexista, ele acaba por legitimar hierarquias sociais e assimetrias de poder que costumam ser, da mesma forma, encontradas em outros setores da sociedade. Questionamentos acerca da validade do conhecimento produzido e número reduzido de convites para participar em grupos de investigação, publicações conjuntas ou coordenação de projetos são alguns dos elementos que ilustram como as assimetrias de poder se reproduzem.

REFERÊNCIAS

ACKERS, L. Promoting scientific mobility and balanced growth in the European research area. *Innovation: The European Journal of Social Science*, v. 18, n. 3, p. 301-317, 2005.

ALMEIDA, A. M. F. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. 1. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

ALMEIDA, L.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; AMARAL, A.; DIAS, D. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.

ALMEIDA, M. V. O complexo colonial português. *Jornal Hoje Macau*, Macau, 2008. Sociedade, p. 10.

ALVIM, F.; TOGNI, P. Sob o véu dos direitos humanos: tráfegos, tráficos e políticas públicas para a imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal. *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*, 2010, p. 145-152.

BAGANHA, M. I. Política de imigração: a regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 73, p. 29-44, dez. 2005.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *X Congresso Nacional de Educação - EDUCEREII Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE*, 2011.

BAUDER, H. The international mobility of academics: a labour market perspective. *International Migration*, v. 53, n. 1, p. 83-96, 2015.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 10, n. 2, p. 141-163, nov. 1981.

CANTWELL, B. Transnational mobility and international academic employment: gatekeeping in an academic competition arena. *Minerva*, v. 49, n. 4, p. 425-445, dez. 2011.

CARVALHO, M. A educação superior no Brasil: o retorno do privado e as restrições ao ingresso. *Sinais*, v. 5, n. 15, p. 82-109, 2011.

CUNHA, I. A revolução da Gabriela: o ano de 1977 em Portugal. *Cadernos Pagu*, v. 21, p. 39-73, 2003.

DELICADO, A. Going abroad to do science: mobility trends and motivations of Portuguese researchers. *Science Studies: an Interdisciplinary Journal for Science and Technology Studies*, v. 23, n. 2, p. 36-59, 2010.

ENGELMANN, F. Globalização e poder de Estado: circulação internacional de elites e hierarquias do campo jurídico brasileiro. *Dados*, v. 55, n. 2, p. 487-516, 2012.

EUROSTAT. *The EU in the world 2014 - A statistical portrait*. Luxemburg: European Union, 2014.

FELDMAN-BIANCO, B. Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference. *Identities*, v. 8, n. 4, p. 607-650, dez. 2001.

FERNANDES, G. *Viver [Além-Mar]: estrutura e experiência de brasileiras imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural). Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2008.

FONSECA, M. L.; ESTEVES, A.; IORIO, J. Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior. In: PEIXOTO, J. et al. (Orgs.). *Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*. Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2015. p. 89-108.

FRANÇA, T. *Lindas mulatas com rendas de Portugal: a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2012.

FRANÇA, T.; PADILLA, B. Epistemologias feministas e mobilidade científica: contribuições para o debate. *Configurações*, v. 12, p. 47-60, 2013.

FRANÇA, T.; PADILLA, B. Acordo bilateral de cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal: internacionalização ou (pós)colonização universitária? *Revista UDUAL*, v. 16, n. 69, p. 57-73, 2016.

G1. Portugal será excluído do Ciência sem Fronteiras, diz Mercadante. *G1 - O portal de notícias da Globo*, Brasil, 24 abr. 2014.

GÓIS, P.; MARQUES, J. C.; PADILLA, B.; PEIXOTO, J. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. *Revista Migrações - Número Temático - Migrações entre Portugal e América Latina*, OI/ACIDI, n. 5, p. 111-113, out. 2009.

GOMES, M. *O imaginário social [Mulher Brasileira] em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Lisboa, 2013.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 15, p. 117-132, jun. 2008.

HARDING, S. Introduction: is there a feminist method? In: HARDING, S. (Org.). *Feminism and methodology*. Bloomington: University Press, 1987. p. 1-14.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multitude: war and democracy in the age of empire*. Reprint edition. New York: Penguin, 2005.

HOCHSCHILD, A. R. Global care chains and emotional surplus value. In: HUTTON, W; GIDDENS, A. (Orgs.). *On the edge: Living with global capitalism*. [S.l: s.n.], 2000. p. 130-146.

KEDDY, B.; SIMS, S. L.; STERN, P. N. Grounded theory as feminist research methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 23, n. 3, p. 448-453, mar. 1996.

KING, R.; RUIZ-GELICES, E. International student migration and the European “year abroad”: effects on European identity and subsequent migration behavior. *International Journal of Population Geography*, v. 9, p. 229-252, 2003.

KOFMAN, E. Female “birds of passage” a decade later: gender and immigration in the European Union. *International Migration Review*, v. 33, n. 2, p. 269-299, 1999.

KOFMAN, E; RAGHURAM, P. Gender and global labour migrations: incorporating skilled workers. *Antipode*, v. 38, n. 2, p. 282-303, 2006.

- LOURO, G. Gênero: questões para educação. In: BRUSCHINI, C; UNBEHAUM, S. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 225-242.
- MACHADO, I. J. de R. *Cárcere público: processos de exotização entre brasileiros no Porto*. [S.l.]: ICS, 2009.
- MAHROUM, S. The international policies of brain gain: a review. *Technology Analysis & Strategic Management*, v. 17, n. 2, p. 219-230, jun. 2005.
- MALHEIROS, J. Os brasileiros em Portugal: a síntese do que sabemos. In: MALHEIROS, J. (Org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007. p. 11-37.
- MEYER, J.-B. Network approach versus brain drain: lessons from the diaspora. *International Migration*, v. 39, n. 5, p. 91-110, 2001.
- MONT'ALVÃO NETO, A. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. *Educação e Sociedade*, v. 35, n. 127, p. 417-441, 2014.
- MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women. *International Migration Review*, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.
- NUNAN, C.; PEIXOTO, J. Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 20, n. 38, p. 233-250, jun. 2012.
- NUNES, J. A. As dinâmicas da(s) ciência(s) no perímetro do centro: uma cultura científica de fronteira? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 189-198, out. 2002.
- NUNES, J. A.; GONÇALVES, M. E. Introdução. In: NUNES, J. A.; GONÇALVES, M. E. (Orgs.). *Enteados de Galileu* A semi-periferia no sistema mundial da ciência. Porto: Afrontamento, 2001. p. 13-31.
- PADILLA, B. Integração dos “imigrantes brasileiros recém chegados” na sociedade portuguesa: problemas e possibilidades. In: MACHADO, I. J. de R. (Org.). *Um mar de identidades: imigração brasileira em Portugal*. São Carlos: Edufscar, 2006a. p. 19-42.
- PADILLA, B. Redes sociales de los brasileros recién llegados a Portugal: [] solidariedad étnica o empatía étnica [?]. *Revista Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, v. 14, 2006b, p. 49-61.
- PADILLA, B. A imigrante brasileira em Portugal: considerando gênero na análise. In: MALHEIROS, J. (Org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007a. p. 113-135.

PADILLA, B. Acordos bilaterais e legalização: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal. In: MALHEIROS, J. (Org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007b. p. 217-226.

PADILLA, B. Brasileiras en Portugal: de la transformación de las diversas identidades a la exotización. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, n. 14, 10 jul. 2007c.

PADILLA, B. Estado del arte de las investigaciones sobre los brasileños y brasileñas en Portugal. In: YEPEZ, I.; HERRERA, G. (Orgs.). *Latin America-Europe migrations: what challenges for analysis and politics?* Ecuador: FLACSO, Université Catholique de Louvain and OBREAL, p. 69-94, 2007d.

PADILLA, B. O empreendedorismo na perspectiva de género: uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal. *Revista Migrações - Número Temático Empreendedorismo Imigrantes*, n. 3, p. 191-215, 2008.

PADILLA, B.; FRANÇA, T. A imigração brasileira desde uma perspectiva de gênero. In: PEIXOTO, J. et al. (Orgs.). *Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*. Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2015. p. 89-108.

PADILLA, B.; MARQUES, J. C.; GÓIS, P.; PEIXOTO, J. A imigração brasileira em Portugal. In: PEIXOTO, J. et al. (Orgs.). *Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*. Lisboa, Portugal: Mundos Sociais, 2015. p. 89-108.

PAIS, J. M. “Mães de Bragança” e feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade. *Revista de Ciências Sociais*, v. 41, n. 2, p. 9-23, 2010.

PEIXOTO, J. Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 53, p. 71-90, jan. 2007.

PEIXOTO, J.; FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MALHEIROS, J. (Org.). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa, Portugal: ACIDI, 2007. p. 87-112.

PINHO, F. *Transformações na emigração brasileira para Portugal: de profissionais a trabalhadores*. Lisboa: ACM, 2014.

PIPER, N. International migration and gendered axes of stratification. In: PIPER, N. (Org.). *New perspectives on gender and migration: livelihood, rights and entitlements*. NY: Routledge, 2007. p. 1-18.

PIRES, R. P.; PEREIRA, C.; AZEVEDO, J.; ESPÍRITO-SANTO, I.; VIDIGAL, I. *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2011*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL e DGACCP, 2015.

PONTES, L. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, v. 23, p. 229-256, 2004.

PORTAL BRASIL. Universidade do Porto utilizará nota do Enem para selecionar estudantes. *Educação*, 2016.

PÚBLICO. Propinas para estudantes estrangeiros podem subir cinco vezes mais. *Público*, Lisboa, Portugal, 14 mar. 2014.

RAGHURAM, P. Caring about “brain drain” migration in a postcolonial world. *Geoforum*, Themed Issue: Postcoloniality, responsibility and care, v. 40, n. 1, p. 25-33, jan. 2009.

SANTOS JUNIOR, J. L. dos. Ciência sem fronteiras e as fronteiras da ciência: os arrabaldes da educação superior brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, v. 16, n. 2, p. 341-351, ago. 2013.

SEF, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Vários Anos. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Vários Anos.

SEF, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Relatório Estatístico. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2005.

SEF, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. Relatório Anual de Imigração. Lisboa, Portugal: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2015.

TEICHLER, U. Academic mobility and migration: what we know and what we do not know. *European Review*, v. 23, n. Supplement S1, p. S6-S37, mai. 2015.

VIEIRA, C.; VIEIRA, I.; CACHAPA, F. Efeitos demográficos e do processo de Bolonha na procura do ensino superior em Portugal. *IV Congresso Português de Demografia: Repensar a Demografia Hoje - Condicionantes e Estratégias*. Évora: Universidade de Évora, 2012.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Entrevista reflexiva e grounded-theory: estratégias metodológicas para compreensão da resiliência em famílias. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 39, n. 3, p. 1-8, 2005.

ZLOTNIK, H. The South-to-North migration of women. *The International Migration Review*, v. 29, n. 1, p. 229-254, 1995.



SENTIDOS DE ITALIANIDADES: ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA, NARRATIVAS DE MULHERES EMIGRANTES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI¹

Gláucia de Oliveira Assis

Este artigo analisa narrativas de mulheres emigrantes ítalo-brasileiras que partem de antigas regiões de colonização italiana no sul do Brasil rumo à Europa, num movimento que é narrado como “retorno” à terra de seus *nonos* e *nonas*. Ao narrarem suas experiências de reencontro com essa Itália imaginada, junto às experiências de migrantes contemporâneos na Itália, nos demonstraram nesse ir e vir no contemporâneo como se reconstróem suas identificações com a Itália e com o Brasil, como também suas identidades familiares e de gênero. Nesse sentido, buscou-se reconstruir percursos, trajetos e memórias de movimentos recentes de população brasileira nos quais as mulheres têm se inserido de maneira significativa, principalmente rumo à Europa.

Essas mulheres pertencem a gerações distintas de descendentes de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no final do século

¹ Trabalho apresentado no Tercer Congreso AREIA – *América Latina-Europa: Silencios, reticencias, ficciones en las narraciones de las migraciones y de los migrantes.*

XIX, uma imigração que teve como destino as regiões agrícolas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, principalmente. Ao longo do século XX os descendentes migraram dos núcleos coloniais para as cidades e, desde meados dos anos 1990, iniciaram um movimento de “retorno” à terra de seus *nonos* e *nonas* (BENEDUZI & ASSIS, 2014). Como relata uma descendente entrevistada em 2001 por Assis (2011): “a primeira geração foi para a cidade; a segunda geração foi para a universidade e a terceira geração vai para o mundo”. Nesse retorno à Itália, os descendentes se depararam com reconfigurações de suas representações acerca dos sentimentos de italianidade, ao mesmo tempo em que são confrontados com negociações de suas identidades de gênero.

Neste artigo os sentidos da italianidade são colocados em questão quando confrontados com as experiências migratórias. As descendentes que fizeram o caminho para a cidade, em geral nos anos 1960, vivenciaram processos de construção de italianidade no seu cotidiano, ouvindo narrativas dos *nonos* e *nonas*, fazendo parte de associações e grupos de música italiana, falando dialeto vêneto, fazendo “comida típica italiana” e promovendo festas, em processos de rememoração e reinvenção da italianidade no tempo presente, enquanto as gerações mais jovens que viveram na cidade não vivenciaram da mesma forma esses processos de identificação. Em geral pertencem à quarta ou quinta geração de descendentes de imigrantes que se identificam como de origem italiana. No entanto, não falam o dialeto, não participam de associações ou grupos de música e veem nos processos de dupla cidadania, mais do que um retorno à terra de seus ancestrais (ZANINI, ASSIS & BENEDUZI, 2013, 2015), uma oportunidade de ir para a Europa, vivenciar experiências mais cosmopolitas.

Nesses trânsitos há uma Itália imaginada, narrada nas histórias de migração, e certa italianidade construída nessas narrativas oficiais sobre a migração. Mas tais narrativas são confrontadas no presente, pois, quando partem rumo à Europa, vivenciam encontros, algumas vezes traumáticos, entre a Itália imaginada e aquela vivenciada como migrante. Nesse sentido, para reconstruir as trajetórias vivenciadas pelos imigrantes, processo social recente que se inicia a partir do final de meados dos anos 1990, procuramos reconstruir suas experiências de migração a partir de relatos orais, que são tomados como fontes importantes dos processos migratórios no tempo presente.

A pesquisa de campo seguiu o percurso dos e/imigrantes. No Brasil, buscamos informações e diálogo com emigrantes retornados, nas regiões de colonização italiana em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.² A partir desse contato, localizamos as mulheres e homens e/imigrantes na região do Vêneto, na Itália. Ao reconstruir as trajetórias dos imigrantes, o fazemos considerando suas experiências multisituadas e transnacionais, refazendo seus percursos migratórios e as redes que teceram ao longo desse processo. Foram realizadas cerca de 40 entrevistas em localidades de imigração italiana na região sul do país, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em regiões consideradas colônias italianas, mas também com migrantes descendentes de outras regiões que vivem em centros urbanos maiores. Trabalharemos aqui com uma parte apenas dessas entrevistas, que nos ajudaram a pensar a questão da italianidade e as questões de gênero e migração.

Para os objetivos deste artigo, embora apresente experiências migratórias de homens e mulheres, a ênfase será dada às narrativas de mulheres migrantes que partiram rumo à Itália nesse início de século XXI. Por que nos centramos nas narrativas de mulheres? Porque, assim como em outros fluxos de imigrantes latinos rumo à Europa (PAGNOTTA, 2014a), as mulheres brasileiras se inserem num mercado de trabalho que envolve as redes internacionais de cuidado – serviço doméstico, cuidado de crianças e idosos – e elas utilizam redes sociais informais, os chamados enclaves étnicos de imigrantes, trabalhando como cuidadoras de idosos, babás, faxineiras ou empregadas domésticas (MOROKVASIC, 1984; ANTHIAS, 2000; FLEISCHER, 2002; ASSIS, 2011), bem como no mercado do sexo (PISCITELLI, 2007). Nesse contexto de feminização dos fluxos migratórios, as mulheres participam das redes de cuidado e do sexo, num mercado de trabalho que é segmentado por gênero, classe e raça.

No caso das mulheres brasileiras, elas ainda se inserem no ramo da estética e da beleza, o que também lhes configura um nicho no mercado de trabalho em vários países europeus. Segundo observa Saskia Sassen (2003), a feminização dos fluxos migratórios transfronteiriços deve ser compreendida no contexto da expansão da economia

² Neste artigo trabalharemos apenas com os relatos dos imigrantes das regiões de colonização italiana de Santa Catarina, estado da região sul do Brasil.

informal, que favorece a flexibilização e a desregulamentação da força de trabalho e cria as condições para absorver a mão de obra feminina e estrangeira. Assim, as brasileiras, como outras imigrantes latinas na Europa ou do leste europeu, compõem esse mercado de trabalho racializado e segmentado por gênero, buscando nas suas trajetórias enfrentar as situações de discriminação e preconceito que encontram.

Nesse ponto, pretendemos demonstrar como o gênero é um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como classe, geração e etnia, configura as oportunidades para homens e mulheres ao longo desse processo, marcando suas relações com a terra de acolhida. Na primeira parte do artigo, apresentamos uma discussão sobre o percurso da pesquisa, analisando a contribuição da história oral para os estudos de migração. Na segunda parte fazemos uma análise dos processos de reconstrução de italianidades e sua negociação para os processos de busca de dupla cidadania. Finalmente, na terceira parte são apresentadas algumas trajetórias de mulheres imigrantes, analisando-se como são negociadas as posições de gênero ao longo do processo migratório.

PERCURSOS DA PESQUISA: RELATOS ORAIS E ESTUDOS DE MIGRAÇÃO

Iniciamos os percursos da pesquisa apresentando brevemente relatos de dois jovens que emigraram para a Itália em 2008. Antônio emigrou primeiro, para conseguir a cidadania italiana e depois passá-la à namorada, com quem se casou antes de para lá emigrar, para poder retirar a documentação dela também. Gabriela, sua esposa, emigrou em 2009, depois que o marido já tinha conseguido a documentação, embora ainda tivesse que aguardar por seus documentos para poder permanecer na Itália.

No começo, eu fui pra lá com a intenção de pegar o documento, primeira coisa. Depois, eu queria trabalhar na Alemanha, porque a gente é muito co-

nhecida lá. Na época [2008], tinha seis primos lá. Então, era só dá um toque pra eles que eles arranjavam emprego para nós, não tem? Só que a gente viu que na Itália, o negócio ia dar certo e ali se vive melhor que na Alemanha, entendeu? Não se ganha tanto, não se economiza tanto financeiramente, mas em qualidade de vida é melhor. (Antônio)³

Eu disse pro Antônio, que eu sozinha não ia. Então, ou eu ia com a Carola [sua prima], que é uma companhia, que eu também nunca tinha andado de avião nada, morro de medo... ou não ia. Então eu disse pra ele, ou eu vou agora ou daqui a dois meses eu não vou mais, porque já tive que largar meu emprego tudo pra ir – então. (Gabriela)⁴

Os relatos orais⁵ de Antônio e Gabriela falam de um movimento recente em Urussanga, cidade do sul de Santa Catarina. Nesse início de século, os descendentes, em geral da terceira ou quarta geração, buscam, através da cidadania italiana, ir para a Europa. Migrar para a Itália, conseguir os papéis, como relatam, para depois ir trabalhar em sorveterias na Alemanha, no verão, ou migrar para outros países europeus. Esse fluxo acontece desde meados da década de 1990 (ASSIS, 2011, 2014; SAVOLDI, 1998; FAVERI & AREND, 2014), e a cidadania italiana passou a representar um passaporte para a Europa (ZANINI, ASSIS & BENEDUZI, 2015), como veremos em outros relatos orais neste mesmo artigo. Além desse aspecto, os relatos indicam como uma parcela de homens e mulheres migra e quais as redes e os atributos de gênero que permeiam esse processo.

Antônio inicia o fluxo, viajando inicialmente com um primo para conseguir a documentação, e Gabriela emigra um pouco depois, já casada, e com uma prima, por não querer viajar sozinha. O relato

³ Antônio. Entrevista a Gláucia de Oliveira Assis em 18 de fevereiro de 2012, em Urussanga (SC). Acervo da pesquisa os “Pequenos Pontos de Partida”, arquivada no Laboratório de Relações de Gênero e Família - Labgef. Acesso por consulta. Todos os nomes constantes neste artigo são fictícios, por procedimento ético de pesquisa, que garante a não identificação dos entrevistados.

⁴ Gabriela. Entrevista a Gláucia de Oliveira Assis em 18 de fevereiro de 2012, em Urussanga (SC). Acervo da pesquisa os “Pequenos Pontos de Partida”, arquivada no Laboratório de Relações de Gênero e Família - Labgef. Acesso por consulta.

⁵ Os dados que embasam este artigo foram coletados no âmbito do projeto “Os pequenos pontos de partida: das colônias de imigração do sul do Brasil rumo à Itália nesse início de século XXI”. Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 20/2010 - Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo. Agradeço ao CNPq pelos recursos que possibilitaram a realização das entrevistas e do trabalho de campo e ao apoio dos recursos do Edital PAP/FAPESC.

de Antônio é apresentado aqui para narrar o caminho da pesquisa e as estratégias de imigração de homens e mulheres. Nesse caso, Gabriela emigrou para se encontrar com seu marido. A sua trajetória revela a sua posição de gênero, visto que migrou para acompanhar o marido, o que não ocorreu com outras mulheres que foram entrevistadas, as quais migraram sozinhas, solteiras ou separadas, revelando que as mulheres não apenas acompanham cônjuges, mas tecem suas próprias trajetórias de migração.

Os relatos orais expõem motivações, dificuldades, encantamentos e decepções no dia a dia na Itália. Como Pagnotta (2014b), utilizamos os relatos orais como fonte de pesquisa sobre migração contemporânea pelo que oferecem de subjetivo, levando em conta a diversidade de situações das experiências migratórias. Os testemunhos reconstroem aspectos fragmentados, às vezes omitindo fatos que não correspondem à autoimagem de migrantes bem-sucedidos, silenciando determinadas situações. Importa, portanto, reconstruir o processo no presente, por permitir, na confrontação com outras narrativas, vislumbrar como a emigração contemporânea é vivenciada pelos descendentes e, ao mesmo tempo, como essa experiência reconstrói os sentidos de italianidade com os quais muitos foram criados em suas cidades.

Para Halbwachs (1990), situações vividas se transformam em memórias, quando fazem os indivíduos se sentirem afetivamente ligados ao grupo. Assim, a memória, mesmo a mais individual, está inserida num quadro que é feito de noções metade imagens e metade ideias, que concedem à sensação uma significação social, uma visão de mundo de determinado grupo, no caso, daquele que estudamos. O relato de Maria de Fátima, uma descendente de italianos que tem um programa de rádio em Urussanga, evidencia esse processo de reconstrução das italianidades no presente. Assim fala Maria de Fátima:

Nós preservamos a italianidade, agora falamos em termos de Urussanga, através da gastronomia e da música. Então eu faço meu pouquinho e tenho também há três anos, eu comecei meu programa italiano na rádio Marconi: *La voce dela Benedetta*. Então esse programa tem como único objetivo preservar as tradições italianas e honrar os nossos antepassados. Porque eu tenho

certeza que eles aprovam tudo o que a gente faz. O pouquinho que eu posso, eu faço pra preservação.⁶

Na fala de Maria de Fátima, o passado se torna presente nos programas na rádio aos domingos, onde falam no dialeto, contam casos em italiano, tocam músicas, e falam das festas da região enfatizando aspectos da italianidade que consideram significativos preservar, lembrar. As memórias, atualmente, circulam num contexto em que imagens, bens e palavras viajam muito mais rapidamente, seja através dos relatos, dos e-mails, imagens postadas no Orkut⁷ (quando este ainda existia) e, mais recentemente, Facebook e WhatsApp. Em Urussanga e outras cidades do sul do estado de Santa Catarina, os relatos sobre os imigrantes do passado se conectam com as possibilidades de viver na Itália no presente.

Em Urussanga, Nova Veneza e outras cidades da região sul de Santa Catarina, cidades de colonização italiana, os relatos de possibilidades de vida na Itália, os contatos sobre onde ficar, sobre conseguir trabalho e encaminhar a documentação em geral percorrem caminhos particulares, de amigos, parentes, conhecidos. Assim relata Palmira:

Eu trabalhava na época era o polo da UFSC a distância, é EAD né? Aí tinha um rapaz que trabalhava ali em baixo; daí ele disse: “não, tem uma moça da Itália que, que está chegando agora e eu vou falar com ela”, e ele conseguiu o telefone dela. No outro dia, a moça veio ali em casa e disse que ela ia pra Itália um pouquinho antes que eu. Aí eu fiquei com a comunicação dela lá e quando eu fui, ela foi me buscar na estação e ela alugou uma casa pra mim e pra uma amiga dela que a gente pagava aluguel de quarto.⁸

⁶ Maria de Fátima. Entrevista realizada por Gláucia de Oliveira Assis, em 4 de dezembro de 2011, em Urussanga (SC). Acervo da pesquisa os “Pequenos Pontos de Partida”, arquivada no Laboratório de Relações de Gênero e Família - Labgef. Acesso por consulta.

⁷ Orkut foi uma rede social filiada ao Google, criada em 24 de janeiro de 2004 e desativada em 30 de setembro de 2014. Seu nome é originado no projetista-chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro turco do Google. O alvo inicial do Orkut eram os Estados Unidos, mas a maioria dos usuários era do Brasil e da Índia. Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut>>.

⁸ Palmira, entrevista concedida a Marlene de Faveri em 8 de abril de 2012, em Turvo (SC). Entrevista realizada por Gláucia de Oliveira Assis em 4 de dezembro de 2011, em Urussanga (SC). Acervo da pesquisa os “Pequenos Pontos de Partida”, arquivada no Laboratório de Relações de Gênero e Família - Labgef. Acesso por consulta.

Conforme destaca Alistair Thomson (2002), os profissionais que trabalham com a história oral da migração têm observado que a história do migrante pode ser registrada ou mal documentada, e que a evidência oral proporcionaria um registro essencial da história oculta da migração. Por meio de seus relatos orais, os migrantes reconstroem, revelam e esclarecem a experiência de migrar, permanecer e retornar. Suas narrativas são analisadas como reconstruções desse processo, do qual os emigrantes selecionam aspectos como as histórias de sucesso, a ajuda mútua, as continuidades e permanências; nem sempre, como no caso de Palmira, relatam tensões, conflitos e dificuldades. Há muitos silêncios e reticências sobre os aspectos marcados por dificuldades.

Palmira era casada quando emigrou para a Itália. Decidiu migrar com a filha para “dar-lhe” a cidadania italiana, mas o fez deixando o marido e o casamento para trás: “Queria o documento italiano justamente pros filhos no futuro poder ir pra Europa, sem ter que dar entrevista, pra poder entrar no país sem complicação.”⁹ Seu relato, ao tempo em que revela a importância das redes sociais, fala das dificuldades e conflitos vivenciados na chegada à Itália, das dificuldades com a língua, com a desconfiança dos italianos:

Eu fui pra fazer os documentos. Ai nós chegamos numa quarta-feira e na quinta já fomos procurar essa menina, que é de Criciúma, filha de uma tal de Leia, Carina o nome dela. Daí ela encaminhou tudo pra mim, só que era pra sair em três meses o meu documento. Demorou seis meses pra sair o meu documento. [...] Na época, ela trabalhava na posta; daí foi essa menina que eu nem conhecia, né?, que me arrumou a casa, que me pegou na estação. Eu fui assim sem saber de nada, né? Falava italiano daqui [dialeto falado em Turvo], assim, né? Mas o povo da Itália não faz questão de te entender, sabe? Isso é muito mau. Eu fui numa loja da Tim que eu comprei uma internet móvel e lá te tratavam mal, não te atendiam, não faziam questão de te entender e depois que tu faz um esforcinho tu consegue entender. Eu, como falava alguma coisa de dialeto aqui, mas eles não fazem questão nenhuma, assim. Tu vai numa loja, eles nem olham. Lá tu procura, compra, tu passa no caixa eles nem te dá uma informação. Difícil. Bem difícil assim, são bem... Não sei, não, se têm medo que a gente vai atrás de dinheiro, por alguma herança... Não sei por quê. Não te recebe bem.¹⁰

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

O relato de Palmira revela suas impressões sobre os primeiros momentos, a chegada e a percepção de uma experiência que marca os imigrantes que se sentiam italianos no Brasil e descobrem que, embora tenham a cidadania italiana, não são reconhecidos como italianos de fato; são imigrantes, extracomunitários, não se sentem bem recebidos. Ao narrar suas experiências, ela, assim como Antônio e Gabriela, as organizam e rememoram selecionando, recortando e enquadrando suas memórias (POLLACK, 1992).

Para Pollack (1992, p. 202): “Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico.” Assim, ao rememorar, projetam e reconstroem a experiência migratória.

Da mesma forma, o relato de Palmira revela como os projetos migratórios são construídos em redes de relações familiares e afetivas, tornando-se um projeto econômico, familiar e afetivo. Os pais migrarem para dar, no sentido de uma dádiva, um presente aos filhos, dar a cidadania como uma forma de criar oportunidade, de ampliar o horizonte de expectativas para os filhos ao fornecer um documento que permitisse transitar no mundo globalizado com o passaporte europeu; era o almejado. Isso permitiria distanciá-los da imagem do trabalhador migrante passível de deportação, aproximando-se de uma representação daqueles que circulam no mundo globalizado, no sentido colocado por Bauman (1998).

Dessa forma, a história oral, ao trazer o testemunho como fonte, ajuda a esclarecer aspectos da experiência dos migrantes que, de outro modo, poderiam ser negligenciados, complexificando esses relatos e revelando como essas pessoas foram construindo suas experiências. As informações aqui apresentadas contribuem também para complicar as teorias de migrações, pois questionam as explicações que reduzem os deslocamentos a seus condicionantes econômicos e macroestruturais, ajudando, através de seus relatos, a reconstruir e evidenciar a importância das redes que se constituem ao longo do processo migratório. Essas migrantes partiram em busca da cidadania italiana e, embora melhorar de vida figurasse entre seus objetivos, estava muito presente nos relatos o desejo de viver outras experiências, mudar de vida, da

mesma forma como relataram Antônio e Palmira, ao buscar a cidadania para os filhos (FAVERI & AREND, 2014).

A DUPLA CIDADANIA E OS PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO DA ITALIANIDADE

Na década de meados dos anos de 1970 e ao longo das décadas seguintes, nas regiões de imigração italiana no sul do Brasil, a busca pela cidadania italiana fez parte de um movimento de revalorização do pertencimento étnico, no qual as festas de família, as comemorações de centenários da imigração em várias localidades, bem como as festas étnicas reacenderam tais narrativas.

Nos anos de 1980 e 1990, mediante convênios com algumas regiões da Itália (SAVOLDI, 1998), os netos e bisnetos dos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no século XIX partiram para a Itália para reencontrar seus parentes. Da mesma forma, os italianos vieram conhecer um pedacinho da Itália no Brasil. A partir desse intercâmbio, as cidades do sul do estado de Santa Catarina – Urussanga, Araranguá, Nova Veneza, Cocal do Sul, Rio Jordão e Criciúma – passaram por um processo de reconstrução das tradições italianas, revalorizando os brasões de família, a língua e as comidas típicas, que se tornaram elementos de atração para italianos virem conhecer no Brasil uma Itália que não existe mais. Os descendentes dos imigrantes foram estimulados por programas de intercâmbio com a Itália, que passou a reconhecer a cidadania italiana dos descendentes espalhados pelo mundo e expandiu a concessão para além das fronteiras do território, já que esses novos cidadãos têm, inclusive, direito ao voto. Esse fato vislumbra, para os descendentes, um reencontro com a Itália, terra de seus antepassados, e uma possibilidade de redescobrir sua italianidade (ASSIS, 2014).

Tomasi (2012) demonstra que, por meio de eventos festivos, como a Festa do Vinho, que é celebrada a cada dois anos desde 1984, a cidade de Urussanga recebe turistas de diversas localidades, mos-

trando aos seus visitantes a gastronomia e, principalmente, os diversos vinhos produzidos na região. Da mesma forma, a festa Ritorno Alle Origini, que ocorre também a cada dois anos desde 1991, busca reviver as memórias de imigração e a ligação com a Itália. Assim, por meio das festas, com apresentações musicais e indumentárias típicas ou folclóricas, tenta-se representar os habitantes da cidade como italianos, mesmo que nascidos no Brasil, como destaca Luiz Felipe Falcão (2004, p. 76), da mesma forma como se observa nas festas da uva que ocorrem no Rio Grande do Sul (BENEDUZI, 2016).

No entanto, conforme Assis e Tomasi (2014), deve-se advertir nesse sentido que muitas das “tradições” encontradas nessas festas locais e consideradas presentes desde a chegada dos primeiros imigrantes, como, por exemplo, a gastronomia, vestimentas, músicas, práticas cotidianas e a intensa religiosidade, são na verdade parte de uma tradição inventada, como também observaram Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1999).

Maria Catarina Zanini (2006) afirma que esse fenômeno de reconstrução das italianidades está presente em muitas cidades de imigração italiana, em especial no sul do Brasil. Segundo Zanini, esse fenômeno está presente em diversos grupos sociais que expressam a italianidade através das festas e jogos de bocha, marcando as diferenças de classe entre os descendentes, uma vez que aqueles que não pertencem aos grupos sociais economicamente mais estabelecidos não frequentam as associações italianas.

Por outro lado, a dupla cidadania abre para esses brasileiros o mercado de trabalho na comunidade europeia, uma vez que, a partir de convênios com algumas cidades na Itália, os ítalo-brasileiros conseguem contratos de trabalho temporários durante o verão europeu na Itália e na Alemanha e, assim, passam de seis a oito meses na Europa, para então retornarem ao Brasil. No entanto, nesse trânsito entre a Europa e o Brasil, há vários processos que cruzam gênero e etnicidade, articulando-se com as construções acerca da italianidade. Analisaremos a seguir algumas trajetórias de mulheres imigrantes na Itália, para pensar os sentidos de italianidade no tempo presente.

ITALIANIDADE, GÊNERO E AFETOS NOS TRÂNSITOS RUMO À ITÁLIA

Uma das características do fluxo de brasileiros para a Itália, indicada por Bassanezi e Bogus (1998), foi uma significativa inserção de mulheres. Analisando a intensificação do fluxo de brasileiros rumo à Itália, as autoras destacam uma imagem muito divulgada na imprensa no final da década de 1990 – a associação do trânsito de mulheres como prostituição e a presença de travestis na Itália. Ao contrário do que a imprensa destacava, nem só de travestis e prostituição se mantém esse fluxo migratório. Segundo as autoras, desde os anos 1980 há uma maior visibilidade do movimento de emigrantes brasileiros para a Itália. Destacam ainda o número de mulheres brasileiras que compõem essa comunidade, pois elas representariam aproximadamente 70% do conjunto dos brasileiros entre 20 e 39 anos. Analisando tal movimento, as autoras colocam como uma hipótese que essa migração estaria relacionada a uma contracorrente migratória de *oriundi* em direção a locais onde possivelmente ainda residam parentes e/ou amigos e onde há possibilidade da formação de uma rede de apoio para auxiliar sua inserção e permanência.

A dupla cidadania tem efetivamente aberto um mercado de trabalho para mulheres que se inserem nas redes de assistência e cuidado. Assis (2011a), analisando o fluxo de criciუმenses rumo aos Estados Unidos e Europa, também demonstra, a partir dos anúncios que saíram no jornal da cidade de Criciúma (SC), a configuração de um mercado de trabalho direcionado para mulheres, já que os anúncios pediam jovens descendentes com dupla cidadania para trabalho na Itália. Beneduzi (2009) também analisa trajetórias de mulheres que escolheram a Itália como destino migratório, nesse caso, mulheres de classes médias.

Assim como outros fluxos transnacionais em que as mulheres se inseriram no final do século XX e início do século XXI, essas migrantes brasileiras rumam para a Itália em busca de oportunidades e, sendo descendentes, vivenciam esse sentimento de retorno à terra de

seus antepassados, ao mesmo tempo em que são confrontadas com as imagens sobre as brasileiras na Itália. No caso dessas mulheres, há uma representação que produz uma associação entre gênero e nacionalidade. Ocorre a sexualização da mulher brasileira, relacionando as suas “características” (sensualidade, alegria, simpatia) com a inserção no mercado do sexo, o que gera discriminação em relação às imigrantes brasileiras (ASSIS, 2011b), como também observado em relação às brasileiras em outros países da Europa.

Em Portugal e na Itália, onde ocorreu um incremento da migração de brasileiras na primeira década do ano 2000, essa imagem foi reiterada nos jornais e na mídia e comentada em várias das entrevistas realizadas no trabalho de campo. Tanto no caso das estudantes entrevistadas, quanto no caso das mulheres inseridas no mercado de trabalho, os relatos apontavam para certa imagem da mulher brasileira da qual elas, as entrevistadas, queriam se distanciar, procurando marcar nos seus relacionamentos com italianos que elas se distinguiam das imagens associados ao mercado do sexo e à prostituição, ou da ideia de que as brasileiras eram fáceis. A palavra, às vezes, nem era pronunciada nas entrevistas quando perguntávamos sobre a imagem da mulher brasileira; muitas diziam “aquela, sabe qual é”. No entanto, a despeito dessas representações, encontramos algumas mulheres envolvidas com italianos que acionavam outros atributos de gênero relacionados às brasileiras, de modo semelhante ao que foi observado por Assis (2011).

Segundo Assis (2011b), se nas representações de sensualidade e beleza da mulata, tendo Portugal como um exemplo desse processo, há uma representação sobre a mulher brasileira que produz uma associação entre gênero e nacionalidade, sexualizando a mulher brasileira e discriminando as imigrantes brasileiras em Portugal¹¹, no caso das

¹¹ Para uma análise mais detalhada, ver Luciana Pontes (2004). Esta autora demonstra que as representações sobre as mulheres brasileiras na mídia portuguesa produzem imagens etnicizadas que exotizam e sexualizam a mulher brasileira, resultando-lhes um estatuto inferiorizado na sociedade portuguesa. Também procurando compreender a presença brasileira em Portugal, Beatriz Padilla (2007) demonstra que o crescimento da presença brasileira no país, no qual há um significativo número de mulheres – embora as mulheres estejam presentes em outras atividades, como nos restaurantes, lojas, serviço doméstico – resulta numa imagem de mulher brasileira relacionada à prostituição, o que influencia negativamente a experiência feminina em geral. Kachia Techio (2006) também analisa essas representações sobre gênero e sexualidade em relação à emigrante brasileira. Paula Togni

imigrantes brasileiras nos Estados Unidos tais categorizações que articulam gênero e sensualidade não produzem os mesmos efeitos. A imagem de sensualidade agrega-se às representações de mulher carinhosa, de boa esposa e mãe, o que confere certa vantagem às mulheres no mercado matrimonial, em comparação com os homens brasileiros, que não são representados como bons parceiros, pois são vistos como machistas, autoritários e pouco dispostos a dividir tarefas domésticas, modelos de masculinidade pouco valorizados no contexto da migração.

Como podemos observar nos relatos a seguir, assim como as mulheres entrevistadas nos Estados Unidos, as mulheres brasileiras que se casam com italianos renegociam essas posições, acentuando os atributos de boa esposa e mãe, e elas diferenciam positivamente o homem italiano em relação ao brasileiro, assim como observamos nas negociações das posições de gênero no caso de imigrantes brasileiras que se casam com estadunidenses, acentuando também esses atributos de boas mães e esposas (Assis, 2011b), cruzando gênero, afetos, na busca por relacionamentos mais seguros e que representem a consolidação do projeto migratório e a permanência no país de imigração. Essas mulheres se distinguem das entrevistadas por Piscitelli (2007, 2011b), pois não construíram suas relações afetivas a partir do mercado do sexo, ou em circuitos de turismo sexual no Brasil. Elas conheceram seus maridos em situações de trabalho ou apresentadas por redes de amigos comuns. As experiências dessas mulheres são diversas. Algumas, como Maria de Fátima, migraram casadas e, no processo migratório, vivenciaram processos de empoderamento e autonomia que as levaram a se separar de seus maridos. Outras encontraram na migração uma forma de se estabelecer na Europa, migraram por amor. As histórias a seguir narram essas experiências e os rearranjos que elas provocaram nas identidades de gênero.

(2011) problematiza essa construção, bem como a produção acadêmica acerca da mulher brasileira em Portugal, sugerindo que se deve pensar em outros marcadores de idade, raça e origem regional, bem como perceber as diferentes construções sobre gênero na sociedade brasileira, e não tomar essa categoria, “mulher brasileira”, como algo homogêneo.

MARIA DE FÁTIMA - ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A ITÁLIA, A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA

Maria de Fátima¹² integra as primeiras levas de migrantes para os Estados Unidos (partiu ainda na década de 1970), mas acabou retornando para se separar do marido e seguir seu próprio caminho de autonomia e independência. Seu relato mostra como, no processo de migrar, retornar e reemigrar, essa mulher, proveniente de uma região rural e descendente de italianos, foi reconfigurando suas relações familiares e de gênero.

A primeira migração de Maria de Fátima foi para os Estados Unidos. Migrou muito jovem e recém-casada, para a região de Boston, Massachusetts, e retornou no início dos anos 1980, após se divorciar do marido. Os deslocamentos e os trânsitos vivenciados contribuíram para que se reposicionasse, pois, ao entrar em contato com outros modos de vida e de relações de gênero nos Estados Unidos, buscou outro padrão de relações afetivas, incompatível com o do marido. Assim relata Maria de Fátima seu primeiro retorno ao Brasil, em 1980:

Foi uma coisa bastante inédita, né? Um divórcio. Eles te carimbavam “não presta” só porque se divorciou. Só que quase 35 anos depois, ele não fala comigo (risos). Nunca mais falou comigo! Coitado, machista. Mas afinal eu tomei essa atitude, meus pais ficaram do meu lado, foi muito mais do que eu esperava. Mas voltamos pros Estados Unidos, eu e minha filha mais velha, porque a outra casou e mora em Maringá, e eles têm uma empresa de... De coisas de alumínio. Estão muito bem graças a Deus, depois de muita luta, muito trabalho, né? Então ela nunca mais voltou, mas eles têm cidadania também, se um dia quiserem voltar... Agora nós vamos só passear lá.¹³

Ao mesmo tempo em que nos relata seus trânsitos e como foi construindo seu projeto de autonomização, Maria de Fátima revela

¹² Maria de Fátima. Entrevista realizada por Gláucia de Oliveira Assis em 4 de dezembro de 2011, em Urussanga (SC). Acervo da pesquisa os “Pequenos Pontos de Partida”, arquivada no Laboratório de Relações de Gênero e Família - Labgef. Acesso por consulta.

¹³ Idem.

como foi se aproximando ou revivendo os processos de identificação com a italianidade, processos que ocorreram ao longo das experiências migratórias. Como mulher que se separou quando ainda estava nos Estados Unidos e retornou separada e independente para uma cidade pequena, tornar-se porta-voz dos processos de reinvenção da italianidade também lhe confere um lugar de menos desconfiança na sua cidade natal. Gênero e etnicidade se cruzam para dar outros sentidos às italianidades.

Então faço questão que elas [minhas filhas] acompanhem o estilo da casa. E de lá, ainda estamos lá, são 42 anos desde que a gente mudou pra lá (Estados Unidos), minha filha mora lá, a gente nunca perdeu contato já fez inclusive cidadania americana. Então eu tenho cidadania brasileira porque eu nasci aqui, italiana pelo sangue e americana por direito. Hoje eu posso viajar.¹⁴

Durante a entrevista, Maria de Fátima contava de sua trajetória de emigração rumo aos Estados Unidos, o casamento difícil e a separação de um marido “machista” – em seus próprios termos –, mas ela inseria também no relato as suas conexões com a Itália e a italianidade. Ao retornar dos Estados Unidos, fez a dupla cidadania para dar às filhas a possibilidade de circular pelo mundo e manter a italianidade. Da mesma forma, começou a ajudar outros catarinenses na busca pela cidadania, tornando-se uma importante referência para quem queria documentação para ir para a Itália, conforme relata:

Em 1993, eu fiz a minha cidadania, das minhas filhas, e até minhas netas já têm. E uma irmã minha também naquela época quis fazer. Os outros não acreditavam nisso, não quiseram. Aí depois posteriormente vieram me procurar ainda conseguimos fazer. Aí foram dificultando mais. Hoje tá quase impossível porque a fila é imensa. Mas mesmo assim de 2000 pra cá eu ajudei tanta gente a fazer a cidadania, tanta gente, que aí eu mandava buscar os documentos. Eu dizia “me dá o atestado de óbito do teu avô porque através dele eu sei o nome de quem veio e os pais.” ... Então graças a Deus eu ajudei muita gente por prazer. Porque eu tenho prazer em buscar essas coisas, nunca cobrei um tostão.¹⁵

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

Maria de Fátima, diferentemente de Gabriela e mesmo Palmira, revive em seu cotidiano sentidos de italianidade, participa de festas, organiza um coral de música italiana, tem programa numa rádio local em dialeto e apoia as pessoas na busca pela dupla cidadania. Revive e reconstrói esse pertencimento que para outros emigrantes é uma memória mais distante, dos *nonos* e *nonas*, da gastronomia; o contato com a italianidade está muito mais relacionado ao pedido de dupla cidadania. Um passaporte para a Europa é o sentido mais pragmático nesse processo de reconstrução da italianidade.

GÊNERO E AFETOS NAS TRAJETÓRIAS DE MULHERES MIGRANTES

A história de Ana é uma das que nos ajudam a pensar sobre essa negociação. Ana tem 41 anos e conheceu Carlos há quinze, quando trabalhava numa empresa metalúrgica no Brasil. Quando perguntada como veio para a Itália, a resposta de Ana foi: “Amor, por amor.” Era 1998, e ela conheceu Carlos no trabalho. Ele não falava português e ela não falava italiano. Eles começaram a namorar, ele retornou para a Itália no início de 1999, depois ele voltou ao Brasil antes do prazo combinado, que seria no final do ano, pois não aguentou de saudades.

(...) a gente começou a namorar em noventa e nove. Ele falava assim “no final do ano eu venho”, dezembro. Depois mudou, ele falava que vinha em junho. Aí quando ele veio pra cá pra Itália ele tinha falado que iria voltar em junho ou julho pro Brasil. Aí deu dezessete de maio ele chegou, voltou, não aguentou de saudades.¹⁶

O pai de Ana e a sua família o conheceram, e ela ganhou uma passagem para a Itália, para conhecer a família do namorado. Foi em 1999, e ela ficou, não retornou mais. Casou-se primeiro na Itália, para regularizar sua situação, depois retornou e casou-se no Brasil, conforme seu relato:

¹⁶ Ana, 41 anos, casada. Entrevista concedida a Gláucia de Oliveira Assis e Maria Catarina C. Zanini em fevereiro de 2014, na Itália.

É, outubro a gente casou e... aí aqui nos casamos no civil e no Brasil, em janeiro, nós fizemos o religioso. No Brasil em janeiro... porque meu pai e ele... pra ele era importante né, aí nós fizemos no Brasil o religioso.¹⁷

Em fevereiro de 2014, numa pequena cidade próxima a Milão, fomos nos encontrar com Ana. Ela nos recebeu no trem, vindas de Milão, com um largo sorriso, e nos apresentou o marido italiano e os dois filhos brasileiros. Vive numa confortável casa, com o marido e os dois filhos, que falam italiano e português. Vai com frequência ao Brasil, e os filhos também, e a família a visita com frequência. Foi com alegria que nos recebeu, e assim passamos o final de semana.

Ana contou-nos sua história de migração, que ela mesma chama de história de amor. No seu relato, a vinda para a Itália, o convívio com a família do marido e os filhos; o contato com a sociedade italiana parece ocorrer sem muitas tensões. Em sua fala, não aparecem tensões ou discriminação pelo fato de ser brasileira, o que difere seu relato dos de outras brasileiras imigrantes na Itália e também em Portugal, cujas imagens, sexualizadas, racializadas e exotizadas, geram preconceito e discriminação. Ana convive com a família do marido, amigos e algumas mulheres brasileiras casadas com italianos, num cenário que não sugere situações de preconceito ou discriminação no cotidiano.

Eu não sei se porque, como eu vim com ele, o meu discernimento foi diferente que dos outros porque as pessoas, não sei se por causa dele já tem aquela... é diferente o acolhimento ou se porque não sei. Eu sou muito solar, eu converso com todo mundo. Ele mesmo fala “você conhece todo mundo, todo mundo te cumprimenta” aí eu falei é, mas eu cumprimento. Eu passo falo “bom dia, tudo bem? Como está?” Eu quando vou no supermercado, no shopping, eu conheço quase todo mundo. As vendedoras já me chamam, eu paro, eu converso tudo, então assim, é meu jeito de ser.

Muito pelo contrário, diz que por ser muito alegre e comunicativa aproximou-se dos vizinhos da pequena cidade onde mora. Passou por dificuldades, pois morou um tempo na casa dos sogros antes de construir, junto com o marido, sua confortável casa. Mas disse que seu

¹⁷ Ana, 41 anos, casada. Entrevista concedida a Gláucia de Oliveira Assis e Maria Catarina C. Zanini em fevereiro de 2014, na Itália.

relacionamento é muito bom com a família do marido. Tem dois filhos, que falam português e leem também. Ela aprendeu o italiano, cuida dos filhos e da casa e não trabalha, apoia o marido em seu trabalho.

O relato de Ana é interessante, pois apresenta algo em comum com outros relatos de mulheres que se casaram com estrangeiros. Ana trabalhava no Brasil, era uma mulher que tinha seus próprios rendimentos, estudava e, quando migrou, não concluiu o curso superior, e hoje em dia não trabalha fora, pois considera que o que ganharia trabalhando fora não compensa, pois teria que pagar alguém para cuidar dos filhos. Seu relato revela que a migração pode não significar necessariamente um processo de maior autonomização da mulher, como relatam muitos estudos de migração feminina. Ana vive para o marido e para os filhos, com pouca inserção no espaço público, participa de atividades na escola dos filhos e encontra as amigas brasileiras, mas sua vida cotidiana está muito centrada no universo familiar e no convívio com a família do marido e seus amigos.

Ana está casada há 15 anos e se considera feliz com a imagem de boa esposa e mãe, construída na relação com o marido e os filhos. Ao mesmo tempo, para atenuar essa autoimagem restrita ao âmbito do doméstico, faz questão de dizer que tem uma faxineira para ajudá-la no serviço da casa e que, quando o marido tem que decidir sobre as coisas para comprar, as decisões do casal são compartilhadas. Para ajudar a matar as saudades que sentia do Brasil e da família, acabou trazendo a prima, e a ajudou a arrumar um namorado italiano também. A prima acabou igualmente migrando para a Itália, numa rede migratória constituída a partir de afetos.

Giulia¹⁸, 37 anos, veio pela primeira vez em 2008, para visitar a prima. Segundo ela, a sua migração “foi culpa da Ana (risos) e do Carlos, marido dela”. Em sua primeira estadia na Itália, ficou por três meses na casa de sua prima. Ana e o marido apresentaram vários amigos, esperando que ela encontrasse alguém, mas “não deu certo”, segundo seu relato. Em 2010, ainda tentando encontrar um par para a prima, Ana e Carlos lhe apresentaram Marcelo, um amigo de Carlos, também italiano, com quem começou a conversar por Skype. Depois

¹⁸ Giulia, 37 anos, prima de Ana. Entrevista concedida a Gláucia de Oliveira Assis e Maria Catarina C. Zanini em fevereiro de 2014, na Itália.

de alguns meses de conversas, Marcelo veio para o Brasil, conheceu-a e os dois começaram a namorar. No final do ano de 2010, Giulia foi passar o Natal na casa da prima, e os dois decidiram morar juntos.

Giulia trabalhava numa empresa de comunicação e deixou o trabalho no Brasil para migrar. Mora com Marcelo desde 2010, e tinha naquela ocasião visto de estudante, que garantia sua permanência na Itália de maneira documentada, mas pretendia se casar naquele mesmo ano (2014). Quando perguntada sobre as imagens acerca das brasileiras, Giulia, mais claramente do que Ana, referiu-se à sua distinção em relação ao imaginário sobre a mulher brasileira. Disse que não é identificada, pois nunca usou roupas justas e decotadas e também é um tipo mais discreto, o que faz com que não seja identificada como brasileira. É interessante observar que, embora Ana ressalte que é simpática com as pessoas e bastante sorridente e Giulia afirme que se dá bem com seus vizinhos, que não a discriminam por ser brasileira, ambas procuram se distanciar do estereótipo de mulher brasileira e reforçam atributos de gênero que enfatizam a mulher carinhosa, boa mãe e esposa, com pouco espaço para agência e autonomia feminina.

As trajetórias analisadas não resumem as experiências de todas as mulheres entrevistadas, mas podem lançar luz sobre como as mulheres que migram por amor negociam suas posições de gênero e seus afetos para garantir um lugar nas famílias italianas nas quais as marcas de sexualização e exotização são apagadas. Elas reforçam as imagens de boa mãe e esposa, driblando os estereótipos negativos sobre as mulheres brasileiras na Itália.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sul do Brasil, cidades que construíram suas narrativas históricas em torno da imigração italiana para a região, que ocorreu no final do século XIX, vivenciaram na segunda metade do século XX e no início do século XXI um retorno a esse passado e a essa memória da imigração num movimento de valorização de pertencimentos étnicos e identificações que reconstruíram italianidades. Assim, as memórias da imigração para o Brasil, narradas por nonos e nonas, são

rememoradas em festas de família, em festas de *Ritorno alle origini* que buscam reconstruir esse passado e se tornam festas que promovem os sentimentos de pertencimento ao mesmo tempo em que promovem o turismo na região. Nessas festas étnicas, a comida, o uso do dialeto e as danças típicas recriam um imaginário sobre a Itália e as italianidades reconstruídas no tempo presente. E esses imaginários não apenas celebram o pertencimento a uma certa Itália, como buscam, através dos processos de cidadania italiana, um passaporte para a Europa. Assim, os descendentes dos imigrantes do século XIX, em geral da quarta ou quinta geração de imigrantes, buscam o passaporte italiano, para poder circular livremente na Europa.

A busca pela cidadania italiana conduziu jovens emigrantes italo-brasileiros a se reapropriarem dessas identificações e das memórias para emigrar em busca da cidadania italiana e de experiências mais cosmopolitas em países europeus, como Itália, Inglaterra ou Alemanha, ou seja, a dupla cidadania abre a possibilidade de circular pelo mundo. Nesse cenário, os relatos reconstróem as várias trajetórias recentes, que reconfiguram a Itália como lugar de acolhimento, pensando nela como ponto de chegada e de partida para outras experiências no mundo globalizado. São jovens homens e mulheres que migram em busca de oportunidades e que, ao chegarem na Itália, descobrem que, apesar da cidadania, continuam sendo identificados como extracomunitários e vivenciam os limites da cidadania concedida de fato, mas não de direito. Neste artigo procuramos realçar como nesse transito as mulheres negociaram não apenas seus pertencimentos étnicos, mas também as relações familiares e de gênero.

Acerca das relações familiares e de gênero, observa-se, para as mulheres casadas que migraram no início dos anos 1970 – caso de Maria de Fátima –, que os impactos nas relações de gênero foram significativos, por conviverem com padrões menos hierárquicos de relações e maior autonomia financeira, com repercussão sobre as relações, levando, no caso dessa trajetória, à separação e à busca de uma vida autônoma, quer nos Estados Unidos, quer circulando pela Europa.

No caso dos imigrantes do início dos anos 2000, a relação com a cidadania italiana é mais instrumental que nas gerações mais jovens; tem uma ligação menos significativa com a Itália imaginada por seus *nonos* e *nonas* e mais pragmática no sentido da utilidade da cidadania.

nia para circular no mundo globalizado. Nesse ir e vir das pequenas cidades de colonização italiana no sul do país, os novos imigrantes descobrem sentidos diversos para as italianidades, pois a Itália que encontram é bem diferente daquela narrada pelos *nonos* e *nonas*. Nesse cenário, eles têm que negociar suas identidades, bem como suas posições de gênero, classe e etnicidade. As mulheres de diferentes gerações vivenciam momentos diferentes no processo migratório. A busca de autonomia é uma marca na migração de mulheres como Fátima e Palmira. Para mulheres mais jovens, a migração por amor, para buscar em casamentos transnacionais uma vida no estrangeiro, como no caso de Ana e Giulia, emerge como um dos motivadores da migração, junto com outros projetos migratórios. Nos relatos dessas mulheres, a negociação com as imagens sobre a mulher brasileira evidenciam as suas estratégias para não sofrer preconceito e discriminação, evocando a imagem de boa mãe e esposa e escapando das imagens exotizadas e sexualidades da “mulher brasileira”. Dessa forma, transformam um marcador que gera discriminação em uma forma de construir um lugar positivo no mercado matrimonial – assim relatam Ana e Giulia. Por outro lado, entre a expectativa do amor romântico que levou algumas a migrar e a construção de relacionamentos em que respeito e segurança são elementos importantes na construção dos afetos, revelam como se processam as escolhas afetivas das mulheres brasileiras.

Portanto, enquanto em Urussanga e outras cidades de descendência italiana se buscam processos de rememorar as italianidades, os homens e mulheres que emigram, brasileiros descendentes de imigrantes italianos ou não, vivenciam processos de reconstrução de seus pertencimentos étnicos e de suas relações familiares e de gênero. Particularmente quanto às relações de gênero, aqueles casais que migraram juntos e tinham projetos de retorno ao Brasil tendem a ter projetos mais coletivos – ao migrar, planejam juntos o processo e também o investimento, o que pode significar uma modificação nessas relações no retorno, traduzindo-se em parcerias e, portanto, em redução do fator hierarquia de gênero. No entanto, para perceber efetivamente essas mudanças é preciso acompanhar como essas famílias se organizam ao longo do tempo, o que implicaria estudos de acompanhamento das famílias nos anos seguintes ao retorno. Este é o desafio que permanece tão aberto quanto o das vidas dessas pessoas no contexto de idas e vindas.

REFERÊNCIAS

- ANTHIAS, F. Metaphors of home: gendering new migrations in southern Europe. In: ANTHIAS, F.; LAZARIDIS, G. (Eds.). *Gender and migration in southern Europe*. Oxford, New York: Berg, 2000. p. 17-47.
- ASSIS, G. de O. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011a.
- ASSIS, G. de O. Entre dois lugares: as experiências afetivas de mulheres imigrantes. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G.; OLIVAR, N. (Orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, Unicamp, 2011b. p. 321-362.
- ASSIS, G. de O. O retorno alle origine: a migração de descendentes rumo à Itália no início do século XXI. In: BENEDUZI, L. F.; ASSIS, G. O. (Orgs.). *Narrativas de gênero. Relatos de história oral: experiências de italo-brasileiros na Itália contemporânea*. Vitória: Edufes, 2014. p. 159-177.
- ASSIS, G. de O; TOMASI, J. M. *Urussanguenses na Italia; projetos, vivências e retorno: impactos na vida cotidiana na cidade e nas relações de gênero*. Curitiba: CRV, 2014. p. 183-200.
- BAUMAN, Z. Turistas e vagabundos: os heróis e as vítimas da pós-modernidade. In: BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 106-120.
- BENEDUZI, L. F. Tramando lembranças: a entrevista como espaço de tessitura mnemônica da experiência imigratória. *Anais da ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*, 2009.
- BENEDUZI, L. F. Festa da Uva e política fascista: narrativa de operosidade e resgate de italianidade. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011, p. 1-11. Disponível em: <https://arca.unive.it/retrieve/handle/10278/39207/29383/1300650832_ARQUIVO_BeneduziAnpuh2011.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- BENEDUZI, L. F.; ASSIS, G. O. (Orgs.). *Narrativas de gênero. Relatos de história oral: experiências de italo-brasileiros na Itália contemporânea*. Vitória: Edufes, 2014.
- BÓGUS, L. Esperança além-mar: Portugal no arquipélago migratório brasileiro. In: MALHEIROS, J. *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, Presidência do Conselho de Ministros, 2007.

BÓGUS, L.; BASSANEZI, M. S. B. Do Brasil para a Europa: imigrantes brasileiros na Península Itálica neste final de século. In: *O fenômeno migratório no limiar do III milênio*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 68-92.

FALCÃO, L. F. Encontros transversos: a questão da identidade cultural italiana em Santa Catarina no final do século XX. *Fronteiras*, Florianópolis, n. 12, p. 75-88. jul. 2004.

FAVERI, M. de; AREND, S. M. F. Cidadania italiana, passaporte para Europa: memórias de três mulheres (Santa Catarina - Brasil). In: BENEDUZI, L. F.; ASSIS, G. O. (Orgs.). *Narrativas de gênero*. Relatos de história oral: experiências de italo-brasileiros na Itália contemporânea. Vitória: Edufes, 2014. p. 119-140.

FLEISCHER, S. R. *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts*. São Paulo: Annablume, 2002.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women. *International Migration Review*, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.

PADILLA, B. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: MALHEIROS, J. (Org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), 2007. p. 113-134.

PAGNOTTA, C. *La Migración equatoriana a España e Italia: historias, memorias e identidades (1995-2007)*. Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, 2014a.

PAGNOTTA, C. O uso de fontes orais nos estudos de migrações contemporâneas. Observações metodológicas nos bastidores de uma pesquisa sobre o caso equatoriano. In: BENEDUZI, L. F.; ASSIS, G. O. (Orgs.). *Narrativas de gênero*. Relatos de história oral: experiências de italo-brasileiros na Itália contemporânea. Vitória: Edufes, 2014b. p. 61-76.

PISCITELLI, A. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiros para a Itália no marco do turismo sexual internacional. *Revista Estudos Feministas*, n. 3, v. 15, p. 717-744, 2007.

PISCITELLI, A. “Papéis”, interesse e afetos, relacionamentos amorosos sexuais e migração. In: AREND, S. M. F.; RIAL, C. S.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. p. 103-129.

PISCITELLI, A.; ASSIS, G. de O.; NIETO OLIVAR, J. M. *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, Unicamp, 2011.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PONTES, L. As mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, v. 23, p. 229-256, 2004.

SASSEN, S. *Contra geografías de la globalización: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid: Traficantes de Sueños, Mapas, 2003.

SAVOLDI, A. *O caminho inverso: a trajetória dos descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

TÉCHIO, K. *Tecendo por trás do espelho: representações identitárias de imigrantes brasileiros em Portugal*. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006.

THOMSON, A. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TOGNI, P. *Que [brasileiras]os Portugal produz*. Representações sobre gênero, amor e sexo. Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Unicamp/Pagu (Coleção Encontros), p. 385-433, 2011.

TOMASI, J. M. Ritornando alle origini: a identidade italiana em Urussanga (SC) no final do século XX e início do XXI. *Fronteiras*, Florianópolis, n. 20, p. 33-52, 2012.

ZANINI, M. C. C. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS*. Editora UFSM, 2006.

ZANINI, M. C. C.; ASSIS, G. O.; BENEDUZI, L. F. Ítalo-brasileiros na Itália no século XXI: “retorno” à terra dos antepassados, impasses e expectativas. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 21, n. 41, p. 139-162, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 dez. 2015.

ZANINI, M. C. C.; ASSIS, G. O.; BENEDUZI, L. F. Cidadãos de direito, estrangeiros de fato: narrativas de ítalo-brasileiros/as na Itália. *História Oral*, v. 18, n. 1, p. 117-145, jan./jun. 2015. Disponível em: <[http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=526](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=526)>. Acesso em: 4 dez. 2015.



FORA DE CASA. NOTAS DE PESQUISA E REFLEXIVIDADE¹

Mara Clemente

O medo de devolver dados não significativos ou de produzir uma autobiografia inoportuna, em momentos autocelebrativa, cravejada de inseguranças, perturbações e jogos de poder, bem como encontros e intuições, deixaram por muito tempo dentro das páginas das notas de campo experiências e emoções relacionadas com a minha subjetividade na pesquisa em que me envolvi.

A minha formação na tradição italiana de Franco Ferrarotti tem certamente encorajado uma concepção da sociologia como ciência da interconexão do social ou ciência de autoescuta de uma sociedade entendida como produto da interação entre atores e circunstâncias sociais (1999). Um social, portanto, compreensível através da “participação” do sujeito de estudo e a troca simétrica, “socialmente situada”, entre pesquisador e pesquisado (1961, 2005). Uma pesquisa entendida em termos de “pesquisa-com” (1981, 2011). A subjetividade ou, melhor, a intersubjetividade, como lugar principal do conhecimento sociológico que, re-humanizando o pesquisador social, humaniza a investigação em si.

¹ Este artigo foi publicado pela primeira vez com o título *Outside home. Notes on reflexivity*, em *Academicus*, n. 15, p. 136-150, 2017. A versão aqui apresentada é resultado de releitura e revisão da versão precedente.

Apesar da adesão epistemológica, teórica, e metodológica, acho que fiz a experiência de toda a ambiguidade e dificuldade daquela que ainda hoje parece configurar-se como uma “reintrodução” do sujeito nas ciências sociais. A tradição popperiana de um conhecimento científico criado, mas não contaminado pelos sujeitos (POPPER, 1935), às vezes, pareceu-me infiltrar-se sem controle sob a pele, com o resultado de um diálogo complexo entre “privado” e “público”, o “sentir” e o “pensar”. Provavelmente, o fato de ser uma jovem mulher e uma jovem pesquisadora num processo de afirmação de uma identidade pessoal e profissional na academia, na negociação contínua com todas as suas lógicas do conhecimento e reconhecimento, contribuiu para essa dificuldade.

No último ano, durante o qual me mudei da Itália, meu país de origem, para Portugal para um projeto de pesquisa sobre o tráfico de seres humanos, foi o campo a sugerir – às vezes, a impor – a oportunidade de articular uma reflexão atenta sobre a minha subjetividade e o meu posicionamento na pesquisa em que estava envolvida. O encontro com a reflexão feminista sobre as migrações² e o seu amplo desencanto com as ilusões positivistas e os dualismos sujeito/objeto e pessoal/político, estimulou ainda mais este processo reflexivo.

Por ocasião de uma conferência em Roma sobre metodologia qualitativa na pesquisa social,³ tentava ir além da declaração da im-

² Lembro aqui, em particular, as experiências e reflexões partilhadas na IX RAM Reunião de Antropologia do Mercosul (Montevideu, 30 de novembro a 4 de dezembro de 2015) dentro do GT “Migraciones y perspectiva de género: regímenes de género, colonialidad e interseccionalidad”, coordenado por Beatriz Padilla, Gláucia de Oliveira Assis e Susana Sassone. Uma experiência anterior comum de investigação, na República Dominicana, provavelmente favoreceu uma identificação nas reflexões sobre a relação com os “outros” compartilhada nessa ocasião por Carmen Gregorio Gil. A estudiosa feminista, “habitando” a própria etnografia, questionava a neutralidade e objetividade do conhecimento científico e enfatizava o valor de um conhecimento que passa através da fisicalidade da pesquisadora, que percebe a realidade através da sua posição espaço-temporal no mundo, os seus sentidos, em suma, o seu “corpo”.

³ Trata-se da conferência “Metodologias qualitativas nas ciências sociais” (Roma, 10-11 de março de 2016), organizada sob o patrocínio da Associação Italiana de Sociologia (AIS), da Secção de Sociologia da religião da AIS e da Universidade de Roma Tre. Durante o evento, desde várias partes foi expressa uma reserva em relação ao título escolhido. Entre outros, distanciou-se dele Maria I. Maciotti, expoente de uma abordagem qualitativa da pesquisa social na Itália, sublinhando uma preferência para os termos “abordagem” ou “orientação” qualitativa ao termo “metodologia”. Rita Bichi, coordenadora da Secção de Metodologia da Associação Italiana de Sociologia, indicava, entre os assuntos debatidos no âmbito da AIS, mesmo recentemente, a necessidade de um entendimento comum dos termos tais como os de “metodologia”, “método”, “técnicas”, destacando as dificuldades de encontrar definições únicas e universalmente reconhecidas dos métodos e das técnicas da pesquisa qualitativa.

portância da subjetividade e da reflexividade no processo de pesquisa e fornecer exemplos com base empírica de como, em diferentes experiências de pesquisa, alguns elementos da minha subjetividade tinham influenciado, entre outras coisas, o acesso ao campo, e tudo que eu tinha percebido, interpretado e publicado.

Após mais de um ano de pesquisa “fora de casa”, voltava a um contexto familiar, mas não me sentia completamente em casa. O evento recebia tradições de estudos heterogêneas, mas com o denominador comum representado pela pesquisa qualitativa. Se, por um lado, havia uma partilha generalizada do pressuposto segundo o qual a pesquisa (qualitativa) é inerentemente estruturada pela subjetividade do pesquisador, por outro lado, o fantasma de sua imparcialidade e a descrição objetiva das práticas em que está envolvido estava reproduzido também na linguagem de alguns pesquisadores – não todos. Uma distância parecia caracterizar as contribuições propostas – novamente não todas – em comparação com uma chamada que pedia uma abordagem reflexiva no processo de produção do conhecimento.⁴ Em suma, durante o evento senti ainda atuais as observações com as quais, mais de dez anos atrás, foram introduzidos dois volumes da revista *Forum: Qualitative Social Research* dedicados à subjetividade e reflexividade na pesquisa social, onde se partilhavam “os medos que o trabalho sobre este tema pode danificar a reputação do cientista” e se ressaltava que o imperativo de afastar a subjetividade do pesquisador está “garantido pelas formas dos projectos de investigação serem avaliados e financiados, e toca os nossos corações, mentes e corpos de uma forma muito básica” (MRUCK & BREUER, 2003).⁵

O encontro tem encorajado sem dúvida não apenas uma prática, mas a necessidade de uma reflexão mais atenta sobre o tema, onde conflui um amplo debate entre diferentes visões ontológicas, epistemológicas e axiológicas das ciências sociais.

Nas páginas que se seguem, através de uma narrativa autoetnográfica, retraço e “habito” (GREGORIO GIL, 2014) algumas das minhas experiências de pesquisa empírica – uma sobre prostituição de

⁴ O evento também acomodava a apresentação de um texto autobiográfico de Franco Ferrarotti – a publicação que viria a ser lançada cinquenta anos após a sua escrita. Cfr. Un anno qualunque. Napoli: Guida Editore, 2015.

⁵ Tradução minha.

menores de idade na República Dominicana e outra sobre tráfico de mulheres e exploração sexual em Portugal. As duas pesquisas envolvem problemas e contextos territoriais, sociais e culturais, econômicos e políticos distantes. Elas têm que ser vistas aqui como etapas sucessivas de uma experiência mais ampla de pesquisa e reflexividade. Uma autoetnografia desta sugere uma leitura da reflexividade como um “processo”.

Este processo começa com uma precisa posição epistemológica que vê na pesquisa um espaço compartilhado, moldado por ambos, pesquisador e pesquisado. Das características pessoais e profissionais, sociais e culturais de ambos, das suas biografias, das suas posições ideológicas e políticas, das respostas emocionais, e das escolhas e decisões tomadas durante o processo de pesquisa. Um processo que pode continuar – não sem dificuldade – com uma reflexão sobre a maneira com a qual a subjetividade do investigador influencia este mesmo processo, na consciência de que, na ausência de tal reflexão, os resultados deste último podem aparecer como características do “objeto” ou “realidades existentes”. A fase seguinte desse processo reflexivo poderá facilitar a partilha de ferramentas que podem ser usadas para destacar e trabalhar reflexivamente sobre a subjetividade.

Em particular, o artigo sugere que certas características e experiências do pesquisador podem afetar, para além de somente a pesquisa, o próprio início de um “processo reflexivo”. Uma delas é o caráter *outsider* do pesquisador, que une as investigações a que me refiro. Um processo de reflexão pode envolver e/ou é desejável que envolva toda a experiência do pesquisador, transcendendo os limites da própria pesquisa. Dentro dele, podem entrar em jogo elementos de subjetividade inesperada; noutros casos, o significado atribuído a estes pode mudar com o tempo ou ter um papel diferente do esperado. Alguns aspectos, objeto de análise desde um ponto de vista epistemológico, como a abordagem reflexiva impõe, podem tornar-se objeto de atenção também ao nível fenomenológico.

PRÁTICAS REFLEXIVAS E A LENTE AUTOETNOGRÁFICA

A reflexividade tem sido objeto de múltiplas interpretações e análises e, na prática sociológica, podemos distinguir diferentes definições que correspondem a diferentes problemas no trabalho de pesquisa.

Nas últimas décadas tem vindo a ser reconhecida como uma estratégia-chave no processo de produção de conhecimento. Em particular, no início dos anos setenta, Alvin Gouldner, cunhando a expressão “sociologia reflexiva”, afirmará que buscar o conhecimento dos mundos sociais também depende da autoconsciência de quem conhece: não pode existir conhecimento do mundo que não seja conhecimento da nossa experiência interior realizada sobre ele e das nossas relações quando se encontra em frente de nós (GOULDNER, 1970). Pierre Bourdieu irá invocar uma forma de reflexividade como o uso dos instrumentos da disciplina a fim de desmistificar a sociologia como uma prática social saturada de poder (2001). Como apontado por Marco Santoro (2015), a concepção de reflexividade de Bourdieu não é nem reflexividade narcisista do etnógrafo que se confessa ao regressar do campo, nem uma focalização moral nas suas experiências pessoais. Nem um simples reconhecimento do condicionamento que pode derivar desde as origens sociais do sociólogo nem uma reflexão pós-moderna sobre o valor relativo do conhecimento (bem pelo contrário – lembra Santoro) e da impossibilidade de uma ciência social. Trata-se de uma “reflexividade epistêmica” que resulta no convite a “objetivar” o “sujeito da objetivação”, no esforço de pensar no objeto da pesquisa com o de pensar em si mesmo como um estudioso que pensa, com uma história e uma posição que não é nunca meramente individual, enquanto determinada pelo mundo social no qual exerce a “profissão de cientista”.

Com o chamado *linguistic turn*, também na antropologia, a reflexividade torna-se uma preocupação teórica e prática central. Ela irá inspirar a experimentação reflexiva de estratégias de escrita que, entre

outras coisas, desafiam a distinção convencional entre estilos subjetivos e objetivos e se propõem devolver as múltiplas vozes que são entrelaçadas na experiência etnográfica (CLIFFORD & MARCUS, 1986; CRAPANZANO, 1980; DWYER, 1982; MARCUS & FISCHER, 1986; RABINOW, 1977).

Também a antropologia feminista, a partir da denúncia da construção *gendered* dos textos etnográficos e da crítica da invisibilidade das mulheres – tanto na academia como pesquisadoras, quanto nos contextos etnográficos como atores sociais –, proporá uma crítica da autoridade etnográfica e a “polifonia” dos seus textos. Desde os anos setenta, irá afirmar que o pessoal é teórico, além de político (OKELY, 1975): as emoções e a história pessoal não podem ser separadas da análise intelectual. Neste sentido, irá incentivar a ideia do etnógrafo como “observador vulnerável” (BEHAR, 1996; BEHAR & GORDON, 1992) com um convite para explicitar o envolvimento emocional e afetivo do pesquisador como sujeito estudado; rompendo com o tabu da prática de campo assexuada (WEKKER, 2006).⁶

A narração e a abordagem autoetnográfica, que caracterizam este artigo, remetem para uma forma de escrita e um método qualitativo que encontramos também na pesquisa feminista. Allen e Piercy oferecem uma definição da autoetnografia feminista como um “método de ser, conhecer e fazer que combina duas preocupações: a de contar as histórias daqueles que estão marginalizados e a de fazer um bom uso da nossa experiência” (2005, p. 156; minha tradução). Se o conhecimento vem da compreensão política do posicionamento social de cada estudioso, a autoetnografia permite-lhe responder à pergunta “como é que nós sabemos o que sabemos?” (ETTORRE, 2016), destacando as ligações e os diferentes níveis de consciência que ligam o pessoal ao cultural, social e político. Por outro lado, como observado por Ettore (2016), há uma diferença entre contar sua história, como acontece com a autobiografia, e teorizar sua história que caracteriza o autoetnografia. Em outras palavras, no caso de autoetnografia, a história é o *medium* – não o *focus* (KAWALILAK & GROEN, 2016).

⁶ Para uma mais extensa análise das contribuições da reflexão feminista sobre os problemas epistemológicos da disciplina antropológica, ver, entre outros, os trabalhos de Carmen Gregorio Gil (2006, 2014).

Uma autoetnografia de algumas etapas do meu caminho de pesquisa dos últimos anos permitiu uma reflexão sobre a minha subjectividade na pesquisa e os fatores sociais, culturais e políticos que têm influenciado, em diferentes experiências, o meu acesso ao campo, as relações com os sujeitos de pesquisa e as informações compartilhadas. Não só. A narrativa autoetnográfica dessas etapas e a reflexão sobre elas encoraja uma leitura da reflexividade como um “processo” – contraditório, às vezes amargo, certamente não óbvio – em que aspectos diferentes da subjectividade podem entrar em jogo e ter um valor diferente do esperado nos diferentes momentos da experiência de pesquisa mais ampla de cada estudioso.

JOVEM, MULHER, BRANCA, ESTRANGEIRA, COM CABELO CURTO E SOTAQUE ITALIANO

Homens, os próprios cientistas no trabalho são guiados numa certa maneira por desejos e inclinações pessoais: frequentemente são influenciados por interesses particulares dos grupos a que pertencem.

Norbert Elias,
Engagement et distanciation, 1996

Em junho de 2008, com a minha primeira viagem para a República Dominicana, começava também a primeira estadia de pesquisa que realizei para o estudo da prostituição de menores de idade⁷ e do turismo sexual no país. Foi uma pesquisa que realizei no

⁷ Vai além do escopo deste trabalho dar conta do acalorado debate em torno da definição do problema: prostituição de menores de idade ou exploração sexual de crianças e adolescentes? Durante a experiência de pesquisa teria preferido cedo, não sem controvérsia, o uso do termo “prostituição” e da expressão “menor de idade” em vez de “exploração sexual de crianças e adolescentes”. Como argumentei em outro lugar (2011), a venda de sexo, apesar da menor idade dos jovens que encontrei, muitas vezes parece configurar-se como um projeto consciente, acompanhado por determinação e audácia, amadurecido num contexto de restrições e

âmbito do meu doutoramento.⁸ No primeiro capítulo da tese, que se intitulava “A história natural da pesquisa”, a partir da minha biografia e dos meus interesses, dava conta da motivação pessoal, bem como científica, que tinha incentivado o estudo do problema. Desde as primeiras páginas compartilhava o meu posicionamento ideológico com respeito ao problema estudado e algumas questões “éticas” que a experiência de pesquisa empírica tinha levantado. Uma dessas refere-se à legitimidade de investigar problemas pelo menos aparentemente distantes, mesmo territorialmente. Era uma pergunta que foi colocada insistentemente nos primeiros momentos da estadia dominicana, durante uma relação nem sempre fácil com os interlocutores que, pelo menos nas expectativas, teriam podido favorecer a pesquisa empírica.⁹ Por que não me debruçar sobre a “criança” italiana? Ou por que não estudar os turistas sexuais e, com eles, as responsabilidades da parte do mundo de onde eu vinha? A minha formação e os interesses adquiridos ao longo do tempo respondiam a estas perguntas e me aproximavam de uma

limitações, mas também de ambições e aspirações a melhorar a sua situação. Um desejo de quebrar a rígida moral sexual, uma fase de descoberta da sexualidade e de construção de uma identidade sexual, acompanha, em alguns casos, as experiências dos jovens que se movem dentro de um contexto de necessidade, mas também um desejo de experimentação e de “jogo”. Nas suas palavras, a “exploração” refere-se principalmente às tentativas de identificar diferentes oportunidades de subsistência e de melhorar as suas condições de vida, em vez da experiência de venda de sexo. No que diz respeito à preferência pela expressão “menor de idade”, lembro aqui que tanto a menoridade quanto a infância não são fenômenos naturais, mas uma construção social situada histórica e geograficamente. Todavia, a experiência de pesquisa empírica sugeria uma infantilização particular dos sujeitos aos quais se refere o termo “criança” que remete a uma ideia norte-cêntrica de autonomia e necessidade de proteção.

⁸ Em outubro de 2010, defendi a tese na Sapienza, Universidade de Roma, sob o título *Storie dominicane. Uno studio qualitativo della prostituzione minorile in contesti di turismo sessuale (Histórias dominicanas. Um estudo qualitativo da prostituição de menores de idade em contextos de turismo sexual)*, publicada com o mesmo título pela editora Nova Cultura em 2011. A pesquisa, caracterizada por uma abordagem qualitativa, baseia-se na integração da observação científica com a coleção de 25 entrevistas qualitativas. Dez destas foram realizadas com representantes de instituições e organizações não governamentais com experiência de trabalho no setor turístico ou com trabalhadores e trabalhadoras sexuais e/ou jovens que vendem sexo. As restantes 15 entrevistas foram realizadas com menores de idade e jovens em situação de prostituição que, no momento do encontro, moravam no contexto metropolitano de Santo Domingo, na área turística costeira de Boca Chica ou na área suburbana de Haina.

⁹ Eram os representantes de algumas organizações que compõem a Comissão Interinstitucional contra Abuso e Exploração Sexual de crianças dominicana; a Comissão inclui mais de uma dúzia de instituições governamentais, organizações não governamentais e internacionais, como a Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

terra e de um tema aparentemente distantes, pondo em causa as minhas responsabilidades e o meu interesse de pesquisa. Mas ficava uma *outsider* (MERTON, 1972).¹⁰

Outsider enquanto “jovem, mulher, branca, estrangeira, com cabelo curto e sotaque italiano”? Provavelmente *outsider* especialmente enquanto pesquisadora “outra” em relação à pesquisa que, no mesmo período, estava a ser realizada no país com o patrocínio de alguns dos meus interlocutores (ver HASBÚN, s.d.). E de maneira veemente recomendavam uma atenção especial, durante a “minha” pesquisa, a respeito dos “meninos, das meninas e dos adolescentes” que eu pretendia encontrar.

À preocupação com as “suas” crianças adicionava-se, para minha surpresa ingênua, a preocupação com uma das principais indústrias do país, a turística, com a consequência de que muito rapidamente o uso da expressão “turismo sexual” surgia como um tabu.

Certamente as contingências não pareciam facilitar a comunicação com estes atores. Nas ocasiões informais surgia o desacordo para com uma publicação que tinha saído alguns meses antes da minha chegada: um trabalho publicado num jornal por uma autora, também ela italiana, uma jornalista que “permaneceu por quinze dias no país e que, depois de algumas entrevistas e um passeio nas praias de Boca Chica” teria prejudicado a imagem do turismo dominicano.

As respostas institucionais com que me confrontei nos primeiros momentos da estadia incentivavam uma reflexão, só brevemente referida no trabalho final, sobre a repressão como tipo fundamental de ligação entre poder e conhecimento, sexo e prostituição. Como nos lembra provocativamente Michel Foucault (2016), as crianças sabe-se que não têm sexo: uma boa razão para se proibir que se fale sobre isso e para impor prudência e silêncio também na pesquisa. Por outro lado, é significativa a dificuldade de combinar, também a nível teóri-

¹⁰ Segundo Robert K. Merton (1972), os *insiders* são os membros de grupos específicos e coletividades ou ocupantes de um status social específico e os *outsiders* os que não são membros. Cada posição estaria relacionada com vantagens e desvantagens e preocupações específicas surgiram dentro da reflexão feminista e pós-colonial. Na sua articulação mais simples, uma perspectiva *insider* põe em causa a capacidade dos estudiosos *outsider* de compreender plenamente as experiências de um *insider*, enquanto uma perspectiva *outsider* levanta dúvidas sobre a possibilidade de um estudioso *insider* se colocar de fora da cultura estudada e analisá-la sem vieses (KUSOW, 2003).

co, sexo e venda de sexo, e assim como quem teoriza o sexo – pensem na Judith Butler além do próprio Foucault – muitas vezes ignora o sexo comercial dos adultos, e sobretudo dos menores.

No momento da divulgação dos resultados da minha investigação, o medo da falta de capacidade da “jovem” pesquisadora e a complexa gestão das emoções que haviam atravessado a experiência empírica contribuíram para concentrar toda a minha análise sobre a inesperada, multifacetada, experiência e definição do problema – a prostituição – assim como sustentada pelos menores de idade, minimizando uma mais cuidadosa partilha reflexiva do caminho que me tinha permitido encontrá-la.

Enquanto isso, a minha “estranheidade” tinha assumido um significado diferente com outros interlocutores, incluindo as várias organizações não governamentais que trabalhavam sobre o tema e os próprios menores de idade com experiência de venda de sexo.

Os primeiros momentos do acesso ao campo tinham encorajado certamente uma atenção especial em relação a evitar pressões ou forçar o consentimento nas entrevistas com os jovens. Iria encontrá-los em primeiro lugar no ambiente natural da prostituição. A partilha dos seus espaços, em estreito contato com os protagonistas, determinaria um alto custo emocional da pesquisa. Jovem, mulher, “gringa” obrigava a um posicionamento contínuo, por vezes extenuante, em relação a quem eu era e aos meus objetivos. Os espaços que cruzava eram ao mesmo tempo um lugar de construção de complexas relações de conhecimento e confiança.

Os rapazes, com frequência, procuravam eles próprios discretamente o momento da entrevista que chegava depois de uma prolongada experiência de partilha cotidiana, constelada, em alguns casos, por sutis jogos de sedução. A possibilidade de alcançar e construir uma relação de confiança com as raparigas foi, no entanto, uma questão mais complexa por causa, entre outras coisas, da estigmatização precoce e da condenação social de que tinham experiência. Assim, o encontro com estas foi sempre acompanhado pela intermediação do pessoal das organizações que me apoiaram no campo e sendo a entrevista, muitas vezes, o ponto de partida em vez de ser o ponto de chegada do nosso encontro.

Em qualquer caso, a minha “estranheidade” parecia restituir liberdade de expressão, não obstante o estigma social forte e generalizado. A este respeito, lembro Nairobi, jovem transexual que, quando a encontrei pela primeira vez, em 2008, definia-se como “trabalhadora sexual”, mas em 2009, quando voltei à República Dominicana, especialmente durante os eventos públicos em que participávamos juntas, preferia enfatizar a experiência como “trabalhadora social” na organização com a qual estava colaborando.

Ademais, apesar da dificuldade de compartilhar uma experiência complexa, muitas vezes tive a sensação de que o encontro de entrevista provocou um efeito catártico sobre os meus interlocutores. Muitos deles não tinham a possibilidade de acesso a lugares, mesmo informais, de informação e orientação, de escuta e relacionamento, que poderiam contribuir a estimular a aprendizagem da própria história de vida e a atribuição de significado às experiências vividas. O encontro da entrevista parecia ativar um processo de escuta e de autoescuta que, pelo menos em alguns casos, através da intervenção das mesmas organizações que tornaram possível a pesquisa empírica, continuou ao longo do tempo.

Quanto às organizações não governamentais contactadas, estas responderam sem nenhuma resistência especial à partilha de experiências sobre o tema de pesquisa. Uma resposta que, em alguns casos, resultou num apoio à descida ao campo e foi constantemente acompanhada da denúncia, do desejo de “mostrar” a forma como as coisas estão, e das expectativas de expandir o próprio capital social. Uma abertura que teve lugar de forma semelhante daquela que experimentei mais tarde, em contextos mais “familiares” e que, hoje, remove todas as dúvidas sobre o papel de uma (possível) assimetria nessas relações. Foi antes, uma “abertura condicional”, que se refere à questão da construção da identidade do pesquisador e a sua aceitação dentro da realidade investigada. Por outro lado, como lembra Mario Cardano, “o trabalho de campo começa com um rito peculiar de reversão de status: o observador torna-se o objeto de observação dos nativos” (1997, p. 58, minha tradução). O “estudo” dos meus interlocutores sobre mim pretendia aferir a vontade de me envolver e, com ela, o interesse pela pesquisa. Por vezes, a partilha de momentos inesperados de complexidade estimularam a construção de uma relação de respeito e mútua confiança.

Durante a pesquisa, além disso, outras características da minha condição de *outsider* entravam em jogo e adquiriam importância. Uma delas refere-se ao meu cabelo curto, não tão comum no país, onde um anti-haitianismo forte e um desejo de distanciamento da descendência africana alimenta o costume de esticar o cabelo e desencrespá-lo. Os meus interlocutores perguntavam-se frequente e continuamente – nem sempre verbalizando a pergunta – se eu seria uma religiosa laica ou lésbica/bissexual. Ou ambas. Certamente criava confusão o fato de que, por um tempo, tinha ficado alojada com religiosas laicas, sendo que algumas destas faziam parte do meu cotidiano, assim como as jovens amigas lésbicas e feministas dominicanas.

Provavelmente também por esta razão, um dos atores decisivos no meu acesso ao campo, por muito tempo, sentiu a necessidade de compartilhar as suas reflexões sobre a violação dos direitos da comunidade homossexual da República Dominicana, e quando esperava que fôssemos aos *colmados*¹¹ ou às casas de alterne, propunha acompanhar-me a alguns dos pontos de referência da comunidade homossexual. É certo, tudo isso favoreceu uma atenção inesperada e julgo que uma melhor compreensão da prostituição masculina. Da experiência dos jovens *palomitos*, dos *sanky panky* e dos *bugarrones* dominicanos,¹² que frequentam a comunidade gay dominicana que, depois de alguns meses da minha chegada ao país, também eu conhecia bem.

¹¹ Na República Dominicana, os *colmados* são lojas que vendem produtos alimentares a peso e enlatados; são pequenos “centros culturais” onde as pessoas convergem para atividades que variam desde o consumo de álcool e a dança até o jogo de beisebol ou qualquer outro evento esportivo e a compra e venda de sexo.

¹² Na República Dominicana, a figura do *bugarrón* é associada aos ambientes homossexuais das áreas urbanas do país e à venda de sexo para homens homossexuais. A dos *sanky-panky*, a indústria do turismo nas áreas costeiras – o *sanky-panky* poderia ser definido como um gigolô caribenho, que vende prazer tanto aos homens como às mulheres. Estas duas figuras da cultura popular dominicana são caracterizadas pela afirmação de uma identidade sexual não homossexual, bem como da atividade de venda de sexo. São conhecidos como *palomitos* os jovens adolescentes que vendem sexo.

NOTAS DO CAMPO

¶Qual é o objetivo da reunião¶

○ que você quer outra vez daqui da gente, mulher¶

O suspiro irônico que acompanha as perguntas com as quais a técnica da organização toma lugar à mesa não ajuda para me fazer sentir bem-vinda.

É fevereiro de 2016 e, desde julho de 2015, tinha endereçado um pedido de colaboração à organização que gere uma das casas de abrigo portuguesas para pessoas traficadas, no sentido de construir um percurso de pesquisa com estas.

As primeiras tentativas de entrar em contato com a organização remontavam a setembro de 2013, no momento da elaboração do projeto de pesquisa para o qual pediria posteriormente financiamento. Passei as minhas férias em Portugal, esforçando-me por conhecer o problema e os vários atores envolvidos no tema. Provavelmente a minha falta de conhecimento do português não facilitara a comunicação com a organização para a qual eu tinha enviado um e-mail (na época, em inglês) cuja resposta nunca recebi.

Após o financiamento, quando comecei o projeto de pesquisa, em dezembro de 2014, o meu “portunhol” permitia-me compreender e ser compreendida pelos meus interlocutores, continuando todavia a não deixar nenhuma dúvida sobre a minha condição de estrangeira. Nos primeiros meses de pesquisa, tentei familiarizar-me com as organizações e os vários atores engajados no tema com a paciência e a prudência com que o pequeno príncipe de Saint-Exupéry se aproxima da raposa. Participava em vários eventos e atividades espalhadas por todo o país sem outros pedidos para além daquele da presença, escuta, aprendizagem. Esperava negociar gradual e progressivamente a aceitação da minha presença e do meu trabalho de pesquisa.

¶Gosta de brincar, certo¶

– Respondo à técnica, olhando para os olhos dela com um sorriso.

A sede da organização fica a pouco mais de três horas de comboio de Lisboa, onde eu moro: o tempo suficiente para voltar às perturbações, expectativas e perguntas dos meses anteriores à reunião com a que chamo aqui de Raquel e às duas colegas que, juntamente com ela, se sentavam em torno da mesa.

Tinha encontrado a minha interlocutora pela primeira vez cerca de oito meses antes, no final de junho de 2015, à margem de uma conferência. Raquel tinha me deixado um papel com o seu e-mail e, nos dias seguintes, contatei-a para solicitar uma entrevista. Os compromissos dela não pareciam facilitar a nossa reunião. A entrevista ocorreria só no final de outubro, depois de quatro meses. Mas nesse meio tempo entrevistei a que chamo aqui de Miriam, uma colega da mesma organização, mais diretamente envolvida no trabalho na casa de abrigo para mulheres traficadas gerida pela organização.

Durante a entrevista com Miriam, em meados de julho de 2015, pela primeira vez expressei o meu interesse em compreender a experiência e os pontos de vista das pessoas traficadas e pedi a colaboração da organização na minha pesquisa. A técnica e a coordenadora da delegação pareciam disponíveis mas convidaram-me a formalizar o pedido através de carta. Foi o que fiz, dando conta da abordagem qualitativa e participativa de pesquisa e da preocupação comum pelo respeito das biografias e das experiências das pessoas que poderia encontrar. Avancei a hipótese de uma colaboração como voluntária na casa de abrigo compartilhando a oportunidade de falar pessoalmente sobre a possibilidade de construção de uma pesquisa tendo em conta, entre outras coisas, a experiência da organização.

Só após repetidas solicitações e vários meses o meu pedido recebeu uma resposta. Em agosto de 2015, após a primeira solicitação, Miriam dizia-me que o assunto iria ser discutido internamente e que, em todo caso, eu teria que aguardar o retorno das férias da coordenadora.

No final de setembro de 2015, entrei novamente em contato com Miriam convidando-a a partilhar quaisquer dúvidas, perguntas, e expressando a minha disponibilidade para uma reunião a fim de discutir o meu pedido.

Em meados de outubro do mesmo ano tentei quebrar o silêncio da organização contactando novamente Raquel – ainda estava à espera de

uma resposta sua sobre a possibilidade de uma entrevista relacionada com a experiência da equipe multidisciplinar por ela coordenada. Cheguei a marcar uma entrevista nos últimos dias de outubro. No final da entrevista Raquel expressava a sua apreciação em relação ao nosso encontro: “Às vezes é só uma entrevista e hoje refletimos muito juntas. E fez-me com que eu própria pensasse em coisas pela primeira vez. (...) Puxaste certas perguntas. Ao puxar essas perguntas tive que olhar para a minha prática e também questionar-me e pela primeira vez cheguei a conclusões novas eu também”. Voltei ao meu pedido de colaboração e a oportunidade de um percurso de pesquisa que eventualmente confluiria com as perguntas que podiam surgir do próprio trabalho da organização.

Somente depois da entrevista com a técnica, após mais de três meses desde o primeiro pedido de colaboração, chegou uma resposta oficial da organização: “Falamos com algumas das nossas ‘lex-utentes’ do CAP,¹³ utentes que se encontram autonomizadas e a residir em Portugal, mas não demonstraram interesse em partilhar as suas histórias de vitimização. São utentes que já se encontram num processo de reestruturação e de maior segurança, mas que sentem que não lhes faz sentido voltar atrás”. Ao que acrescentava: “Estarás no Porto na próxima semana? Achas que podemos apoiar o projeto de uma outra forma?”

Surpresa. Uma sensação de desorientação acompanha a resposta da organização. O pedido de participação no meu trabalho feito às pessoas traficadas parece-me uma mudança repentina após o silêncio dos meses anteriores e a ausência de uma reflexão conjunta. Pressinto uma contradição entre as declarações sobre a disponibilidade e a relutância que as acompanhava. Surge a suspeita que, em comparação com as respostas dadas no passado pela mesma organização,¹⁴ apenas

¹³ Trata-se do Centro de Acolhimento e Proteção para pessoas traficadas.

¹⁴ Tinha em mente a resposta dada, em tempos relativamente recentes da organização relativa ao pedido de uma outra investigadora (portuguesa): “Após recebermos a sua solicitação, cabe (...) responder de forma negativa à sua proposta. (...) As múltiplas sinalizações e o acolhimento actual de vítimas inseridas em diferentes redes de crime organizado implica que contactem com a Casa apenas e só a equipa nuclear de técnicas, não havendo sequer contacto por parte dos *focal points* dos OPC’s, ou técnicos de valências de apoio externas. Todos os pedidos de dados ou estudos têm sido baseados em algumas entrevistas às técnicas ou em casos muito específicos e que se prendem com a análise de dados nomeadamente por parte do Observatório TSH [Tráfico de Seres Humanos], na passagem de algumas informações básicas para conhecimento do fenómeno em Portugal e como protocolado no início deste Projecto” (ALVIM, 2013).

o tom mudasse, mantendo-se no entanto a falta de interesse em levantar a questão.

Na minha resposta à organização, revelo a minha surpresa quanto à forma de gerir o pedido às pessoas traficadas, mas não me subtraio à possibilidade de um novo encontro, proposto mal eu acabara de regressar do Porto – quereriam eles pôr à prova o meu interesse? Estávamos agora no início de novembro de 2015 e a confirmação da minha disponibilidade para uma nova reunião receberia uma resposta somente no final do mês, no momento da minha partida para uma conferência na América do Sul.

Entrementes, na troca de e-mails parecia nascer um mal-entendido em relação à oportunidade de partilhar com as pessoas traficadas a minha identidade e os meus objetivos. Os contatos seriam retomados em janeiro de 2016 com o meu esclarecimento: “concordo (...) em relação à oportunidade da honestidade e clareza de todas as relações. O que queria dizer é que pensava que, no caso da organização estar interessada na possibilidade de apoiar a pesquisa, provavelmente deveríamos ter discutido as modalidades de colaboração, ou seja, ter falado melhor sobre as expectativas recíprocas e as melhores formas de tratar esta questão, antes de falar com as vítimas¹⁵ com as quais estão em contato.”

Na minha resposta – provavelmente com uma assertividade inóclita para os meus interlocutores – expressava a necessidade de maior clareza na gestão do meu pedido. Em suma, estariam eles realmente interessados em apoiar a minha ou outras pesquisas onde participassem as mulheres traficadas? Estariam eles nas condições para o fazer? Quais seriam as suas expectativas e a disponibilidade de partilhar uma reflexão útil para a construção de um percurso de pesquisa com as mulheres com experiência de tráfico também dentro da casa?

No final de janeiro de 2016 marcamos uma reunião para o mês seguinte.

☐ *Já sei! Já me recordo!* ☐

– *Raquel responde quando lhe lembro a ordem do dia.*

¹⁵ Teria preferido o uso da expressão “pessoa traficada” em vez do termo emocional “vítima” que, ao focalizar a atenção sobre a ideia de vulnerabilidade e trauma, parece não reconhecer a agência das pessoas traficadas.

A sua colega intervém para explicar que quando começaram a surgir os primeiros pedidos – tanto da comunicação social quanto de pesquisadores – adotaram como regra a de minimizar o número de pessoas que acessam a casa de abrigo. Não têm voluntários na casa de abrigo: é uma questão de “confidencialidade”, de “preservação dos utilizadores”, explicam as técnicas. As “vítimas” passam por muitos lutos, muitas perdas. Então, para evitar essas perdas, tentam reduzir o número de pessoas que chegam à casa.

A organização teve algumas “utentes” entrevistadas tanto para a comunicação social, quanto para a pesquisa social mas – me explicam – as “suas vítimas” sentem-se desestabilizadas em voltar a falar sobre as suas histórias. Por isso, quando recebem um pedido, perguntam à pessoa. Há quem quer ser entrevistada, que ainda se sente gratificada, importante, em dar o seu testemunho: se alguém disser que sim, “iremos chamá-la e dar-lhe-emos o número da vítima”, me garantem, lembrando que há outras que não querem fazê-lo. Por outro lado – acrescentam –, como técnicas, “tratamos de dar todas as respostas”.

Imediata a associação com as palavras com as quais outra organização, poucos meses antes, rejeitava o meu pedido para colaborar na pesquisa: “O conhecimento transmitimo-lo nós e estamos aqui disponíveis; tanto é que estou aqui consigo neste momento. Mas disponibilizar as mulheres e os testemunhos das mulheres nós nunca fizemos por uma questão de princípio, dos valores da instituição.”

Nas duas situações procurei partilhar a minha forma de pensar a pesquisa: o valor da centralidade dos sujeitos da pesquisa, da sua presença. A oportunidade de uma atenção às suas biografias e experiências complexas. A importância de aceitar o desafio ético e metodológico que a pesquisa – e da própria prática de intervenção – coloca sobre o tema.

Durante a reunião expresse a dificuldade em chegar a uma situação de entrevista com as pessoas traficadas na modalidade proposta da organização. Sugiro a oportunidade de me darem a possibilidade de construir um relacionamento com as mulheres traficadas que poderia eventualmente levar a uma entrevista. A casa de abrigo é um lugar físico e emotivo importante para elas que poderia apoiar a construção dessa relação.

□*Esse é um problema: nós não permitimos isso*
– *é reiterado.*

As técnicas dizem-me que posso falar com um jovem que poderia estar interessado em ser entrevistado. Descrevem a pessoa e a sua experiência de que já tinha conhecimento através dos relatos de outros interlocutores. Acrescentam que, depois de lhe perguntar se tinha disponibilidade, deram-lhe o meu número. Fico confusa: não tinham já perguntado às “suas vítimas” se estas estavam interessadas em se encontrar comigo? Seria esta realmente a melhor maneira de construir um trajeto de pesquisa com as pessoas traficadas? Estariam eles a ganhar ainda mais tempo?

Manifesto as minhas dúvidas sobre o efetivo interesse e a disponibilidade da organização. Um interesse que não é um dado adquirido, dado ser-lhes legítimo recusar. Sinto toda a frustração do seu silêncio prolongado, da espera prolongada que agora se repete. Não faltam momentos de tensão.

Encontrar-me-ei com a “sua vítima” em abril de 2016. No dia da “revolução dos cravos” portuguesa. O mesmo dia da libertação italiana da ocupação nazi. O encontro ocorrerá somente através da intermediação de uma das autoridades de polícia criminal portuguesa.

UM JOGO FORA DE CASA

A sociologia é certamente um fator de transtorno. Transtorna porque revela. Nisso é semelhante a qualquer outra ciência. “A ciência revela o que está escondido”, dizia Gaston Bachelard. Mas neste caso o “oculto” é duma natureza particular. Frequentemente é um segredo – que como muitos segredos de família não se gostaria absolutamente revelar – ou ainda mais frequentemente algo removido. Então, quando não se contenta em observar e ratificar a aparência, mas faz o seu trabalho de pesquisador científico, o sociólogo parece um delator.

*Pierre Bourdieu, Sociologia e democracia, em Anna Boschetti,
La rivoluzione simbolica di Pierre Bourdieu.*

Após a experiência de pesquisa feita durante meu doutorado na República Dominicana, participei em novas pesquisas. Integrei grupos de pesquisa em estudos das migrações, de experiência de integração dos refugiados, sobre a história das mulheres na Itália. Todas as pesquisas que realizei foram “em casa”. No final de 2014, mudei-me para Portugal para iniciar a pesquisa atual sobre tráfico e exploração sexual.¹⁶ Tal como no caso da experiência dominicana, trata-se de um estudo individual num país “outro”.

Esta experiência “impôs” uma nova reflexão atenta sobre a minha subjetividade. O estímulo veio de uma grande dificuldade de acesso ao campo. Desde a não resposta ou da lenta resposta das organizações que contactava, até às limitadas ou nulas possibilidades de pesquisa com as pessoas traficadas. Inúmeras perguntas sobre o meu posicionamento, uma vez mais, como *outsider*. *Outsider* em primeiro lugar enquanto estrangeira, não portuguesa.

Na sua globalidade a experiência de pesquisa dominicana – num país geográfica, cultural e economicamente distante – não sugeria uma preocupação especial no que diz respeito a este aspecto da minha subjetividade. Além disso, desde a elaboração de um projeto de pesquisa centrado territorialmente em Portugal, tranquilizava-me a presença dum bom número de pesquisadores estrangeiros no país. Muitos deles italianos.

Provavelmente não era óbvia a minha própria autodefinição em termos de *outsider*: a escolha pessoal de me mudar e fazer pesquisa em Portugal foi acompanhada pela ideia de mover-me, como europeia, numa área comum – europeia –, e eu não me lia como migrante ou “cérebro em fuga”, ou *expat*. Todas etiquetas com as quais eu me iria confrontar ao longo do tempo. Contudo, depois de alguns meses após o início do projeto em Portugal, começaram a surgir substanciais di-

¹⁶ O projeto, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) portuguesa e ancorado no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) através do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), tem como objetivo o estudo do tráfico de mulheres para exploração sexual e as experiências de assistência às pessoas traficadas em Portugal. Trata-se de uma pesquisa caracterizada por uma abordagem qualitativa da pesquisa social, baseada na recolha de mais de 40 entrevistas de representantes de organizações governamentais, não governamentais e órgãos da polícia criminal. É também a primeira pesquisa sobre o tema em Portugal que envolve uma experiência de observação científica numa casa de abrigo para mulheres traficadas. Apesar dessa experiência, apenas um pequeno número de entrevistas envolve diretamente as próprias pessoas traficadas.

ferenças tanto com a experiência dominicana como com a italiana. Ensurdedoras as não-respostas das organizações com trabalho com as pessoas traficadas e trabalhadores do sexo que, apenas raramente e muitas vezes com tempos muito dilatados, respondiam às minhas tentativas de contato.

Sem dúvida, o ser “estrangeira” contribuía para a dificuldade em compreender essas modalidades de gestão da relação. Complexo entender, por exemplo, se a dificuldade decorreria da minha gestão de comunicação ineficaz ou se seria comum a outros pesquisadores, estrangeiros e locais.

Também a produção das entrevistas, em Portugal, muitas vezes encontrava-se longe da experiência de reflexão crítica e, em alguns casos, da ocasião de denúncia representada pela própria entrevista, que havia caracterizado os meus encontros anteriores com organizações que trabalham sobre estes temas. A condução e as modalidades de interação eram frequentemente atravessadas por um alto nível de diretividade, bem como pelo medo do julgamento e a preocupação de *looking well* dos meus interlocutores – especialmente aqueles com uma maior experiência sobre o tema.

Sem dúvida, as situações de entrevista, bem como a interação cotidiana, restituíam-me uma leitura de mim principalmente como estrangeira – uma italiana à qual mostrar que Portugal é capaz de responder como os outros países, ou talvez melhor, ao que quer a Europa – apesar e, talvez, sob o impulso de um “estatuto periférico” que perpassa constantemente também na reflexão acadêmica.

Apenas lentamente, as circunstâncias informais começaram a sugerir que outros pesquisadores – tanto estrangeiros como portugueses – partilhavam uma experiência semelhante, de um acesso complexo ao campo, na investigação sobre os mais diversos problemas sociais. Dificuldades nem sempre, ou apenas timidamente problematizadas, na divulgação dos resultados de pesquisa, apesar da sua experiência ampla e transversal. Minha natureza de *outsider* parecia contribuir ao invés para uma atenção e problematização reflexiva das dificuldades que experimentava no acesso ao campo. Entretanto, verificava-se claramente que esta minha característica envolvia o meu ser italiana, estrangeira, mas não se limitava a isso.

Enquanto seguia os vários eventos sobre o tema na tentativa de me familiarizar com o campo e me dar a conhecer, comecei a notar a presença de pelo menos dois mundos paralelos, em comunicação complexa. Por um lado, todos aqueles atores – organizações governamentais e não governamentais – que compõem o sistema antitráfico português e, por outro, as organizações que não entram no sistema construído nos últimos anos, em alguns casos, por razões de posicionamento ideológico com respeito à venda de sexo. Este é o caso, por exemplo, da maioria das organizações que compõem a Rede Sobre Trabalho Sexual portuguesa, defensores dos direitos humanos, sociais e laborais, das pessoas que vendem sexo. Uma ampla área cinzenta inclui outros atores, formalmente envolvidos na rede antitráfico construída nos últimos anos no país;¹⁷ mas significativamente à margem desta. Novamente por causa do posicionamento ideológico em relação à venda de sexo – nesse caso entendido em termos de domínio masculino e de exploração do corpo da mulher-vítima – e/ou à débil partilha do sistema de combate ao crime construído no país nos últimos anos que exprime, também em Portugal, a dificuldade de conciliar a proteção das pessoas traficadas com os objetivos da justiça penal de garantir a pena dos traficantes e o controle da imigração.¹⁸

Onde fica a investigação? Mais uma vez via a reprodução de dois mundos paralelos: o dos pesquisadores ou dos grupos de pesquisa com experiências em pesquisas encomendadas e objetivos predefinidos pelas instituições políticas financiadoras; e todos os outros, os pesquisadores “estrangeiros” a esta tradição de pesquisa sobre o tema. De forma semelhante, uma área cinzenta inclui jovens investigadores de instituições policiais ou instituições públicas com experiência sobre

¹⁷ Trata-se da RAPVT - Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico, coordenada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), cuja finalidade é a prevenção, proteção e a reintegração das vítimas de tráfico.

¹⁸ Em particular, as preocupações com a imigração irregular e os objetivos da justiça penal de garantir a pena dos traficantes incitaram também Portugal a recusar-se a prestar assistência e proteção incondicionais às pessoas traficadas e a condicionar o acesso aos direitos relacionados com o estatuto de “vítima” à sua participação no processo judicial contra os seus traficantes. Este é o caso, entre outros, da autorização de residência das vítimas de origem extra-europeia, em relação às quais o artigo nº 109 da Lei 23/2007 prevê a subordinação a três condições que devem ser satisfeitas: a vítima deve ter a intenção clara de cooperar com as autoridades policiais para facilitar a investigação criminal; a colaboração da vítima deve ser útil para as finalidades da investigação e do procedimento criminal; a pessoa deve ter interrompido todas as relações com pessoas suspeitas de terem cometido crimes investigados.

o assunto. Em breve ficava claro que à minha posição como *outsider*, como estrangeira, italiana, sobrepunha-se uma posição de *outsider* em relação a um grupo pequeno e substancialmente fechado de atores que compõem o sistema antitráfico português.

Tudo isto parecia contribuir ainda para a minha espera “fora de casa” – fora das casas de acolhimento e de assistência às pessoas traficadas existentes em Portugal. Não só uma comunicação complexa e, em alguns casos, um fechamento substancial, caracterizava frequentemente o relacionamento com as organizações de base que trabalham sobre o tema, como a própria relação com as pessoas traficadas era em primeiro lugar uma relação negada, fora e dentro dessas estruturas.

Tratar-se-á de um encerramento e uma negação atribuível à falta de competências linguísticas e relacionais, da capacidade política e “diplomática” da pesquisadora, além e/ou juntamente com o seu ser *outsider*? Uma atenta revisão crítica da literatura sobre o tráfico em Portugal, com quem eu tinha começado o estudo do problema, enfatizava, como essa era apenas raramente e, excepcionalmente, caracterizada pelo encontro com as pessoas traficadas. Como em nenhum caso esse encontro acontecia nas casas de abrigo com a consequência de deixar de fora da casa toda a pesquisa, muito embora, a nível internacional, esta se caracterize por ser totalmente ou principalmente uma pesquisa que encontra as pessoas assistidas dentro dessas casas. Contudo, o que já em outro lugar chamei um “silêncio ensurdecidor” das pessoas traficadas (assim como das organizações que trabalham sobre o tema) confrontou-me com um sentimento de inadequação pessoal e profissional. Tampouco era reconfortante o fato de que a própria pesquisa “portuguesa”, aquela realizada por *insiders* – enquanto portugueses e/ou “internos” ao sistema antitráfico – se mantivesse longe das pessoas traficadas e das casas que as acolhem.

A abordagem metodológica com a qual eu chegava ao campo tornava muito complicada a hipótese de ter que renunciar à experiência subjetiva das pessoas traficadas, à interpretação das suas “vozes”, à narração das suas experiências. O índice de qualidade do tipo de trabalho que me propunha e, mais geralmente, de um certo tipo de sociologia, deve ser a capacidade de indicar o ponto de vista daqueles diretamente envolvidos no problema. Inaceitável, quase escandalosa, a hipótese de ausência das suas “vozes” por aquelas abordagens que há

algumas décadas se estão debatendo na afirmação do conhecimento como perfectível conquista intersubjetiva (FERRAROTTI, 2011), esforçando-se para tornar os seus textos cada vez mais plurais, polifônicos, abertos às “vozes” dos outros.

Como dar conta então de um tal limite “intolerável” representado pela impossibilidade de estabelecer uma relação de diálogo – permanente, informal, tão livre de restrições quanto possível – como exigido pela prática de campo? Uma abordagem reflexiva sugere que este não pode ser vivido como um momento “negativo” da investigação, a ser escondido e esquecido.

Esta incentiva uma leitura do tráfico como uma oportunidade para a construção de uma arquitetura particular de relações sociais e de poder entre diferentes atores – incluindo as pessoas traficadas, as instituições políticas, as forças policiais, os técnicos e os psicólogos das organizações de base, e os pesquisadores. Uma narrativa baseada no humanitarismo e no securitarismo parece ocasião para a definição de uma “hierarquia das alteridades”, com diferentes graus de acessibilidade para a etnografia, que põe em jogo a possibilidade de estabelecer as relações “livres”, preservadas da vigilância externa e das atenções do Estado. Em particular, os processos de produção da “vítima” de tráfico pelos mecanismos de luta contra o crime e de assistência, e de “inclusão excludente” de parte das estruturas institucionais e humanitárias que tomam a cargo os corpos, conformam e submetem-nos à vontade e aos poderes contextuais e/ou globais de controle político da vida e anulam as suas potencialidades políticas emancipatórias (BUTLER, 1997; FOUCAULT, 1976; SCHEPER-HUGHES, 2000).

Tudo isto, se por um lado constitui uma barreira para a pesquisa com as pessoas traficadas, por outro, constitui hoje o núcleo principal do meu trabalho. O resgate da vida e o controle humanitário estão interligados numa zona indistinta que atualmente faz parte dos meus interesses de pesquisadora.

Em suma, as mesmas “barreiras” estão atualmente a ser analisadas, não só de um ponto de vista epistemológico, como a abordagem reflexiva impõe, mas também ao nível fenomenológico.

FINANCIAMENTO

Este texto foi possível através de financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) portuguesa do projeto de pós-doutorado “Trafficking of women for sexual exploitation in Portugal. A qualitative study of trafficked women, trafficking experiences and measures of assistance” (ref. SFRH/BPD/93923/2013) e ancorado no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) através do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL).

REFERÊNCIAS

ALLEN, K. R.; PIERCY, F. P. Feminist autoethnography. In: SPRENKLE, D. H.; PIERCY F. P. (Eds.). *Research methods in family therapy*. New York: Guilford Press, 2005. p. 155-169.

ALVIM, F. *«Só muda a moeda»*: representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal. Lisboa: ISCTE-IUL / tese de doutoramento, 2013.

BEHAR, R. *The vulnerable observer: anthropology that breaks your heart*. Boston: Beacon Press, 1996.

BEHAR, R.; GORDON, D. *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press, 1992.

BOURDIEU, P. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d’Agir, 2001.

BUTLER, J. *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

CARDANO, M. *La ricerca etnografica em Ricolfi L*. La ricerca qualitativa. Roma: NIS, 1997.

CLEMENTE, M. *Storie dominicane*. Uno studio qualitativo della prostituzione minorile in contesti di turismo sessuale. Roma: Nuova Cultura, 2011.

CLIFFORD, J. *The predicament of culture: twentieth-century ethnography, literature, and art*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

- CLIFFORD, J. *Routes*. Travel and translation in the late twentieth century. Cambridge, Massachusetts: London, Harvard University Press, 1997.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- CRAPANZANO, V. *Tuhami: portrait of a Moroccan*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- DWYER, K. *Moroccan dialogues: anthropology in question*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1982.
- ETTORRE, E. *Autoethnography as feminist method: sensitising the feminist li'*. London: Routledge, 2016.
- FERRAROTTI, F. *La sociologia come partecipazione e altri saggi*. Torino: Taylor, 1961.
- FERRAROTTI, F. *Storia e storie di vita*. Roma-Bari: Laterza, 1981.
- FERRAROTTI, F. *L'ultima lezione*. Roma-Bari: Laterza, 1999.
- FERRAROTTI, F. Sociologia: la svolta qualitativa (riflessioni - una testimonianza personale). *La Critica Sociologica*, 154-155, 2005, p. 5-36.
- FERRAROTTI, F. *L'empatia creatrice: potere, autorità e formazione umana*. Roma: Armando Editore, 2011.
- FOUCAULT, M. *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- GOULDNER, A. W. *The coming crisis of western sociology*. New York: Basic Books, 1970.
- GREGORIO GIL, C. Contribuciones feministas a problemas epistemológicos de la disciplina antropológica: representación y relaciones de poder. *AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 1, n. 1, p. 22-39, 2006.
- GREGORIO GIL, C. Traspasando las fronteras dentro-fuera: reflexiones desde una etnografía feminista. *AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 9, n. 3, p. 303-327, 2014.
- HASBÚN, J. *Estudio cualitativo sobre explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes en República Dominicana: resultados preliminares*. Unicef/ Comisión Interinstitucional contra el Abuso y la Explotación Sexual Comercial. S/d.

KAWALILAK, C.; GROEN, J. Restorying the present by revisiting the past: unexpected moments of discovery and illumination through museum learning. *Journal of Adult and Continuing Education*, v. 22, n. 2, p. 152-167, 2016.

KUSOW, A. M. Beyond indigenous authenticity: reflections on the insider/outsider debate in immigration research. *Symbolic Interaction*, v. 26, n. 4, p. 591-599, 2003.

MARCUS, G. E.; FISCHER, M. F. *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

MERTON, R. K. Insiders and outsiders: a chapter in the sociology of knowledge. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 1, p. 9-47, 1972.

MRUCK, K; BREUER, F. Subjectivity and reflexivity in qualitative research - A new FQS Issues. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, v. 4, n. 2, p. 189-212, 2003.

OKELY, J. The self and scientism. *Journal of the Anthropology Society of Oxford*, v. 6, n. 3, p. 171-88, 1975.

POPPER, K. *Logik der Forschung*. Vienna: Verlag von Julius Springer, 1935.

RABINOW, R. *Reflections on fieldwork in Morocco*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

SANTORO, M. *Introduzione a Bourdieu, P. Forme di capitale*. Roma: Armando, 2015.

SCHEPER-HUGHES, N. Il sapere incorporato: pensare con il corpo attraverso un'antropologia medica critica. In: BOROFKY, R. (Ed.). *L'antropologia culturale oggi*. Roma: Meltemi, 2000. p. 281-292.

WEKKER, G. *The politics of passion: women's sexual culture in the Afro-Surinamese diaspora*. New York: Columbia University Press, 2006.



MUJERES DE LA FRONTERA: APROXIMACIÓN AL COMERCIO FRONTERIZO DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO

María Dolores Linares

INTRODUCCIÓN

Este artículo se propone describir la práctica comercial femenina de las paseras paraguayas realizada entre los años 2007 y 2010 en el espacio fronterizo argentino-paraguayo de Posadas (Misiones, República Argentina) y Encarnación (Itapúa, República del Paraguay), con el fin de analizarla en virtud de auto-construcción identitaria desde la perspectiva de los estudios de género. El paso internacional que une a Posadas con Encarnación es uno de los cuarenta pasos habilitados dispuestos a lo largo de los 1.699 kilómetros de frontera entre la República Argentina y la República del Paraguay (ver Resolución General n° 2827 AFIP, 2010). Este paso vincula a las ciudades de Posadas y Encarnación, separadas y unidas por el río Paraná y el puente internacional San Roque González de Santa Cruz, transformando la frontera en un área “viva”, atravesada por innumerables relaciones personales, familiares, de trabajo, comerciales y turísticas. Entre otros fenómenos, estos centros urbanos generan un espacio fronterizo (o transfronteri-

zo)¹ y una economía marcada por el dinamismo del comercio fronterizo – formal e informal – y por los vínculos generados a partir del mismo. En este caso, la mayor parte del comercio fronterizo informal es llevado a cabo mediante la práctica de circulación de mujeres llamadas “paseras” paraguayas.² Utilizamos el concepto de circulación cuando nos referimos al trabajo “de” o “en la frontera” – como lo llaman las paseras – para referirnos a un tipo de movilidad que pone el acento en la dimensión repetitiva y durable de los flujos (CORTÈS, G. y FARET, L., 2009) y que permite pensar las trayectorias de las personas a través de países de una forma dinámica, superando dicotomías como aquí/allá, residente/en tránsito, permanente/temporario y convirtiéndolo en un concepto pertinente a los espacios fronterizos.

La práctica comercial fronteriza de la pasera paraguaya consiste en el aprovisionamiento de bienes a bajo costo en Encarnación, el cruce de estos bienes por el paso internacional – a pesar de las disposiciones legales del control fronterizo – y la venta o entrega de los mismos en la ciudad de Posadas. Esta práctica ha persistido, con diferentes variables, a lo largo de más de un siglo de historia y formó parte del trabajo productivo y reproductivo que quedó restringido a las mujeres (POTTHAST, 2015). Hay que tener en cuenta que Encarnación es, desde 1994, la tercera plaza en actividades comerciales fronterizas del Paraguay – después de Ciudad del Este y Asunción – de artículos importados (MASI, PENNER y DIETZE, 2000) y que las paseras son un gran protagonista de este tipo de comercio. Sin embargo, como bien afirman Corvalán y Elías (1999), este trabajo se inscribe en su totalidad dentro del sector informal del mercado laboral, con lo cual carecemos de datos certeros sobre el volumen real de este tipo de comercio fronterizo. Estimamos que podrían existir entre 700 y 1200 paseras, según un ejercicio de observación realizada en el paso internacional.³

¹ En nuestra tesis doctoral intentamos demostrar como las acciones sociales de circulación en el espacio fronterizo alimentan, poco a poco, la generación y reproducción de vínculos transfronterizos de toda índole. Estos vínculos, sumados a acciones de voluntad política coordinada, pueden ayudar a la conformación de espacios transfronterizos (LINARES, 2017).

² Ellas se autodenominan de esta manera, como “paseras” y así las llaman los habitantes a ambos lados de la frontera.

³ En el año 2010, realizamos un ejercicio de observación para estimar la cantidad aproximada de paseras paraguayas que trabajan entre Posadas y Encarnación. Nos postamos en el Centro de Frontera durante tres horas a la mañana y tres horas por la tarde, observando específicamente la gente que cruzaba por medio del ómnibus internacional, que pasaba cada

La mayoría de ellas tiene residencia en Encarnación o sus alrededores y han empezado a trabajar a temprana edad, entre los 15 y 20 años.

Se trata, además, de una actividad de compra-venta prioritariamente femenina. Desde la inauguración del puente internacional en 1990 han comenzado a cruzar algunos paseros (hombres), pero sólo “pasan” mercaderías de gran valor (electrónica, por ejemplo), desplegando contactos, medios de cruce y estrategias muy diferentes a aquellas de las mujeres. Este dato no solo nos lleva a preguntarnos sobre las causas de tan alto índice de feminización en esta rama de actividad económica sino también sus consecuencias desde el punto de vista laboral y doméstico. Este trabajo se basa en dos técnicas de investigación cualitativas empleadas en sucesivos trabajos de campo en Posadas y en Encarnación, entre los años 2007 y 2010: la realización de entrevistas en profundidad a 30 paseras paraguayas (parte de las entrevistas serán reproducidas bajo nombres ficticios) y la observación participante de los cruces en la frontera. Para ordenar nuestra argumentación, en primer lugar caracterizaremos el comercio fronterizo de las paseras paraguayas, las mercaderías que comercian y los medios de transporte que utilizan. En segundo lugar, indagaremos sobre la auto-identificación de estos sujetos sociales frente a su trabajo en la frontera y, por último, analizaremos esta práctica desde una perspectiva de género, focalizando, sobre todo, en su propia experiencia laboral y en las relaciones de género que ésta implica.

EL “TRABAJO DE/EN LA FRONTERA”: VARIABLES DEL COMERCIO FRONTERIZO DE LAS PASERAS PARAGUAYAS

El concepto de comercio fronterizo hace referencia a un tráfico comercial que se basa en el aprovechamiento de las diferencias cam-

10 o 15 minutos. Comprobamos que en las primeras tres horas matutinas, de 8.30h a 11.30h, cruzaron en dirección Encarnación-Posadas alrededor de 250 paseras paraguayas, mientras que por la tarde de 14h a 17h lo hicieron 150.

biarias monetarias y en la comercialización de bienes y servicios “no comercializables” desde el punto de vista del comercio exterior. Es decir que, en un espacio como el de nuestro caso, productos como materiales de construcción o servicios como peluquería son aptos para el comercio a través de la frontera (OVIEDO, 2001). El comercio fronterizo incluye al comercio formal, es decir, un comercio desarrollado según las normas y requerimientos del país, lo que garantiza la procedencia y la calidad de los bienes. Pero también está incluido el comercio informal, que es aquel que no se rige por las normativas y leyes relativas a las transacciones de bienes y/o servicios del país en donde se ejerce. En este marco, la labor de la pasera paraguaya es descrita comúnmente como “contrabando hormiga”, dado que consiste en ingresar al país mercancía sin declarar y en escasas cantidades, argumentando que son para “uso personal” para no pagar tributo. Esta es una práctica característica de las áreas fronterizas, como lo demuestra el ejemplo de los *sacoleiros* y *sacoleiras* entre Brasil, Argentina y Paraguay, entre otros (CORVALÁN y ELÍAS, 1999).⁴

Consideramos que la práctica de la pasera paraguaya es “tradicional” por dos razones. En primer lugar por tratarse de una práctica comercial de larga data entre las dos ciudades según los habitantes del área: los primeros relatos sobre ésta datan de 1880, apenas unos años después del tratado de límites de 1876 que definió la frontera internacional entre Argentina y Paraguay en este tramo (SCHIAVONI, 1993; GRIMSON, 2002; KRAUTSTOFL, 2014; LINARES, 2017). En segundo lugar, como veremos en el próximo apartado, para muchas paseras su trabajo forma parte de una costumbre o tradición familiar femenina en tanto práctica que se transmite de generación en generación (SCHIAVONI, 2000; CORVALÁN y ELÍAS, 1999). Este comercio fronterizo se llevaba a cabo, desde el siglo XIX y hasta 1990, en balsas o lanchas que cruzaban el río Paraná. Pero a partir de 1990 con la inauguración del puente internacional, el volumen de este comercio se redimensionó, al punto que algunos comerciantes posadeños denunciaron esta práctica como “contrabando”. Sin embargo,

⁴ Es interesante remarcar que, mientras Corvalán y Elías (1999) califican el trabajo de la pasera paraguaya entre Posadas y Encarnación como “un particular flujo migratorio cotidiano” o una “tradicional institución”, describen el trabajo realizado por los/as *sacoleiros*/as brasileños como “contrabando de hormiga” (1999, p. 66-67).

la categorización de esta actividad comercial como contrabando, aún como contrabando hormiga, es compleja ya que en algunos casos las paseras tienen la posibilidad de amparar su práctica en los diferentes regímenes aduaneros y migratorios, como los regímenes de Tránsito y Tráfico Vecinal Fronterizo (para aquellas personas que habitan en un radio de 50 kilómetros a la redonda de Posadas y Encarnación, con una franquicia reducida) o el Régimen de Equipaje (para personas con residencia fuera de los 50 kilómetros a la redonda de Posadas y Encarnación, con una franquicia de 150 dólares estadounidenses en artículos de uso personal) (LINARES, 2013). Por esta razón, siguiendo a Alejandro Benedetti (2011) y a la misma auto-identificación de las paseras, llamamos este tipo de actividad “comercio hormiga”. Y decimos “actores del comercio fronterizo” porque, a partir de 1990 no sólo aumentó la cantidad de mujeres que se iniciaron en el “trabajo de la frontera” a través del puente internacional sino que su práctica comercial implicó el movimiento de otros factores afines a la actividad que fuimos descubriendo a partir de la observación participante y de las entrevistas realizadas, éstos son: clientes (que pueden ser particulares que les compran a las paseras o dueños de negocios en Posadas a quienes las paseras le “llevan” mercadería), taxistas o mototaxistas (transporte), estudiantes “paquitos”,⁵ paseros y puesteros de los mercados “paraguayos” (que también contratan a paseras para proveerse de mercaderías) (LINARES, 2013).

Desde el punto de vista laboral, la circulación cotidiana de las paseras paraguayas, sus estrategias comerciales, los medios de cruce internacional, los modos de venta y los clientes, todo está determinado por el tipo de mercancías que “cruza” o “trabaja” cada pasera. Encontramos, de acuerdo a estas mercancías, dos tipos de paseras: a) las verduleras, que comercian frutas, verduras y “yuyos medicinales” y b) las paseras, que comercian una gran variedad de mercaderías paraguayas e importadas, como por ejemplo artículos textiles (manteleros, toallas, sábanas, acolchados), artículos de vestir, termos, paraguas, zapatillas de segundas marcas, maquillaje, medicamentos caseros (jarabes de miel y propóleos) y artículos para el cabello.

⁵ Se denominan “paquitos” a aquellos estudiantes universitarios de Posadas y Encarnación que, por no ser oriundos de esas ciudades, tienen un régimen de franquicia aduanera especial que “alquilan” a las paseras una vez por mes (LINARES, 2013).

Dentro de la categoría “pasera”, encontramos dos subtipos: las “intermediarias” y las “vendedoras”. Las paseras “intermediarias” pasan las mercaderías para un cliente, en general un puestero en los Mercados paraguayos de Posadas (el Mercado Modelo y la Placita del Puente), mientras que las “vendedoras” venden ellas mismas en sus puestos a clientes particulares. Emilia, en una entrevista del año 2010, nos explicaba: “Yo, nosotras somos vendedoras porque compramos allá [por Encarnación], traemos y vendemos acá. Porque hay algunas que son paseras, que le compran otra persona y ellas hacen pasar nomás. Nosotras traemos y vendemos” (Emilia, 6/8/2010).⁶

De acuerdo a dichas mercaderías se decidirá la vía del cruce hacia Posadas: la fluvial o la terrestre, decisión realizada en función del tipo de control que recibirán en cada caso. En el puente internacional se encuentran todos los organismos de control fronterizo (aduanero, fitosanitario, migratorio) mientras que en el puerto de Posadas no existe el control fitosanitario del Senasa, que controla el ingreso de frutas y verduras.

Por esta razón, las paseras “verduleras” prefieren cruzar por medio de la lancha para evitar los controles fitosanitarios. Llevan bolsos cargados con productos de sus huertas, que se encuentran en las inmediaciones de Encarnación (por ejemplo, Coronel Bogado o Colonia Cuatro Potreros). Una vez en Posadas, algunas se dirigen al Mercado Central de frutas y verduras para abastecerse mejor. Luego tienen dos opciones: armar un puesto precario en las veredas de la ciudad o la venta ambulante. Las paseras que trabajan del comercio ambulante ofrecen sus productos “casa por casa” y suelen caminar cargadas de mercadería un barrio o dos. Nuestra experiencia, en el Barrio Villa Sarita, nos indicó que se reparten el barrio entre diez y veinte paseras, que se mueven en grupos de tres o cuatro, ya sea por días (unas van a Posadas solo dos veces por semana) o por calles. Cuando terminan la venta, regresan a Encarnación.

Las paseras intermediarias y las vendedoras realizan el cruce en taxis, mototaxis o en el ómnibus, por el puente internacional, llevan-

⁶ Debemos aclarar que esta tipología realizada responde al objetivo de identificar tipos de trabajos diferenciados pero, en la realidad, en ocasiones los tipos se encontraron combinados.

do bolsos negros y “surtidos”. Se organizan en grupos para dividir la mercadería de manera equitativa en sus equipajes: luego del aprovisionamiento de mercaderías en Encarnación, “arman” los bolsos de manera que, vez de llevar un bolso con 10 termos y otro con 10 pares de zapatillas, cada pasera llevará un bolso con un ejemplar de cada artículo para argumentar que son para “uso personal” y así estar amparadas por la ley al momento de los controles fronterizos. Cuando llegan a Posadas, las paseras “vendedoras” arman puestos de venta (con mesas o directamente con mantas en el suelo) y hacen un horario “comercial”, volviendo a sus hogares en Encarnación recién a las 20h. Las paseras intermediarias, en cambio, esperan en alguna esquina o en las veredas de los alrededores de los mercados paraguayos para “entregar” la mercadería a su cliente/empleador. El tiempo de espera es variable, en ocasiones pueden llegar a ser algunas horas. Una vez que entregan la mercadería, vuelven a Encarnación a “buscar más” – si aún es temprano – o regresan a sus hogares. En general, todas las paseras, al terminar su jornada, realizan alguna compra en Posadas y regresan a Encarnación. Entre el cruce de “ida” y el de “vuelta”, las paseras ganan su sustento, conversan con sus clientes, se encuentran con amigas y familiares, descansan, almuerzan, viven su cotidianeidad en la ciudad de Posadas.

Las 30 paseras entrevistadas vivían en Paraguay y cruzaban la frontera una o varias veces por día con fines estrictamente laborales. Se trata de un ejemplo de circulación fronteriza que no implica la decisión de residir permanentemente en otro país que no sea el propio. En este contexto, al preguntarle sobre sus motivaciones para cruzar la frontera cotidianamente, las respuestas de las paseras paraguayas giraban en torno a tres cuestiones: 1) mantener económicamente a sus familias, como ejemplifica el caso de María o Anónima nº 8: “Llevamos a casa para el puchero. Siempre salvamos algo para la casa, para tener nuestra platita” (María, 27/4/2009); “(lo peor es) el cruce, cómo nos tratan ahí. Hemos sufrido maltratos muchísimas veces, de los gendarmes, de los aduaneros... A veces te da pena venir. Yo quisiera tener plata y nunca venir más a Argentina” (Anónima nº 8, 12/8/2010); 2) realizar una actividad laboral más redituable que lo que ofrece el mercado laboral paraguayo (específicamente dentro del sector de servicio doméstico y comercio), como explica Laureana: “No hay trabajo en

el Paraguay... y a donde vamos a ir a parar si cuando no hay trabajo, adonde, decime? Tiene que ir al país ajeno, a rebuscarse, si no hay trabajo (...). Nosotras tenemos que callar, a dónde vamos a ir llorar? no hay a donde ir a llorar. A mí nunca me maltrataron, porque cuando me retan me callo” (Laureana, 30/4/2009); y 3) realizar una actividad que les da satisfacción, como nos cuenta Tamara con cierto orgullo:

Crié a todos mis hijos trabajando en la frontera. Gracias a Dios. Tengo siete hijos. Seis varones y una nena. Y gracias a Dios ya soy abuela. Pero sigo trabajando porque me gusta! Yo no tengo marido, soy madre soltera. Y gracias a Dios crié a los siete, con el trabajo de la frontera. Me gusta trabajar, venimos acá y charlamos con las compañeras, con las otras compañeras, con los clientes... todo ese clima, ese ambiente que hay... que viene a ser como de amistad ya, por todos los años... ya no es un trabajo... pero tiene también su sacrificio, verdad? hay días y hay días... (Tamara, 6/8/2010).

“SER PASERA”: EXPERIENCIAS LABORALES EN LA FRONTERA

Para acercarnos al sujeto social “pasera”, comprendemos que el relato sobre la propia identidad es un relato fragmentado: uno es aquello “que hace”, aquello “que quiere”, aquello que “no es”, incluso aquello que “fueron los que son como uno mismo”. En la literatura desde hace más de veinte años se ha abandonado la postura totalizadora y esencialista de la identidad (ARFUCH, 2005, p.14), olvidando esos atributos dados, innatos, preexistentes, para dar paso a concepciones más “suaves” y más contingentes que toman a la identidad como relacional. Por esto, para dar cuenta de lo contingente, de la fluidez, muchos autores han dotado al término identidad de diferentes adjetivos: híbridas, líquidas, fuertes, fragmentadas, construidas, débiles, móviles, performativas, económicas, etcétera (BRUBAKER, 2001; BALBUENA BELLO, 2001; BUTLER, 2004; GATTI, 2007). ¿Cómo abordar, desde esta pluralidad de perspectivas, las manifestaciones de auto-identificación de un sujeto social de la frontera?

Una primera guía argumentativa es que identidad y alteridad son inseparables en su conceptualización, porque cuando establecemos un principio de identidad – cualquiera fuera – estamos estableciendo, inmediatamente, un principio de diferencia. El sujeto que auto-construye un sentido de identidad lo hace en función de alternativas, de la existencia de un “otro” (LISCHETTI, 2000). En segundo lugar, coincidimos con Arfuch cuando establece que: “No hay identidad por fuera de la representación, es decir, de la narrativización – necesariamente ficcional – del sí mismo, individual o colectivo” (ARFUCH, 2005), p. 24). La identidad se manifiesta dentro del discurso porque no es una entidad en sí misma y no tiene consistencia propia. Su consistencia está determinada por una auto-percepción – del yo que instantáneamente percibe y determina a los otros – que formará una trama narrativa, que es lo que generalmente llamamos “identidad”.

Concebimos entonces identidades “no innatas”, “construidas”, presentes sólo en una “trama narrativa”, “representadas” y “negociadas” frente a otros. Con el fin de simplificar el término retomamos la clasificación realizada por Brubaker (2001) y llamaremos “identificación” al proceso por el cual los sujetos sociales construyen su sentido identitario y de alteridad, cargado de condicionamientos internos y externos y a merced de las propias subjetividades. Por otra parte, la auto-identificación comprenderá la subjetividad situada de los sujetos, es decir, el propio sentido de quién es uno, de su situación social y de su capacidad de acción.

En la narrativa de las paseras se hacen presentes identificaciones, auto-identificaciones, producciones y reproducciones de construcciones identitarias territorialmente ancladas. Frente a las preguntas sobre su identidad, las mujeres paraguayas se auto-identifican, en un primer momento, por el lugar que ocupan en el mundo laboral: como paseras, hormiguitas, revendedoras, verduleras. Pareciera que se trata de una heterogeneidad de labores (que se desarrollan dentro de la actividad comercial), que además pueden ser realizados por mujeres de todas las edades, dado que las entrevistadas tenían entre 18 y 70 años. La clasificación que propusimos en el primer apartado aparece de manera combinada en algunas entrevistadas: “Soy pasera. De todo traigo, cigarrillos, zapatillas, bolsos, de todo un poco” (Anónima nº

9, 12/8/2010), pero al preguntarle cuál es la diferencia con las demás mujeres, planteaba otra posibilidad de categorización: “Las que venden verdura por la calle son villenas (por vivir en Villa Encarnación)”. Nosotros sabemos, sin embargo, que muchas de las paseras verduleras no viven en Encarnación, sino que viven en donde tienen sus huertas: Cuatro Potreros, Coronel Bogado o en barrios más alejados como Moicaé, San Isidro o Carmelita. No son “villenas”, sino “campañeras”, es decir, de la campiña (SCHIAVONI, 2000). Otra pasera se define como vendedora pero realiza un trabajo de “pasera”: “Yo soy vendedora, no soy pasera. Traemos de allá y vendemos acá, a los comerciantes de acá de Posadas. No vendemos acá en la calle, venimos, entregamos la mercadería a los que tienen negocio acá, en los puestos del mercado” (Tamara, 6/8/2010).

En segundo lugar, todas hacen referencia, al hablar de sí mismas, a la condición de mujeres trabajadoras del comercio fronterizo y, sobre todo, a su condición de “madres”. En este sentido, todas las mujeres entrevistadas reivindican su papel de proveedoras dentro de la familia, ya sean jefas de hogar o no. “Parar el puchero”, “llevar algo a la casa”, “darle de comer a los hijos” es, como vimos anteriormente, la gratificación personal de su trabajo, lo que las moviliza a trabajar. Todas excepto una de las 30 entrevistadas tenían hijos, la más proliфера tenía 18, y todas se jactaban de darles de comer, incluso algunas de educarlos, con su trabajo diario, como nos relataba Jacinta: “Crié 15 hijos. Mi marido trabajaba la chacra y yo trabajaba acá. El trabajaba en la chacra y el vendía, algodón y eso. Y yo siempre pasaba cositas, y pasaba todos los días. Ya soy viuda” (Jacinta, 27/4/2009). Un caso similar era el de Laureana: “Yo tengo 12 hijos. Y yo les crié a todos, cuando tenía 15 años ya venía acá (a Posadas). El papá de mis hijos es de acá. Cuando tenía 15 años ya tenía un hijo. Yo los crié a todos, soy mamá y papá” (Laureana, 30/4/2009). Otra pasera, que se quiso mantener en el anonimato, nos contaba: “Tengo cuatro hijos y mi marido, el jefe de familia no tiene trabajo” (Anónima nº 2, 4/5/2009). De esta manera, las “paseras”, las que niegan llamarse paseras, las revendedoras y las verduleras, no se identifican con un nombre sino con la misma condición de ser mujeres y madres trabajadoras que cruzan la frontera todos los días para alimentar a sus hijos.

En tercer lugar, encontramos en todas las mujeres entrevistadas un relato de su iniciación como pasera. Para ellas, la “tradicción” de su práctica no descansa en ser un oficio históricamente comprobado, sino en la experiencia y la transmisión del oficio de mujer a mujer. La mayoría de las paseras entrevistadas gustan relatar – se lo preguntemos o no – cómo fueron iniciadas en su trabajo marcando, en cada caso, la existencia de una tradición, de un aprendizaje que viene de lejos y que casi todas reivindican como un tesoro oculto. El tiempo parece, en su discurso, como una continuación de las vidas de sus madres, abuelas, vecinas, de las antiguas paseras que les han enseñado la labor. Mientras algunas “maestras” se retiran, otras siguen en la actividad siendo muy mayores y las jóvenes, de 16 o 18 años, empiezan a cruzar solas. Marcia fue aprendiz de su madre: “[Empecé] Hace mucho, yo tenía 12 años y ahora tengo 38. Me enseñó mi mamá, ella sigue trabajando” (Marcia, 4/5/2009). Augusta, por otra parte, aprendió con la hermana de una amiga: “Hace veintipico de años, hice crecer a todos mis hijos acá. A mí me enseñó la hermana de ella, de esa señora, es la que me trajo, y de ahí no paré” (Augusta, 19/7/2010).

En cuanto a las características particulares de la jornada laboral, los horarios y los días de trabajo, los clientes a visitar y su relación con los comerciantes de los mercados paraguayos, en los relatos de las paseras observamos su interés por lograr una división de los tiempos en el hogar y el trabajo “de/en la frontera” que les permita cuidar a sus hijos y, a la vez, lograr un excedente económico en cada cruce. Muchas realizan el cruce todos los días una vez por día, otras lo hacen sólo unos días a la semana, otras solo una vez por semana, según sus necesidades y las mercaderías a cruzar. A veces se quedan un período fijo de tiempo en Posadas atendiendo sus puestos, otras se quedan hasta que venden todo y otras hacen una entrega y se vuelven a Encarnación. Violeta trabaja con su mamá y se dividen el trabajo: “Siempre armamos el puesto acá, siempre acá. Mi mamá a veces va casa por casa, los sábados, recorre el barrio Yaciretá. Pero sólo los sábados, ella tiene sus amigas, sus clientas, les lleva cosas” (Violeta, 2/8/2010). La mayoría tiene algún cliente mayorista en los mercados paraguayos, salvo algunas de las paseras verduleras. Ellas organizan sus tiempos laborales según sus necesidades y posibilidades de venta y ganancia. Lina nos relata, por ejemplo, cómo se organiza:

Vengo [a Posadas] todos los días, a veces menos, a veces me quedo [en Encarnación] y trabajo en la huerta. Yo llego con mi mercadería y voy a los clientes del mercado, yo no me quedo todo el tiempo acá. Vengo a esperar que me paguen o que busquen su mercadería, también traigo para vender casa por casa, a algunos clientes conocidos, pero sólo a la mañana. Después ya vengo al mercado y espero. Recorro cerca del supermercado, dos o tres cuadras nomás, no voy lejos. Hago una vueltita nomás y ya vengo (Lina, 19/7/2010).

La cantidad de días y el horario de trabajo de las paseras no dependen, sin embargo, únicamente de sus preferencias y sus clientes. Dependen de las maneras de realizar el cruce, de las estrategias de cada mujer para pasar su mercadería y lograr llegar al punto de venta o entrega. Estas estrategias suponen un conjunto de conocimientos esenciales para el trabajo en la frontera. Forman, como indica Krautstofl (2014), su modo de “ser” y “estar” aquí y allá, es decir, en la frontera. La auto-identificación de la pasera conforma una identidad laboral pero, sobre todo, femenina, maternal y fronteriza. Con respecto a estas estrategias, en primer lugar todas las paseras manejan perfectamente los diferentes tipos de cambio, el paraguayo, el argentino y el estadounidense, con respecto a sus mercaderías y los costos de transporte. Saben, por lo tanto, no sólo la ganancia que pueden obtener de sus ventas sino también cuál es el medio de transporte más conveniente para cruzar en función de sus costos, de los horarios, de la rapidez, de la cantidad de personas que puede transportar y de la seguridad para realizar el cruce. En segundo lugar, tienen un manejo espacial de la ciudad de Posadas que les permite movilizarse de un punto a otro sin inconvenientes. En tercer lugar, uno de los más importantes conocimientos es la capacidad de construir una red de contactos entre ellas y los demás trabajadores de la frontera que, bien dispuestos, pueden garantizar un cruce exitoso (taxistas, fleteros, informantes varios, etcétera). Esta red constituiría, como analizamos en otra oportunidad (LINARES, 2017), el capital social con el que cuentan las paseras en la frontera, que según el concepto de Bourdieu estaría conformado por “el conjunto de los recursos actuales o potenciales que están ligados a la posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de inter-conocimiento e inter-reconocimiento” (BOURDIEU, 1980, p. 1). Por último, conocen los mecanismos operacionales de control fronterizo de cada organismo nacional de control y

sus funciones, responsabilidades y límites. El sistema creado por las paseras para lograr realizar, cada día, un cruce exitoso implica la coordinación de un grupo de saberes propios y compartidos entre mujeres y, también, varones, aunque de manera indirecta, como veremos a continuación.

MUJER TRABAJADORA EN LOS BORDES: ENTRE LA VISIBILIZACIÓN Y LA EXPOSICIÓN

Indicamos en el apartado anterior que en la auto-identificación de la pasera aparecen ciertas constantes: su labor u oficio, la transmisión generacional de la labor, la condición de madres proveedoras y el espacio de la frontera como posibilidad y obstáculo a la vez. Pero hay un dato insoslayable: se trata de mujeres (mujeres madres, hijas, tías, vecinas), es decir, de un trabajo tradicionalmente femenino, lo que nos obliga a hacernos la pregunta sobre las relaciones de género implícitas en este tipo de trabajo desde la perspectiva de los estudios de género.

Debemos aclarar que situar nuestro análisis desde esta perspectiva no significa tomar al género como una variable más dentro de las numerosas variables de investigación (de clase, étnicas, etcétera) sino que nos invita a retomar las experiencias femeninas desde una mirada crítica y política (BARTRA, 1998). Esta experiencia, sin embargo, no es total, dado que el universo de mujeres es múltiple y existe en su interior diferencias de todo tipo y, además, no está aislada de la experiencia de los hombres (HARDING, 1998). La experiencia de las mujeres es relacional y nos acerca a una dimensión específica de la desigualdad social basada en sistemas culturales fuertemente arraigados. La perspectiva de género – entendiendo al género como una construcción social –, a través de las experiencias de las paseras, nos invita a analizar las relaciones entre géneros y las formas de dominación que de ellas emanan (GOLDSMITH CONNELLY, 1998). Este tipo de acercamiento nos indica qué roles les asigna determinada so-

ciudad – a través de instituciones como la familia, la economía, la escuela, por ejemplo – a cada uno de los sexos y que espera de cada uno de ellos (GUIMARÃES PERES y BAENINGER, 2014). En el caso de las paseras, nos preguntamos: ¿Por qué ha sido el cruce, y lo es aún hoy, una práctica mayoritariamente femenina? ¿Cuál es el papel que juegan los hombres en esta rama de actividad laboral? ¿Cuáles son las características de este trabajo que hacen que la segmentación sexual sea tan evidente?

Sobre las causas del alto índice de feminización de esta práctica, existen varias hipótesis que han ido prevaleciendo a lo largo de nuestra investigación. La primera apuesta a una explicación histórica: explica que esta labor femenina podría haberse iniciado luego de la Guerra de la Triple Alianza como una alternativa de subsistencia, dado que la guerra había provocado la disminución de la población masculina (POTTHAST, 2010, p. 324). Como explica Centurión, por la falta de población masculina, las mujeres habían quedado a cargo de los niños y de las economías familiares:

En holocausto del amor a la patria sacrificaron el fruto de sus amores: el hijo; dejaron ir al padre, al esposo y al hermano; dieron sus joyas y abandonaron sus hogares y se transformaron en obreras de todos los talleres. (...) Piedra sobre piedra fueron colocando con solicitud maternal (...) ¡Benditas sean las mujeres que reconstruyeron la patria! (CENTURIÓN, 1948, p. 409-410)

Tal vez hayan sido esas mujeres quienes, por la ausencia de hombres en edad de trabajar en el hogar, comenzaron a cruzar el río Paraná hacia Posadas para vender productos de sus huertas a un mejor precio en la otra orilla del río. Sin embargo, en un trabajo reciente Bárbara Potthast (2015) comprobó, a través de diferentes documentos históricos y fuentes censales de Paraguay, que

no fue la guerra la que causó el predominio del trabajo femenino en la agricultura de subsistencia y en el comercio pequeño, sino que solamente lo agravó. Lo mismo también vale para las estructuras de hogar y familia. Mujeres jefas de hogares e hijos nacidos fuera del matrimonio ya eran una característica de las estructuras demográficas de las ciudades antes de la guerra, aunque su número aumentó dramáticamente después de la catástrofe. (Potthast, 2015, p. 171)

Pero otra de las hipótesis apunta a rasgos culturales que establecen una división del trabajo basado en el género, como lo explica uno de nuestros informantes claves:

el hombre paraguayo no está muy acostumbrado a este comercio, a la exposición al público de la venta de un producto. Más bien es la mujer la que debe realizar ese tipo de trabajo. Él puede hasta traerle el bolsón de la mercadería pero la que se encarga del ofrecimiento y la venta posterior es la mujer. Porque la mujer es la que administra luego todo lo del hogar (...). (Lic. Miño, Consulado Paraguayo en Posadas, abril 2009)

Una explicación similar notaban Guimarães Peres y Baeninger (2014) para el caso de las migrantes fronterizas bolivianas en Corumbá – Mato Grosso do Sul (Brasil) que se dedicaban al comercio, argumentando que ese tipo de actividad, dentro de los migrantes bolivianos es “culturalmente femenina” dado que el comercio es “culturalmente despreciado por los bolivianos, menor, poco valorizado y, por lo tanto, acaba siendo ejercido por las mujeres” (GUIMARÃES PERES y BAENINGER, 2014, p. 192). Nuestro informante señala que el hombre paraguayo podría “hasta” traerle el bolso a la pasera, pero en ningún momento comerciar. Dentro de esta rama de actividad, como indicamos anteriormente, los hombres “paseros” tienen otras líneas de compra-venta que en ningún momento se cruzan con las de las paseras. Los hombres con los que sí interactúan ellas son sólo los transportistas (taxistas o mototaxistas, fleteros) o los “cargadores de bolsos”: hay que remarcar que estos “cargadores” son generalmente sus hijos y no sus maridos o concubinos. La ausencia de hombres se evidencia en la transmisión del oficio, que se realiza de mujer a mujer, donde los hombres parecen tener poca incidencia. Esto nos lleva a indagar sobre la composición familiar de las paseras y las relaciones de género al interior de sus hogares.

Desde el punto de vista familiar, por ejemplo, la inserción de la mujer paraguaya en el mercado de trabajo no tendrá el mismo peso para aquella que tenga marido o concubino como para aquella que no lo tenga (GALEANO, 1982). De las 30 mujeres entrevistadas, sólo el 45% era “jefa de hogar” por viudez o por ser “madres solteras”. El 50% tenían maridos o concubinos que trabajaban en Encarnación y el

5% restante tenían maridos o concubinos pero éstos no tenían trabajo en el momento de las entrevistas, con lo cual las mujeres estaban en la situación de jefas de hogar. Evidentemente, las jefas de hogar cargan con la responsabilidad completa de mantener las unidades familiares junto con, en algunos casos, los hijos mayores u otros miembros de la familia ampliada. Los maridos y concubinos de las paseras entrevistadas trabajaban en la construcción y en menor medida en la chacra o en “changas”⁷. En esos casos, remarcaban que ellas trabajaban porque “les gusta vender”, mientras que sus maridos prefieren el trabajo en la chacra o “en otra cosa, lejos de la frontera porque no les gusta”. Según los resultados de las entrevistas realizadas, la mujer no sólo ayuda a proveer a la economía familiar sino que, además, administra muchas veces el espacio doméstico y se “expone” en el espacio público.

Evidenciamos, entonces, una fuerte presencia de la mujer paraguaya en la esfera pública del mercado laboral. Que la mujer no se recluya en la esfera privada (o doméstica), como en otras sociedades patriarcales, nos podría indicar un signo de empoderamiento femenino. El concepto de empoderamiento hace referencia a un proceso de desarrollo de las capacidades de negociación a nivel familiar y colectivo que resultaría en una distribución más equitativa de poder (HAINARD y VERSCHUUR, 2004). Sin embargo, hipotetizamos que esta presencia en la esfera pública podría leerse más como una exposición y no como un empoderamiento de la mujer/pasera en el espacio público por varias razones.

En primer lugar, si bien los estudios de género en algunas ocasiones han calificado a Paraguay como una sociedad matriarcal (ver POTTHAST, 2015, p. 159) dado que las mujeres controlaban algunos sectores del trabajo (casi exclusivamente en la rama comercial) y tienen hijos y familias sin contraer matrimonio (que les asignaría una cuota de libertad en el plano doméstico), Potthast nos advierte que la sociedad paraguaya fue y es todavía extremadamente patriarcal: las mujeres pueden dominar los mercados de venta de las ciudades pero son los hombres los que dominan en el parlamento, el poder judicial o todo el ámbito público en tanto espacio socio-político. Por diferen-

⁷ “Changas” se le llama en el lenguaje común a los trabajos temporarios, de baja productividad y remuneración, en cualquier rubro, generalmente de la construcción, reparaciones en general, labores rurales, etcétera.

tes razones, la mujer paraguaya estuvo a cargo del trabajo en el campo y en el comercio, antes y después de la guerra de fines del siglo XIX – y el porcentaje de madres jefas de hogar osciló, durante los siglos XIX y XX, entre el 35% y el 65% – mientras los hombres se encargaban de trabajos industriales o políticos-administrativos. Más allá de la cuota de independencia económica que el trabajo (en el campo o en el comercio) y la soltería le otorgase, no creemos que la mujer paraguaya haya subvertido el orden de género patriarcal tradicional paraguayo, sobre todo por las condiciones laborales de esos trabajos. Y en este punto debemos re-pensar la relación entre independencia económica y empoderamiento femenino, porque, como indica esta autora, “el hecho de que las mujeres se hagan responsables de la manutención de la familia no significa que tengan poder, ya sea dentro de la familia, ya sea en público” (POTTHAST, 2015, p. 161).

Esto nos lleva a una segunda razón para problematizar el empoderamiento de la pasera paraguaya: en un sistema patriarcal, debemos analizar qué tipo de independencia económica logran las mujeres, especialmente en un caso como el de las paseras en que sus condiciones laborales son precarias. Desde el punto de vista laboral, la pasera está inserta en el sector informal del mercado,⁸ realiza un trabajo de baja capacitación y de baja productividad (SCHIAVONI, 2000). La jornada laboral es flexible porque todas tienen la responsabilidad de criar a sus hijos, es decir, de compatibilizar el trabajo productivo con el reproductivo, lo cual aumenta la precariedad laboral⁹ (CRESPO y GONZÁLEZ, 2007). No precisa título habilitante (los niveles de formación, de hecho, son muy bajos) ni un salario: su margen de ganancia es

⁸ La Cepal (2003) considera dentro del mercado laboral informal a aquellos ocupados en actividades de baja productividad o informales, a los trabajadores por cuenta propia (excluidos los profesionales y técnicos); los trabajadores en microempresas (asalariados privados y patrones en empresas de cinco empleados o menos, excluyendo en ambos casos a aquellos con educación universitaria); los trabajadores familiares no remunerados; y el servicio doméstico.

⁹ El concepto de precariedad laboral se utilizó en los años ochenta para describir los empleos atípicos, o sea, aquellos de tiempo parcial para un solo empleador a ser realizados en un plazo indeterminado y generalmente no protegidos por la legislación laboral y la seguridad social. Con el paso del tiempo, se fueron identificando otras características, entre ellas: la inestabilidad laboral caracterizada por la ausencia de contratos de trabajo, el recurso de contratos temporales y empleos temporales sin contrato; la inseguridad laboral caracterizada por la ausencia de cobertura de la seguridad social y otras formas de inseguridad; y la insuficiencia laboral caracterizada por el subempleo en términos de tiempo y de salarios (CEPAL, 2003).

mínimo y no depende sólo de sus capacidades sino de condiciones arbitrarias, es decir, de la severidad o no de los controles fronterizos. Trabajar en la calle conlleva, además, incomodidades y peligros a los cuales se exponen diariamente: tanto Lidia Schiavoni (2000) como Elena Krautstohl (2014) advierten sobre la relación de la pasera con su cuerpo/mercadería - en tanto llevan “el mercado en el cuerpo”. Se trata de una dimensión antropológica que no podemos profundizar en esta oportunidad, pero que es relevante a la hora de analizar la relación hombre/mujer con respecto a lo físico o material (el cuerpo, el bolso, la mercadería): el cuerpo de la pasera se hace más vulnerable en cada revisión porque tiene las mercaderías adosadas. El alto grado de precariedad en la actividad comercial de las paseras es reconocida por los estudios de la Secretaría de la Mujer de la Presidencia de la República del Paraguay (CORVALÁN y ELÍAS, 1999) y las hace partícipes de la lógica del comercio internacional de género, que se caracteriza no sólo por percibir menores salarios que los hombres sino también por someterse a condiciones más precarias (CEPAL, 2013).

Mientras numerosos estudios de género consideran fundamental que la mujer obtenga un trabajo remunerado dado que la dependencia económica es un factor determinante en la estructuración de las desigualdades entre mujeres y hombres en el seno familiar, algunas autoras advierten sobre el riesgo de la exposición femenina a condiciones de explotación laboral. Sin embargo, es importante reconocer que, aún en condiciones de precariedad laboral, el empleo ofrece a las mujeres numerosas oportunidades extras: salir de la casa, retrasar la edad de matrimonio o maternidad, mejorar su movilidad, ganar independencia personal y ampliar sus posibilidades de ingreso y consumo (KABEER, 2005).

En ese sentido, retomamos el trabajo de Norverto (2014) quien se detiene en la experiencia de las mujeres trabajadoras para atender al carácter simbólico y a los entramados relacionales como característicos de las prácticas femeninas. Entonces, aunque estimamos que la visibilidad de la pasera paraguaya en el ámbito público no denota un espacio femenino “ganado”, sí consideramos que el trabajo por cuenta propia, aunque sea precario, implica cierto grado de autonomía de la mujer (“ser mi propia jefa”, “tener mi platita”) que podría significar un empoderamiento femenino si tenemos en cuenta las redes socia-

les de mujeres construidas a su alrededor. Ahora bien, para que el proceso de empoderamiento sea efectivo, las mujeres deberían tomar conciencia, individual y colectivamente, de qué manera las relaciones de poder influyen en su vida y cómo revertir las desigualdades de género (OXAAL y BADEN, 1997). En el caso de la pasera paraguaya, cabe preguntarse si su camino colectivo desde el espacio privado (doméstico) hacia el espacio público y su independencia económica implican una toma de conciencia transformadora o si simplemente una continuación del *status quo* en las relaciones de género patriarcales que se mantiene desde hace más de un siglo (mujer en circulación, hombre en el hogar, en la esfera política o ausente), pero con algo más de autonomía.

CONCLUSIÓN

La circulación de las paseras paraguayas entre Posadas y Encarnación no es una actividad nueva. Por más de cien años, las mujeres paraguayas han encontrado en la actividad de “pasera” una salida laboral, un recurso frente a la pobreza y una manera de mantener a sus familias. Parece que fueran las mismas, siempre, que cruzan y cruzan y no se detienen desde hace un siglo, como si el tiempo y el espacio se conjugaran circularmente en la frontera. Parecen ser siempre las mismas las que se enfrentan a los cambios, las que se adaptan, las que aprenden y enseñan su oficio. Parecen las mismas, pero son generaciones de mujeres que han armado sus vidas alrededor de la frontera internacional.

En el primer apartado de esta ponencia observamos que existen diferentes formas de realizar este trabajo. Según las mercaderías que se comercien se utilizarán estrategias diferentes en cuanto a las vías de comunicación internacional (terrestre o fluvial), los medios de transporte (lanchas, ómnibus, taxis, mototaxis), las formas de venta (en puestos propios, venta ambulante) o las estrategias de mercado (“cuentapropistas” o “en dependencia”). En una segunda instancia intentamos dar voz a las mismas paseras para acercarnos a sus mo-

tivaciones y a sus maneras de concebir(se) en el trabajo diario que realizan. Allá aparecieron los relatos sobre la maternidad, el orgullo de sostener a su familia y de educar a sus hijos junto con una apelación constante a la tradición del oficio. Ellas trabajan así como lo hicieron sus madres, sus tías, sus vecinas o sus madrinan, haciéndose presente como si fueran ritos de iniciación en una labor fundamentalmente femenina. También intentamos evidenciar cómo, pese a tratarse de un trabajo cansador y estresante, las paseras valoran la flexibilidad horaria de su jornada laboral dado que les permite realizar un trabajo “productivo” a la vez que pueden cuidar a sus hijos y realizar las tareas del hogar. Finalmente, en el último apartado adelantamos algunas de las pistas de análisis que se pueden seguir para estudiar este tipo de trabajo femenino desde una perspectiva de género. Analizamos las posibles causas del alto índice de feminización en el trabajo fronterizo y nos centramos en las características de este trabajo informal y sus consecuencias para las mujeres paraguayas. Nos preguntamos si el trabajo productivo – por cuenta propia o en dependencia –, la libertad de la soltería y el buen manejo de la pasera en el espacio público significan en sí mismo un empoderamiento, es decir, un proceso mediante el cual la mujer paraguaya toma conciencia de su lugar dentro de las relaciones de género imperantes. Dejando el debate abierto, recordamos las palabras de Potthast cuando advierte, sobre el Paraguay, que:

el “país de las mujeres” no fue un “país para las mujeres” (...). Si mujeres solas tienen hijos y dirigen hogares en un contexto patriarcal, esto resulta más bien en una posición frágil y vulnerable, tanto a nivel sociopolítico como de pareja. Que una vida en estas condiciones exige fuerza y coraje de parte de estas mujeres como individuos, no contradice nuestra tesis. (POTTHAST, 2015, p. 187)

A partir de este análisis se vuelve a redimensionar el factor espacial y grupal de esta labor femenina, porque el hecho de tener que traspasar una frontera internacional diariamente para realizar su trabajo ubica a las paseras en una situación ambigua. Técnicamente su categoría migratoria es la del Tránsito Vecinal Fronterizo pero no están amparadas como migrantes trabajadoras: no son ni permanentes ni temporarios (según el elemento temporal), ni forzadas ni voluntarias (según su carácter) ni puramente económicas o políticas (según

sus motivaciones). Algunos califican su circulación como “transmigrar” (KRAUTSTOFL, 2014) o “migración de corta distancia o en menor escala” (CORVALÁN y ELÍAS, 1999, p. 65-68). Proponemos que se trata de un fenómeno relativo a la movilidad espacial internacional que se podría describir como circulación fronteriza, donde el centro de atención se focaliza en las trayectorias e itinerarios entre los dos países y las formas de realizarlos. Las trayectorias de vida de las paseras comprenden una movilidad desde el espacio doméstico hacia el espacio público en donde tienen relaciones que trascienden su círculo familiar, ejercen un rol visible públicamente como abastecedoras del hogar, aunque para lograrlo sufren los malos tratos en los controles fronterizos. En este sentido, creemos que, además de mujeres, madres y trabajadoras, la condición *sine qua non* de la identificación de las paseras reside en su capacidad de moverse en el espacio transfronterizo, de circular, de manejar su capital social en la frontera. Desde nuestra perspectiva y a partir de nuestras observaciones, aquí reside su verdadera fortaleza: en esa capacidad sutil, audaz e inteligente con la que organizan su trabajo colectivamente y en su manera de construir o habitar su identidad femenina entre el “acá y allá”, obligadas, en palabras de Mezzadra (2005), a vivir en un doble espacio cultural y político como consecuencia de habitar un territorio de transición, o un espacio transfronterizo.

BIBLIOGRAFÍA

ARFUCH, L. (Comp.). *Identidades, sujetos y subjetividades*. Buenos Aires: Ed. Prometeo, 2005.

BALBUENA BELLO, R. Región y globalización: el problema de la identidad. *Estudios Fronterizos*, v. 2, n. 3, p. 63-90, 2001.

BARTRA, E. (Comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México DF: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1998.

BENEDETTI, A. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano. Una aproximación multiescalar. In: COSTA, E. A; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Comp.). *Fronteiras em foco*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011. p. 33-55.

BOURDIEU, P. Le capital social. Notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, janvier 1980, v. 31, p. 1-2. Disponible en: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/arss_0335>. Consultado en: octubre de 2012.

BRUBAKER, R. Au-delà de l' "identité". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 139, n. 1, p. 66-85, 2001.

BUTLER, J. *Vida precaria*. El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2004.

CENTURIÓN, C. R. *Historia de las letras paraguayas*. Época de transformación. Buenos Aires: Editorial Asunción, 1948.

CEPAL. *Comercio internacional y desarrollo inclusivo*. Construyendo sinergias. Santiago de Chile: Publicación de las Naciones Unidas (LC/G.2562), 2013.

CORTÈS, G. ; FARET, L. *Les circulations transnationales*. Lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin (Collection U, Sciences Humaines et Sociales), 2009.

CORVALÁN, G. ; ELÍAS, R. *Mujer y empleo en áreas de frontera: impacto del Mercosur*. Asunción: Secretaría de la Mujer, Presidencia de la República, 1999.

CRESPO, E. L.; GONZÁLEZ, M. S. (Comp.). *Mujeres en palabras de mujeres*. Rawson: Secretaría de Cultura de Chubut, 2007.

GALEANO, L. (Comp.). *Mujer y trabajo en el Paraguay*. Asunción: Ed. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1982.

GATTI, G. Algunas anécdotas y un par de ideas para escapar de las ficciones modernas acerca de la identidad colectiva. *Berceo*, n. 153, p. 13-26, 2007.

GOLDSMITH CONNELLY, M. Feminismo e investigación social. Nadando en aguas revueltas. In: BARTRA, E. (Comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México DF: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1998. p. 35-62.

GRIMSON, A. *El otro lado del río: periodistas, nación y MERCOSUR en la frontera*. Buenos Aires: Eudeba, 2002.

GUIMARÃES PERES, R.; BAENINGER, R. Espacios migratorios en la frontera: inmigración boliviana y género. In: ZAVALA DE COSIO, M. E.; ROZÉE GÓMEZ, V. (Dirs.). *El género en movimiento: familias y migraciones*, México, D.F: El Colegio De México, 2014. p. 189-215.

HAINARD, F.; VERSCHUUR, C. *Ciudades y empoderamiento de las mujeres*. Luchas y estrategias para el cambio social. Madrid: Narcea Ediciones, Unesco, 2004.

HARDING, S. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, E. (Comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México DF: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1998. p. 9-34.

KABEER, N. Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the third millennium development goal. *Gender & Development*, v. 13, n. 1, p. 13-24, 2005. Disponible en: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13552070512331332273>>. Consultado en: mayo de 2015.

KRAUTSTOFL, E. M. Territorio de fronteras y espacio de cuerpo/mujer. Peregrinación transnacional de las paseras entre Posadas (Argentina) y Encarnación (Paraguay). *La Rivada*, n. 3, p. 1-15, 2014. Disponible en: <http://larivada.com.ar/index.php?option=com_attachments&task=download&id=16>. En: diciembre de 2014.

LINARES, M. D. La frontera entre la permeabilidad y el “piquete”. Las transformaciones socio-territoriales en el paso Posadas (Argentina)-Encarnación (Paraguay) durante la década del noventa. *Revista Transporte y Territorio*, n. 9, p. 39-64, 2013.

LINARES, M. D. *Integración regional, fronteras e identidades en tensión*. El caso de las ciudades Posadas (Argentina), Encarnación (Paraguay) y el puente San Roque González de Santa Cruz. Tesis para optar por el título de Doctora en Geografía por l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. Inédito, 2013a.

LINARES, M. D. *Fronteras en tensión*. Argentina y Paraguay frente al desafío de la integración regional. EDULPam: Santa Rosa. Formato: E-Book. ISBN: 978-950-863-272-2, 2017. Disponible en: <http://www.unlpam.edu.ar/cultura-y-extension/edunlpam/catalogo/tesis-trabajos-finales/fronteras-en-tensi%C3%B3n-argentina-y-paraguay-frente-al-desaf%C3%ADo-de-la-integraci%C3%B3n-regional>

LISCHETTI, M. Estados, naciones y culturas. Identidades y nacionalismo. *Revista de Investigaciones Folclóricas*, v. 15, p. 88-97, 2000.

MASI, F.; PENNER, R.; DIETZE, R. *Evaluación del rol de las regiones fronterizas en el proceso de desarrollo económico del Paraguay*: tres estudios de casos. Asunción: Gerencia de Estudios Económicos, Departamento de Economía Internacional, Banco Central del Paraguay, 2000.

MEZZADRA, S. *Derecho de fuga*. Migraciones, ciudadanía y globalización. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

NORVERTO, L. “Trabajo” y “proyecto propio”: aportes teórico-metodológicos desde el género en microemprendimientos de mujeres. *Revista la Manzana de la Discordia*, Universidad del Valle, Cali (Colombia), v. 9, n. 1, p. 43-52, enero-junio 2014.

OVIEDO, A. D. *Comercio en las fronteras: conflictos y articulaciones en el contexto de la integración regional*. Tesis para optar por el título de Magister en Antropología, Universidad Nacional de Misiones, Posadas. Inédito, 2001.

OXAAL, Z.; BADEN, S. *Gender and empowerment: definitions, approaches and implications for policy*. Briefing prepared for the Swedish International Development Cooperation Agency (Sida). BRIDGE (development - gender): Institute of Development Studies, University of Sussex, Report n. 40, 1997. p. 1-38. Disponible en: <<http://www.bridge.ids.ac.uk/sites/bridge.ids.ac.uk/files/reports/re40c.pdf>>. Consultado en: mayo de 2015.

POTTHAST, B. La mujer en la Historia del Paraguay. In: TELESKA, I. (Coord.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus Santillana, 2010. p. 317-336.

POTTHAST, B. Mujeres cabeza de hogar y relaciones de género en Paraguay, siglo XIX y XX. In: GHIRARDI, M.; VOLPI SCOT, A. S. (Coords.). *Interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2015. p. 157-192.

SCHIAVONI, L. *Pesadas cargas, frágiles pasos*. Transacciones comerciales en un mercado de frontera. Posadas: Universidad Nacional de Misiones Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos y Editorial Universitaria, 1993.

SCHIAVONI, L. *Trabajar en la calle: casos de prostitución y venta ambulante en Posadas (Argentina)*. Reunión de la Asociación de Estudios Sobre América Latina del 2000, Miami (Estados Unidos de América), 16-18 marzo, 2000.

FUENTES ORALES: ENTREVISTAS

Lic. “Miño”, Jefe del Departamento de Comunicación del Consulado de la República del Paraguay en Posadas, entrevista realizada por la autora en mayo del 2009.

Jacinta, pasera, entrevistada en Posadas el 27/4/2009.

Laureana, pasera “verdulera”, entrevistada en Posadas el 30/4/2009 y el 15/8/2010.

Anónima nº 2, pasera entrevistada en Posadas el 4/5/2009.

Marcia, pasera entrevistada en Posadas el 4/5/2009.

María, pasera entrevistada en Posadas el 4/5/2009.

Lina, pasera “verdulera”, entrevistada en Posadas el 19/7/2010.

Augusta, pasera entrevistada en Posadas el 19/7/2010.

Violeta, pasera “vendedora”, entrevistada en Posadas el 2/8/2010.

Tamara, pasera “vendedora”, entrevistada en Posadas el 6/8/2010.

Emilia, pasera “vendedora”, entrevistada en Posadas el 6/8/2010.

Anónima nº 8, pasera y “vendedora”, entrevistada en Posadas el 12/8/2010.

Anónima nº 9, pasera y “vendedora”, entrevistada en Posadas el 12/8/2010.



A stylized, monochromatic illustration on the left side of the page depicts several women in business attire. They are rendered in shades of gray and white, with some faces partially visible, suggesting a group of professionals. The style is flat and graphic.

MULHERES, ASSOCIATIVISMO E REDES



REDES MIGRATORIAS Y ESTRATEGIAS DE GÉNERO ENTRE MUJERES ECUATORIANAS RESIDENTES EN SEVILLA

*Francisco José Cuberos Gallardo
Emma Martín Díaz*

Durante los últimos años, la población ecuatoriana ha alcanzado un peso significativo en la ciudad de Sevilla. La llegada de estas personas se ha canalizado a través de redes transnacionales que se caracterizan por una marcada tendencia a la feminización. A medida que se desarrolla el proceso de inserción social en la ciudad, estas redes van reconfigurándose, adoptando nuevas formas y funciones, e incorporando nuevas relaciones en las que la variable de género adquiere un protagonismo crucial. En este proceso, las relaciones transnacionales conviven y se superponen con el establecimiento de nuevas fronteras culturales tendentes a la formación de minorías étnicas emergentes.

MUJERES EN LOS CIRCUITOS FRONTERIZOS TRANSNACIONALES

Las migraciones masivas han seguido unas pautas diferenciadas en relación a la pertenencia del sujeto a los diferentes sistemas de sexo/género, los cuales, a su vez, están en relación con las distintas culturas étnicas y nacionales presentes en los distintos Estados-nación. Como hemos venido afirmando a lo largo de nuestras publicaciones (MARTÍN, 2006), hombres y mujeres desarrollan diferentes estrategias tanto para la emigración como para la inserción social en los países de inmigración. Esta diferencia es claramente perceptible tanto en las políticas de inmigración como en las representaciones sociales que se originan sobre los procesos migratorios. Como señala Sassen:

Las dinámicas de género han sido invisibilizadas en términos de su articulación concreta con la economía global. Este conjunto de dinámicas puede encontrarse en los circuitos alternativos transfronterizos (...) en los cuales el rol de las mujeres, y especialmente la condición de mujer migrante, es crucial. (2003, p. 46)

Y es que las migraciones transnacionales aparecen como un lugar privilegiado para estudiar la transformación de los patrones de género. En este sentido, el estudio de la formación de las unidades domésticas transnacionales arroja datos esclarecedores sobre el empoderamiento de las mujeres, permitiendo la validación de determinadas hipótesis formuladas por el feminismo de la globalización al respecto. Permiten observar la creación de nuevas formas de solidaridad transfronterizas, y las experiencias de pertenencia y de elaboración de identidad que representan las nuevas subjetividades femeninas. Aunque hay que resaltar que todo este proceso se da en paralelo con su inserción en un mercado de trabajo que presenta unas condiciones de fuerte explotación laboral. Volviendo a Sassen:

Mujeres e inmigrantes emergen como el equivalente sistemático del proletariado, un proletariado que se desarrolla fuera de los países de origen. Además, y por otra parte, las demandas de la fuerza de trabajo del máximo nivel profesional y gerencial, en las ciudades globales, son tales, que los modos

corrientes de manejar las tareas y los estilos de vida domésticos se vuelven inadecuados. Como consecuencia estamos observando el retorno de las llamadas “clases de servidumbre” compuestas en su mayoría por inmigrantes y mujeres inmigrantes.¹ (2003, p. 50)

Las migraciones femeninas no son un fenómeno nuevo: lo que ha tenido lugar es un incremento de las mismas y, sobre todo, un mayor interés por su estudio. En la actualidad, las mujeres representan más del 50% del total de la inmigración en muchos países de Europa y América del Norte. Pero ésta no es ni la única ni la principal novedad. El hecho más significativo es el incremento del número de mujeres que emigran siguiendo un proyecto autónomo que las convierte en las principales proveedoras y cabezas de hogar.

La renovada importancia de las mujeres en el contexto de las migraciones de la globalización ha llamado la atención de numerosos investigadores del tema. Puede afirmarse, si bien con matices, que la variable de género ha pasado a ser incorporada como central por buena parte de los estudiosos. Una tendencia especialmente apreciable en los trabajos que han abordado la reciente migración ecuatoriana a Europa debido precisamente al protagonismo que las mujeres han ostentado en ella. En este sentido, se deben subrayar los resultados obtenidos con esta incorporación, especialmente a la hora de analizar temáticas como las redes de inserción sociolaboral (ACTIS, 2005), la organización del cuidado (HERRERA, 2005), las transformaciones en los modelos familiares (PEDONE, 2005) o la gestión de las remesas (MARTÍN et al., 2012).

Ninguno de los actores implicados en la gestión del proceso de integración ha sido ajeno a la característica feminización de esta corriente migratoria. Tanto la administración pública como los representantes del tercer sector y del sector privado se han apresurado a incorporar el género como eje prioritario en sus prácticas y discursos, aunque la mayoría de las veces desde una perspectiva reduccionista. Todos ellos parecen coincidir en la necesidad de adaptar sus iniciativas para reconocer y aprovechar el papel protagonista de las mujeres ecuatorianas en la migración a Europa. Si bien cabe distinguir impor-

¹ Una contribución empírica a este enfoque puede encontrarse en Martín y Sabuco (2006).

tantes diferencias en los modelos de mujer que unos y otros manejan en sus discursos, son recurrentes en todos ellos las alusiones a la especial vulnerabilidad que se supone a las mujeres; y paralelamente, a su pretendida capacidad para suavizar y favorecer el contacto intercultural. La consecuencia práctica de este consenso es una apuesta por la visibilización de la identidad de género en las políticas públicas e iniciativas sectoriales enfocadas a la integración social de los inmigrantes.

En este artículo nos planteamos abordar cómo las mujeres ecuatorianas en Sevilla han ido redefiniendo sus estrategias en relación a las transformaciones sociales que han tenido lugar en la sociedad de origen y en la de destino. Estas transformaciones afectan a sus vidas individuales, a las estrategias domésticas, al tamaño y composición de las redes transnacionales, y a los mecanismos de inserción en las sociedades de destino. Para ello, nos basamos en una trayectoria investigadora continuada que se inicia en 2004 y se prolonga hasta el año 2012, en la que los autores hemos participado como responsables o miembros de seis proyectos de investigación que han contado con financiación procedente de diversas instituciones estatales y regionales.² Esta continuidad en el tiempo nos ha permitido tener un alto grado de conocimiento de las trayectorias de estas mujeres, y recabar información de primera mano acerca de las transformaciones que han tenido lugar en su proyecto, lo que otorga al trabajo que presentamos una perspectiva diacrónica indispensable para un correcto abordaje de las migraciones transnacionales y el papel de las fronteras culturales en este proceso.

La metodología empleada en nuestras investigaciones ha sido de base cualitativa, sustentada en gran medida en las técnicas propias del

² Los datos que se presenta derivan de los siguientes proyectos de investigación:

* *El papel de las mujeres inmigrantes en el desarrollo de sus localidades de origen: el caso de las marroquíes y las ecuatorianas*. Financiado por el Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales de España.

* *Relaciones interétnicas y participación democrática. Estrategias asociativas de la población latinoamericana residente en Sevilla*. Financiado por el Ministerio de Educación.

* *Inmigración, ONGs y Administraciones Públicas: lógicas étnicas, culturas organizacionales e integración social*. Financiado por el Ministerio de Ciencia y Tecnología de España.

* *Re-anudando los lazos familiares: solidaridad y conflicto en las familias migrantes*. Financiado por la Consejería de Gobernación de la Junta de Andalucía, España.

* *Familias marroquíes y ecuatorianas en Sevilla: el papel de las mujeres en la transformación de la cultura de origen*. Financiado por la Fundación Centro de Estudios Andaluces (CENTRA), España.

* *Inmigrantes ecuatorianos y marroquíes*. Financiado por la Consejería de Gobernación de la Junta de Andalucía, España.

método etnográfico y con un protagonismo destacado de la observación participante, la entrevista en profundidad y el análisis de red. El trabajo de campo dio inicio con la ejecución de un total de cuarenta y una entrevistas en profundidad a mujeres seleccionadas, todas ellas ecuatorianas residentes en Sevilla. A través de un extenso cuestionario se recogía una información detallada tanto sobre el perfil sociodemográfico de cada entrevistada como sobre su trayectoria en el país de origen, su situación en Sevilla, sus estrategias económicas y familiares y sus expectativas de futuro. La localización y contacto de estas personas fue realizada mediante la técnica de bola nieve, obteniendo así nuevas informantes a partir de cada entrevistada. Esta manera de proceder nos permitió dibujar a través de esta sucesión de contactos las propias redes migratorias que paralelamente fuimos analizando pormenorizadamente mediante un trabajo exhaustivo de observación participante. Debe notarse que las entrevistas en profundidad y la observación participante fueron realizadas tanto en Sevilla como en Ecuador. Tras una primera fase de trabajo de campo en Sevilla, y mediante la selección de un total de ocho casos de especial interés por su riqueza, su diversidad y su representatividad, nos desplazamos a Ecuador para estudiar de primera mano a ocho familias que, de diversas formas y a diferentes niveles, también participaban en la gestión de diversos aspectos del proyecto migratorio (selección de migrantes, gestión de remesas, cuidados familiares, etc.). Así, la metodología empleada se ajustó razonablemente al modelo de etnografía multisituada propuesto por Marcus (1995), donde los ejercicios de observación y análisis del discurso fueron ejecutados desde diferentes emplazamientos – en España y Ecuador – para captar adecuadamente la dimensión transnacional de la realidad analizada.

Todas las mujeres entrevistadas eran trabajadoras en Sevilla, si bien algunas de las más jóvenes compatibilizaban sus empleos con estudios universitarios o de formación profesional. No obstante la dedicación prioritaria era siempre el empleo, que en la inmensa mayoría de los casos se encuadraba en sectores especialmente precarizados, y caracterizados por una alta tasa de informalidad, temporalidad y bajos salarios – principalmente en el sector doméstico, y en menor medida en la hostelería. La mayor parte de las mujeres contactadas tenían entre veinticinco y cuarenta y cinco años, presentando una pluralidad

de circunstancias en cuanto a sus situaciones conyugales. Entre las más jóvenes destacaba una representación considerable de mujeres solteras y con estudios que habían emigrado solas a España.

Otra parte de la muestra, y especialmente mayoritaria entre las de mayor edad, eran mujeres con pareja. Dentro de este grupo hay que reconocer a su vez una casuística muy diversa, que incluía desde algunos – muy pocos – matrimonios tradicionales, formalmente emparentados, que habían emigrado juntos a España; hasta mujeres casadas o en relación de pareja que habían emigrado solas y mantenían una relación a distancia con sus novios o esposos. En todo caso, cabe subrayar la abundancia entre las entrevistadas de mujeres divorciadas o que, estando emparejadas, reconocían atravesar una situación difícil a nivel conyugal. Este dato ofrece de hecho una primera pista sobre el sentido empoderador que hemos detectado en la manera que estas mujeres tienen de administrar el proceso migratorio, a través de prácticas concretas como la recaudación del dinero para el viaje, la búsqueda de empleo en Sevilla, la inserción residencial o la gestión de los cuidados familiares. Cabe anotar, por último, que las entrevistadas eran a su vez muy diversas en cuanto a sus lugares de procedencia. Tomando como referencia las tres regiones reconocidas del Ecuador continental, diecisiete de ellas declararon proceder del área andina (la Sierra), mientras que veintitrés respondieron venir de la Costa. Sólo una se adscribió a la poco poblada región del Oriente (Amazonía) como lugar de residencia en Ecuador, si bien en su entrevista quedaba clara su ascendencia cultural costeña. La gran mayoría de estas mujeres procedían de entornos urbanos, destacando fuertemente las áreas metropolitanas de Quito y Guayaquil.

CRUZANDO FRONTERAS Y REDEFINIENDO ESTRATEGIAS

Aunque la mayor parte de las personas entrevistadas relatan el proceso de toma de la decisión de emigrar en primera persona, como una decisión básicamente individual, incluso en los casos en

los que los factores decisivos son de carácter familiar, las entrevistas en profundidad nos revelan un sutil mecanismo de presión del grupo doméstico, que se vuelve particularmente relevante, e incluso puede resultar opresivo, cuando los envíos monetarios de los primeros migrantes empiezan a ser visibles en la comunidad local. En este aspecto, queda patente la dimensión transnacional del fenómeno migratorio. El migrante es “expulsado” de la localidad en busca de un trabajo transnacional que permita la reproducción del grupo doméstico y de la propia comunidad local. Este hecho es fácilmente perceptible en algunas entrevistas. Avanzando su relato sobre los motivos que influyeron en su decisión de emigrar, Amanda nos cuenta que otro de los factores decisivos fue su madre: “Porque ella hipotecó su casa y todo para que yo me viniera. Todo eso decía que sí, que vaya mi niña para que haga su casita y todo eso... para que salga adelante con su hijo... y ya, nos vinimos” (Amanda).

Un tema interesante es que para las mujeres ecuatorianas el status de la persona no está en relación con su situación de pareja. En la práctica, el término marido se emplea por igual para el cónyuge legal o para la pareja actual. Es muy frecuente que las mujeres tengan hijos que no son de sus parejas actuales, y entre las razones que aducen para emigrar destaca el hecho de que ellas se consideran, y en muchas ocasiones lo son, el soporte principal de la unidad familiar. Ninguna de las mujeres entrevistadas se dedicaba en exclusiva a las tareas del hogar. Es más, en muchas ocasiones éstas recaían sobre otras mujeres del grupo doméstico: fundamentalmente abuelas o hermanas, en particular en lo que refiere al cuidado de los hijos. La presencia de sólidas redes sociales de mujeres en las localidades de origen es a la vez preexistente y decisiva en la génesis y conformación de las comunidades transnacionales de migrantes ecuatorianos, como veremos a continuación.

En el caso de la inmigración ecuatoriana la pauta mayoritaria indica una primera llegada de la mujer, que posteriormente reagrupa a la pareja. En gran parte, esta estrategia está determinada por el hecho de que el principal sector laboral de inserción de esta inmigración es el servicio doméstico. Para las mujeres es mucho más fácil conseguir un trabajo, en muchos casos como internas en un primer momento de llegada, y sólo cuando han conseguido los suficientes recursos para

acceder a una vivienda viene el resto de los miembros de la unidad familiar. El modelo específico que adopta la inmigración ecuatoriana en la ciudad de Sevilla provoca que este colectivo presente unos patrones bastante homogéneos en el diseño e implementación de las estrategias de tránsito y de inserción social.

Para “suerte” de las recién llegadas, el servicio doméstico, particularmente en la modalidad de internas, ha sido durante una década una fuente prácticamente inagotable de empleo. La mayor parte de las mujeres encontraban trabajo a los pocos días de llegar, si es que no lo tenían ya desde antes de partir. En este primer empleo son esenciales las mujeres que llegaron primero, generándose una red femenina de carácter informal que presenta un alto grado de eficacia para la inserción laboral de estas recién llegadas, pero que también funciona como entidad para el reclutamiento en origen. Quizá lo más interesante de este proceso es que esta red en destino se articula con una red en origen que se dedica a prestar el dinero del viaje a las mujeres que quieren emigrar. De esta forma, la dimensión transnacional de la emigración queda claramente patente, no sólo permite subsistir a los emigrantes en destino y a sus familias en origen, sino que da la oportunidad de crear un nuevo nicho de actividad económica en los lugares de origen, ya que muchos de los prestamistas son familiares de personas que están en España, y que a su vez prestan este dinero a mujeres a las que su familia les ha buscado un trabajo en este país, con lo que se cuentan con ciertas garantías previas de recuperación de la inversión.

La fuerte demanda de trabajadoras domésticas latinoamericanas se justifica básicamente por la cuestión lingüística. El idioma, barrera importante en la comunicación interpersonal, se convierte en este caso en un puente que facilita las relaciones entre las trabajadoras y las empleadoras, al mismo tiempo que genera una identificación simbólica de pertenencia a una misma comunidad cultural supranacional. En este contexto, la llegada masiva de latinoamericanas viene a reemplazar en el trabajo doméstico a otros colectivos con más antigüedad – marroquíes y del Este de Europa, fundamentalmente –, favoreciendo la segmentación étnica de este mercado laboral.

Una prueba de lo que afirmamos es que la mayoría de las mujeres entrevistadas afirmaron haber pagado la deuda antes del año de su estancia en el país. Incluso hemos recogido testimonios de mujeres

que fueron abordadas por potenciales empleadores el mismo día de su llegada a territorio español. Esta realidad contrasta con la experiencia de otros colectivos, que han necesitado referencias previas para su incorporación al trabajo doméstico.

Si la crisis de 1999 en Ecuador es un factor estructural en la emigración ecuatoriana hacia España (RAMÍREZ y RAMÍREZ, 2006), la inserción laboral en el ámbito doméstico determina las opciones de la migrante en la sociedad de destino al limitar su visibilidad como sujeto social. Ambos elementos se articulan para imponer una serie de condiciones que, por una parte, dificultan el empoderamiento de las mujeres, y, por otra, velan los logros alcanzados. En origen, la crisis económica desestructuró la economía doméstica de los hogares de las migrantes. Muchas veces esta economía estaba basada en delicados equilibrios en los que la suma de esfuerzos y de voluntades de las redes de mujeres, tanto familiares como amigas y vecinas, proporcionaban los recursos, materiales y simbólicos, para la subsistencia (HERRERA, 2003). La combinación de una inflación galopante con una creciente inestabilidad política inició el derrumbe de esta forma de vida, sobre la que se habían articulado los proyectos de futuro de las capas medias y bajas de la sociedad ecuatoriana.

Sin embargo, hemos podido comprobar que la flexibilidad de estas redes y su dinamismo fueron capaces de amortiguar las que, de otro modo, hubieran sido catastróficas consecuencias. Y lo hicieron sobre la base de readaptarse a la nueva situación mediante la transnacionalización de las relaciones sociales (GURAK y CACES, 1998; HERRERA, 2005). De esta forma, la red proporcionó los elementos necesarios para la reproducción social, construyendo puentes y abriendo caminos por los que circula el dinero, la información, el cuidado y todos los demás recursos necesarios para la vida. Es precisamente la capacidad de las mujeres para reconstruir y reafirmar estas redes (CAMACHO, 2004) y su posición en ellas lo que otorga sentido a la experiencia migratoria, y demuestra los agujeros existentes en las teorías que olvidan a los sujetos para centrarse en los hechos (GOY-COECHEA y RAMÍREZ, 2002; PEDONE, 2005).

Son estas redes las que sostienen los proyectos de las mujeres y las que permiten su empoderamiento, limitando el impacto que el evidente y consciente descenso de clase supone para las mismas, particu-

larmente en los primeros momentos de su experiencia migratoria. La frustración que podría derivarse de su inserción en el servicio doméstico, muchas veces en condiciones de servidumbre, es contrarrestada con una percepción fundamentalmente instrumental de su actividad. La representación social que se desarrolla no incluye al trabajo como ámbito de sociabilidad, sino como la herramienta que permite conseguir los objetivos de reproducción social. La mayoría de las migrantes opta, pues, por elaborar un discurso pragmático, dibujando una balanza donde la resignación se contrapesa con los objetivos alcanzados. Esta realidad parece reforzar la percepción de que en las sociedades de la globalización el trabajo pierde centralidad simbólica en la misma medida en que la gana el salario (ALONSO, 2000). Sin embargo, para muchas de estas mujeres, más importante que el beneficio monetario son otras cuestiones que a veces no aparecen en este discurso, pero sí en otros momentos, o que son fáciles de observar en el estudio detallado de las entrevistas. Estas cuestiones hacen referencia a los procesos de empoderamiento experimentados por muchas, aunque no todas, de las mujeres entrevistadas. Nos referimos a la autoridad alcanzada en el manejo de los mecanismos de reagrupación familiar y de la reconstitución de las redes sociales, que pueden acabar con situaciones de dependencia, abuso y subordinación en origen, o al menos minimizar su impacto. Esta autoridad, unida al prestigio que conlleva, les permite a su vez generar nuevas cadenas migratorias y de cuidado en origen y en destino destinadas a afianzar la nueva situación de poder de la mujer.

Resulta interesante comprobar cómo a medida que la experiencia migratoria se dilata en el tiempo y se va accediendo a una situación de mayor estabilidad laboral y de regularización de la estancia en el país, los ecuatorianos, tanto hombres como mujeres, comienzan a cambiar los objetivos de su proyecto migratorio (ACOSTA y ATIENZA, 2004). Puede decirse que, si bien suelen esforzarse por conservar lazos estables con su sociedad de origen, la suspensión indefinida del proyecto de retorno les lleva a preocuparse por fortalecer y diversificar sus redes en la sociedad de destino. Conforme el proyecto vital del migrante pasa a centrarse en Sevilla, las redes sociales tejidas en esta ciudad van asumiendo un número creciente de funciones. Éstas ya no se limitan a maximizar las posibilidades de acceso al empleo, ni

a cubrir exclusivamente las necesidades más urgentes (vivienda, permiso de trabajo...). La permanencia estable de miles de ecuatorianos en Sevilla favorece la forja de redes sociales orientadas ya a posibilitar mecanismos de reproducción colectiva en el seno de la ciudad. Este cambio cuantitativo y cualitativo en las redes migratorias es indicio de una redefinición de los colectivos migrantes en términos de *minorías étnicas* emergentes. Comienza pues, un nuevo proceso que va del cruce de fronteras al establecimiento de límites.

ESTABLECIENDO LÍMITES: ASOCIACIONISMO Y GÉNERO EN LA CONSTITUCIÓN DE NUEVAS MINORÍAS EMERGENTES

Las redes sociales tejidas en las primeras fases de la migración tienen como unidad de referencia el grupo doméstico. Es en base a las necesidades del grupo que se va definiendo el ritmo del proyecto migratorio. Entre estas necesidades suelen destacar el acceso a la vivienda y el empleo, así como la regularización de la situación administrativa del migrante. Sin embargo, el transcurso del tiempo hace que aparezcan nuevas necesidades ligadas a la perspectiva de permanecer en Sevilla. Con la reagrupación familiar y la formación de nuevas unidades domésticas, se va generalizando entre los migrantes la preocupación por conservar su identidad cultural en tanto miembros de una sociedad donde son *minoría*. No es extraño por tanto que aparezcan en estos momentos redes sociales que asumen ya como objetivo expreso la defensa y potenciación de la identidad cultural del grupo.

A diferencia de las centradas en el grupo doméstico, estas redes asumen ya la representación de todo un grupo étnico o incluso un conjunto de ellos. Esto no significa que todo el grupo étnico participe por igual de estas redes, ni que los grupos domésticos pierdan necesariamente su centralidad en buena parte de las funciones asignadas a la red. Lo importante en este punto es que la referencia simbólica que legitima la existencia de la red es el grupo étnico en tanto *minoría*

cultural. Este cambio entraña a su vez otras novedades significativas, principalmente: los objetivos que guían el funcionamiento de la red, las prácticas y discursos que se implementan para alcanzarlos y los escenarios en que se despliegan las estrategias básicas.

Este nuevo tipo de red social, orientado a la reproducción colectiva en términos de minoría étnica, es la base material para el despliegue de lo que se suele considerar ya estrategias asociativas migrantes propiamente dichas. La reivindicación de una identidad étnica compartida y de la representatividad sobre ésta conlleva la idea implícita de una sociedad autóctona como contraparte interlocutora. Los cuales exigen a su vez que los líderes que ocupan los nodos centrales de estas redes no sólo cumplan con la función de representar a la comunidad, sino también con la de tener acceso a las instituciones centrales de la sociedad de inserción y relacionarse eficazmente con ellas (REX, 1994). Esto nos remite a una idea que debemos remarcar: si el tipo de red social definido es la base de las estrategias asociativas, dichas estrategias no tienen por qué materializarse siempre de las mismas formas. De hecho, las formas concretas de asociación pueden variar sustancialmente en función del marco legal existente, la cultura política de los migrantes, los marcadores identitarios de referencia (BARTH, 1976) y otras variables. Para el caso de Sevilla, una conjunción de causas diversas ha favorecido que buena parte de las estrategias asociativas de los ecuatorianos cuajen en organizaciones pequeñas y muy vinculadas tanto a la administración pública como a entidades afines del Tercer Sector. En este proceso las mujeres ecuatorianas tienen un papel específico y una importancia decisiva.

Por otra parte, el fuerte crecimiento que experimentaron los flujos migratorios con destino en España ha marcado un punto de inflexión en la agenda política estatal. A lo largo de las dos últimas décadas, la inmigración ha pasado de ser un fenómeno coyuntural a constituirse como un factor estructural de la vida social, política y económica del Estado. A medida que la sociedad española ha ido asumiendo esta nueva realidad, la cuestión de la integración de los inmigrantes ha ganado fuerza como asunto público, y por tanto como objeto de políticas públicas (CASTLES, 1998).

Dentro del modelo de integración social que no sin tensiones se ha ido construyendo, el asociacionismo inmigrante ha ido osten-

tando un protagonismo creciente. Los migrantes ecuatorianos han experimentado en Sevilla una trayectoria asociativa diferenciada a dos niveles: en términos cuantitativos, porque la población ecuatoriana ostenta una fuerte representación dentro de las asociaciones de inmigrantes existentes en Sevilla; y cualitativamente, pues tanto los discursos como los criterios organizativos y las prácticas cotidianas de las asociaciones presentan rasgos peculiares en el caso ecuatoriano. Entre estos rasgos, probablemente el más llamativo es la importante representación de mujeres, tanto dentro de las asociaciones latinas como, especialmente, en las redes que conectan dichas asociaciones – o mejor dicho, sus directivas – con la administración, el tercer sector y determinadas entidades empresariales y financieras. Este protagonismo femenino ha ido acompañado, además, de una importancia creciente de la variable de género tanto en los discursos de las asociaciones como en sus actividades cotidianas.

Una primera clave para comprender este fenómeno nos remite al interior del colectivo ecuatoriano y a las características del flujo migratorio en que participan. Como hemos señalado, la migración ecuatoriana llegada a Sevilla presentó una alta tasa de feminización en sus primeros momentos, que posteriormente se ha visto matizada, debido fundamentalmente al efecto de la reagrupación familiar. En los últimos años del siglo XX y primeros del XXI, los ecuatorianos residentes en Sevilla son mujeres en su gran mayoría. Mujeres que además se insertan en sectores laborales específicos, marcados por la precariedad y la temporalidad. Ello explica que, especialmente durante los primeros momentos, fuese vital para estas migrantes participar de redes informales que facilitasen acceso al empleo y a la vivienda cuando era necesario. La alta feminización de estas redes obedecería tanto a la feminización de algunos de los sectores económicos de inserción – servicio doméstico – como a la experiencia que muchas de estas mujeres importaban de su país de origen. Parece lógico por tanto que, especialmente en los primeros momentos, estas redes feminizadas recurriesen periódicamente a las asociaciones en búsqueda de ayuda. Una tendencia que, conviene repetirlo, se ha ido matizando con el tiempo.

Al principio venían muchas más mujeres. Muchísimas más mujeres buscando trabajo. Lo que pasa es que ahora es verdad que al final han venido mu-

chos más hombres. Por el tema de la construcción, vamos. Y sin papeles, hombres sin papeles, muchísimos. (Andrea)

En las entrevistas realizadas pudimos comprobar que, más allá de los factores macroeconómicos que precipitaron la crisis del Ecuador, buena parte de las mujeres ecuatorianas que llegaban a Sevilla lo hacían huyendo de situaciones de subalternidad *en tanto mujeres*. La reconstrucción de redes migratorias que llevamos a cabo corroboró que con frecuencia todo el proceso migratorio se había construido en base a redes femeninas. La mayoría de las ecuatorianas optaron por diseñar estrategias de inserción en destino y de vinculación con el país de origen que pasan por la creación, refuerzo y modificación de redes de solidaridad femenina. Desde la financiación del viaje hasta los contactos en destino; desde el cuidado familiar a la gestión de las remesas, buena parte de las ecuatorianas contactadas parecían moverse en redes cuya lógica excluía a los varones, o bien los relegaba a posiciones subalternas. En consecuencia, a lo largo del trabajo de campo pudimos comprobar cómo las mujeres ecuatorianas presentan un mayor grado de conocimiento y de uso de la red de recursos sociales en destino que los varones, así como que tienden a hacer un uso “feminizado” de la misma. Esta progresiva forja y consolidación de redes feminizadas tiene una importancia decisiva, a nuestro entender, para explicar que posteriormente parte de este capital social acumulado se haya traducido en una fuerte representación femenina en las redes asociativas latinas. Por último, y aunque no sea algo exclusivo de las mujeres, es preciso anotar que muchas de las ecuatorianas entrevistadas declararon haber tenido ya una participación activa en organizaciones y movimientos sociales de su país. En este sentido, debemos subrayar que son precisamente estas mujeres las que están jugando un papel destacado en la conformación del asociacionismo ecuatoriano en Sevilla. Esto es apreciable en las declaraciones de Soraya, quiteña de origen y dirigente de una asociación de ecuatorianos. En las siguientes declaraciones habla de su experiencia asociativa dentro de la organización CEPA en Quito:

Ahí sí, siempre estuve. En mi barrio participaba en el CEPA. De ahí salió también el nombre de la asociación [de Sevilla]. Que era un movimiento

juvenil, que hacíamos... nos juntábamos para hacer igual: teatro, danza; hacíamos campamentos vacacionales para los niños del barrio, que eran todos pobres; montábamos espectáculos, festivales artísticos... [...] Era de un grupo de jóvenes de... qué sé yo: de la generación, bueno, de los cuarenta... ahora tendrán de cuarenta a cincuenta ¿no? Entonces esos jóvenes pertenecían a un movimiento cristiano en el barrio. Y yo no sé qué pasó, rompieron con la Iglesia, porque se metieron a hacer protestas por la cuestión social, que pasaba en Ecuador. Rompieron con la Iglesia y formaron este CEPA. Y pues de ahí bueno, ellos iban como metiéndose más en la cuestión política digamos ¿no? En la cuestión política del país, reivindicando los derechos de la gente, el derecho de la vivienda, y luego tuvieron una lucha, se hizo una lucha grandísima allá... hasta crear el partido político. (Soraya)

Sin embargo, la feminización de las redes migratorias no explica por sí sola el que sean mujeres ecuatorianas quienes hoy ocupen los lugares centrales tanto en las asociaciones latinoamericanas como, en general, en el espacio asociativo del que estas organizaciones participan, y que incluye a multitud de actores sociales. Para entender este fenómeno es necesario analizar cómo otros actores – administración pública, tercer sector y empresa privada – han ido asumiendo posiciones en torno a la mujer ecuatoriana y, en consecuencia, interviniendo en la delimitación del *terreno de juego*.

GÉNERO Y CAPITAL SOCIAL EN LAS ESTRATEGIAS ASOCIATIVAS DE LAS MUJERES ECUATORIANAS EN SEVILLA

Puesto que el asociacionismo inmigrante nunca se desarrolla en un vacío social, es necesario tener en cuenta que, en el caso de Sevilla, el desarrollo de este fenómeno se ha producido en paralelo a la consolidación del género como variable transversal en el diseño y ejecución de políticas públicas. En los últimos años el enfoque de género ha ganado un protagonismo apreciable especialmente en el campo de las políticas sociales, que incluyen los programas y actuaciones dirigidos a la población inmigrante. Pero además, para el caso de la migración ecuatoriana y de otros grupos latinoamericanos, las instituciones pú-

blicas parecen haber enfatizado la importancia de esta variable, debido probablemente a su conocimiento de la citada feminización de estas poblaciones. Nos encontramos así con que, si las redes de las ecuatorianas en Sevilla presentaban de antemano una fuerte feminización, ello ha influido en el diseño de unas políticas de intervención que a su vez han reforzado esta tendencia.

Merece la pena destacar que el interés de las instituciones por acceder a las mujeres ecuatorianas presenta una motivación añadida. Una motivación que deriva de los propios prejuicios que tales instituciones manejan al pensar en la integración de los inmigrantes. Básicamente, se proyecta una idea de la mujer-reproductora que, precisamente por su capacidad para reproducir cultura, construye a ésta como especialmente apropiada para promover en los migrantes una asunción no-conflictiva de los valores y referentes de la sociedad de inserción. Si la imagen del hombre ecuatoriano suele entroncar exclusivamente con su faceta de trabajador, las mujeres migrantes ecuatorianas suelen ser representadas en su papel de madres-esposas deseosas cuidadoras de la paz social. Estos referentes también pesan en las ONGs pro-inmigrantes del llamado tercer sector, cuyas actividades se dirigen a menudo a las mujeres en tanto responsables *morales* del grupo familiar; y en empresas privadas como bancos y agencias de envío de dinero, que con frecuencia aluden a los roles familiares de las mujeres – madre/esposa/hija – para estimular el envío de remesas o la inversión en determinados bienes, como por ejemplo la vivienda.

Las ONGs e instituciones públicas han apostado preferentemente por la cooptación de mujeres ecuatorianas. Un número significativo de mujeres ecuatorianas, dotadas de cierto carisma, han sido incorporadas a proyectos gestionados por ONGs pro-inmigrantes y entidades públicas como el Ayuntamiento. A la supuesta conveniencia de movilizar redes femeninas se une así la de colocar a mujeres del grupo – ecuatoriano – en nodos estratégicos de dichas redes. El resultado de esta estrategia ha sido la progresiva consolidación de una red de mujeres ecuatorianas cuyo liderazgo en las asociaciones responde sobre todo a su acceso privilegiado a las instituciones y ONGs del entorno. Este fenómeno de feminización inducida desde el exterior complementa y refuerza la tendencia a la feminización que ya observamos en las redes migratorias de las ecuatorianas.

Actualmente las mujeres ecuatorianas ocupan un lugar destacado tanto en las directivas de las asociaciones latinas como, especialmente, en las redes que conectan tales asociaciones con ONGs y agentes de gobierno. En varias de las más importantes asociaciones latinas de la ciudad encontramos buenos ejemplos de lo apuntado hasta ahora. Tres de las más importantes de estas asociaciones se encuentran hoy lideradas por tres mujeres ecuatorianas. A su llegada a Sevilla, las tres participaron activamente de las actividades que coordinaban las ONGs pro-inmigrantes, en un momento en que las asociaciones de inmigrantes latinoamericanos se encontraban aún en proceso de gestación. Dos de estas mujeres habían tenido experiencia asociativa en Ecuador: en movimientos barriales y estudiantiles en un caso, y en proyectos misioneros católicos en otro. La tercera mujer es una indígena cuya particular trayectoria en Ecuador le llevó a separarse de su comunidad de origen para vivir entre mestizos y casarse con uno de ellos. Estas tres mujeres manejan criterios muy diferentes de su identidad de género y del papel que ésta juega en sus relaciones sociales. Sin embargo, todas ellas han participado de redes migratorias feminizadas y han tenido un acceso permanente a otras mujeres inmigrantes. Por este motivo desde algunas de las ONGs pro-inmigrantes en que participaban se les animó y orientó para que creasen sus propias asociaciones. Su especial conocimiento del entorno asociativo y su acceso privilegiado a dichas ONGs les ha permitido seguir siendo hasta hoy piezas insustituibles en el engranaje asociativo latinoamericano.

Mediante la participación de estas redes a través de sus líderes, las asociaciones latinoamericanas han ido asumiendo un enfoque de género transversal a sus prácticas y discursos. Esto no significa que las asociaciones fuesen insensibles a este tema antes de participar en las citadas redes. Más bien cabría afirmar que la forma de afrontar el tema, la manera de tratarlo en sus actividades cotidianas entronca crecientemente con los códigos propuestos por los actores de su entorno. Concretamente, la imagen de la mujer suele construirse en torno a dos referencias básicas: la mujer-víctima y la mujer-conciliadora. La primera presenta a la mujer inmigrante como víctima de una desigualdad de género que suele remitirse al espacio doméstico, y que rara vez alude a otros ámbitos como los procesos de trabajo. La segunda de estas imágenes nos remite al prejuicio ya comentado según el cual las

mujeres, por la sensibilidad que supuestamente les caracteriza, pueden cumplir un papel facilitador de la integración. Esta peculiar forma de representar a las mujeres ecuatorianas se ajusta en buena medida a los códigos de las ONGs del entorno. La asunción de estos códigos por parte de las directivas de las asociaciones latinas – no tanto por parte de las bases – facilita la cooperación con tales organizaciones. Como ejemplo de esta tendencia, destacamos la celebración durante los últimos años del Día de la Mujer por parte de varias asociaciones. Una celebración que suele contar con el respaldo, y a menudo con la cooperación activa, tanto de la administración pública como de ONGs pro-inmigrantes e incluso empresas privadas.

Sin embargo, y paralelamente a este modelo de feminización del quehacer asociativo, observamos otras prácticas y discursos que construyen otra imagen de la mujer ecuatoriana. Nos referimos a un discurso que ensalza la figura de la mujer enfatizando sus roles familiares de madre y esposa. Este tipo de discurso se encarna en actividades muy populares entre las mujeres inmigrantes, como la celebración del Día de la Madre. Lo interesante de este otro discurso de género es que no responde a los códigos del entorno político-asociativo, y por ello no recibe el apoyo del mismo. Desde las instituciones públicas, de las empresas y de buena parte de las ONGs pro-inmigrantes, este tipo de discursos son percibidos como androcéntricos y por tanto como incorrectos. En efecto, resaltar en la mujer sus funciones de madre y esposa es algo que se aleja considerablemente del enfoque de género considerado políticamente correcto. Este segundo tipo de discurso de género suele ser incomprendido desde la sociedad autóctona, que ve en él reminiscencias de ese *machismo latino* que suele presuponerse a los inmigrantes.

Sin embargo, un análisis en profundidad de este fenómeno nos ofrece claves alternativas para entenderlo. En las entrevistas realizadas, así como en la observación participante, hemos podido constatar que las asociaciones latinas que emplean estos discursos son igualmente capaces de manejar los códigos feministas de la administración. Y paralelamente, mujeres ecuatorianas plenamente conscientes de sus derechos se muestran al mismo tiempo muy sensibles a los discursos que les interpelan en tanto madres y esposas. Desde la administración y las ONGs se pretende sustituir el segundo tipo de discursos – conside-

rado como machista y atrasado – por el primero. Entre las migrantes ecuatorianas, el fortalecimiento organizativo y la asunción del criterio de género mayoritario no parece debilitar los discursos que ensalzan en la mujer sus roles familiares y labores reproductivas. ¿Cómo explicar esto?

Todo parece indicar que, si bien las asociaciones latinas están asumiendo con facilidad los discursos de género del entorno político, paralelamente están reforzando otros discursos sobre la mujer que las identifican en tanto latinas. La clave está en la vinculación entre los ejes de la etnicidad y de la identidad de género. Esto nos remite a una dimensión del proceso de integración que resulta de enorme interés. Se trata de cómo una integración exitosa, lejos de acabar con la diferencia cultural, refuerza la capacidad del migrante para seguir siendo diferente. Aplicado al fenómeno del asociacionismo inmigrante, autoras como Jaakkola han demostrado cómo son precisamente los inmigrantes más integrados, aquéllos que llevan la iniciativa en el movimiento asociativo (JAAKKOLA, 1987). Aquéllos que con mayor soltura manejan los códigos de la sociedad de inserción son precisamente quienes demuestran mayor interés y efectividad en la reproducción de una identidad propia.

Hemos explicado cómo la instrucción en los códigos autóctonos sobre el género ha reforzado la capacidad de las ecuatorianas para transmitir sus propios discursos sobre la mujer. Este hecho nos remite a la evidencia de que permanecer en Sevilla no ha supuesto para la población migrante ecuatoriana una ruptura de los vínculos con su sociedad de origen. Por el contrario, se observa en el proceso asociativo que el objetivo de la integración es paralelo a una férrea voluntad por conservar una identidad propia.

CONCLUSIONES

El estudio de las comunidades transnacionales (KEARNEY, 1995; PORTES, 1997) nos ofrece nuevas vías de exploración de los movimientos migratorios y de análisis de la participación de los mi-

grantes en la vida social, política y cultural en la “era de la información” (CASTELLS, 1997). Este enfoque incide en que los cambios en los modelos económicos y culturales deben traducirse en una revisión del marco teórico y conceptual que ha caracterizado el estudio de los procesos migratorios (MARTÍN, 2006). Particularmente relevante resulta la reconsideración de los sujetos sociales. Si en el enfoque tradicional las unidades de análisis centrales eran el individuo, por una parte, y la clase social por otra, la inclusión del enfoque transnacional permite dibujar la complejidad de los procesos y la pluralidad de agentes sociales involucrados. Así, los estudios sobre los procesos migratorios realizados desde el enfoque neoclásico enfatizaban el nivel individual de la toma de decisiones planteando el proceso como el resultado de un análisis racional articulado sobre la evaluación de los costos y los beneficios. Por otra parte, los estudios centrados en la clase social como el nivel de análisis central (WALLERSTEIN, 1974; EADES, 1987) dibujan un mundo de estructuras que determinan la acción de los sujetos. Ambas unidades de análisis son imprescindibles pero insuficientes para entender la acción de los sujetos sociales en el marco de las sociedades de la globalización. En este marco, la dimensión transnacional de las migraciones pone en cuestión las definiciones impuestas por los estados, emisor (emigrante) y receptor (inmigrante). La condición del sujeto se ajusta a esta realidad transnacional, y lo que le caracteriza es una suerte de ubicuidad que señala hacia la idoneidad del término migrante como forma de describir un modelo de circulación de los sujetos en el que están presentes las personas y sus redes.

En este sentido, resulta necesario realizar un toque de atención a las políticas de igualdad que se implementan en los países occidentales (YOUNG, 2000; DE LUCAS, 2003). Su énfasis en la incorporación de las mujeres a la toma de decisiones se basa en una concepción de la ciudadanía que abre una brecha insalvable entre las personas del mismo género, pero de distinto origen étnico-nacional. Por otra parte, las políticas de inserción sociolaboral para las mujeres inmigrantes se diseñan sin cuestionar en absoluto este modelo de ciudadanía excluyente, lo que sólo puede redundar en el mantenimiento de las desigualdades intragénero pero también intergénero, al reproducir, con pautas relativamente nuevas, el modelo hegemónico de dominación. El caso de las mujeres ecuatorianas residentes en Sevilla permite ilustrar esta tendencia.

Frente a estas estrategias de dominación, segmentación y minoración las mujeres ecuatorianas despliegan estrategias migratorias en las que la identidad de género juega un papel crucial. Esto se hace claramente apreciable en la configuración de unas redes migratorias fuertemente feminizadas. Tanto en el momento de recabar los fondos necesarios para el viaje; como a la hora de acceder a recursos básicos en destino – tanto materiales como emocionales –, se observa en este colectivo una marcada tendencia a construir redes sociales feminizadas. Dentro de estas redes las mujeres tienden a ocupar los nodos centrales, así como a activar estrategias que recogen y protegen sus intereses en tanto mujeres. En este sentido la feminización de dichas redes no refiere exclusivamente al peso numérico de las mujeres en su seno, sino a su grado de control sobre las decisiones y al cariz de sus estrategias colectivas.

La marcada feminización de estas redes migratorias ha sido reconocida de forma temprana por los principales actores implicados en la gestión del modelo de integración social. La administración pública ha sido especialmente sensible a este hecho, y ha implementado políticas de participación que tratan de ser sensibles a la feminización de estas redes. Estas políticas han potenciado un enfoque de género con el que se pretende un doble objetivo: por una parte, reconocer y reforzar el protagonismo de estas mujeres dentro de sus grupos étnico-nacionales; por otra, favorecer la integración mediante el aprovechamiento del carácter *mediador* que la sociedad androcéntrica presupone a las mujeres.

Dentro de estas políticas de participación ha destacado el apoyo activo al movimiento asociativo formalizado. Se ha favorecido especialmente una participación activa de las mujeres, tanto en las directivas de las asociaciones como en las redes que vinculan a dichas asociaciones con los interlocutores de su entorno. Paralelamente, se ha apoyado la creación de asociaciones basadas en criterios de género – asociaciones de mujeres inmigrantes – así como la incorporación de un discurso de género al conjunto del movimiento asociativo. El resultado ha sido la asunción efectiva por parte de las asociaciones de prácticas y discursos de género, así como la configuración de un tejido asociativo en el que destaca la representación de mujeres ecuatorianas.

Sin embargo, el hecho de que las mujeres hayan accedido a los códigos autóctonos sobre la equidad de género no ha impedido que

conserven y refuercen sus propias formas de afrontar el problema. Si bien las ecuatorianas se encuentran convencidas de la necesidad de luchar contra las desigualdades de género, parecen igualmente decididas a hacerlo desde discursos y estrategias que reconozcan paralelamente su identidad étnica-nacional. Ello explica que las mismas mujeres que ocupan lugares destacados en las redes asociativas y demuestran un perfecto manejo de los códigos de la administración, participen paralelamente de prácticas y discursos sobre el género que se alejan sensiblemente de tales códigos. Si la administración pretende apoyar un movimiento asociativo feminizado para incorporar a las ecuatorianas a los códigos autóctonos sobre la igualdad de género, éstas perseveran en su esfuerzo por participar desde sus propios códigos. En este sentido, la estrategia de las ecuatorianas en el movimiento asociativo parece apostar por una *participación sin asimilación*.

BIBLIOGRAFÍA

ACOSTA, A.; ATIENZA, J. Estudio del caso de Ecuador. In: GIMÉNEZ, C.; ACOSTA, A.; AUBARELL, G. (Eds.). *Migraciones y desarrollo*. Estudio de dos casos particulares: Ecuador y Marruecos: parámetros sociales, políticos y económicos y perspectivas de cooperación. Madrid: Centro de Estudios de Cooperación al Desarrollo (CECOD), 2004. p. 3-55.

ACTIS, W. Ecuatorianos y ecuatorianas en España. Inserción(es) en un mercado de trabajo fuertemente precarizado. In: HERRERA, G.; CARRILLO, M. C.; TORRES, A. (Eds.). *La migración ecuatoriana*. Transnacionalismo, redes e identidades. Quito: FLACSO, 2005. p. 169-202.

ALONSO, L. E. *Trabajo y posmodernidad*. El empleo débil. Madrid: Fundamentos, 2000.

BARTH, F. *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

CAMACHO, G. Feminización de las migraciones en Ecuador. In: HIDALGO, F. (Ed.). *Migraciones*. Un juego con cartas marcadas. Quito: Abya Yala, 2004. p. 303-326.

CASTELLS, M. *La era de la información*. 3 vols. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

- CASTLES, S. *The process of integration of migrant communities*. Population distribution and migration: Proceedings of the United Nations Expert Group on Population Distribution and Migration. New York: United Nations, 1998.
- DE LUCAS, J. *Globalización e identidades: claves políticas y jurídicas*. Barcelona: Icaria, 2003.
- EADES, J. *Migrants, workers and the social order*. London: Tavistock, 1987.
- GOYCOECHEA, A.; RAMÍREZ, F. Se fue, ¿a volver? Imaginarios, familia y redes sociales en la migración ecuatoriana a España (1997-2000). *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito: FLACSO Ecuador, n. 14, p. 32-45, 2002.
- GURAK, D.; CACES, F. Redes migratorias y la formación de sistemas de migración. In: MALGESINI, G. (Ed.). *Cruzando fronteras*. Migraciones en el sistema mundial. Madrid: FUHEM-Icaria, 1998. p. 75-110.
- HERRERA, G. La migración vista desde el lugar de origen. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*. Quito: FLACSO Ecuador, n. 15, p. 86-94, 2003.
- HERRERA, G. Mujeres ecuatorianas en las cadenas globales de cuidado. In: HERRERA, G.; CARRILLO, M. C.; TORRES, A. (Eds.). *La migración ecuatoriana*. Transnacionalismo, redes e identidades. Quito: FLACSO, 2005. p. 281-304.
- JAAKKOLA, M. Informal networks and formal associations of Finnish immigrants in Sweden. In: REX, J.; JOLY, D.; WILPERT, C. (Eds.). *Immigrant associations in Europe*. Gower: Aldershot, 1987. p. 201-218.
- KEARNEY, M. The local and the global: anthropology of globalization and transnationalism. *Annual Review of Anthropology. Annual Reviews*, Palo Alto, n. 24, p. 547-565, 1995.
- MARCUS, G. E. Ethnography of the world-system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology. Annual Reviews*, Palo Alto, n. 24, p. 95-117, 1995.
- MARTÍN, E. De las migraciones del fordismo a las migraciones de la globalización. Europa: 1960-2005. Africa e Mediterraneo. *Lai-momo*, Bologna, n. 54, p. 29-35, 2006.
- MARTÍN, E.; BENÍTEZ, J.; CASTELLANI, S.; CUBEROS, F. J. *Vidas [de ida y vuelta]*. Inmigrantes latinoamericanos en Sevilla. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2012.
- MARTÍN, E.; SABUCO, A. Las mujeres en la globalización: el nuevo tráfico entre alianzas y mercancías. *RELEA, Revista Latinoamericana de Estudios Avanzados*, Caracas: Universidad Central de Venezuela, n. 24, p. 65-106, 2006.

PEDONE, C. *Inmigración y familias de Ecuador a Cataluña*. Trayectorias socioespaciales. Barcelona: Fundació Jaume Bofill, 2005.

PORTES, A. *Globalization from below: the rise of transnational communities*. Princeton: Princeton University, 1997.

RAMÍREZ, F.; RAMÍREZ, J. *La estampida migratoria ecuatoriana*. Crisis, redes transnacionales y repertorios de acción migratoria. Quito: Abya-Yala, Centro de Investigaciones Ciudad, ALISEI, Unesco, 2006.

REX, J. Ethnic mobilisation in multi-cultural society. In: POHORYLES, R. J.; SCHLESINGER, P.; REX, J.; KREUTZ, H. (Eds.). *European transformation: five decisive years at the turn of the century*. Avebury: Aldershot, 1994. p. 214-226.

SASSEN, S. *Contra geografías de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

WALLERSTEIN, I. *The modern world system*. New York: Academic Press, 1974.

YOUNG, I. M. *La justicia y la política de la diferencia*. Madrid: Cátedra, 2000.



TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES MIGRANTES E A LUTA POR MORADIA: A OCUPAÇÃO CONTESTADO (2012-2015)

Francisco Canella

INTRODUÇÃO

Entre 1990 e 1992 ocorreram em Florianópolis (capital do Estado de Santa Catarina) ocupações de áreas urbanas promovidas por sem-teto organizados. Após um longo período de mais de duas décadas, novas ações organizadas de sem-teto aconteceram na Região Metropolitana de Florianópolis. Entre esses dois períodos, ocorreu uma série de mudanças na cidade. Além da sua fisionomia urbana, com o surgimento de novas áreas e a expansão de antigos bairros – resultado do forte crescimento populacional –, modificou-se também o perfil dos seus moradores e a dinâmica política da cidade, com o ingresso de novos protagonistas na cena pública.

Nessas novas lutas por moradia na Grande Florianópolis, há dois aspectos que podem ser tomados como recorrentes: a presença de mulheres na liderança do movimento e a forte presença de migrantes

entre os sem-teto. Migrantes internos, vindos do interior do estado, ainda constituem o principal grupo que compõe as ocupações, embora também acrescido de migrantes oriundos de outras regiões do país (notadamente do nordeste brasileiro). Com relação às mulheres, tal como nas comunidades surgidas das lutas do passado, nas novas ocupações do movimento dos sem-teto verifica-se a força da participação feminina, tanto como lideranças como no trabalho cotidiano de organização comunitária, sendo que a maioria delas é constituída por mulheres migrantes.

Uma breve contextualização histórica do movimento de luta por moradia em Florianópolis antecede a apresentação de dados de recente pesquisa desenvolvida numa ocupação de sem-teto. A investigação identificou o perfil socioeconômico dos seus integrantes, a trajetória migrante e as práticas de organização coletiva. Com relação a esse último ponto, foi acrescentada ao tema da participação das mulheres uma sucinta análise da tensão existente entre a organização da ocupação e os moradores membros de igrejas pentecostais. Por fim, o artigo analisa a trajetória de vida de uma liderança feminina de uma ocupação recente. A pesquisa de campo ocorreu na área denominada Ocupação Contestado, e ela envolveu uma equipe de pesquisadores que coletaram dados por meio de um *survey*, grupos focais e entrevistas.¹

Em todos esses procedimentos, a observação direta foi fundamental no sentido de proporcionar elementos para uma adequada análise do cotidiano dos moradores, suas práticas organizativas e suas relações de sociabilidade. Por essa razão, a presença em assembleias, manifestações, negociações com autoridades, festividades, bares e esquinas da ocupação constituíram-se também em importante momento da pesquisa. Nesse contexto de acesso às lideranças e moradores, foram realizadas muitas entrevistas em profundidade, das quais resultaram histórias de vida de lideranças da ocupação, entre as quais uma foi selecionada para o presente artigo. Por meio dos elementos apresentados na trajetória de Cristina, são discutidos aspectos referentes à

¹ A pesquisa foi desenvolvida por meio de dois projetos. O primeiro, intitulado “O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores” (CANELLA, 2013), teve financiamento Probic/Udesc, e o segundo, “Reconfigurações da segregação urbana: trabalho, moradia e pobreza na Grande Florianópolis” (CANELLA, 2014), foi financiado pela Capes e pelo CNPQ (Chamada MCTI/CNPQ/MEC/Capes nº 22/2014).

relação entre gênero e movimentos de luta por moradia. Embora essa discussão seja retomada no desenvolvimento do artigo, antecipa-se aqui o entendimento de gênero a partir da perspectiva bastante difundida de Joan Scott (1990), que se refere ao gênero como construção social da diferença entre os sexos.

OS SEM-TETO EM FLORIANÓPOLIS

No período em que ocorreram as primeiras ocupações, em 1990, a cidade contava com 280 mil habitantes. A imagem que se veiculava da cidade correspondia a um perfil de cidade pacata e sem problemas. Os movimentos naquela conjuntura, conhecida como conjuntura da cidadania (SILVA, 1990), abalavam essa imagem, confrontando os crescentes interesses de divulgar a cidade como polo turístico.²

Naquele contexto, a presença da pobreza na cidade gerava polêmicas. Com a volta das eleições diretas para prefeitos de capitais e a vitória em 1985 de um candidato do PMDB, apoiado por setores do PT,³ a presença de migrantes na cidade proporcionava uma intensa troca de acusações entre prefeitos: os sem-teto que proliferavam pelas ruas de Florianópolis eram incentivados a vir de seus municípios com o dinheiro da passagem e, muitas vezes, com caminhão de mudança das prefeituras. Com isso buscava-se produzir uma imagem de que a pobreza não era fruto de injustiças locais, mas um problema exógeno. Tal imagem da cidade passou a ser contestada pelo Centro de Apoio e Promoção do Migrante (Caprom), instituição ligada a religiosos da Igreja Católica, surgida no início da década de 1980, que passou a acolher os migrantes que chegavam à capital. Após um longo trabalho realizado pelo Caprom na organização desses migrantes, pautado por uma metodologia de educação popular, os sem-teto passaram a ocupar terrenos em várias áreas da cidade, especialmente no Pasto do Gado,

² Sobre os movimentos sociais em Florianópolis nas décadas de 1980 e 1990, os dados são extraídos da minha dissertação de mestrado, especialmente o capítulo 3 (CANELLA, 1992).

³ PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PT: Partido dos Trabalhadores.

localizado na parte continental da cidade. A ocupação da Nova Esperança, por exemplo, denunciava a existência de muitos moradores que tinham origem migrante, mas que viviam há longa data na cidade. Com isso, evidenciavam as injustiças sociais e o crescimento das desigualdades na cidade, contrastando com a imagem de cidade calma e boa para se viver.

A maior parte das iniciativas organizadas de ocupação de terrenos foi avaliada como vitoriosa. Ocupando terrenos públicos e privados na periferia de Florianópolis, numa região próxima à ponte que dá acesso à parte insular do município (onde está o centro da cidade), os sem-teto fizeram surgir o bairro Monte Cristo.

Novas ocupações passaram a ocorrer na cidade a partir de 2012. Desta vez expandiram-se pela área metropolitana, não se restringindo ao município de Florianópolis. A primeira foi a Ocupação Contestado. Ela surgiu de forma espontânea, sem uma organização prévia de um coletivo com vistas à ocupação do terreno, na periferia do município de São José. No entanto, acabou assumindo um caráter organizado em razão das circunstâncias políticas, por terem sido vítimas de uma manobra eleitoral na qual lhes foi prometida a regularização dos terrenos. A partir da ordem judicial de despejo, passaram a contar com o apoio de dois grupos organizados, formados na maioria por estudantes: as Brigadas Populares e o Coletivo Bandeira Negra.

A outra ocupação foi a Palmares, também surgida de forma espontânea, mas que passou a se organizar a partir das ameaças de despejo. Ocuparam encostas próximas à Universidade Federal de Santa Catarina, no coração da ilha, e passaram a contar com o apoio de estudantes universitários organizados em torno do Bandeira Negra, o mesmo coletivo de orientação anarquista que atuava na Ocupação Contestado. Em finais de 2013 surgiu a Ocupação Amarildo, organizada e apoiada pelo Movimento Sem-Terra (Brigada Marighella). A mesma congregou muitas pessoas (mais de 700 famílias), ocupando uma área próxima à SC-401, que dá acesso às valorizadas praias do norte da ilha de Santa Catarina.

Comum às ocupações foi a presença cada vez mais efetiva de novos moradores da Grande Florianópolis: não só os migrantes vindos do interior, ou dos vizinhos estados do Paraná e Rio Grande do Sul,

mas também de outras regiões do país, com especial atenção para a intensificação do fluxo de nordestinos, novidade no sul do Brasil. Além da presença de migrantes nessa população que compunha os sem-teto, outro aspecto de grande visibilidade foi a participação feminina na organização do movimento.

Em que pesem as rupturas na cidade e na forma de se produzir o movimento, encontramos na questão migratória e nas relações de gênero dois elementos recorrentes do movimento de luta por moradia. Antes de proceder à análise dessas questões, são apresentados alguns dados acerca da dinâmica urbana e dos processos de segregação espacial que produziram esses conflitos, o que irá contribuir para uma melhor compreensão das condições a que está submetida essa população.

A CIDADE E SUA PERIFERIA

Uma característica da expansão da Região Metropolitana pode ser destacada pela observação do crescimento dos municípios vizinhos da área conurbada de Florianópolis, como São José, Biguaçu e Palhoça. Seu crescimento tem ocorrido pelas periferias, que passam cada vez mais a abrigar moradores pobres, sejam provenientes de outras regiões e estados, sejam moradores expulsos dos bairros mais centrais de Florianópolis. Os dados populacionais têm revelado um crescimento da região metropolitana, que se dá pela periferia. Se em 1960 Florianópolis abrigava 58,20% da população da área conurbada, hoje abriga 49,26% (CANELLA, 2011, p. 68).

Outra característica diz respeito ao fato de que a partir das décadas de 1980 e 1990 o crescimento de Florianópolis foi menos acelerado do que nas décadas anteriores, embora acima das médias nacionais. Nesse aspecto, Florianópolis e sua Região Metropolitana acompanharam as tendências nacionais, que têm sido a do maior crescimento das cidades de porte médio (MOTTA & MATA, 2008). O que tem sido verificado é um menor ritmo de crescimento demográfico das grandes concentrações metropolitanas, acompanhado da

emergência de novas regiões, a que Baeninger e Guimarães (2011) se referem como “aglomerados metropolitanos recentes” (e que inclui Florianópolis), capazes de atrair e absorver novos fluxos populacionais (BAENINGER & GUIMARÃES, 2011, p. 645).

As consequências disso revelam-se na ampliação do déficit habitacional. Na época dos primeiros sem-teto já se observava um elevado déficit habitacional em Florianópolis. Em 1986, de acordo com informação prestada por um funcionário do IpuF, chegavam oito famílias por dia para viver em Florianópolis. Em 1988, o déficit habitacional era de 10 mil moradias (CANELLA, 1992). Dados referentes ao ano de 2010 apontaram para um déficit habitacional de 14.847 domicílios, número que corresponde a 10,1% do total de domicílios de Florianópolis (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Por outro lado, o Custo Unitário Básico (CUB) de edificações residenciais subiu 55% nos últimos anos em Florianópolis, passando de R\$ 840,52 em 2007 para R\$ 1.309,57 em 2013 (CANELLA, MAGALHÃES & TORNQUIST, 2014, p. 5).

Tal contexto traduziu-se na expansão das áreas de pobreza. Em estudo sobre essas áreas na Grande Florianópolis, a urbanista Maria Inês Sugai (2009) revelou a existência de 170 assentamentos na área conurbada, sendo 63 deles localizados na cidade vizinha de São José. Mesmo com o processo de segregação que buscou deslocar a população pobre para fora da área insular, existem mais de 50 assentamentos informais (ou ocupações espontâneas) na Ilha, a maioria destas situando-se no Maciço do Morro da Cruz, na área central da cidade.

É neste contexto, marcado pela produção de áreas de pobreza e exclusão, que deve ser pensada a emergência dos movimentos de luta pela moradia e/ou dos sem-teto, tanto em seu primeiro ciclo (anos 1990) quanto no mais recente (anos 2012 em diante). O perfil e a trajetória de vida da população envolvida nas ocupações permite sustentar esse argumento acerca da expansão das áreas de pobreza na Grande Florianópolis, como é explicitado no próximo tópico.

MIGRANTES NA OCUPAÇÃO CONTESTADO

A Ocupação Contestado pôs em evidência esse processo de exclusão e segregação socioespacial cujas principais consequências têm recaído sobre a população de origem migrante. Cabe observar que a maioria da população de trabalhadores de baixa renda é constituída por migrantes internos, provenientes do interior do estado de Santa Catarina ou de outros estados brasileiros.

As migrações internas, embora assumindo novas configurações na presente década, ainda representam um desafio, em razão da dificuldade de incorporação dos migrantes à vida da cidade. Os dados de um *survey* aplicado na Ocupação Contestado entre os meses de junho e setembro de 2013 corroboram essa afirmação. Nesse período, foram coletados dados referentes à situação de moradia anterior, incluindo a trajetória migrante, dados relativos à renda, saúde, trabalho, educação e participação política. O questionário foi aplicado apenas ao responsável pelo domicílio, mas com muitas perguntas referentes ao conjunto dos moradores da unidade domiciliar.

Em uma primeira mirada, os dados do *survey* não trouxeram muitas surpresas. Confirmaram que eram moradores de baixa escolaridade e que conviviam com elevados índices de informalidade, desemprego e trabalho precário. No entanto, eles traziam uma novidade: havia uma significativa presença de nascidos na Grande Florianópolis, em comparação com outras ocupações. De acordo com a contagem feita (a metodologia da pesquisa dividiu a população da ocupação por estados e por mesorregiões de Santa Catarina),⁴ os nascidos em Florianópolis constituíam o segundo maior grupo, só perdendo para os nascidos na mesorregião oeste.

Os dados do *survey* punham em relevo a importância do fenômeno migratório, pois a grande maioria era nascida fora da Grande

⁴ Mesorregião é uma subdivisão geográfica dos estados que compõem a federação brasileira. Trata-se de criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com finalidade estatística, não constituindo uma unidade política ou administrativa. O estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí.

Florianópolis: os moradores da Ocupação Contestado são migrantes ou pessoas com passado migratório. No entanto, se comparados com o perfil dos ocupantes dos movimentos dos anos 1990, os novos sem-teto trazem como novidade uma maior presença de pessoas nascidas na Grande Florianópolis. Enquanto nos anos 1990 se dizia, por exemplo, de uma ocupação como a da Nova Esperança, que ela era formada majoritariamente por migrantes, mas há muito vivendo na Área Metropolitana de Florianópolis, agora a realidade era outra: na Contestado, cerca de um terço (34,5%) dos chefes de família eram naturais de municípios da Grande Florianópolis (CANELLA, 2014).

No caso da Ocupação Amarildo, que não é objeto deste artigo, mas cujos dados são importantes para pensar na dinâmica migratória e na segregação urbana em Florianópolis, revela-se uma presença muito mais significativa de migrantes. Essa ocupação, que em finais de 2013 chegou a reunir mais de 700 famílias, contava com apenas 15% de famílias originadas na Grande Florianópolis.

Cabe observar que o maior contingente daqueles que constituíram o movimento sem-teto na década de 1990 era formado por migrantes provenientes das mesmas mesorregiões que aparecem no questionário de 2013 em número elevado nas duas gerações. Na época, ao senso comum, veiculado na mídia e por muitos políticos, que apontava o problema como tendo origem no empobrecimento das áreas rurais, o movimento já respondia que a questão se relacionava principalmente com a falta de oportunidades da cidade, argumentando que eram migrantes, sim, mas há longa data vivendo nos bairros de periferia da Grande Florianópolis (CANELLA, 1992, p. 89).

No entanto, merece ser destacado que, dos 20 moradores nascidos na Grande Florianópolis, apenas oito têm o pai ou a mãe nascidos na Região Metropolitana. A questão se coloca do mesmo modo hoje: a composição social revela não apenas a existência de migrantes, mas também a presença de uma geração de filhos de migrantes. Ou seja, os dados analisados evidenciam uma dinâmica de cidade que prossegue não incorporando sua pobreza, especialmente aquela formada por moradores provenientes de outras regiões.

GERAÇÃO E GÊNERO

Uma vez que a questão migratória envolve um aspecto geracional, cabe ressaltar que se trata de uma população muito jovem: 80% dos responsáveis situam-se abaixo dos 40 anos de idade, e 67% têm idades entre 15 e 34 anos. O caso da Ocupação Contestado permite refletir acerca das dificuldades das novas gerações em superar a geração de seus pais, confirmando a conclusão de Márcio Pochmann (apud NOVAES, 2006, p. 108) de que a ausência da mobilidade social está no centro da “questão juvenil”. Além de não se verificar mais a mobilidade que existiu entre 1930 e 1980, essa ausência de mobilidade assume contornos dramáticos: embora os jovens de hoje estejam mais escolarizados do que a geração dos seus pais, eles convivem com a pouca oferta de empregos para níveis de escolaridade mais elevados.

Sobre isso, cabe observar que os empregos que mais cresceram no Brasil foram os empregos domésticos, de vendedor ambulante, e o setor ligado a asseio e serviços de limpeza. Os dados sobre emprego coletados no *survey* iluminam essa questão: uma fatia de 42% dos responsáveis pelo domicílio é constituída por desempregados, ou seja, pessoas que estão sem trabalho e à procura de emprego.

Muitas mulheres da Ocupação trabalham fora de seus domicílios, mas todas desempenham – com ajuda de outras mulheres da família – o trabalho doméstico. Entre as mulheres entrevistadas, 17 exercem alguma ocupação remunerada, contra 25 que estão apenas em casa (donas de casa). O *survey* identificou a seguinte situação laboral entre as mulheres que exercem ocupações remuneradas: empregada com carteira assinada: 10 ocorrências; empregada sem carteira assinada: uma ocorrência; trabalhadoras autônomas: seis ocorrências. No entanto, há situações intermediárias, de mulheres que exercem trabalhos temporários (*free lancer*, “bico”), com duas ocorrências.⁵

Cerca de metade das mulheres que trabalham está em ocupações como auxiliar de serviços gerais, diarista, faxineira e camareira (ligadas à limpeza). Em menor número encontram-se mulheres que

⁵ Observo que esses dados se referem às responsáveis pelo domicílio: é necessário considerar que muitas que trabalham não responderam ao questionário completo.

trabalham como vendedoras autônomas, no comércio, auxiliar de cozinha, recepcionista, etc. Cabe observar que, assim como na questão migratória, na qual foi observada a continuidade de um perfil de migrantes (em comparação com os sem-teto de outra década), o perfil das mulheres também evidencia a reprodução de uma condição de classe entre as gerações de sem-teto: entre os entrevistados da Ocupação Contestado (homens e mulheres) 31,7% são filhos de donas de casa, 30,5% de diaristas e 17% de mulheres agricultoras.

Um dado que chamou a atenção na análise dos questionários foi o fato de aparecer nos indicadores de renda apenas um caso de recebimento de pensão alimentícia, embora sejam 12 famílias monoparentais femininas – chefiadas por mulheres, com filhos menores e sem a presença masculina –, correspondendo a 14,6% das unidades domiciliares da ocupação. Concordando com a análise de Tornquist e Olívio (2015) sobre as mulheres da Contestado, esse dado aponta para o fato “do grupo não partilhar da concepção de que os homens são responsáveis pelo provimento dos filhos quando há uma fratura da união afetiva que lhes deu origem” (TORNQUIST & OLÍVIO, 2015, p. 8).

A renda média per capita dessas famílias monoparentais femininas é de R\$ 326,50 mensais (cerca de R\$ 113,00, segundo cotação de 2013). Essas mulheres se inserem nos 34,2% dos domicílios que apresentam renda média per capita inferior a R\$ 400 mensais (em torno de R\$ 111,00).⁶ Esses dados só confirmam a extrema precariedade das condições de vida dessas moradoras, pois, mesmo não se situando nas faixas mais pobres, a renda per capita de suas famílias é inferior à metade de um salário mínimo, que na época da aplicação dos questionários era de R\$ 678,00 – ou aproximadamente R\$ 234,00 (segundo a cotação do euro nessa mesma época).

Outro dado revelador do perfil refere-se às trajetórias de vida anteriores à ocupação, marcadas pela pouca participação política (tanto dos homens como das mulheres): 96,3% nunca haviam participado

⁶ A comparação com o conjunto da ocupação revela que elas fazem parte do grupo de 15,9% das famílias que apresentam rendas médias per capita entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00 mensais (aproximadamente entre R\$ 103,00 e R\$ 138,00). Observa-se que essa não é a faixa de renda com o maior número de domicílios. É na faixa de renda abaixo dessa, com renda familiar per capita entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00, que se concentra o maior número de unidades domiciliares (18,3%).

de sindicato ou movimentos de trabalhadores (como greves ou paralisações). Pouquíssimos são filiados a algum partido político, e 84,2% declaram não simpatizar com qualquer partido político. Diante desse quadro, marcado pela precariedade das condições materiais de vida e pela inexperiência política e associativa, cabe indagar sob quais condições ocorreu a inserção desses moradores e moradoras numa esfera de lutas políticas, passando a conviver em um cotidiano onde a necessidade de participação se faz muito presente.

A ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO CONTESTADO

As ocupações do primeiro período se caracterizaram pela participação de articuladores e lideranças ligadas a setores progressistas da Igreja Católica, que impulsionaram uma dinâmica de mobilização e uma forma de organização bastante peculiar, marcadas pela forte coesão interna e por um sólido sentimento de pertencimento comunitário. Ocorreram no contexto de emergência dos movimentos sociais na conjuntura nacional e no plano local do crescimento da cidade. Fizeram com que, no bojo de conquistas de vários movimentos (atuantes desde os anos 1980), se rompesse com a imagem de Florianópolis como cidade pacata e provinciana.

As ocupações surgidas após duas décadas, no final de 2012, ocorreram com o apoio de grupos organizados, aqui denominados mediadores, compostos principalmente por militantes originados do movimento estudantil. Embora bastante dispostos a estabelecer uma relação de compromisso e diálogo com os moradores, verificou-se um conjunto de dificuldades na relação entre esses mediadores e os sem-teto propriamente ditos. Provenientes de outro universo social (a maioria são estudantes universitários ou profissionais de nível superior, oriundos da classe média urbana), os apoiadores nem sempre encontraram facilidades na relação com outros modos de fazer e pensar presentes nesse coletivo, formado por uma diversidade de pessoas vindas das classes populares. Entre essas dificuldades, pode ser desta-

cada a relação dos mediadores com os moradores adeptos de igrejas pentecostais, os crentes ou evangélicos (termos com os quais são identificados pelos outros moradores, não adeptos do pentecostalismo).

OS PENTECOSTAIS E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Uma das principais dificuldades apontadas pelos mediadores, militantes ligados aos grupos Brigadas Populares e Coletivo Bandeira Negra, referia-se à presença significativa de crentes na ocupação. Sem uma experiência de participação política anterior, e tendo nas igrejas seu principal espaço de vivência comunitária, os crentes, por sua vez, reclamavam da condução das lideranças e dos jovens mediadores presentes na ocupação. Essa questão justifica um exame um pouco mais atento do perfil religioso dos moradores. A maioria dos moradores apresentava como religião de batismo a religião católica (58,4%), e 34,1% as igrejas de matriz neopentecostal, mas verificou-se que houve um processo de reconversão religiosa entre os moradores da Ocupação Contestado: atualmente, há muito mais adeptos de religiões neopentecostais (63%) do que católicos. Ou seja, as proporções se inverteram, indicando um forte processo de conversão a novas religiões.

À luz dos dados do *survey*, que aponta a existência de moradores em situação de extrema precariedade, é possível tecer algumas considerações sobre o tema a partir da bibliografia recente que tem se debruçado sobre as razões do crescimento de religiões pentecostais no Brasil, especialmente entre as classes populares. Torres e Arenari definem o pentecostalismo como “típica religião das classes dominadas” (TORRES & ARENARI, 2010, p. 311), argumentando que a sua difusão desde os Estados Unidos sempre esteve ligada a uma classe urbana trabalhadora não integrada ao modelo de mercado de trabalho fordista. Seu sucesso se deu entre grupos de imigrantes e em bairros que congregavam a população negra.

Como vimos, a Ocupação Contestado congrega um perfil de trabalhadores informais, pouco escolarizados e sujeitos ao desempre-

go. A instabilidade se coloca como um elemento comum na maioria das trajetórias de vida, sem a relativa estabilidade garantida pelas relações de trabalho num modelo fordista. Como observam Torres e Arenari (2010), a esse tipo de trabalhador, numericamente expressivo em países do capitalismo periférico, se impõe “a necessidade de construir a fé no futuro sem uma estratégia segura fundada numa posição social estável ocupada no presente” (TORRES & ARENARI, 2010, p. 317). Talvez resida nesse aspecto a chave para compreender a forte conversão ao pentecostalismo como um traço comum a muitas trajetórias na Ocupação Contestado. Muitos provêm do campo ou são filhos de famílias de origem rural, mesmo que tenham nascido em cidades. Pouco qualificados, com equipamento cultural insuficiente para ingressar no competitivo mercado de trabalho das cidades contemporâneas, esses moradores das periferias urbanas buscam suas motivações, como mostra Torres (2007), na promessa “de que a ausência de futuro seria contornada por algum contato pessoal ou impessoal (com um ‘pistolão’ ou com a ‘fogueira santa’ da Igreja Universal), em que o improvável pode ocorrer” (TORRES, 2007, p. 117). A magia, assim como outros expedientes como o “pistolão”, seriam as armas dos despossuídos das verdadeiras armas que decidem o jogo. Como afirma o autor, “o importante é não se acomodar e prosseguir com as armas de que se dispõe para fazer do acaso a sua própria sorte” (TORRES, 2007, p. 117). A partir de suas igrejas (“pronto-socorro” dos desesperados), afastam-se dos mecanismos racionalizados de organização coletiva exigidos pela luta política.

Talvez daí decorra o comportamento coletivo dos pentecostais, cuja maioria procura se distinguir nas assembleias da ocupação, criando uma identificação de grupo e evitando tomar decisões que não sejam referendadas pelos seus respectivos pastores. Dado esse forte “espírito de seita”, os pentecostais passam a ser identificados pelos outros moradores e pelos mediadores como um grupo à parte na Ocupação. Mesmo que na maioria das ocasiões acabem por convergir com as decisões de maioria, isso acaba por gerar um sentimento de insegurança e desconfiança das lideranças quando precisam de mobilizações que exijam a união coletiva.

Trata-se, segundo o relato de muitas lideranças, de uma convivência tensa, muito diferente daquela união coletiva que garantia o

sucesso das ações dos sem-teto da década de 1990. Na presente década, essa relação entre a religiosidade e a organização coletiva deve ser compreendida à luz dos complexos elementos de ordem identitária, os quais podem ser explicados nas novas características das relações a que os trabalhadores menos qualificados são submetidos no capitalismo periférico.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

A presença feminina nos espaços de participação coletiva foi uma característica no plano organizativo que, tal como nas ocupações dos anos 1990, se fez presente na Ocupação Contestado. Essa característica, como já colocado anteriormente, pode ser tomada como um traço recorrente em movimentos de luta por moradia.⁷

Na Ocupação Contestado foi notável a participação feminina, desde os primeiros momentos. Ela se apresenta nas três instâncias principais da organização interna: os núcleos, as quadras e a coordenação. Essa estrutura organizativa foi criada a partir de uma concepção de coletividade democrática, tendo nos núcleos o primeiro nível da coletividade, com o papel de reunir os moradores pela proximidade das casas e tratar dos problemas mais cotidianos, os quais devem ser repassados para a coordenação geral. Num segundo nível há as quadras, que congregam os coordenadores de núcleos com a finalidade de discutir questões estruturais de espaço. As coordenações reúnem as lideranças das quadras, e as decisões que afetam a coletividade são remetidas a uma instância superior a todas essas, que é a da assembleia.

Tal dinâmica de participação coletiva aconteceu numa realidade em que a maioria dos moradores era politicamente inexperiente. O fato de que a maior parte se iniciava em práticas associativas no processo de ocupação ficava evidente na dependência das ações dos

⁷ Sobre isso, podemos citar referências de diferentes períodos e campos disciplinares das Ciências Humanas: Pinto (1992), Blay (1980), Gohn (1985), Macedo (2002), Macedo Filho e Regino (2010).

articuladores externos ao próprio grupo de mandatários. No entanto, em que pese essa pouca experiência, as mulheres tiveram significativa participação na organização dos núcleos e quadras. Muitos relatos se referem à experiência de participação como “positiva e altamente prazerosa para as mulheres, que têm um reconhecimento social de sua atuação na ocupação” (TORNQUIST & OLÍVIO, 2015, p. 8) internamente, bem como externamente, em negociações com os órgãos estatais e outros agentes sociais.

Na relação entre gênero e movimentos de luta por moradia, a bibliografia tem destacado que a casa contém o significado de proteção social, o que pode ser um elemento explicativo do porquê da mobilização das mulheres na luta pela moradia. Bilac (1985), em texto clássico, analisa essa questão, observando que “quem casa quer ter casa”. A casa é um lugar simbólico importante para as mulheres, por ser o espaço doméstico, das relações familiares, lugar onde as mulheres transitam e reforçam seus laços, pois, quando os homens partem, elas ficam com a casa e os filhos – daí a importância de garantir esse espaço e, portanto, de lutar por ele. A participação das mulheres em movimentos de luta por moradia pode ser entendida, assim, como uma das formas de materialização dos esforços pela melhoria de vida, na qual a casa passa a ter grande importância num contexto de adversidades, como observa Márcia Macedo (2002, p. 66).

No que se refere à dinâmica específica dos movimentos sociais, há ainda outra especificidade que precisa ser destacada. Considerando que um dos elementos constitutivos dos movimentos sociais é a ação coletiva (as formas e os mecanismos mediante os quais os atores se mobilizam),⁸ evidencia-se que, nessa dimensão específica dos movimentos de luta por moradia, as mulheres têm um papel estratégico fundamental. Com bastante frequência as mobilizações resultam em conflitos com a polícia. Nessas situações, as mulheres, junto com as crianças, compõem a linha de frente no enfrentamento com a polícia, impedindo as ações violentas (MACEDO, 2002, p. 66). O papel que desempenham, fundamental para o sucesso do movimento, coloca em

⁸ Na tipologia de Ilse Scherer-Warren (1987), os elementos que devem ser considerados na análise de movimentos sociais são, além da natureza da ação (ou a práxis), a presença de objetivos comuns (o projeto), a orientação por princípios valorativos comuns e uma organização diretiva.

questionamento a hierarquia entre os gêneros, já que nessas situações a resistência pela força física (atributo da virilidade masculina) pouco conta. Esse aspecto foi observado na Ocupação Contestado por Tornquist e Olívio (2015), que perceberam nos relatos das mulheres que os enfrentamentos com a polícia eram sentidos como “momento de fortes emoções (medo, mas também coragem e solidariedade), vividos muitas vezes sem os companheiros” (TORNQUIST & OLÍVIO, 2015). A coragem e a determinação das mulheres, e a sua presença com os filhos, acabam por revestir os movimentos de uma humanidade que desarma ou ao menos suspende julgamentos morais que estigmatizam os sem-teto (tais como os de “bandidos”, “desocupados”, “criminosos”), dando visibilidade à dimensão social do problema da habitação.

No caso dos sem-teto dos anos 1990, Teresa Kleba Lisboa (2002) analisou sob a ótica do empoderamento as mulheres migrantes que passaram a liderar movimentos de luta por moradia na periferia urbana da Grande Florianópolis. Seu estudo mostra como, num contexto marcado por um conjunto de exclusões (que envolvem desde a vivência de uma nova desigualdade até perdas cognitivas), foi sendo atribuído um novo sentido à casa: em seus processos de engajamento, além de resolver uma necessidade material relacionada à moradia e à subsistência, a luta pela moradia assumia outros contornos. De acordo com a autora, a casa passou a ser incorporada à ordem dos desejos e a significar a realização dos sonhos (LISBOA, 2002, p. 42). O engajamento significou uma contraposição de sonhos a um passado de exclusões. Nesse sentido, as dificuldades encontradas na trajetória migrante dessas mulheres carregam consigo uma marca específica de gênero.

Essa dimensão conflitiva tem também implicações no plano identitário: relações que eram remetidas à ordem do privado, com a explicitação dos conflitos que emergem da condição de excluídas, passam a assumir um caráter público. Sobre isso, Celi Pinto (1992, p. 135) observou que mulheres faveladas, “cuja condição de miséria é constituída através de múltiplas exclusões”, colocam-se em uma situação privilegiada de construção de identidade. A autora destaca a importância da “ruptura do ‘eu’ enquanto constituído no privado, e sua inserção no espaço público” (PINTO, 1992, p. 135).

Temos várias histórias para contar que retratam essas marcas, de gênero e de exclusão, e que se relacionam a mulheres que se tornaram lideranças. Liana migrou em razão de uma gravidez não planejada. Os conflitos com a família e com o pai do seu filho obrigaram-na a migrar para Florianópolis. Levando consigo o filho ainda muito pequeno, trabalhou em “casa de família”, até que se juntou ao movimento dos sem-teto. Marisa, após sair de sua casa num município rural da Região Metropolitana, foi excluída da herança da família depois da morte precoce de seu jovem marido. Karla abandonou a casa de seus pais e veio morar em Florianópolis com seu marido. A recusa em viver a violência cotidiana imposta por seu marido fez com que se tornasse moradora de rua, indo viver no Pasto do Gado com seus filhos ainda pequenos.

Essas são algumas das histórias narradas pelas mulheres quando procuravam explicar como passaram a integrar o movimento sem-teto nos anos 1990. Em seus depoimentos, ficou evidente que, tanto na escolha por migrar como nas consequências da migração, as relações de gênero estiveram muito presentes, e de forma bastante dura e dramática.

Ao longo de nosso estudo, várias histórias de vida foram selecionadas: há uma diversidade de trajetórias, mas unidas por um elemento comum: a dificuldade de moradia e a luta pela casa, o que as colocou como parte ativa num movimento social. Além desse elemento comum, outros pontos articulam suas trajetórias: à precariedade de suas condições de vida são associados aspectos relacionados à desigualdade de gênero, tais como a violência conjugal, a perda da casa, a exclusão da herança, o abandono dos filhos. Em suas histórias de vida, esses aspectos, relacionados à desigualdade de gênero, tiveram papel decisivo na definição de seus destinos como sem-teto, mas assumindo diferentes configurações em cada história particular. Ou seja, a presença desses elementos não se coloca, evidentemente, de forma igual ou simétrica nas diferentes histórias. Nesse sentido, a perspectiva aqui assumida problematiza a pretensão de que uma história de vida seja representativa de todas as mulheres. Sobre esses limites metodológicos de trabalhar com biografias, a historiadora Sabina Loriga (1998) contrapõe-se, observando que não é necessário que a trajetória de uma dada pessoa represente “um caso típico”, pois os elementos singulares,

aqueles aspectos de sua vida “que se afastam da média”, podem perceber melhor “o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social” (LORIGA, 1998, p. 248-249).

Há muitas singularidades na história de Cristina, mas ela traz os componentes citados anteriormente, em que a inserção num movimento de luta por moradia articula a classe social (aqui analisada na precariedade da condição de vida dessas mulheres, que as obrigou a migrar) ao gênero. E refere-se a uma mulher tornada liderança. Selecionamos sua trajetória aqui por se tratar do percurso de uma mulher migrante tornada liderança.

Mais do que isso, o recurso à história de vida por meio dos relatos orais das próprias agentes do processo permite trazer o que é uma das principais contribuições do testemunho pessoal para os estudos de migração, bem como para os de gênero, que é de evidenciar “não apenas o padrão dos eventos ocorridos, mas também a maneira como as pessoas se sentiam com respeito à migração” (THOMPSON, 2002, p. 348), como afirma Allistair Thompson, em artigo que busca resgatar a importância da história oral para os estudos de migração. Recupera-se com isso a complexidade dos processos pessoais, evitando explicações monocausais e lineares. A investigação de uma trajetória de vida, a de Cristina, contempla, desse modo, a especificidade do seu destino pessoal, com destaque para as relações de gênero em diferentes configurações familiares. Procura-se, assim, dar relevância ao quadro no qual foram realizadas determinadas escolhas. Tendo em vista que muitas das suas escolhas são comuns a outras moradoras, elas justificam a seleção de Cristina.

A HISTÓRIA DE CRISTINA

Cristina, uma importante liderança da Ocupação Contestado, tem uma trajetória de vida que representa esse novo tipo de migrante, que chega de outras regiões do país. Em sua trajetória se repete uma situação em que o drama do processo migratório se associa à questão

de gênero. Com experiência sindical, Cristina tem tido participação ativa tanto nas assembleias como na organização dos núcleos da ocupação, bem como nas negociações com os agentes estatais. Nascida em São Paulo, sua mãe trabalhava como cozinheira e como empregada doméstica. Após a separação de seus pais, em razão de dificuldades econômicas, a mãe colocou Cristina e suas irmãs num orfanato. Passados alguns anos, a mãe as retirou do orfanato, vendeu a casa e, para não dividir o pouco dinheiro dessa venda, fugiu com as filhas para longe do marido, indo viver em outra cidade do sudeste do Brasil. Com isso, perderam definitivamente o vínculo com o pai.

A saúde de seu irmão mais novo motivou a migração para Santa Catarina: com problemas respiratórios, o médico recomendou que mudassem de cidade, afastando-o do poluído ar metropolitano de São Paulo. Assim, mudaram-se para uma pequena cidade litorânea do sul do Brasil, no estado de Santa Catarina, que era a cidade natal de sua mãe e onde ainda residia uma tia sua. Motivada pelo falecimento de sua tia e pelas poucas oportunidades de emprego, aos quatorze anos de idade mudou-se com sua família para Florianópolis. Foram viver na periferia pobre da cidade, no bairro Monte Cristo.

Aos dezesseis anos teve sua primeira filha. Casou-se, e depois vieram mais duas. Da mais velha tem um neto, que hoje está com dezoito anos, o qual ajudou a criar. Em todas essas mudanças moravam muito mal, em condições bastante precárias. A situação piorou quando resolveu se separar do seu marido:

Quando eu me separei foi que a coisa *delingoló*, porque eu tive que... a casa quando eu casei era dele, a Justiça só me deu algumas melhorias do que eu fiz na casa, que foi três mil e quinhentos reais. Então, quando eu me separei eu literalmente fiquei na rua. Aí comecei a pagar aluguel e fui pagando aluguel, pagando aluguel, pagando aluguel até chegar no Contestado. (...) A gente morava numa quitinete aqui no Zanelato, assim onde ratos desse tamanhozinho assim... Não tinha janela no quarto, era um terror sabe? E trezentos e cinco reais o aluguel, a gente não tava mais dando conta... Assim, eu era uma que morava sozinha, já tava *passando a pão*, morava sozinha não, que eu tinha meu marido mas ele tava na perícia. Entendeu? Aí não tinha renda, não entrava renda ainda, tinha que esperar até a perícia começar a pagar, entendeu? Então era eu sozinha. Eu já tava a ponto de eu tá comendo só pão e café, entendeu? Porque não tinha mais como pagar aluguel, não tinha mais condições de pagar e comer. (CRISTINA, 2015)

Até o período em que concedeu a entrevista, Cristina não tinha obtido o divórcio, pois o homem de quem se separou recusava-se a assinar os papéis para poder disputar os bens deixados como herança pelo pai de Cristina. Assim, a ruptura do matrimônio teve pesadas consequências para Cristina, entre as quais – ela destaca em seu depoimento – não ter onde morar.

Cristina permanece na luta por uma moradia até hoje, passados quase quatro anos. Em sua luta para superar as adversidades do morar, revela-se um componente de uma aposta num futuro incerto. As incertezas, que transformam suas escolhas em arriscadas apostas, advêm da consciência que tem da fragilidade do movimento. A sua fala como uma liderança, em tom de desabafo, expressa com clareza as dificuldades do processo de auto-organização dos moradores na luta pela moradia.

E eu não acredito que essa história, assim, mude, de briga, de confusão, não acredito, não acredito porque eu já vi isso acontecer; tu tira uma pessoa da favela mas tu não tira a favela de dentro da pessoa. Vai continuar o som alto, vai continuar as mesmas brigas, vai continuar as mesmas confusões, a mesma coisa. Vocês tavam presente [...] assembleia ali pedindo pra baixarem o som, pararem de barulho, não para cara! As coisas não mudam, as pessoas não mudam. (CRISTINA, 2015)

Sua percepção é a de que a possibilidade de viver melhor, na condição em que se encontra, depende de uma articulação coletiva que se coloca como difícil em razão dos próprios moradores. A incerteza reside no fato de que mesmo que conquistem a casa própria, essa conquista, embora resolvendo o problema de ter onde morar (a casa), pode não resolver a qualidade do que é morar bem. Em sua fala, opõe o som alto (a “favela dentro da pessoa”) à assembleia (o coletivo no qual reside a expectativa de superação da favela). Nesse sentido, tem sido crítica à forma de condução da ocupação pela coordenação:

Começou aquela coisa assim, que foi onde começou toda essa baderna de venda de casa, foi tudo por aí; que eles perderam o controle da situação em função disso, de não respeitarem o regimento e de não ter uma situação que fosse imparcial, de sempre cada um estar protegendo o seu lado. (CRISTINA, 2015)

Cristina tem consciência dessas dificuldades na luta contra um processo de segregação, marcado pelo não reconhecimento de direitos sociais e pela dificuldade de organização da luta por esses direitos. Sua trajetória, como a de muitos outros moradores ou moradoras, é marcada pela articulação de muitos dramas individuais, que ocorreram no quadro das relações familiares, das escolhas conjugais, das contingências da vida (como problemas de saúde), mas que foram agravados pela precariedade das suas condições de vida, assumindo, com isso, contornos mais dramáticos.

Na trajetória de Cristina a reação à exclusão se traduziu numa forma de resistência, tornando-se uma liderança comunitária. Poderíamos citar outras histórias em que a reação a uma violência de gênero encaminha esse tipo de processo de redefinição e ressignificação de práticas e de novos processos de identificação como mulher. Vimos isso na Nova Esperança, nos anos 1990. Na Ocupação Contestado, poderíamos acrescentar o caso de Violeta. Quando muito jovem, perdeu seus pais, ficando órfã, e acabou sendo expulsa pelos seus tios da casa que pertencia a seus pais. Saiu da Região Serrana para a capital, tendo que viver uma trajetória marcada pela prostituição, pelo uso de drogas e pela vida nas ruas, sem casa para morar. Embora não seja uma das lideranças, Violeta se faz sempre presente nas reuniões, assembleias e ações promovidas pela ocupação, demonstrando muito interesse e compromisso com o movimento.

A “conquista da casa” levou as mulheres a iniciarem seu engajamento político, pois essa luta travou-se no espaço público. Na “luta por casa” há uma transição de sentidos do privado para o público. Tal transição é bem percebida por Teresa Lisboa (2002) ao analisar aquelas lideranças femininas que nos anos 1980 e 1990 emergiram do movimento de luta por moradia. Após a conquista da casa elas passaram a exercer outros cargos de liderança na comunidade, tais como a presidência da associação de moradores, a formação de cooperativas de costura ou em experiências como a de criação de uma padaria comunitária. A casa, assim, passa a ser ressignificada:

Na luta por sua conquista, elas foram atribuindo um novo sentido à casa: mais do que uma necessidade material ligada somente à subsistência, mais do que apenas um lugar para ficar, a casa passou à ordem dos desejos mais

profundos, passou a significar a realização dos seus sonhos – “o meu maior sonho é ter uma casa, o que mais que eu posso querer?”. (LISBOA, 2002, p. 42)

A casa passou a ser percebida por Cristina não mais como uma questão individual e restrita ao âmbito privado, mas como uma demanda coletiva, comum a suas vizinhas e a outras mulheres na mesma condição de pobreza e exclusão. A luta pela casa transformou-se em algo a ser disputado na esfera pública, e não em um drama de ordem exclusivamente pessoal. Foi da experiência da casa, da vivência intensa e do desejo pela casa que ocorreu essa politização da questão. Na fala de Cristina, essa atenção à casa fica muito clara quando se refere a um tema, nos processos de negociação com a prefeitura por uma nova área, que poderia vir a dividir as posições dentro da luta da Ocupação Contestado: a escolha entre a construção de casas ou apartamentos. Sua defesa da casa se deu da seguinte forma:

Ela [a escolha por casa ou apartamento] vai dividir o movimento, ela vai dividir eu te digo claramente, eu não faço questão da Avenida das Torres não, eu quero uma casa pra eu morar, não interessa na Avenida das Torres se é num... eu quero um lugar pra eu morar que seja digno. Na Avenida das Torres ela tá fazendo apartamentos, lá ela tá fazendo casas, me interessa muito mais casas... Sabe por quê? Eu vou te dizer bem claramente, porque o apartamento você vai continuar no aluguel cara, daqui a um ano, dois anos, tu vai tá na mesma situação de tá pagando aluguel, tu vai tá pagando condomínio, tu vai pagar mensalidade do apartamento, tu vai pagar água e luz, tu vai pagar condomínio. Então assim, pras nossas condições reais, isso é absurdo, assim as pessoas não têm como manter, como ficar; eu não tenho, eu não tenho como fazer isso, eu vou voltar pra minha situação de aluguel, onde vai ter que escolher: ou eu como, ou eu pago. Numa casa você controla os teus gastos, você controla o teu gasto de água, o teu gasto de luz, tu paga só o teu IPTU, tu não tem condomínio, o dinheiro que tu gastaria pra um condomínio é um dinheiro que tu vai gastar pro teu IPTU, entendeu? Tu vai guardando, tu paga o teu IPTU; é uma despesa muito menor, é uma despesa bem menor. Sem contar que a casa, aquela coisa que você tá no teu quintal, ali ó, você controla, você levanta o teu muro, entendeu? Um apartamento vai ter vizinho em cima, embaixo, do lado, do outro, na frente, atrás. (CRISTINA, 2015)

A sua escolha pela casa é decidida sob o argumento de não correr o risco de voltar para a instabilidade do aluguel. É uma escolha

pela estabilidade que a casa representa. É a percepção dos detalhes do que constitui a experiência de morar, envolvendo questões de ordem financeira, passando por temas como conforto e privacidade, que embasa seus argumentos apresentados em defesa da casa – argumentos de quem vivencia a casa e constitui sua identidade a partir desse espaço. Pode-se pensar, com Cristina, que o espaço da casa é tão importante que justifica a militância.

No testemunho de Cristina revela-se um processo de reconstrução identitária que permite compreender a articulação entre gênero e movimentos sociais, em particular de movimentos que envolvem a luta por moradia. A aposta é que forneça elementos que contribuam na elucidação de trajetórias de mulheres que, como ela, tiveram inúmeros reveses nessas trajetórias, incluindo a perda de suas casas (com todos os significados que podem estar contidos na casa), e que migraram e se tornaram lideranças.

CONCLUSÕES

Movimentos sociais que envolvem atores socialmente mais vulneráveis têm como característica articular um conjunto de processos ligados a diferentes dimensões do social, como classe social e gênero. O que se procurou demonstrar aqui é que o processo migratório fez parte de uma exclusão a um só tempo social e de gênero. As trajetórias das mulheres da ocupação evidenciam um processo de exclusão em que questões referentes ao âmbito das relações conjugais acabaram por ser decisivas: a exclusão da herança por parte dos familiares e a perda da casa com separações ou perda dos pais estão presentes nas histórias de vida de muitas das mulheres das ocupações. Exclusões de gênero fazem parte de um longo processo que acabou por conduzi-las à condição de sem-teto. Os números evidenciaram um padrão de exclusão que se prolonga no tempo. Migrantes provenientes dos mesmos lugares, somados a outros, junto com os filhos de migrantes de outrora, trabalhadoras e trabalhadores precários de uma metrópole de médio porte.

A análise da história de vida de Cristina (aqui trouxemos uma em particular) elucida como uma das mulheres sentiu e vivenciou esse processo de exclusão, no qual a experiência migratória articulou-se à sua condição de classe e gênero. Tanto em Cristina como em outras moradoras da Ocupação Contestado, o fato de serem mulheres fez toda diferença em suas trajetórias de vida, já marcadas pela extrema precariedade econômica e social. A história de Cristina revela, tanto no seu destino como filha (as dificuldades enfrentadas na infância ficaram por conta do relacionamento autoritário do seu pai com a família) como na sua vivência como mulher e mãe (a perda da casa para o ex-marido, a recusa deste ao divórcio, para disputar a herança de seu pai), toda sorte de imposições que estão relacionadas ao gênero.

Mostramos como, a partir da casa, uma questão de ordem privada, as questões foram sendo politizadas, transladando-se do âmbito privado para o político, e como essa politização não pode ser descolada do processo identitário. De uma autoestima negativa, de mulheres excluídas, transitam para uma identidade pautada no e por um espaço público, mas esse trânsito ocorre por motivações que estão relacionadas ao lugar por elas ocupado nas relações de gênero. É o que se procurou demonstrar com a trajetória de Cristina. Tal identidade, e aqui está a boa notícia, é política, pois conduz à resistência. A história recente do país tem testemunhado que esse tipo de construção de identidade vem acompanhando e alimentando os movimentos de luta por moradia. E é essa constatação que nos permite apostar na resistência das mulheres.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R.; GUIMARÃES, R. P. Metrópoles brasileiras no século 21: evidências do Censo Demográfico de 2010. *Informe GEPEC* (Online), v. 15, 2011. p. 634-648.
- BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. V. 1. São Paulo: Educ, 1995. p. 29-37.
- BLAY, E. A. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. *Mulher Hoje*, v. 26, p. 63-70, 1980.

CANELLA, F. *A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

CANELLA, F. *Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CANELLA, F. *O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores*. Projeto de Pesquisa. Florianópolis: Udesc, 2013.

CANELLA, F. *Reconfigurações da segregação urbana: trabalho, moradia e pobreza na Grande Florianópolis*. Projeto de Pesquisa. Florianópolis, Udesc, 2014.

CANELLA, F.; MAGALHÃES, L. F.; TORNQUIST, C. S. Reconfigurações da segregação urbana, trajetórias migrantes e emergência de lutas pela moradia na Grande Florianópolis. In: *Anais do VI Congresso da Associação Latino-Americana de População*, Lima, Peru, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional municipal no Brasil*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2013.

GOHN, M. G. M. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

LISBOA, T. K. Mulheres migrantes no sul do Brasil e seu processo de empoderamento. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 12-26, 2002.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.

MACEDO, M. S. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. In: GTGênero/Plataforma Contrapartes Novib (Org.). *Perspectivas de gênero: debates para as ONGs*. Recife: GTGênero/Plataforma de contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002. p. 56-79.

MACEDO FILHO, R.; REGINO, F. A. Mulheres, mães e movimento sem teto: o discurso maternalista e a construção da cidadania. In: *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9*, Florianópolis, 2010.

MOTTA, D.; MATA, D. *Crescimento das cidades médias*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008 (Boletim Regional e Urbano).

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F. (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

PINTO, C. R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINNI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil na análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

SILVA, A. A. A luta pelos direitos urbanos em São Paulo: representações de cidade e cidadania. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu, MG, 1990.

SUGAI, M. I. Há favelas e pobreza na “Ilha da magia”? In: ABRAMO, Pedro (Org.). *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. (Coleção Habitare). Porto Alegre: Antac, v. 10, 2009. p. 162-199.

THOMPSON, A. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TORNQUIST, C. S.; OLÍVIO, M. C. Mulheres e lutas pela moradia: ambiguidades entre o protagonismo e o patriarcado. In: *Anais do XXX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia*, San José, Costa Rica, 2015.

TORRES, R. O neopentecostalismo e o novo espírito do capitalismo na modernidade periférica. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara: Unesp, v. 32, p. 85-125, 2007.

TORRES, R.; ARENARI, B. Os “batalhadores” e o Pentecostalismo: um encontro entre classe e religião. In: SOUZA, J. (Org.). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 311-348.

FONTE ORAL

CRISTINA. [50 anos]. [2015]. Entrevistadores: Carmen Susana Tornquist e Fernando Calheiros. São José, SC, 2015.



EMPRENDIMIENTOS COMERCIALES DE MUJERES BOLIVIANAS EN COMODORO RIVADAVIA (PATAGONIA ARGENTINA): EL PAPEL DE LOS RECURSOS ÉTNICOS Y LAS ESTRATEGIAS TERRITORIALES

Myriam Susana González

En las últimas décadas las migraciones internacionales han adquirido nuevas características y dimensiones, se han acelerado y diversificado, también se han feminizado y las mujeres se convierten en sujetos cada vez más activos en los procesos migratorios. Las mujeres migrantes son fuertes protagonistas de la economía tanto en los ámbitos urbanos como rurales en los que residen. En la Argentina, las migrantes latinoamericanas provienen, en mayor número, de Paraguay, Bolivia y Perú, siendo las ciudades los principales destinos. Si bien cada colectivo abarca diferentes historias y tipos de inserción laboral, dominan perfiles ocupacionales ligados a economías informales, que suponen condiciones precarias en las relaciones de trabajo y, por lo

general, destinadas a la exclusión social (MAGUID y BRUNO, 2010; MAGLIANO, 2007; SASSONE, 2009; ROSAS, 2008; COURTIS y PACECCA, 2010). Se observa una tendencia a que estas mujeres se ubiquen en el servicio doméstico o en los servicios de cuidado, aunque no en todos los orígenes referidos es igual. Cierta singularidad ofrece la presencia de las mujeres migrantes bolivianas, según las ciudades de destino; de allí que presentemos evidencias empíricas encontradas para esta ciudad media que es Comodoro Rivadavia.

Comodoro Rivadavia, ciudad de la Patagonia Argentina, ha experimentado en los últimos años un aumento en la llegada de migrantes tanto internos como internacionales. Estas migraciones recientes en mayor número provenientes de Bolivia, han modificado significativamente el cuadro geodemográfico y están imprimiendo transformaciones en el territorio. Tomamos como punto de partida la hipótesis de que la economía de la ciudad demanda mano de obra femenina, en ciertos nichos, con fuerte predominio de mujeres bolivianas; pero la inserción en esos nichos reproduce asimetrías de género, clase y origen. Desde la perspectiva de la Geografía del Género, estas ocupaciones presentan variabilidad en el territorio urbano y en escalas de movilidad que se traducen en una geografía de la inserción laboral fuertemente asociada a las trayectorias y a los procesos de movilidad social. Como parte de estos procesos, puede observarse una creciente visibilidad de las mujeres migrantes a partir de su incorporación en sectores del comercio minorista, fenómeno global que se evidencia también en otras ciudades de fuerte atracción migratoria.

Este trabajo tiene como objetivo analizar las trayectorias de mujeres migrantes emprendedoras. Son las que llegaron a la ciudad sin capital incorporándose al mercado de trabajo en empleos precarios y en sus trayectorias de movilidad laboral han desarrollado estrategias de autoempleo. Interesan también, las estrategias implementadas en la construcción y/o apropiación del espacio urbano a través de los espacios comerciales, considerando que éstos posibilitan la apropiación y resignificación del territorio.

La información que aquí se presenta fue obtenida a partir de técnicas cualitativas: observaciones en el terreno no participantes, entrevistas a informantes claves y entrevistas en profundidad a 35 mujeres bolivianas. Se aplicó para estas migrantes el método de historias

de vida y la técnica de relatos de vida comparados destinados a la captación y análisis de las trayectorias migratorias, en sus tres tipos: familiares, residenciales y laborales (SASSONE, 2002). Se reconstruyeron las historias de vida de 35 mujeres bolivianas, pertenecientes al grupo etario de 20 a 50 años e insertas en el mercado laboral de la ciudad durante el trabajo de campo realizado entre 2010 y 2014. La interpretación de estos relatos posibilita reconstruir las redes sociales informales de apoyo de familiares, amigos y compatriotas, ya que las trayectorias individuales se entrelazan con las de otras personas en redes familiares y de amigos (ELDER, 1994). El uso del enfoque biográfico permite comprender varios aspectos del proceso migratorio: la interconexión entre las experiencias migratorias individuales y las dinámicas familiares; las razones de los desplazamientos; las redes sociales de apoyo de familiares, amigos y compatriotas, ya que las trayectorias individuales se entrelazan con las de otras personas en redes familiares y de amigos, y de qué modo son interpretadas las experiencias migratorias.

El capítulo se organiza en tres apartados. En el primero, se hace referencia al trabajo reproductivo. A continuación, se aborda el análisis de los nichos ocupacionales de las mujeres bolivianas según trayectorias migratorias que se explican desde la interseccionalidad y la movilidad laboral. En tercer lugar, se profundiza sobre las emprendedoras (dedicadas al comercio de proximidad) considerando los procesos de territorialización en el espacio urbano producto de las relaciones de género y trabajo.

NATURALIZACIÓN DEL TRABAJO REPRODUCTIVO EN LAS MUJERES BOLIVIANAS

La concepción del trabajo para las mujeres bolivianas está asociada a lo productivo; el trabajo reproductivo forma parte de su rol como mujer. Las representaciones sociales – tanto las externas como las propias – las conciben (y se conciben) como “trabajadoras”, “luchadoras”, que “trabajan a la par del hombre”, que “son el sostén

familiar”, como lo han indicado varias de las entrevistadas. La reproducción y la producción se relacionan significativamente con ser una-buena-mujer-madre y esposa (MALLIMACI BARRAL, 2011).

La mayor participación y visibilidad de las mujeres en el ámbito productivo, característica de las últimas décadas, no supuso una redefinición de las tareas en la esfera reproductiva; estas siguen siendo patrimonio femenino. Como analizó María José Magliano (2009, p. 9) en sus trabajos sobre las mujeres bolivianas en Córdoba, “la ‘invisibilidad’ de la mujer boliviana vendría de la mano de su participación en el espacio productivo, invisibilizando el trabajo reproductivo familiar, esfera donde la mujer boliviana aparece como su ‘encargada’ natural”. La misma autora hace referencia a la “doble presencia”,¹ basándose en la categoría propuesta por Balbo (1979) para designar la situación que caracteriza la vida de la mayoría de mujeres adultas, y con el que se adjetiva la vida cotidiana de aquellas mujeres que deben afrontar la actividad laboral y el trabajo doméstico-familiar. Esa supuesta conciliación, aun en su diversidad, las lleva a compartir un elemento común: la falta de tiempo para vivir (MAGLIANO, 2013).

Volviendo al concepto de doble presencia, Balbo (1979) lo diferencia de la doble jornada, ya que pretende reflejar no la superposición de dos jornadas de trabajo distintas y separables, sino una doble carga de trabajo desarrollada en un mismo espacio, tiempo y jornada. En los relatos de las mujeres entrevistadas, aparece esta naturalización del trabajo doméstico. En varios pasajes de las entrevistas realizadas, la cuestión de las tareas del hogar aparece como una actividad femenina que, en muchos de los casos – tratándose de quienes trabajan fuera del hogar –, se realiza los fines de semana. Sin embargo, algunas entrevistadas hacen referencia a determinados cambios asociados a una redistribución-renegociación en el interior del grupo familiar a partir de la migración, como la participación en las decisiones sobre el uso de los ingresos y el intercambio de los roles vinculados a las tareas domésticas, entre otros. Algunos relatos sugieren que hubo ciertas modificaciones en la distribución de las tareas en el grupo familiar, pero esto no se ha dado en todos los casos.

¹ La doble presencia ha sido puesta en evidencia en los estudios pioneros de Laura Balbo (1979) en Italia, y de María Teresa Torns Martín y Pilar Carrasquer Oto (2002) en España.

En general, las mujeres siguen siendo las responsables de las labores reproductivas, aun cuando también realicen actividades productivas. Algunas de ellas justifican acceder a la responsabilidad de los trabajos domésticos porque es la “costumbre”. En otros casos, en las estrategias adoptadas para conciliar trabajo productivo y reproductivo, involucran a otras mujeres también migrantes, familiares (hermanas, sobrinas, primas) o paisanas.

TRAYECTORIAS LABORALES Y MODOS DE INCORPORACIÓN EN EL TRABAJO PRODUCTIVO

Las migrantes bolivianas residentes en Comodoro Rivadavia posicionan sus proyectos migratorios a partir de inserciones laborales, en tanto elemento estructurante, aun cuando se ubican dentro de un patrón familiar. En rigor, este hecho es así para la migración boliviana en la Argentina. En la mayoría de los casos, el trabajo del varón ha orientado la decisión de partir, aunque la intervención de la mujer es reconocida como central para el éxito del proyecto migratorio.

La migración no constituye la entrada al mercado laboral para las mujeres de este colectivo, puesto que desde niñas, especialmente en el ámbito rural, han realizado tareas productivas. Según Balán (1990), estudios históricos sobre las familias campesinas antes de la conquista hispánica han hecho hincapié en la contribución de la mujer a la economía doméstica, reconociendo que su posición no era inferior a la de los varones, ya que ellas eran quienes monopolizaban las actividades comerciales.

En el escenario actual de Bolivia, las mujeres se encuentran sobrerrepresentadas en el sector informal, especialmente en el autoempleo informal dedicadas especialmente a tareas comerciales (SEYNA-BOU y ARRIBA, 2007). Las evidencias empíricas obtenidas en esta investigación muestran la existencia de una segmentación del mercado laboral en términos de género y etnia, ser mujer y migrante, ser mujer y boliviana.

En la inserción laboral de las mujeres bolivianas en la Argentina, según Cerrutti (2009), se observa un número más amplio de sectores de actividad en comparación con otras migrantes. Dichos planteos pueden aplicarse a Comodoro Rivadavia. Tres son los nichos ocupacionales dominantes en esta ciudad de la Patagonia. Los dos primeros modos, esto es, el de obreras en la industria pesquera, como fileteadoras, y el del servicio doméstico, se encuadran dentro la condición de empleadas asalariadas, por lo general, en una economía informal y de precarización. Por su parte, se observa un tercer tipo, el de emprendedoras en el comercio al detalle o de proximidad, en dos rubros: verdulería y vestimenta, es decir, aquellas que toman la denominada “vía emprendedora”.

En cuanto a las trayectorias laborales, se caracterizan por ser precarias y feminizadas, y en algunos casos, se van modificando con la edad y la permanencia en la ciudad, siendo el cuentapropismo la aspiración principal de las familias bolivianas. Hay dos elementos clave en las trayectorias laborales: el papel de las redes y la experiencia previa. En cuanto a las redes, Benencia y Karasik (1995) señalan la importancia que poseen respecto de la inserción en el mundo del trabajo; por ese motivo, podemos considerarlas mediaciones institucionales que articulan la inserción en la estructura ocupacional del lugar de destino.

Las entrevistas realizadas muestran cómo, a partir de las redes, se articula el acceso a ciertas ocupaciones, como las tareas en las plantas pesqueras o el trabajo doméstico. En relación con el comercio, además de las redes, la experiencia previa también tiene incidencia. Las mujeres – en especial, quienes provienen de Cochabamba, que son la mayoría – tienen una larga tradición en este campo.

EMPRENDEDORAS EN EL COMERCIO AL DETALLE

La inserción de la mujer migrante en el mercado laboral ha sido el tema estrella desde los inicios de los estudios de migración y género.

El empleo doméstico, el papel de la mujer migrante en los procesos de industrialización y su participación en la producción para un mercado global, con el agregado, en los últimos años, de la globalización de los trabajos de cuidados, son algunas de las temáticas más investigadas. Frente a esta voluminosa producción, son recientes los estudios que empezaron a interesarse, en el marco de la investigación científica internacional, en el empresariado étnico desde una perspectiva de género (MOROKVÁSIC, 1991; ANTHIAS y MEHTA, 2002; HILLMAN, 1999; DHALIWAL, 1998).

Algunas de estas investigaciones han puesto de manifiesto cómo la vía empresarial puede suponer una situación de explotación para las mujeres que llevan a cabo largas jornadas de trabajo en el negocio familiar sin recibir nada a cambio (HILLMAN, 1999). Otros, en tanto, destacan el rol activo de las mujeres inmigrantes empresarias como agentes de cambio social en los procesos de movilidad laboral (MOROKVÁSIC, 1991; DALLALFAR, 1994). España ha sido uno de los países que en los últimos años han tenido una importante producción académica sobre el tema. Uno de los trabajos pioneros es el de Herranz Gómez (1991), que hace referencia a empresarios latinoamericanos. Ya en el nuevo siglo, se evidencia un incremento de trabajos sobre la temática. Interesan aquí los que analizan la migración y el empresariado desde el género, cabe citar los estudios del Colectivo IOE (2001), las investigaciones de Natalia Ribas, Amelia Saiz, Laura Oso y María Villares (OSO CASAS y RIBAS, 2007; OSO CASAS y VILLARES VARELA, 2005; SÁIZ LÓPEZ, 2005), así como el artículo de Carlota Solé, Sonia Parella y Amado Alarcón (2009), y el de Solé y Parella (2009). Todas estas investigaciones analizan la iniciativa empresarial bajo la forma de comercios de migrantes latinoamericanos, asiáticos y africanos en ciudades españolas. En relación a Portugal cabe citar dos trabajos sobre la temática, el trabajo de Padilla (2008) referido a las estrategias empresariales informales de brasileñas en Portugal y el de Malheiros, Padilla y Rodrigues (2010) sobre emprendedoras migrantes donde señalan la mayor actividad de las mujeres procedentes de Brasil, Ucrania y Cabo Verde.

En cuanto a las ciudades latinoamericanas, cabe citar los trabajos de Sassone y Mera (2007), que analizan coreanos, chinos y bolivianos en la ciudad de Buenos Aires, y el trabajo de Mera y Klei-

dermacher (2012), en el que las autoras estudian el empresariado de coreanos, chinos y senegaleses en la misma ciudad. Otros tienen como caso de estudio la ciudad de Santiago de Chile, en los que examinan los negocios de peruanos, en especial, ligados al rubro gastronómico (STEFONI, 2005 y 2008; LUQUE, 2004). No obstante, ninguno de los trabajos mencionados está planteado desde la perspectiva de género.

Este recorrido bibliográfico evidencia la relevancia que ha adquirido el tema en los últimos años. Para el caso de Comodoro Rivadavia, se trata de un hecho nuevo en el tejido productivo, y que se halla en plena expansión.

PERFILES DE LAS EMPRENDEDORAS BOLIVIANAS

El comercio constituye una actividad que caracteriza a las bolivianas y, especialmente, a las oriundas de Cochabamba. La presencia de las mujeres en el espacio público, desarrollando actividades de venta ambulante, constituye un elemento esencial tanto en los pueblos rurales como en las ciudades bolivianas. Desde pequeñas, adquirieron junto a sus madres las habilidades para comerciar, por lo que se trata de un oficio particularmente “femenino”. Dora Barrancos (2003), al referirse a las mujeres bolivianas, afirma que “poseen notables habilidades para lidiar con los consabidos intercambios de mercado, conocen sus reglas, dominan con mucha perspicacia los valores puestos en juego, son actrices afiladas del regateo, la puja, manejan la persistencia y la desistencia si no están convencidas de que habrá beneficios” (2003, p. 190-191).

La mayoría de las entrevistadas estuvieron insertas en actividades relacionadas con el comercio en el país de origen, más allá del departamento del que procedan, o que se trate de un medio rural o urbano; estas tareas formaron parte de sus vidas desde la infancia. Algunos testimonios apoyan estas afirmaciones:

Mi mamá en Bolivia, cuando podía, salía a vender comida; en Bolivia, donde sea se vende, uno arma su puesto. Ella en época de clase agarraba cuadernos y hojas y salía a vender. Cuando yo necesitaba plata, me decía vení a mi puesto a vender, yo no quería y mi mamá me decía ya vas a vender, y cuando estaba acá vendiendo en el piso sahumeros, me acordaba de ella. (Isabel, 2010. Trabajó en la venta ambulante, en Bariloche y en Comodoro; actualmente es propietaria de un comercio.)

Mi papá estaba siempre en Argentina, trabajaba, iba y venía, iba un tiempo allá y volvía. Y allá, como te contaba, tenemos terrenos, cosechábamos y sembrábamos. Mi mamá se dedicaba así al negocio. Por ejemplo, en mi casa, en mi pueblo, había feria los domingos; por ejemplo, compraba, por ahí venía a la frontera de Argentina para llevar jabón, fideos y vender en Potosí. Así nos manteníamos. (Patricia, 2010. Trabajó en la venta de verduras en la calle, en Buenos Aires, y en un taller textil; actualmente es propietaria de un comercio.)

Las mujeres bolivianas que se dedican al comercio en Comodoro Rivadavia se insertan bajo diferentes modalidades. Las lógicas del mercadeo que practican son variadas, desde la venta callejera, la venta en ferias y mercados, hasta la instalación de un establecimiento. De ahí que tengan una importante presencia en la feria La Saladita, que se realiza los fines de semana, en la cual poseen puestos de verduras y frutas, de condimentos y de comidas típicas. En cuanto a la modalidad del establecimiento propio, este se encuadra en el tipo de comercio de proximidad, en dos rubros: verdulería y vestimenta.

Del total de mujeres entrevistadas, varias se reconocían como propietarias de un comercio junto a su pareja (en la mayoría de los casos se trata de pequeños comercios dedicados a la venta de alimentos o vestimenta). Estas mujeres emprendedoras llegaron a la ciudad sin capital, se incorporaron al mercado de trabajo a través de empleos precarios, y en sus trayectorias laborales fueron desarrollando estrategias de autoempleo (Anexo – Perfil de las emprendedoras).

Es importante destacar que no se trata de mujeres solas, sino que el comercio forma parte de un proyecto familiar donde la mujer es la protagonista. Sobre este punto, Laura Oso Casas (2010), en un trabajo sobre dominicanas en España, plantea que el entor-

no familiar beneficia la estrategia empresarial: la familia supone un aporte en fuerza de trabajo, contribuye a la empresa con capital económico, consejos, etc. En este sentido, el tipo de migración, en lo que se refiere a su carácter individual o familiar, tiene influencia en las trayectorias ocupacionales de las migrantes, confirmando que la presencia de la pareja favorece el autoempleo (OSO CASAS, 2010). La información recogida a partir de los testimonios de nuestras entrevistadas coincide con lo planteado por la autora.

Los perfiles de las emprendedoras muestran, además, que todas están en pareja y tienen hijos; que en cinco de los ocho casos, sus parejas participan del emprendimiento comercial, reafirmando lo planteado en el párrafo anterior. En cuanto al nivel escolar, la mitad ha completado la primaria. En todos los casos, han tenido inserciones laborales de carácter precario, por ejemplo, en talleres textiles clandestinos cuando residieron en otras ciudades de la Argentina. También en Comodoro Rivadavia pasaron por situaciones de precariedad, como obreras en la industria pesquera o como empleadas domésticas, o en la venta ambulante, entre otras. Por otra parte, si bien no todas tuvieron en la Argentina experiencias en actividades de comercio previas, sí las tuvieron en el país de origen. Otro elemento distintivo es el relacionado con los años de residencia en la ciudad: al comparar con los otros dos grupos analizados, las emprendedoras presentan mayor antigüedad, pues de los ocho casos analizados, seis llegaron antes de 2004.

A través de los relatos, podemos reconstruir sus trayectorias laborales; para ello hemos seleccionado cuatro mujeres (Cuadro 1). Patricia, Isabel, Dora y Diana han arribado a la Argentina en diferentes momentos: las dos primeras, en la década de los noventa; y las otras dos, en la década del 2000. Las cuatro han residido en otras ciudades de la Argentina, donde se incorporaron en diferentes nichos: la agricultura, talleres textiles y la venta callejera. Al instalarse en Comodoro Rivadavia, Patricia e Isabel continuaron con la venta ambulante, mientras que Dora y Diana se insertaron en la industria pesquera.

La migración por etapas, que también fue el caso en el resto de las entrevistadas emprendedoras, aportó una experiencia en la práctica migratoria que, junto con la antigüedad en la ciudad, se

constituyeron en factores fundamentales. La práctica laboral previa y el conocimiento de la ciudad actuaron de manera positiva a la hora de decidir la puesta en marcha del emprendimiento, tanto en la identificación de los nichos ocupacionales como en la localización de los comercios en el espacio urbano, donde se iniciaron como microempresarias.

PATRICIA (39 AÑOS)	ISABEL (38 AÑOS)
1991: salida de Bolivia (Potosí) 1992: venta de verdura en la calle (Bs. As.) 1994: taller textil (Bs. As.) 2000: venta callejera (CR) 2001: propietaria de una verdulería (CR)	1994: salida de Bolivia (Tarija) 1994: agricultura (Viedma) 1997: venta callejera (Bariloche) 1998: venta callejera (CR) 2002: propietaria de un comercio (CR)
DORA (28 AÑOS)	DIANA (28 AÑOS)
2000: salida de Bolivia (Cochabamba) 2000: empresa pesquera (Bahía Blanca) 2001: taller textil (Bs. As.) 2002: empresa pesquera (CR) 2009: propietaria de una verdulería (CR)	2004: salida de Bolivia (Cochabamba) 2004: tareas de limpieza en un geriátrico (CR) 2005: empresa pesquera (CR) 2007: empleada en una verdulería (CR) 2012: propietaria de una verdulería (RT)

Nota: Bs. As. Ciudad de Buenos Aires – CR □ Comodoro Rivadavia – RT □ Rada Tilly

Fuente: Elaboración personal a partir de entrevistas en profundidad.

Cuadro 1. Trayectorias laborales de las mujeres emprendedoras.

Oso Casas y Villares Varela (2005), en un trabajo sobre mujeres migrantes – dominicanas en Madrid, y argentinas y venezolanas en Galicia –, plantean una tipología de estrategias en relación con las migrantes y la vía emprendedora. En este sentido, la vía emprendedora puede constituirse en una estrategia: para salir del empleo precario; de movilidad social² familiar protagonizada por la mujer, y de flexibilidad laboral. En los casos analizados para nuestra investigación, podemos afirmar que están presentes las tres estrategias.

² Por “estrategias de movilidad social” entendemos las elecciones de acción que ponen en marcha los individuos para ascender en la escala social. Es decir, el conjunto de itinerarios, personales o colectivos, a lo largo de la jerarquía social, que desarrollan los individuos, en relación con uno o varios espacios sociales, o en el marco del espacio social transnacional (OSO CASAS, 2011).

Como hemos planteado anteriormente, la segmentación del mercado laboral produce desventajas para las mujeres bolivianas, las cuales tienen pocas alternativas de empleo, estando estas caracterizadas por la precariedad; así, el autoempleo se constituye casi en la única posibilidad de movilidad laboral. También hemos planteado las características del emprendimiento, en el marco de un proyecto familiar, en el que se involucran todos los miembros de la familia. Finalmente, la flexibilidad laboral les permite compatibilizar el trabajo productivo y el reproductivo, al tratarse de un negocio propio (tanto respecto de los horarios como en la posibilidad de tener a sus hijos en el lugar de trabajo).

La movilidad laboral ascendente a la que hemos hecho referencia, en algunos casos puede conducir a modificar las relaciones de género, reforzando la capacidad de agencia y promoviendo situaciones de empoderamiento. En los casos analizados para esta investigación, podemos afirmar que hay agencia y estructura de oportunidades que se visualizan en las estrategias arriba planteadas. Como explica Hanson (2009, p. 250), “los procesos empresariales son a la vez causa y consecuencia de las jerarquías de género”.

Si bien el emprendimiento ha supuesto para estas mujeres una forma de superación personal, no podemos dejar de mencionar la referencia de las entrevistadas a las extensas jornadas de trabajo y el escaso tiempo libre del que disponen. Aun así, la valoración es positiva al contrastar esta actividad con el trabajo en relación de dependencia.

El Cuadro 2 resume las estrategias y los componentes de los proyectos de mujeres emprendedoras.

<p>TIPO DE ESTRATEGIA</p>	<p>El emprendimiento como estrategia para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Salir del nicho del servicio doméstico y de la industria pesquera - lograr movilidad laboral y social
<p>SITUACIÓN FAMILIAR Y TIPO DE MIGRACIÓN</p>	<ul style="list-style-type: none"> - El emprendimiento como proyecto familiar protagonizado por la mujer - En todos los casos, son mujeres con pareja e hijos
<p>EXPERIENCIA PREVIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Experiencia en la práctica migratoria (itinerarios por etapas) - Mayor antigüedad de asentamiento en la ciudad - Experiencia en actividades comerciales en Bolivia - Experiencia en otros nichos laborales
<p>RECURSOS ÉTNICOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existencia de redes familiares y de paisanos - Capacidad de ahorro y de trabajo - Capital espacial
<p>TERRITORIALIDAD</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conocimiento de la ciudad, se evidencia en la localización de los comercios - Dispersión en el espacio urbano - Marcas culturales - Control territorial
<p>RELACIONES DE GÉNERO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Visibilidad de las migrantes - Posibilidad de compatibilizar trabajo productivo con reproductivo - Posibilidad de reforzar la capacidad de agencia y promover situaciones de empoderamiento - Extensión de las jornadas laborales - Disminución del tiempo libre

Fuente: Elaboración personal a partir de entrevistas en profundidad.
Cuadro 2. Estrategias y componentes de los proyectos de las mujeres emprendedoras.

COMERCIOS ÉTNICOS: RECURSOS, ESTRATEGIAS Y REDES

Esta actividad comercial ha sido denominada “comercio étnico” por algunos autores (SERRA DEL POZO, 2006; BUCKLEY IGLESIAS, 1998, 2007; OSO CASAS y VILLARES VARELA, 2005; GARCÍA BALLESTEROS, 2006), siendo definido como aquellos comercios surgidos por la iniciativa de personas de origen extranjero. El geógrafo francés Emmanuel Ma Mung (1994) lo define como la actividad realizada por los migrantes que utilizan las redes étnicas y dependen de ellas, no solo en términos de financiación, sino también en términos de abastecimiento y en la contratación de personal. Se utiliza el calificativo “étnico” como indicador de la procedencia de la persona que establece el negocio. Es una categoría descriptiva que pretende identificar cierto tipo de establecimientos comerciales. Por otra parte, autoras como Solé y Parella (2009) tienen un posicionamiento crítico con respecto al uso del término “étnico” y en consecuencia optan por emplear la expresión “empresas o iniciativas empresariales de inmigrantes”.

La combinación de procesos geográficos de la concentración o dispersión de negocios étnicos, su diversidad o especialización y la composición coétnica o multiétnica de quienes residen en los barrios donde se localizan, configura diversas formas de áreas comerciales étnicas. Serra del Pozo (2008) identifica cuatro tipos de espacios de negocios: centralidades étnicas, centralidades multiétnicas minoritarias, centralidades étnicas especializadas y dispersión de emprendedores étnicos (Cuadro 3).

Estos espacios se configuran a partir de procesos geográficos de concentración o de dispersión, y se caracterizan, además, por la diversidad o la especialización de las actividades de los emprendedores. Los negocios étnicos instalados en Comodoro Rivadavia pertenecen a la última categoría: dispersión de emprendedores étnicos, dado que se encuentran dispersos en el espacio urbano, se especializan en un rubro (verdulerías/venta de ropa) y están dirigidos a la población en general.

TIPOLOGIA DE ESPACIOS	CONCENTRACIÓN/ DISPERSIÓN	ESPECIALIZACIÓN/ DIVERSIFICACIÓN	RESIDENTES DEL BARRIO
Centralidades étnicas	concentración	diversificación	Co-étnicos
Centralidades multiétnicas minoritarias	concentración	diversificación	No co-étnicos
Centralidades étnicas especializadas	concentración	especialización	No co-étnicos
Dispersión de emprendedores étnicos	dispersión	especialización	No co-étnicos

Fuente: Serra del Pozo, 2008.
Cuadro 3. Espacios de negocios étnicos.

¿Cuáles son los factores que explican la instalación y el mantenimiento de estos comercios? Las posturas integradoras proponen una interacción entre el contexto de la sociedad receptora – en especial, la estructura económica y las características del mercado laboral – y los recursos internos de la colectividad. Sobre el primero, las iniciativas de emprendimiento podrían responder a las “estructuras de oportunidades favorables” (SOLÉ y PARELLA, 2009; SÁNCHEZ FLORES et al., 2014) en la sociedad receptora: ciudad de fuerte crecimiento demográfico, con un alto nivel de empleo y sectores con elevados ingresos. En cuanto al segundo de los factores, el colectivo boliviano posee características particulares que se convierten en recursos étnicos. Benencia (2009) señala algunas de ellas: tenacidad, capacidad de ahorro, capacidad de trabajo, lectura de la realidad, y el papel de las redes.

Las redes contribuyen, de algún modo, a la acumulación del capital. Rothe (2007) señala el papel de las redes en la concentración y consolidación de migrantes bolivianos en la horticultura, en los cinturones verdes de ciudades importantes de la Argentina, donde pueden encontrarse no solo peones asalariados, sino también arrendatarios o medieros con mano de obra familiar, e incluso propietarios, así como puntos de venta para los productos. Para la autora, si bien es razonable suponer que la antigüedad de la migración no es ajena a la consolidación de este tipo de redes, ella sola no alcanza. Consideramos que en el caso de los emprendimientos comer-

ciales, también las redes juegan un papel fundamental. Tienen implicancia tanto en la formación de los comercios como en la organización del trabajo. Parte del dinero invertido proviene de préstamos de amigos y familiares; por otra parte, en el caso de tener empleados (varones y mujeres), estos son de nacionalidad boliviana, y en muchos casos se trata de parientes. También la existencia de familiares o paisanos dedicados a la producción hortícola ayuda a la formación y mantenimiento de los comercios, ya que estos productores se convierten en proveedores.

En los negocios donde se hicieron las entrevistas, parte de la mercadería proviene de las chacras localizadas en el valle inferior del río Cubut, distante 390 km de Comodoro Rivadavia y cuyos productores son bolivianos. A partir de las entrevistas realizadas y del trabajo de campo, podemos señalar algunas características distintivas de los comercios de las mujeres bolivianas en la ciudad. La mayoría se dedica a la venta de alimentos y, en menor proporción, a la venta de ropa. En el primer caso, en el inicio se dedican a la venta de frutas y verduras, y con el tiempo van incorporando productos de almacén, hasta convertirse en un pequeño mercado. En todos los casos analizados los comercios están inscriptos legalmente y cumplen con las reglamentaciones correspondientes, por lo que sus propietarios tienen regularizada su situación migratoria. Por otra parte, son emprendimientos de poco volumen que no exigen una elevada inversión, dado lo cual pueden solventarse a partir de la capacidad de ahorro, al igual que con los préstamos familiares y de paisanos. Asimismo, cabe destacar la solidaridad étnica expresada por los beneficios de las redes propias, como por ejemplo, el ahorro de cierto capital, pues los familiares colaboran en la instalación o la mejora del establecimiento. Otra estrategia étnica a destacar es el horario; se trata de largas jornadas laborales, de más de doce horas.

Estos espacios comerciales posibilitan la apropiación y resignificación del territorio, y constituyen un factor primordial para la incorporación de los migrantes en la sociedad, tanto desde una perspectiva económica como espacial, ya que son, a la vez, elementos culturales que se integran en el espacio público.

Desde el punto de vista geográfico, interesa también la localización de estos comercios. García Ballesteros (2006), en un trabajo sobre la ciudad de Madrid, plantea que la distribución espacial no se corresponde con la localización de la población extranjera, siendo el factor básico para la instalación de estos empresarios, sin duda, la accesibilidad, ya que la localización

de sus negocios marca la preferencia por la proximidad a las principales vías de comunicación. Este aspecto también se visualiza en Comodoro Rivadavia y se relaciona con las estrategias étnicas.

Podemos señalar tres cuestiones que surgen de la distribución espacial de los comercios de mujeres emprendedoras: la proximidad a las vías de comunicación más importantes; la ubicación en ejes comerciales de centralidades secundarias; y la proximidad a otros negocios iguales o complementarios. Son muy pocos los comercios que se localizan en los barrios de mayor población boliviana, dado que las principales avenidas son el factor esencial que influye en la localización. Las avenidas Polonia, Estados Unidos, Rivadavia, Kennedy y la calle Alem constituyen las principales vías de acceso a los barrios de la ciudad, y es allí donde se instalan; se trata de comercios abiertos a la sociedad receptora. Por otra parte, desde 2012, familias bolivianas residentes en Comodoro Rivadavia ubicaron sus negocios en la localidad de Rada Tilly, distante 15 km del centro de la ciudad. Hacia fines del 2014, eran cuatro los comercios instalados: pequeños mercados, situados sobre dos de las principales vías de acceso a los barrios de la localidad, la avenida Tierra del Fuego y la calle Islas Malvinas. Un claro ejemplo de cómo funcionan las estrategias étnicas y el control del territorio.

La presencia de los comercios étnicos es relativamente reciente en la ciudad; los más antiguos se instalaron entre 2001 y 2002, pero la mayoría surgieron a partir de 2009. Estamos frente a una realidad que modifica el paisaje urbano. Las migrantes resignifican el territorio a través de prácticas comerciales e incorporan elementos culturales, como la ornamentación, los nombres y los colores, construyendo territorialidades.

CONCLUSIONES

La inserción ocupacional constituye un componente fundamental en los proyectos de las mujeres migrantes. Hemos planteado la existencia de un mercado laboral segmentado en términos de género, clase y etnia. Tres son los nichos laborales dominantes en los que se insertan las bolivianas en la ciudad: trabajadoras en el servicio doméstico, obreras en la industria pesquera y microempresarias en el comercio al detalle, en el rubro verdulería. El primero es compartido con otras migrantes: chilenas,

paraguayas y dominicanas. Los otros dos constituyen una especificidad de este colectivo. El empleo en la industria pesquera y el empleo doméstico constituyen las alternativas más frecuentes de inserción laboral; en ambos casos, se trata de empleos asalariados de baja cualificación, en general, en situaciones de precariedad e informalidad.

Sin embargo, otras mujeres han podido pasar de los nichos laborales mencionados al autoempleo, iniciando proyectos a través de la vía emprendedora e incorporándose en sectores del comercio minorista. En estos casos, los recursos y las estrategias étnicas de las migrantes bolivianas se constituyen en factores importantes, en la conformación y mantenimiento de los comercios. Las historias recogidas en las entrevistas con las mujeres propietarias de comercios nos hablan de diversas trayectorias, pero lo que predomina es el movimiento desde el empleo de baja cualificación hacia nuevas formas de emprendimientos comerciales, lo que implica una movilidad laboral ascendente, que permite resaltar la capacidad de agencia de estas mujeres; y, en algunos casos, puede conducir a modificar las relaciones de género, promoviendo situaciones de empoderamiento. En las mujeres emprendedoras hay agencia y estructura de oportunidades, que se visualizan en tres estrategias para justificar esa vía emprendedora: poder salir del empleo precario, acumular capital y alcanzar una movilidad social familiar protagonizada por la mujer. Además, quienes han logrado llevar a cabo un emprendimiento comercial se sienten más independientes y consideran que han mejorado sus condiciones de vida. Sin embargo, debe señalarse que en muchos casos representa una sobrecarga de responsabilidades y una disminución del tiempo libre.

Por otra parte, la mayoría de los locales comerciales de las emprendedoras se ubican en avenidas muy transitadas, en centralidades secundarias de la ciudad e, incluso, en Rada Tilly. Estas localizaciones requieren un conocimiento de las oportunidades que brindan ciertos espacios, y es en este sentido que podemos referirnos al control del territorio. Este control territorial implica salir de los espacios de confinamiento, para transitar otros espacios, al igual que apropiarse de ellos y construir nuevas territorialidades; sería una forma de empoderamiento territorial.

En definitiva, la vía emprendedora puede constituir una alternativa de movilidad social y salida de los sectores clásicos del mercado laboral reservados para las mujeres migrantes. Por otra parte, el análisis presentado visualiza cómo el género está presente en la toma de decisiones y en las opciones disponibles en el contexto migratorio.

BIBLIOGRAFÍA

- ANTHIAS, F.; MEHTA, N. Gender, migration and self-employment: gender divisions and ethnic enterprise. *International Review of Sociology*, n. 2, p. 123-144, 2002.
- BALÁN, J. La economía doméstica y las diferencias entre los sexos en las migraciones internacionales: un estudio sobre el caso de los bolivianos en Argentina. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 15-16, p. 269-309, 1990.
- BALBO, L. La doppia presenza. *Inchiesta*, n. 32, p. 3-11, 1979.
- BARRANCOS, D. Las collas: producción y reproducción en el conurbano bonaerense. In: MARRE, D.; NASH, M. (Coords.). *El desafío de la diferencia: representaciones culturales e identidades de género, raza y clase*. País Vasco: Universidad del País Vasco, 2003. p. 177-200.
- BENENCIA, R. Economías étnicas y procesos de movilidad social entre familias bolivianas en la Argentina. In: *Seminario Internacional Nuevas Trayectorias de las Migraciones Internacionales en América Latina y Europa*, DIGEO- CONICET, Buenos Aires, 2009.
- BENENCIA, R.; KARASIK, G. *Inmigración limítrofe: los bolivianos en Buenos Aires*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1995.
- BUCKLEY IGLESIAS, M. Inmigración y comercio en Madrid, nuevos comercios para nuevas gentes. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, n.18, p. 283-297, 1998.
- BUCKLEY IGLESIAS, M. Comercios y servicios de los inmigrantes en la Comunidad de Madrid: un enfoque geográfico. In: *Empresariado étnico en España*. CIDOB, 2007, p. 103-127.
- CERRUTTI, M. *Diagnóstico de las poblaciones de inmigrantes en Argentina*. Serie de documentos de la Dirección Nacional de Población, n. 2, Buenos Aires: Ministerio del Interior, 2009.
- COLECTIVO IOE. *Mujer, inmigración y trabajo*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2001.
- COURTIS, C.; PACECCA, M. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. *Papeles de Población*, v. 16, n. 63, enero/marzo 2010, p. 155-185.
- DALLALFAR, A. Iranian women as immigrant entrepreneurs. *Gender and Society*, v. 8, n. 4, p. 541-561, 1994.

- DHALIWAL, S. Silent contributors: Asian female entrepreneurs and women in business. *Women's Studies International Forum*, v. 21, n. 5, p. 463-474, 1998.
- ELDER, G. Time, human agency and social change: perspectives on the life course. *Social Psychology Quarterly*, n. 57, p. 4-15, 1994.
- GARCÍA BALLESTEROS, A. (Dir.). *Inmigrantes emprendedores en la Comunidad de Madrid*. Madrid: Comunidad de Madrid, 2006.
- HANSON, S. Changing places through women's entrepreneurship. *Economic Geography*, v. 85, n. 3, p. 245-267, 2009.
- HERRANZ GÓMEZ, Y. Un pequeño empresariado latinoamericano en Madrid. *Sociología del Trabajo. Nueva Época*, n. 13, p. 75-95, 1991.
- HILLMAN, F. A look at the "hidden side": Turkish women in Berlin's ethnic labour market. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 23, n. 2, p. 267-282, 1999.
- LUQUE, J. Transnacionalismo político y enclave territorial étnico en la configuración de la ciudadanía de los migrantes peruanos en Santiago de Chile. *Revista Enfoques*, n. 3, p. 75-103, 2004.
- MA MUNG, E. L'entreprenariat ethnique en France. *Sociologie du Travail*, n. 2, 1994. p. 185-209.
- MAGLIANO, M. Migración de mujeres bolivianas hacia Argentina: cambios y continuidades en las relaciones de género. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, n. 14, p. 41-62, 2007.
- MAGLIANO, M. Migración, género y desigualdad social: la migración de mujeres bolivianas hacia Argentina. *Estudios Feministas*, v. 17, n. 2, p. 349-367, 2009.
- MAGLIANO, M. Los significados de vivir múltiples presencias: mujeres bolivianas en la Argentina. *Migraciones Internacionales*, v. 7, n. 1, p. 165-195, 2013.
- MAGUID, A.; BRUNO, S. Migración, mercado de trabajo y movilidad ocupacional: el caso de los bolivianos y paraguayos en el Área Metropolitana de Buenos Aires. *Población de Buenos Aires*, n. 12, p. 7-28, 2010.
- MALHEIROS, J.; PADILLA, B.; RODRIGUES, F. *Mulheres imigrantes empreendedoras*. Lisboa, CIG (Comissão para Cidadania e Igualdade de Género), 2010.
- MALLIMACI BARRAL, A. Migraciones y géneros: formas de narrar los movimientos por parte de migrantes bolivianos/as en Argentina. *Estudios Feministas*, v. 19, n. 3, p. 751-775, 2011.

MERA, C.; KLEIDERMACHER, G. Empresariado migrante: presencia urbana de migrantes coreanos, chinos y senegaleses en la Ciudad de Buenos Aires. In: LÓPEZ CASTELLANO, F.; GARCÍA QUERO, F. (Coords.). *Empresariado migrante, instituciones y desarrollo*. Granada: Comares, 2012. p. 185-201.

MOROKVÁSIC, M. Roads to independence: Self-employed immigrants and minority women in five European states. *International Migration*, v. 29, n. 3, p. 235-314, 1991.

OSO CASAS, L. Money, sex, love and the family: economic and affective strategies of Latin American sex workers in Spain. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 36, n. 1, p. 7-65, 2010.

OSO CASAS, L. Género, migración y desarrollo: entre Quito y Madrid, familias ecuatorianas y estrategias de movilidad social. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, n. 22, 2011.

OSO CASAS, L.; RIBAS, N. Empresariado étnico y relaciones de género: mujeres dominicanas y marroquíes en Madrid y Barcelona. In: *Empresariado étnico en España*, CIDOB, 2007. p. 211-228.

OSO CASAS, L.; VILLARES VARELA, M. Mujeres inmigrantes latinoamericanas y empresariado étnico: dominicanas en Madrid, argentinas y venezolanas en Galicia. *Revista Gallega de Economía*, v. 14, n. 1-2, p. 261-278, 2005.

PADILLA, B. O empreendedorismo na perspectiva de género: uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal. *Revista Migrações*, Lisboa, ACIDI, n. 3, p. 191-215, 2008.

ROSAS, C. Mujeres migrantes, mujeres proveedoras: transformaciones y conflictos en las feminidades y las masculinidades. In: *IX Jornadas de Historia de las Mujeres y IV Congreso Iberoamericano de Estudios de Género*, Rosario, 2008.

ROTHER, M. El fenómeno de la feminización de la migración. In: *Capítulo boliviano de derechos humanos, democracia y desarrollo*. Miradas sobre la migración boliviana: aportes para el informe sobre migraciones. La Paz: CBDHDD/MTM, 2007.

SÁIZ LÓPEZ, A. Mujeres empresarias chinas en un contexto migratorio: adaptación y continuidad. In: CHECA OLMOS, F. (Ed.). *Mujeres en el camino: el fenómeno de la migración femenina en España*. Barcelona: Icaria, 2005. p. 55-83.

SÁNCHEZ FLORES, S.; ROYO, I.; LACOMBA, J.; MARÍ, E.; BENLLOCH, C. Mujeres inmigrantes emprendedoras en el medio rural: factor para la sostenibilidad económica y social de las áreas rurales de la comunidad Valenciana. *Ager. Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, enero/julio 2014, p. 69-109.

SASSONE, S. *Geografías de la exclusión: inmigración limítrofe indocumentada en la Argentina: del Sistema-Mundo al Lugar*. Tesis doctoral, Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, Facultad de Filosofía y Letras, 2002.

SASSONE, S. Breve geografía histórica de la migración boliviana en la Argentina. Buenos Aires Boliviana: migración, construcciones identitarias y memoria. *Temas de Patrimonio Cultural*, n. 24, p. 389-402, 2009.

SASSONE, S.; MERA, C. Barrios de migrantes en Buenos Aires: identidad, cultura y cohesión socioterritorial. In: *V Congreso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas*, Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina, Bruselas, 2007.

SERRA DEL POZO, P. El comercio de los inmigrantes en el centro histórico de Barcelona. *Estudios Geográficos*, n. 261, p. 635-672, 2006.

SERRA DEL POZO, P. Territorios étnicos urbanos y negocios étnicos. In: *Simposio Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones*, Barcelona, 2008.

SEYNABOU, Y.; ARRIBA, M. Hacia la equidad de género dentro de las empresas informales, 2007. Disponible en: <<http://siteresources.worldbank.org/INTBOLIVIA/INSPANISH/Resources/generoinformalidad.pdf>>. Acceso: 12 sept. 2011.

SOLÉ, C.; PARELLA, S. De asalariados a autoempleados: una aproximación a las causas de las iniciativas empresariales de los inmigrantes en España. *Revista Internacional de Organizaciones (RIO)*, n. 2, p. 31-50, 2009.

SOLÉ, C.; PARELLA, S.; AMADO ALARCÓN, A. El autoempleo de las trabajadoras inmigradas: ¿una alternativa a la discriminación laboral? *Cuadernos de Relaciones Laborales*, v. 27, n. 1, p. 171-200, 2009.

STEFONI, C. Comunidades transnacionales y la emergencia de nuevas oportunidades económicas: de empleados a microempresarios. *Persona y Sociedad*, v. XIX, n. 3, p. 183-197, 2005.

STEFONI, C. Gastronomía peruana en las calles de Santiago y la construcción de espacios transnacionales y territorios. In: NOVICK, Susana (Comp.). *Las migraciones en América latina: políticas, culturas y estrategias*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 211-228.

TORNS MARTÍN, M.; CARRASQUER OTO, P. La doble presència femenina i les necessitats de conciliació. *Diàlegs: Revista d'Estudis Polítics i Socials*, v. 5, n. 15, p. 23-32, 2002.

ANEXO - PERFIL DE LAS EMPRENDEDORAS

ENTREVISTADA	EDAD	SITUACIÓN FAMILIAR	HIJOS	NIVEL ESCOLAR	TIPO DE ITINERARIO	OCUPACIÓN EN BOLIVIA	OCUPACIÓN PREVIA EN LA ARGENTINA	RESIDENCIA EN LA CIUDAD (EN AÑOS)	OCUPACIÓN DE LA PAREJA	DURACIÓN DEL EMPRENDIMIENTO
Isabel	38	Casada	4	PC	Por etapas	Venta callejera	Agricultura/Venta callejera	11	Negocio familiar	7 años
Dora	28	Casada	2	SC	Por etapas	No trabajó	Agricultura/Taller textil/Industria pesquera	8	Negocio familiar	6 meses
Diana	28	Casada	1	TC	Directo	No trabajó	Empleada en un geriátrico/Industria pesquera	8	Negocio familiar	1 año
Patricia	39	Casada	5	PC	Por etapas	No trabajó	Venta callejera/ Taller textil/ Empleada doméstica	7	Construcción	6 años
Feliciana	26	Casada	1	PC	Directo	Agricultura y venta callejera	Industria pesquera	9	Industria pesquera	6 meses
Máxima	29	Casada	2	PC	Por etapas	Agricultura y venta callejera	Empleada de comercio (verdulería)/ Industria pesquera	4	Negocio familiar	3 años
Juana	46	Casada	3	PI	Por etapas	Agricultura y venta callejera	Taller textil/ Industria pesquera/ Empleada doméstica	10	Construcción	1 año
Hilda	31	Casada	5	PI	Por etapas	No trabajó	Taller textil/ Industria pesquera	10	Negocio familiar	2 años

PC = Primario completo □ SC = Secundario completo □ TC = Terciario completo □ PI = Primario incompleto
 Fuente: Elaboración personal a partir de entrevistas en profundidad



A stylized, monochromatic illustration of a family consisting of a man, a woman, and two children, rendered in shades of gray and white. The figures are positioned on the left side of the page, with the man and woman appearing to be in conversation. The overall style is minimalist and graphic.

TRÂNSITOS: FAMÍLIA, GÊNERO E RAÇA



POLÍTICAS PÚBLICAS Y DESIGUALDAD(ES) EN MUJERES MIGRANTES: ¿QUÉ APORTA LA INTERSECCIONALIDAD? ANÁLISIS Y REFLEXIONES DESDE EL CONTEXTO PORTUGUÉS

*Beatriz Padilla
Uxue Zugaza Goienetxea*

INTRODUCCIÓN

Entre los cambios que en las últimas décadas han experimentado las dinámicas migratorias en Portugal, las mujeres representan un peso significativo desde un punto de vista cuantitativo y cualitativo de las migraciones (NEVES et al., 2016; LISBOA, 2007; ASSIS, 2007; PADILLA, 2007; PADILLA y ORTIZ, 2012; MAIA, 2006). Esta realidad no enlaza, sin embargo, con el análisis y la gestión de las migraciones, pensadas desde una perspectiva fundamentalmente masculina

y androcéntrica (PADILLA, 2007; KOFMAN, 2005). Esta visión de las dinámicas migratorias tiene su claro reflejo tanto en la literatura como en las políticas que las gestionan. Si bien se vislumbra un mayor esfuerzo por integrar la perspectiva de género en varios estudios sobre las migraciones en Portugal, y aunque éste no sea sistematizado, la ausencia más notada es la falta de políticas que específicamente apunten a la interseccionalidad migratoria y de género, de tal forma que las realidades de las mujeres en contextos migratorios parecen diluirse entre las diversas “inhabilidades” de las herramientas de análisis: las de las estadísticas por evidenciarlas o las de lo/as investigadora/es para descubrirlas (PADILLA, 2007, p. 113). Esta visión se fundamenta y reproduce sobre una consideración de las migraciones como procesos neutros en cuanto al género. Floya Anthias ilustra la paradoja que sustenta esta perversa neutralidad de las migraciones, al afirmar cómo los enfoques clásicos de los estudios de migración no prestan atención al género siendo, sin embargo, “enfoques indudablemente generizados” (2012, p. 105).

El androcentrismo que se practica desde esta visión de las migraciones tiene su claro reflejo tanto en la academia como en las políticas públicas que las gestionan. Mientras que la literatura o bien invisibiliza las experiencias de las mujeres migrantes (PADILLA, 2007), o bien las sitúa como sujetos dependientes al “individuo racional - hombre - migrante” (ANTHIAS, 2012; CURRAN et al., 2006), algunas voces señalan a las políticas migratorias como reproductoras de una visión de la inmigración como un fenómeno masculino y temporario (PADILLA, 2007) sin que exista un interés de incidir sobre ellas. Esta invisibilización de las voces y las experiencias de las mujeres pertenecientes a los colectivos inmigrantes se acompaña, además, de una incidencia más acentuada de las privaciones materiales sobre estas mujeres. En este sentido, si las políticas restrictivas en materia de empleo y seguridad que rigen las medidas migratorias producen, ya de por sí, una fuerte desigualdad y discriminación hacia hombres y mujeres migrantes (PÉREZ-OROZCO et al., 2008; YAU, 2005), las mujeres que conforman este colectivo están sujetas, además, a una especial vulnerabilidad, que se acentúa, como veremos, por otros factores que solamente una lectura en clave de género puede desvelar, incluyendo el silencio o la omisión de políticas.

Según el último informe disponible del SEF – Servicio de Extranjeros y Fronteras (RIFA 2018) –, los últimos años han venido a señalar una reducción de población extranjera residente en Portugal, realidad aún más marcada por la crisis económica. Desde la crisis internacional de 2008, que se evidenció de forma tardía en Portugal, las tendencias migratorias han sido cambiantes. En un primer momento, la población extranjera residente en Portugal sufrió una reducción significativa, de hasta el 4,5% anual en 2012. Entre 2010 y 2015, la tendencia registrada de población inmigrante residente fue siempre decreciente, mientras que, a partir de 2016, esta se invierte y recupera, llegando a un incremento de casi 14% en 2018, último año disponible, con 480.300 residentes extranjeros, de los cuales 242.834 eran mujeres (RIFA 2018). A lo largo de estos años, la tasa de feminización de los flujos se mantuvo, aunque la diferencia entre los sexos disminuyó; sin embargo, la feminización no es común a todos los colectivos. De esta forma, las mujeres migrantes en situación regular en Portugal son ligeramente más numerosas que los hombres, llegando casi al 51%.

Las comunidades extranjeras más representativas en Portugal son la brasileña (21,9%), la cabo-verdiana (7,2%), la rumana (6,4%) y la ucraniana (6,1%) (RIFA 2018). Según las estadísticas, las brasileñas conformaban, en el año 2018, el 59,3% del total de la comunidad brasileña residente en Portugal. En el caso de las cabo-verdianas el porcentaje de mujeres era del 53,5%, el de las ucranianas el 54% mientras que las rumanas constituían el 45,4%. En consecuencia, las mujeres conforman la mayoría de tres de las comunidades migrantes más numerosas en el país luso: las comunidades brasileña, la cabo-verdiana y la ucraniana. A estos datos es necesario añadirles el aumento de ciudadano/as extranjero/as en situación irregular que es una dimensión que, a pesar de su significancia, escapa a las estadísticas oficiales, y que, en consecuencia, esconde dimensiones importantes en el conocimiento de las realidades de la población migrante.

El aumento de mujeres que emigran a Portugal, ya sea acompañadas o de forma independiente, no se traduce en la visibilización y la mejora de las condiciones de las mujeres que emprenden proyectos migratorios en los diferentes países de acogida. En el caso específico del país luso, la invisibilidad y la pobreza a las que están expuestas se

verifica en los trabajos que mayoritariamente desempeñan. Estos trabajos se sitúan en ámbitos laborales poco cualificados y reconocidos, muchas veces enmarcados en la economía informal y del cuidado, lo que las convierte en blanco preferente de situaciones de violencia y discriminación (WALL et. al, 2005). Si prestamos atención al perfil de cualificación de hombres y mujeres migrantes en Portugal, la mayoría de las personas migrantes africanas, mayoritariamente pertenecientes a la comunidad PALOP, ostenta bajas cualificaciones académicas y está generalmente empleada en sectores de poca cualificación (MIRANDA, 2009, p. 33). En el caso de la comunidad brasileña, y en dirección contraria a la tendencia de años anteriores, a partir de la década de 1990 comienzan a integrarse trabajadores/as brasileño/as con menor cualificación, aunque no siempre los niveles de formación correspondan con la inserción en sectores como la hotelería y el comercio (ibídem). No ocurre así en el caso de trabajadores/as de Europa del Este, quienes, a pesar de su mayor cualificación, se desempeñan en trabajos que no lo son. De esta forma, se consolida la tendencia hacia la inserción laboral de estas comunidades extranjeras en sectores que requieren mano de obra poco cualificada (ibídem), por los que reciben salarios bajos y muchas veces sin derechos sociales.

La privación material y el riesgo de pobreza son otras de las realidades que conforman el panorama de la población migrante en este país. Según datos del Eurostat para el año 2015, la tasa de privación material severa en el caso de la población migrante es del 28,6% (EUROSTAT, 2015), cifra alta de por sí, pero que además se agrava teniendo en cuenta la comparativa respecto a la tasa de privación del 9% de los/as nacionales portugueses/as. El porcentaje de población extranjera en Portugal en riesgo de pobreza y exclusión social sorprende por su gravedad: los datos del año 2015 hablan de un 45,2% de migrantes atravesado/as por la pobreza y la exclusión. A este respecto, si las estadísticas apuntan a la persistencia de las desigualdades dentro de las comunidades inmigrantes en Portugal, éstas aumentan de forma notable en el caso de las mujeres (EUROSTAT, 2011; COMISIÓN EUROPEA, 2006). En este sentido, algunas voces apuntan tanto a la invisibilidad a la que son confinadas las mujeres migrantes, así como la persistencia de la feminización de la pobreza en el contexto de las migraciones que protagonizan (BOYD, 2006;

SILVA, NOGUEIRA y NEVES, 2010; KING y ZONTINI, 2000 citado en NEVES et. al, 2016, p. 726). El empleo y las desigualdades en el acceso a la salud, en especial a los derechos sexuales y reproductivos, parecen constituir una de las mayores fuentes de vulnerabilidad de estas mujeres (MASANET et al., 2016; PADILLA et al., 2012; PADILLA et al., 2016; PÉREZ-OROZCO et al., 2008; WALL et al., 2005; GONÇALVES y FIGUEIREDO, 2005). Este cuadro sitúa a las mujeres inmigrantes en Portugal como objeto de una distribución desigual de los recursos desde una dimensión doble: una privación más acentuada en términos de representación de sus experiencias y realidades, por un lado, y una privación más acentuada de los recursos materiales, por otro.

Ante este escenario, parece obligado pensar en la relevancia que adquieren las políticas para que, frente a las diferentes desigualdades, sitúen su horizonte en una (re)distribución equitativa de los recursos. Esto pasa, a la vista de las reflexiones, por una problematización, por un lado, de la invisibilización que de forma particular afecta a las mujeres migrantes, y por una problematización, por otro lado, de las desigualdades que afectan a este colectivo. Con este objetivo, este capítulo analiza las políticas públicas puestas en marcha en Portugal para combatir las desigualdades de género, de clase, de origen y de raza que atraviesan a las mujeres que han emigrado a este país.

En este punto, la perspectiva interseccional, central en este trabajo, es el motivo de reflexión y se aplica a las mujeres migrantes. Situar las dinámicas de desigualdad que atraviesan las experiencias vitales de estas mujeres bajo el foco de la interseccionalidad ayuda a entender la forma en que los marcadores de género, raza, etnia y clase social constituyen experiencias específicas difícilmente abordables desde una visión neutra de las mismas (CRENSHAW, 1989; COLLINS, 1990). Este potencial analítico de la interseccionalidad para repensar las desigualdades, se acompaña de su utilidad política para desafiar el abordaje clásico de las políticas públicas, tradicionalmente pensadas desde una perspectiva unitaria de las desigualdades (HANCOCK, 2007) que resulta generalmente perjudicial para las mujeres.

Habida cuenta de las posibilidades de esta perspectiva, y de la necesidad de un abordaje diferente de las políticas que gestionan

las dinámicas de desigualdad a las que hacen frente las mujeres migrantes en el contexto portugués, nos preguntamos: ¿qué nos sugiere la interseccionalidad sobre las políticas diseñadas para enfrentar las desigualdades de las mujeres inmigrantes en Portugal? Mediante la doble dimensión analítica e instrumental de la interseccionalidad, esta pregunta se orienta hacia la comprensión de la incidencia de las políticas de igualdad sobre las desigualdades que sufren las mujeres migrantes, desde dos puntos de vista. Desde el punto de vista, por un lado, de las posibilidades de esta perspectiva en la política pública portuguesa, y desde el punto de vista, por otro lado, de su aporte analítico a la hora de comprender las incapacidades de las políticas públicas para abordar o atacar desigualdades complejas fuera de los moldes tradicionales.

Para ello el presente capítulo se estructura en tres partes. En primer lugar, se presenta una exposición teórica en torno a las principales aportaciones de la interseccionalidad y sus posibilidades de entrada en la agenda jurídica y política. En segundo lugar se explora la inserción de esta perspectiva en la agenda político-institucional portuguesa, mediante un primer análisis documental de los diferentes planes portugueses diseñados para enfrentar las desigualdades de género, clase y origen racial, étnico o nacional que afectan a las mujeres migrantes. En concreto, se analizan los planes para la igualdad de género, de integración de inmigrantes y de inclusión social puestos en marcha en Portugal en el periodo correspondiente a los años 2007 y 2014 (ver Tabla 1). En tercer lugar, partiendo de las posiciones específicas que se derivan de la intersección de estos tres marcadores de desigualdad, indagamos, mediante un segundo análisis de estos planes, en torno a una serie de cuestiones clave sobre las limitaciones que enfrentan, la perspectiva sobre las desigualdades en la que se fundamentan y el discurso que construyen estas políticas para con las mujeres inmigrantes. El capítulo concluye con algunas reflexiones que se han abierto a lo largo del análisis, con el objetivo de esbozar algunas cuestiones en torno al diseño de las políticas para revertir las desigualdades que enfrentan las mujeres migrantes en Portugal.

PARA LA TAREA DEL DESENMASCARAMIENTO: INTERSECCIONALIDAD COMO PROPUESTA ANALÍTICA Y HERRAMIENTA POLÍTICA

Aunque reciente, la literatura que desde la década de los 80 se ha ido tejiendo sobre la teoría de la interseccionalidad es rica y estimulante, ofreciendo valiosas herramientas teóricas para asumir lo que Magliano acertadamente define como la “tarea de los desenmascaramientos” (2015, p. 694). Los horizontes democratizantes que ofrece esta herramienta residen precisamente en su capacidad para visibilizar, siguiendo con la autora, las “diversas formas de opresión, falsos universalismos, múltiples clasificaciones sociales y su incidencia en la vida de las personas”. Kimberle Crenshaw (1989) acuña este concepto como respuesta a la necesidad de complejizar las demandas identitarias, simples y reduccionistas hasta entonces, para poner el foco en las múltiples formas de opresión y subordinación que se constituyen en el cruce entre diferentes organizadores sociales (CRENSHAW, 1989; COLLINS, 1990). A partir de ahí, las diferentes voces adscritas a este enfoque tratarán de analizar la manera en que las diferentes formas de desventaja (en base a la raza, la clase, el género, etc.) interseccionan y conforman experiencias singulares y específicas de algunos grupos de mujeres (BASTIA, 2014, p. 239), convirtiendo la interseccionalidad en “una herramienta analítica básica para teorizar la identidad y la opresión” (NASH, 2008).

La complejidad que las interacciones entre los diferentes ejes de desigualdad sitúan en la reflexión se ilustra de forma sucinta mediante la pregunta que plantea Matsuda (1991, p. 1189): “Cuando observo algo que parece racista, me pregunto: ¿dónde identifico el patriarcado? Cuando observo algo que parece sexista, me pregunto: ¿dónde identifico el heterossexismo?”. Desde este marco, la perspectiva interseccional ayuda a comprender en qué manera “no existe una percepción de género que sea racial y étnicamente ciega, a la vez que no existe una percepción étnica y racial que sea genéricamente ciega” (MAGLIANO, 2015, p. 694). La interseccionalidad se refiere así a los “complejos, irreducibles, variados y variables efectos producidos en la interacción de los factores sociales, económicos, políticos, culturales

y simbólicos que interseccionan en cada contexto” (BRAH y PHOENIX, 2004). Partiendo de este marco podemos comprender la especificidad de las experiencias que, en forma de opresiones y privilegios, la interseccionalidad constituye, y la necesidad, en consecuencia, de huir de perspectivas simplistas o aditivas para tratar las especificidades como tales. Esta reflexión nos lleva a afirmar que, tal y como se concluye de las primeras aportaciones de este enfoque, las políticas que tratan las desigualdades de forma separada o aditiva reproducen nuevos escenarios de opresión (CRENSHAW, 1989; COLLINS, 1990). Situándonos en el contexto específico de las políticas públicas, la perspectiva interseccional revela las limitaciones y la naturaleza excluyente de la *policy* tradicional (HANKIVSKY y CORMIER, 2011, p. 218). En este punto, y teniendo en cuenta el papel que las políticas públicas, en cuanto valiosas herramientas institucionales para hacer frente a las desigualdades, y de la interseccionalidad, en cuanto herramienta analítica, para desenmascarar opresiones, y práctica, para repensar la praxis jurídica y legislativa, parece pertinente preguntarnos: ¿qué aporta la interseccionalidad al análisis y ejercicio de las políticas públicas?

Un primer abordaje a esta pregunta viene de la consideración de la interseccionalidad como una herramienta para complejizar el enfoque y la gestión de las desigualdades desde la *policy*. Mientras que “la política pública, es, en esencia, reduccionista e incremental” el reto de la interseccionalidad reside precisamente en ver y responder a las multifacéticas formas en que los organizadores o marcadores de identidad (*identity markers*) forman nuestras experiencias (MANUEL, T. 2006, p. 145-195). Esta afirmación ya adelanta el potencial de la interseccionalidad de cara a desafiar los límites del *policy making* en el tratamiento de las complejas e interdependientes desigualdades. Así lo describe Hancock (2007, p. 73), cuando afirma que la interseccionalidad aporta “la mejor oportunidad para un diagnóstico efectivo y, en última instancia, una receta efectiva”. En este sentido, la virtud de la perspectiva interseccional se deduce del giro que propone en la mirada a todos los aspectos de la elaboración y análisis de políticas públicas. Tal y como apuntan Hankivsky y Cormier (2011, p. 219), el marco de acción al que se adscribe la interseccionalidad “reconoce las múltiples desventajas en cruce que constituyen la construcción de las posiciones de cada sujeto” y requiere, en consecuencia “la representa-

ción de las voces de los individuos y grupos marginalizados y vulnerables en el proceso del policy-making”.

Este auge de perspectivas que desde los movimientos sociales y la academia se acogen bajo la interseccionalidad contrasta, sin embargo, con su escasa incidencia en la práctica y diseño de la política institucional. A pesar de la constatada necesidad de complejizar el tratamiento de las desigualdades en la praxis legislativa y jurídica, lo cierto es que su aplicación en la política pública resulta actualmente cuando no inexistente, limitada (CRUELLES, 2015; HANKIVSKY y CORMIER, 2011). La complejidad de este enfoque y su reciente entrada al campo político siguen situando la interseccionalidad como una propuesta “infrateorizada” en el análisis de las políticas públicas (URBANEK, 2009, p. 3 citado en HANKIVSKY y CORMIER, 2011, p. 217), que algunas autoras sitúan aún en fase “embrionaria” (LOMBARDO y BUSTELO, 2009). De esta manera, muchas aluden al fracaso de esta propuesta “para reencaminar de forma concluyente el mainstream de la política pública” (MANUEL, T. 2006, p. 187), haciendo referencia a la carencia de metodologías interseccionales que actúen de manera efectiva (HANKIVSKY y CORMIER, 2011, p. 219). En consecuencia, las experiencias y los obstáculos que se recogen del abordaje de las desigualdades interseccionales no hacen más que constatar, siguiendo las palabras de Hancock, que la interseccionalidad sigue siendo todavía “una cuestión empírica abierta” (2007, p. 268). Por otro lado, el uso y abuso de la interseccionalidad como enfoque que explica todo, sin explicar nada, o como siendo un dato adquirido, debe ser contrariado con aplicaciones y estudios específicos que sí lo hagan, contribuyendo concretamente a su aplicación en el campo de las políticas públicas, tal como pretendemos.

En el plano comunitario, los esfuerzos legislativos de la UE hacia una consideración más multidimensional de las desigualdades no parecen redirigir las políticas nacionales hacia la interseccionalidad (LOMBARDO y VERLOO, 2009). La interpretación fragmentada de los ejes de discriminación por parte de la práctica jurídica y una incorporación todavía “tímida” de la discriminación interseccional, convierten la inserción institucional de esta perspectiva en una implementación “de baja calidad” (CRUELLES, 2015, p. 57, 61) o al menos, de baja intensidad. De esta forma, varias experiencias en la

praxis política de algunos países europeos han venido demostrando de qué manera la incorporación de diferentes organizadores/marcadores de desigualdad (tales como el género y el origen étnico o racial) han reproducido nuevos escenarios de vulnerabilidad y estigmatización (CRUELLES, 2015, p. 54). La inmersión de la interseccionalidad en el plano institucional se concluye, en definitiva, con un escenario en el que las agendas políticas y jurídicas o bien invisibilizan o bien contribuyen a aumentar la desigualdad interseccional (VERLOO et al., 2012). ¿Qué ocurre si ponemos la lupa en el tratamiento de las desigualdades que afectan a las mujeres migrantes en Portugal?

ENFRENTANDO LAS DESIGUALDADES DE LAS MUJERES MIGRANTES: INTRODUCCIÓN DE LA INTERSECCIONALIDAD EN LA AGENDA POLÍTICA PORTUGUESA

Tal y como inducen a sospechar estas últimas reflexiones, el caso portugués no deja de ser una excepción. En línea con los avances que algunas autoras identifican (ALONSO, 2009; LOMBARDO y BUSTELO, 2009; ALONSO y FERNANDES, 2008), la literatura en este campo revela la incipiente entrada de la interseccionalidad política en Portugal (ALONSO y FERNANDES, 2008, p. 60), donde se identifican los primeros pasos hacia la institucionalización de esta perspectiva (ALONSO, 2009, p. 2). En este sentido, hay algunas consideraciones que merece la pena destacar. Tal como señala Alonso (2009), los recientes avances legislativos en materia de igualdades apuntan a unos tímidos pasos hacia la incorporación de la interseccionalidad en la agenda legislativa portuguesa. La autora sistematiza el tipo de desigualdades introducidos y el trato de los mismos en los planes portugueses que abordan la igualdad de género, la inmigración, la diversidad funcional o los ámbitos de la inclusión social en general entre los años 2006 y 2009. A lo largo de estos planes la autora identifica una transición, siguiendo la tipología de Hancock (2007), de un trato

unitario de las desigualdades a un abordaje múltiple de las mismas. La europeización de la política nacional por medio de directivas y recomendaciones de la EU parece ser uno de los motivos principales de este cambio de rumbo (LOMBARDO y BUSTELO, 2009; ALONSO y FERNANDES, 2008).

En el escenario previo al viraje de las políticas de igualdad en Portugal, sin embargo, Alonso identifica la prevalencia de una perspectiva unitaria en la que las desigualdades eran consideradas como independientes, y donde el género, la raza y la diversidad funcional han ocupado una posición preferente (2009, p. 5). Esta perspectiva jerárquica y fragmentada de las desigualdades ha ido topando con una progresiva concepción múltiple de las mismas. Tal y como se concluye del diagnóstico de Alonso y Fernandes, varios de los planes aprobados a partir del año 2007 “son buenos ejemplos de documentos de interseccionalidad en los cuales muchos ejes no sólo son vistos como relevantes sino que interaccionan entre ellos” (2008, p. 58). Esta consideración múltiple de las desigualdades se acompaña, además, de un grado cada vez mayor de cooperación entre las maquinarias institucionales para la igualdad (ALONSO, 2009, p. 10). Este cambio discursivo apunta, según la misma autora, hacia una “estrategia intermedia”, en el que no se opta “ni por el mantenimiento de varios organismos ni por el establecimiento de un único”. En este sentido, ha sido la combinación entre cuerpos independientes con cierto grado de cooperación entre sí la vía por la que ha optado Portugal para la gestión de las desigualdades interseccionales. En consecuencia, esta misma autora alude a que esta combinación de maquinarias independientes de igualdad con organismos coordinadores y decisiones pueden superar las limitaciones tanto de los modelos separados como integradores (ALONSO, 2009, p. 10). No obstante, cabe subrayar el carácter todavía incipiente de esta perspectiva en el contexto portugués, donde el enfoque, insistimos, no es interseccional, sino múltiple, y donde los organismos de igualdad y la normativa antidiscriminación siguen abordando las desigualdades de forma esencialmente independiente (ALONSO, 2010, p. 40) y no relacionadas, y siendo esta falta de articulación, en principio, problemático, al no permitir la apreciación conjunta.

Este repaso por la literatura sobre la institucionalización de la interseccionalidad en Portugal sitúa sobre la mesa dos ideas principales:

en primer lugar, el carácter incipiente de esta perspectiva, débil pero emergente, en la maquinaria legislativa sobre las desigualdades que, en segundo lugar, opta, a falta de un cuerpo unificado, por la transversalización de las acciones y la cooperación entre los organismos. Ante este optimismo prudente, quedan en el aire varias cuestiones abiertas para la reflexión. En concreto: ¿hasta qué punto es esa cooperación entre los cuerpos de igualdad real y posible?, ¿es la transversalización de las desigualdades en el plano discursivo compatible con una estructura, en el plano operativo, fragmentada de las mismas?, ¿hasta qué punto asegura la representación institucional el acceso de todas las voces?, ¿cómo interactúa este escenario normativo sobre las desigualdades con la práctica legislativa y jurídica en Portugal?, ¿qué relación existe, si alguna, entre la interseccionalidad en los planes de intervención para la igualdad, considerando que en Portugal, hasta la fecha, no se favorecen las medidas positivas o cuotas por género/etnicidad/origen/raza, prefiriéndose medidas generalistas? En este sentido, ¿qué grado de coherencia existe entre el plano discursivo de la representación de las desigualdades y la praxis legal y jurídica que se dirige a las personas atravesadas por diferentes ejes de desigualdad? Y, por último, ¿hasta qué punto la normativa general es aplicada a la población que nos interesa: las mujeres inmigrantes?

Sin ignorar la importancia de estas preguntas para un enfoque crítico de la inserción de la interseccionalidad en la política pública portuguesa, las siguientes líneas reflexionan sobre la relación entre la perspectiva interseccional y las desigualdades de las mujeres migrantes, para abordar la pregunta de: ¿cómo se inserta la perspectiva interseccional para revertir las desigualdades que se derivan de la(s) posición(es) específica(s) en las que se sitúan las mujeres migrantes? Para ello las siguientes líneas analizan la entrada de la perspectiva interseccional y su relación con la posición específica (constituida por los marcadores de género, raza/etnicidad y clase) que ocupan las mujeres migrantes en los planes portugueses de igualdad analizados (Tabla 1). Con este objetivo, interesa saber la incidencia de la interseccionalidad en la construcción normativa y acción institucional de las principales desigualdades que se constituyen en la posición de las mujeres migrantes.

NOMBRE DEL PLAN	PERIODO DE EJECUCIÓN
V Plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación	2014-2017
I Plan para la Integración de los Inmigrantes	2007-2010
II Plan para la Integración de los Inmigrantes	2010-2013
Plan Estratégico para las Migraciones	2015-2020
Estrategia Nacional para la Protección Social y la Inclusión Social	2008-2010

Fuente: Elaboración propia.

Tabla 1. Cuadro resumen de los planes nacionales analizados

El análisis se articula en base a las siguientes cuestiones (Tabla 2): ¿qué enfoque se da de las desigualdades?, ¿interactúa la desigualdad principal con las otras desigualdades en sus áreas estratégicas? En este sentido, ¿se identifica una transversalización de las acciones de igualdad? Desde un plano operativo, ¿existe coordinación entre las estructuras de igualdad que las trabajan? Y por último, ¿aparecen menciones y acciones explícitas dirigidas a las otras desigualdades en juego?

PLAN	ENFOQUE DE LAS DESIGUALDADES (UNITARIA/MÚLTIPLE/INTERSECCIONAL)	TRANSVERSALIZACIÓN EXPLÍCITA DE LAS ACCIONES DE IGUALDAD	COORDINACIÓN CON OTRAS ESTRUCTURAS DE IGUALDAD	MENCIÓN EXPLÍCITA Y ACCIONES DIRIGIDAS A OTRAS DESIGUALDADES EN JUEGO
V Plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación (2014-2017)	Múltiple (predomina género, con menciones a la clase, origen rural, nacionalidad/etnia/raza, edad, diversidad funcional, orientación sexual e identidad de género).	SÍ • Transversalización de la perspectiva de la igualdad en estructura interna y acción externa de todos los ministerios.	ACIDI (ACM), INR, ONG	Nacionalidad/etnia/raza: • Promoción de la alfabetización y capacitación de las mujeres inmigrantes y de las mujeres de las comunidades gitanas. Clase: • Introducir la perspectiva de género en la monitorización de las prestaciones sociales.
Plan Estratégico para las Migraciones (2015-2020)	Múltiple (predomina nacionalidad/etnia/raza, con mención al género).	SÍ • Promoción de la igualdad de género en todas las áreas estratégicas.	CIG, CITE, CNPJR, CPCJ	Género: • Promoción igualdad de género para el fortalecimiento de la integración personal, profesional y cívica de las mujeres migrantes; • Promoción de la participación de las mujeres migrantes en el movimiento asociativo; • Acciones de sensibilización e información para la no discriminación en el ámbito del trabajo (parentalidad, igualdad salarial, conciliación, acoso sexual y moral).

Fuente: Elaboración propia.
Tabla 2. Resumen sobre el tratamiento y abordaje de las desigualdades en los diferentes planes.

(continuação)

PLAN	ENFOQUE DE LAS DESIGUALDADES (UNITARIA/MÚLTIPLE/INTERSECCIONAL)	TRANSVERSALIZACIÓN EXPLÍCITA DE LAS ACCIONES DE IGUALDAD	COORDINACIÓN CON OTRAS ESTRUCTURAS DE IGUALDAD	MENCION EXPLÍCITA Y ACCIONES DIRIGIDAS A OTRAS DESIGUALDADES EN JUEGO
<p>I Plan para la Integración de los Inmigrantes (2007-2010)</p>	<p>Múltiple (predomina raza/etnia/nacionalidad con mención al género, la lengua y la religión).</p>	<p>SÍ</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necesidad de integrar perspectiva sectorial y transversal para la integración de las personas migrantes. 	<p><i>CIG</i></p>	<p>Género:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimular la autonomía y autodeterminación de las mujeres migrantes; <ul style="list-style-type: none"> • Combatir la vulnerabilidad de las mujeres migrantes por causa de la violencia doméstica; • Divulgación de los derechos y deberes específicos de las mujeres migrantes; • Promoción de la contratación de las mujeres migrantes; • Promoción de la participación de las mujeres migrantes en movimientos asociativos; • Refuerzo del conocimiento científico en relación al género y la migración.

Fuente: Elaboración propia.
Tabla 2. Resumen sobre el tratamiento y abordaje de las desigualdades en los diferentes planes.

(conclusão)

PLAN	ENFOQUE DE LAS DESIGUALDADES (UNITARIA/MÚLTIPLE/INTERSECCIONAL)	TRANSVERSALIZACIÓN EXPLÍCITA DE LAS ACCIONES DE IGUALDAD	COORDINACIÓN CON OTRAS ESTRUCTURAS DE IGUALDAD	MENCIÓN EXPLÍCITA Y ACCIONES DIRIGIDAS A OTRAS DESIGUALDADES EN JUEGO
<p>II Plan para la Integración de los Inmigrantes (2010-2013)</p>	<p>Múltiple (predomina raza/etnia/nacionalidad con mención al género, clase y edad).</p>	<p>SÍ</p> <ul style="list-style-type: none"> • Actuación articulada de todos los ministerios y con participación y fiscalización de organismos públicos, sociedad civil, ONGs y asociaciones de inmigrantes. 	<p><i>CIG, CITE, ACT, CLAS, PEI</i></p>	<p>Clase:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar continuidad al programa para incentivar empleo entre las personas migrantes (conocimiento de la lengua, acciones de formación y apoyo a creación de empleo). <p>Edad/nacionalidad-etnia-Raza:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Combatir la vulnerabilidad socio-económica de las personas mayores migrantes mediante herramientas institucionales; • Divulgación sobre el acceso a los derechos de la seguridad social. <p>Género:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refuerzo del mainstreaming de género en la integración de las personas migrantes; • Promover acciones divulgativas para prevenir la violencia doméstica y de género contra mujeres migrantes
<p>Estrategia Nacional para la Protección Social y la Inclusión Social (2008-2010)</p>	<p>Múltiple (predomina clase, con mención a género, raza/etnia/nacionalidad, diversidades funcionales, edad).</p>	<p>SÍ</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas de igualdad de género inscritas de forma transversal en las tres vertientes estratégicas del plan; • Carácter intersectorial y transversal del plan, que agrupa diferentes organismos y entidades institucionales. 	<p><i>CIG, ACIDI (ACM)</i></p>	<p>Nacionalidad/etnia/raza:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforzar la integración de personas migrantes y minorías étnicas mediante acciones de intervención mediante: los servicios de protección social, a la educación y formación, empleo, derechos y apoyo judicial.

Fuente: Elaboración propia.
Tabla 2. Resumen sobre el tratamiento y abordaje de las desigualdades en los diferentes planes.

La inexistencia en el plano operativo y discursivo de una perspectiva interseccional pura se subvierte mediante la introducción (haciendo caso de la tipología de Hancock, 2007) de una perspectiva múltiple de las desigualdades. Si bien el género, principalmente, y la raza/origen nacional/etnia en menor grado, son considerados de forma explícita en relación con la desigualdad principal en todos los planes, la mención a otros ejes de desigualdad (edad, condición socioeconómica, origen rural, orientación sexual, diversidad funcional) en los planes más recientes, vislumbra un avance que sitúa una perspectiva cada vez más abierta y dinámica de las desigualdades, con una fuerte prevalencia, insistimos, del género y la raza. Esta perspectiva múltiple con una consideración de las desigualdades en relativo aumento se acompaña, además, de una transversalización explícita de las acciones de igualdad. En este sentido, la acción coordinada entre los ministerios y las medidas que adoptan de forma específica (en forma de planes ministeriales) resultan fundamentales en los tres planes de igualdad de género y violencia doméstica, a la vez que reflejan, tal y como apuntábamos anteriormente, la estrategia intermedia a la que se acoge este abordaje múltiple de las desigualdades (ALONSO, 2009). Aunque en menor medida, las acciones de igualdad también se consideran explícitamente transversales en todos los demás planes analizados. Esto último se complementa con la coordinación de diferentes estructuras de igualdad (ver Tabla 2). Sin embargo, para una mejor evaluación, sería importante conocer cómo se manifestaron en la práctica estos cambios, para poder concluir si en realidad han permitido mejorar las condiciones de las mujeres inmigrantes o si se trata de un mero cambio discursivo sin incidencia real, dado que la cooperación ministerial transversal no puede darse como exitosa si no es evaluada, sobre todo porque en las cuestiones migratorias existen precedentes en Portugal que indican que no siempre han funcionado de la mejor manera (SAMPAIO, 2017).

El primer plan de integración dedicado a la población inmigrante (I Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2007-2010) habla de la necesidad de integrar una perspectiva sectorial y transversal de cara a su integración, mientras que el segundo (II Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2010-2013) se reafirma en

este propósito proponiendo una actuación articulada de todos los ministerios y la participación de diferentes actores públicos y privados. Concretamente, vemos un aumento de los organismos públicos involucrados en las acciones dirigidas a combatir las desigualdades derivadas de la intersección entre la raza/etnia y el género (a la participación del CIG en el primer plan se le añaden en este segundo el CITE y la ACT para el área del empleo, el CLAS para el ámbito de la privación material y el PEI para el área del emprendimiento [empresariado], así como la participación de la sociedad civil organizada (ONGs y asociaciones de inmigrantes).

En este sentido, muchas voces apuntan a la participación de la sociedad civil en el proceso del policy making como elemento importante de cara a amortiguar las diversas tensiones que se concluyen de la experimentación de las desigualdades interseccionales (véanse ROLANSEN, 2008; SQUIRES, 2008; COLE, 2008; YUVAL-DAVIS, 2006). Así ocurre también en el caso del plan para la inclusión social (Estrategia Nacional para la Protección Social y la Inclusión Social 2008-2010) donde las áreas de género y migraciones se articulan mediante la participación, respectivamente, de la CIG y el ACIDI. Siguiendo las conclusiones que se extraen de las principales dimensiones analizadas, es el último plan de igualdad de género (V Plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación 2014-2017) el que resulta más estimulante en relación a una consideración más holística de las desigualdades, donde las menciones y acciones dirigidas a otras desigualdades en juego son, al menos en comparación con los demás planes, numerosas (con acciones referentes a las desigualdades de clase, origen rural, nacionalidad/etnia/raza, edad, diversidad funcional, orientación sexual e identidad de género) y más ricas, tal y como veremos más adelante, en términos de representación de esas desigualdades interseccionales. A pesar de estos matices, el horizonte más o menos optimista que se concluye de estos planes (V Plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación, 2014-2017; I y II Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2007-2010 y 2010-2013; Estrategia Nacional para la Protección Social y la Inclusión Social, 2008-2010) se contrapone con el que

dibuja el último instrumento diseñado para las migraciones (Plan Estratégico para las Migraciones, 2015-2020), reflejo, tal y como veremos más adelante, de la clara involución que representa, al menos desde un punto de vista de la inclusión de la interseccionalidad, respecto a los planes anteriores.

En conclusión, en este primer apartado hemos visto que: en primer lugar, se destaca un enfoque múltiple de las desigualdades donde éstas no se constituyen como una única desigualdad. Sin embargo, se identifica una progresiva mención a otros ejes, reflejo de una perspectiva más fluida y dinámica de las desigualdades. A esto se le añade, además, un enfoque notablemente transversal en el discurso sobre las desigualdades, que se encamina mediante referencias a la coordinación de las estructuras de igualdad. Esta comprensión de las desigualdades no se corresponde, sin embargo, con un conjunto de acciones decididamente encaminados a revertir las desigualdades que atraviesan a las mujeres migrantes, en vista de la falta de concreción y determinación en las medidas que se proponen. Con las conclusiones que nos deja el análisis, desde una perspectiva global, en torno a la manera en que se inserta la interseccionalidad en el marco normativo y estratégico de las desigualdades en Portugal, interesa saber cuál es el discurso que se articula a partir de las representaciones sobre las desigualdades que se concluyen de estos planes. Así pues, nos preguntamos: ¿cómo representan los tres principales planes en relación al género, la migración y la clase, las desigualdades interseccionales derivadas del género y la raza, y qué estrategias emplean para gestionarlo? A través de la comparación de los diferentes planes de igualdad elaborados en el país desde el año 2007 (Tabla 1), analizamos la perspectiva interseccional en relación a la(s) posición(es) de desventaja en las que se sitúan las mujeres migrantes para dar respuesta a la pregunta que da nombre a este trabajo.

¿QUÉ NOS DICE LA INTERSECCIONALIDAD SOBRE LAS POLÍTICAS PARA COMBATIR LAS DESIGUALDADES DE LAS MUJERES MIGRANTES? ANÁLISIS Y REFLEXIONES EN TORNO A ALGUNOS PLANES

Ante el escenario de apertura hacia la interseccionalidad que, aunque con matices, marcan las conclusiones del último apartado, las siguientes líneas pretenden reflexionar en torno a la lógica interna que en su condición de “artefactos sociales” emiten las políticas públicas (LÓPEZ, 2007). En esta línea, las políticas públicas se entienden como portadoras de un discurso que emite una representación o un diagnóstico posicionado en torno a un problema, no exento, en consecuencia, de subjetividades y juegos de poder. Así pues, la propuesta de Carol L. Bacchi se torna esencial a la hora de entender los marcos estratégicos en los que se sitúan tanto el diagnóstico como las soluciones a un problema público: “no tiene sentido considerar los objetos o targets de la política pública independientemente de la forma en que son habladas o representadas”, en la medida en que la descripción sobre un tema es en sí misma una interpretación, y las interpretaciones acogen, de forma inevitable, juicios y decisiones (1999, p. 1). Esta perspectiva nos permite pensar el papel de las políticas públicas como portadoras de un discurso que contribuye, por un lado, a situar en el campo de lo visible (o invisible) las problemáticas que se derivan del posicionamiento de las mujeres migrantes y a comprender, por otro, las implicaciones que se derivan de esos discursos.

Con este propósito, a continuación se presenta el análisis crítico de los diferentes planes que, entendemos, abarcan las principales problemáticas de estas mujeres: desigualdades de clase, desigualdades de género, desigualdades de raza u origen étnico o nacional. Si hasta ahora la interseccionalidad constituía una herramienta estratégica para proponer medidas institucionales encaminadas a revertir escenarios específicos de desigualdad, es en este punto donde esta perspectiva adquiere un protagonismo doble. De esta forma, la interseccionalidad también se entiende como una herramienta de análisis desde la que si-

tuarnos para comprender la especificidad de este tipo de desigualdad. Desde la perspectiva que ofrece esta doble dimensión, a continuación analizamos planes y sus medidas para dar con una serie de puntos clave en relación a la gestión de las desigualdades de las mujeres migrantes.

RADIOGRAFÍA DE LOS PLANES DESDE LAS DESIGUALDADES DE LAS MUJERES MIGRANTES: FORTALEZAS, CONTRADICCIONES, LÍMITES Y VACÍOS

Tal y como adelantamos, la evolución de los diferentes planes para la igualdad de género implementados en Portugal desde el año 1997 son una clara evidencia del carácter prácticamente incipiente de la perspectiva interseccional en la maquinaria institucional contra este tipo de desigualdad. En efecto, la perspectiva en torno a las desigualdades conformadas por más de un eje es inexistente en los primeros planes nacionales de igualdad de género. Retomando el diagnóstico de Alonso y Fernandes al respecto, el avance de los tres primeros planes (I Plan Global para la Igualdad de Oportunidades, 1997; II Plan Nacional para la Igualdad, 2003-2006; y III Plan Nacional para la Igualdad) se teje en torno a dos elementos fundamentales (2008, p. 13-14): un abordaje cada vez más sociológico y menos técnico de las desigualdades, por un lado, y un progresivo alejamiento de la vinculación de la igualdad con la familia y el trabajo en favor de una cada vez mayor centralidad de las dimensiones de ciudadanía y la democracia, por otro lado. No obstante, será el IV Plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación (2011-2013) el primero en considerar la incorporación de una perspectiva más transversal en torno a las desigualdades derivadas del género. La introducción de la perspectiva de género en todas las esferas de discriminación, junto con la alusión a construir una “ciudadanía plena en las esfera pública y privada”, denotan un avance significativo en cuanto a una comprensión más global y estructural de las desigualdades de género. La adopción del *mainstreaming* o transver-

salidad de género que el plan adopta se traduce en la promoción de la perspectiva de género en diversas áreas sectoriales, como, por ejemplo, la salud, el empleo, la educación, la inclusión social o el ordenamiento territorial. Sin embargo no existen elementos que permitan confirmar cómo esta evolución se ha manifestado en la práctica sobre las migrantes, mejorando o no su situación.

Desde un plano discursivo, resulta significativo destacar, además, la alusión directa al género y la ciudadanía que, a diferencia de los planes anteriores, lleva como nombre este último plan. En este respecto, la creación de la Comisión para la Ciudadanía y la Igualdad de Género (CIG) en el año 2007, reemplazando así la estructura institucional para la igualdad que le precedía (Comisión para la Igualdad y los Derechos de las Mujeres - CIDM), constituyó, tal y como apuntan las mismas autoras, un paso en torno a la vinculación entre igualdad de género y el concepto de ciudadanía, que sitúa la igualdad de género como una dimensión democratizante de la sociedad (ALONSO y FERNANDES, 2008, p. 14). El potencial de conectar la igualdad de género con la noción de ciudadanía podría llevarnos a cuestionar la exclusión de los sujetos que por razón de género, raza, clase social, estatus migratorio u orientación sexual, entre otros, se sitúan en los márgenes de las democracias modernas. Siguiendo a Young (1989), democratizar la noción de ciudadanía consistiría en incluir a los sujetos excluidos del espacio público-deliberativo y heterogeneizar la noción de ciudadanía, pensada desde los parámetros y las experiencias de los hombres blancos heterosexuales y de clase alta. No obstante, la inclusión y la apertura del campo de la ciudadanía en estos planes se entienden desde la idea de desarrollo económico, la seguridad o las capacidades, frente a una idea de ciudadanía que afronte la inclusión desde la idea de la diferencia (YOUNG, 1989). Pero lo que es aún más importante destacar es la exclusión explícita de la condición de ciudadanas a la que están sometidas las migrantes en situación irregular. La invisibilidad de estas mujeres, ni siquiera mencionadas en los planes, revierte en la no consideración de las mismas como sujetos receptores de los derechos que brinda el estatus de ciudadana/o. No se consideran como tales porque su propio estatus las excluye de tal definición. Pero la no presencia de esta problemática sólo reproduce esta invisibilidad. De tal forma que, teniendo en cuenta que los planes

de igualdad no consideran la situación de extrema vulnerabilidad a la que están sometidas estas mujeres, parece que la igualdad de género no es cosa de las migrantes en situación irregular.

A pesar de estas críticas, fundamentales, a nuestro entender, para un avance en la noción de la igualdad que no se limite a una idea anti-discriminación, sino que trate de superar las exclusiones que fundamentan las democracias liberales, no hemos de obviar las fortalezas que los pequeños avances mencionados suponen para la creación de unas estructuras sólidas y multidimensionales de la igualdad. Así pues, y retomando lo anterior, la creación de la CIG, por un lado, y el tímido reconocimiento del IV plan hacia una perspectiva más abierta de las desigualdades, por otro, parecen importantes a la hora de abrir la ventana de oportunidades a las propuestas de la interseccionalidad. Esta evolución se materializa en los avances que mencionábamos del V y último plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación, 2014-2017 (en adelante, VPNI).

No obstante, si ponemos en relación el enfoque que adopta este plan en el caso concreto de la migración, la mención a la multidimensionalidad de las desigualdades que atañen a las mujeres migrantes y el diseño de acciones específicas para combatir las no es, a nuestro entender, suficiente (ni discursiva ni operativamente): a pesar de las “múltiples vulnerabilidades” que se identifican en torno a las experiencias de desigualdad experimentadas por las mujeres migrantes, la migración no aparece como área estratégica del plan. Es más, sólo se identifica una medida (medida 35, entre un total 70) en la que se hace mención a una acción dirigida a las mujeres migrantes de forma explícita. Esto nos lleva a deducir, en consecuencia, una consideración todavía tímida de la intersección género-raza o género-etnia en la representación de las desigualdades de estas mujeres, que aunque presente en el plano discursivo, carece todavía de acciones y estrategias contundentes para enfrentarlas. En este sentido, ni la creación del CIG, ni la apertura del VPNI parecen revertir en una consideración de las mujeres migrantes como target population de estas políticas. La creación del CIG parece, por tanto, una oportunidad perdida para la renovación en la consideración de las desigualdades específicas de las mujeres migrantes en Portugal, que siguen pareciendo estar olvidadas dentro del campo de acción de esta comisión.

Por otro lado, del análisis del último plan de igualdad de género se constatan varios vacíos entre el discurso y la gestión de las desigualdades. Entendemos estos vacíos como contradicciones que se establecen entre el marco discursivo de los planes y las acciones que se proponen. En primer lugar, el carácter transversal de la dimensión del género al que alude el último plan de igualdad de género se acompaña de la necesidad de situar la “articulación del V Plan Nacional para la Igualdad con los planes y programas nacionales existentes (...) relevantes para la construcción y profundización de la igualdad de género” (p. 1). Desde un punto de vista específico de las desigualdades que enfrentan las comunidades migrantes en general, los planes sobre migración establecen el mercado de trabajo como un punto fundamental para la inclusión de la comunidad inmigrante. Sin embargo, el plan de género, tal y como especificaremos más adelante, no establece ninguna mención en torno a las dificultades específicas que enfrentan las mujeres migrantes en esta área, y por lo tanto no visibilizan ni atacan la exclusión a que están sujetas.

En este sentido, el empleo constituye uno de los ámbitos en los que más desigualdades se vislumbran, tanto desde el punto de vista del acceso, las condiciones laborales y la precariedad de los trabajos que desempeñan, aunque otros ámbitos son relevantes también, tal como el acceso a derechos y servicios públicos como la salud, la educación, la seguridad social, los apoyos familiares, entre otros. Por un lado la ausencia o insuficiencia de regulaciones legales, la invisibilidad social de las trabajadoras del ámbito doméstico, los bajos niveles educativos de las trabajadoras en algunos casos y los bajos salarios que perciben, exponen a las trabajadoras inmigrantes de este sector a una especial vulnerabilidad (PÉREZ-OROZCO et al., 2008, p. 55-56), generando mayor desprotección ante los abusos de las personas que les emplean, y reduciendo las oportunidades de regularizar la situación. Por el otro, la reificación de estatus migratorios irregulares (indocumentadas, sin papeles, traficadas, etc.) que subrayan la no ciudadanía y la incapacidad de reclamar derechos, hace que muchas de las mujeres migrantes sean abierta y legalmente excluidas del acceso a beneficios sociales como la salud, el subsidio de desempleo, los apoyos familiares, entre otros. Así, la discriminación que sufren las inmigrantes por su condición racial o étnica (ya sea cabo-verdianas, brasileñas y ucranianas)

conjugadas con el estatus legal, puede tomar diferentes formas que van desde jornadas laborales no remuneradas y que exceden el máximo legal, hasta violencia física, verbal o sexual (WALL et al. 2005, p. 48).

Esta realidad pone en evidencia la contradicción entre el discurso sobre la inclusión que practica el plan de inmigración correspondiente a este último plan de género (Plan Estratégico para las Migraciones, 2015-2020), que sitúa el área del trabajo como uno de los puntos más determinantes en relación a la inclusión de las comunidades migrantes, pero que no menciona ninguna medida concreta en relación a la mujer migrante y el ámbito del empleo. De este hecho se deduce la ausencia de una perspectiva real de las especificidades de las desigualdades a las que tienen que hacer frente las mujeres, en uno de los ámbitos que el propio discurso institucional sobre las migraciones destaca por su significancia en relación a las políticas de inclusión.

En segundo lugar, la progresiva evolución de los planes de igualdad de género hacia una consideración de las desigualdades en clave interseccional en el marco del discurso institucional, se traduce, desde un punto de vista operativo, en una mayor articulación y coordinación entre las estructuras institucionales con mayor incidencia política. Este elemento responde, en línea con el reconocimiento al carácter transversal del género, a la necesidad de la introducción de la perspectiva de género en todas las áreas y las intervenciones públicas. Concretamente, entendemos de importancia capital la apuesta por transversalizar esta perspectiva mediante la estructura interna y la acción externa de los Ministerios por dos motivos fundamentales: a) por la importancia (tanto simbólica como operativa) que trae consigo situar la dimensión del género en los principales órganos ejecutivos, por un lado, y b) por la posibilidad, por otro lado, de intersectar el factor género con otros ejes de desigualdad que trabajan específicamente algunos ministerios. Es el caso del Ministerio de Administración Interna (MAI), que tiene bajo su mando al Servicio de Extranjeros y Fronteras (SEF), responsable de administrar las políticas de inmigración y asilo en Portugal, o el caso del Ministerio de Solidaridad, Empleo y Seguridad Social (MSESS), que gestiona el área del empleo y las prestaciones sociales. Ambos son dos actores políticos que entendemos cruciales en la constitución de las desigualdades que excluyen a estas mujeres.

Sin embargo, esta oportunidad, que diríamos crucial para el despegue de la perspectiva interseccional, se diluye analizando los planes ministeriales (Plano para la Igualdad de Género, 2014-2017, MAI; Plano de Acción para la Igualdad, 2014-2017; MSESS), donde las referencias a la igualdad de género, lejos de introducir esta perspectiva en acciones específicas que involucren a personas atravesadas por varios ejes de desigualdad, se limitan a cuestiones organizativas y de recursos humanos de los propios ministerios, sin mencionar que el Ministerio de la Presidencia donde se encuentra acogido el Alto Comisariado para las Migraciones, no está integrado.

En la misma línea, el análisis de los planes de migración reafirma algunos límites, contradicciones y vacíos que se concluyen al comparar los planes de igualdad de género. La primera debilidad se identifica en la involución que experimentan los tres planes de inmigración (I Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2007-2010; II Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2010-2013; Plan Estratégico para las Migraciones, 2015-2020). Este retroceso en torno a la perspectiva sobre las desigualdades de las mujeres migrantes que fueron acogiendo estos planes merece consideración desde un punto de vista comparativo, ya que las representaciones y estrategias que se concluyen de cada uno permiten profundizar en los límites y contradicciones que se establecen de cada uno de ellos. Esta involución se manifiesta no sólo en las cuestiones de género, sino en el conjunto de medidas y temáticas abordadas. La última transición que cambia el foco de la integración de inmigrantes hacia una estrategia amplia de las migraciones, si bien aparentemente brinda una visión de conjunto, en lo específico deja escapar asuntos y problemáticas relevantes asociadas a las inmigrantes.

De cara a integrar las desigualdades conformadas por más de un eje de discriminación, y al igual que en el V Plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación, entendemos como una fortaleza la acción articulada de los ministerios y el enfoque sectorial para el abordaje de una serie de acciones específicas que establece el I Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2007-2010. Desde un plano discursivo, además, es de destacar la identificación del género como un área estratégica del plan, en el que se reivindican medidas específicas para hacer frente a la “doble vulnerabilidad” que se deriva de las experiencias como mujer y como migrante. Desde un

punto de vista estratégico, el reconocimiento de la posición específica que le configuran en el campo social esas vulnerabilidades (con mención a la raza/origen nacional/etnia) a las mujeres migrantes, dirige las acciones gubernamentales en tres direcciones principales: garantías jurídicas y legales, programas en el área del mercado de trabajo y la producción de conocimiento. La motivación común de estos marcos de acción no es otro que el abordaje de las dificultades específicas que subyacen a las experiencias de estas mujeres.

Aunque de forma tímida, este primer plan parece poner los primeros cimientos en la construcción de un discurso que considera la desigualdad interseccional y la elaboración en la propuesta de una serie de estrategias para enfrentarla. Sin embargo, el análisis de la evolución de los planes que le suceden constata un retroceso desde el plano tanto discursivo como operativo de la consideración y abordaje de la desigualdad interseccional. De esta forma, la comparativa entre los tres planes ilustra en qué medida los ejes de desigualdad que se identifican disminuyen, y en qué manera desaparecen las menciones explícitas a las vulnerabilidades múltiples y a las áreas de desigualdad específicas que sí encontramos en el primero (Tabla 2). El giro estratégico del tercer plan (2015-2020) se puede entender como uno de los motivos. Este último plan abarca las migraciones (incluye *inmigración* y *emigración*) restando la centralidad que en los anteriores planes tenían las *inmigraciones*. La modificación del propio nombre de los planes es una evidencia de este cambio tanto discursivo como estratégico: la finalidad esencial del plan deja de ser el de la “integración de los inmigrantes” (I y II Plan) para pasar a ser un “plan estratégico para las migraciones” (III Plan). Este giro discursivo corresponde al reconocimiento de una nueva realidad: el aumento de la emigración de portugueses/as a otros países en el contexto de la crisis económica, junto con un descenso, por el mismo motivo, de la entrada de personas de otros países, principalmente extracomunitarios, a Portugal.

El cambio de marco que se concluye de la involución del II y III plan se explica por los siguientes motivos. A pesar de que ambos planes reconocen la transversalidad del género en todas las acciones que se contemplan, no hay alusión a la especificidad de las desigualdades de las mujeres migrantes. En el caso concreto del II Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2010-2013, se identifica una mención de

forma neutra a las vulnerabilidades, reconociendo de qué manera la actual coyuntura de crisis económica expone a los colectivos migrantes “a un mayor riesgo de exclusión social, dada su mayor vulnerabilidad a los problemas sociales” (p. 3-4). De esta manera, se obvian las diferencias que el género establece en este sentido excluyendo de su discurso las vulnerabilidades que se constituyen en la intersección del género con la raza y etnia. Por otro lado, y a pesar de la mención a la necesidad de incluir “recomendaciones internacionales relativas a mujeres inmigrantes de forma específica y (...) a las cuestiones de género asociadas a la inmigración” (p. 40), no se encuentran referencias explícitas en torno a las áreas de desigualdad específicas. El planteamiento de las medidas que se proponen involucrando género y migración es genérico y vago, con medidas como la “divulgación de derechos y deberes específicos” (p. 40) de las mujeres migrantes o la prevención y garantía de la protección en contextos de “violencia doméstica” en la población migrante (p. 40). De este modo, la desatención a las desigualdades específicas que enfrentan las mujeres migrantes en Portugal tiene como consecuencia implícita la priorización de las vulnerabilidades derivadas de las experiencias masculinas.

El III plan culmina este proceso de involución. La inclusión del género dentro de las áreas estratégicas del plan, presentes en los dos primeros, desaparece en este último. A pesar de afirmar que el plan “deberá promover la igualdad entre hombres y mujeres en todos los hechos prioritarios” (p. 16), la introducción de la perspectiva en torno a las mujeres atravesadas por su origen nacional, racial o étnico es prácticamente nula, y sólo cuenta con dos medidas (entre un total de 106) en clara alusión al género. El contenido de las mismas, de carácter informativo o de sensibilización, aporta pocas herramientas para la materialización real de ese discurso. Es importante destacar, además, el marcado carácter economicista que se deduce de éste, en el que se remarca la potencialidad de la inmigración como forma de hacer frente a las consecuencias de la crisis financiera en Portugal y como fuente para el crecimiento económico, mediante el estímulo del emprendimiento y el mercado de trabajo. En este sentido, se entiende que la adopción de esta perspectiva, lejos de contribuir a la consideración de una visión más integral de las desigualdades, ahonda en las mismas reforzando la imagen tradicional del agente migrante como el hom-

bre *breadwinner*. Esta representación de la migración se corresponde al modelo tradicional de migración portugués, que sitúa al hombre migrante en el contexto productivo de la construcción y el sector del public work, y a la mujer migrante como acompañante reunificada y dependiente (MAIA, 2006, p. 4). A pesar de no ser precisamente este enfoque el que se concluye de este plan, la visión predominantemente economicista de la gestión de la migración nos induce a pensar, dada su mayor invisibilidad y vulnerabilidad en el mercado de trabajo, a una posición más marginal (en términos discursivos) de las necesidades y problemática de las mujeres migrantes. Así pues, entendemos que la representación estratégica de la migración con un enfoque de economía de la producción desde una perspectiva del crecimiento, reproduce y agrava las invisibilizaciones de las vulnerabilidades de estas mujeres en el ámbito de la economía formal e informal. Por último, y en paralelo con las contradicciones que se deducen del plan de igualdad de género, el mercado de trabajo, que se sitúa como el punto fuerte en el proceso de inclusión de las comunidades migrantes y es mencionado de forma específica en el primer plan sobre inmigración (I Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2007-2010), desaparece en este último (Plan Estratégico para las Migraciones, 2015-2020). Aquí se vuelve a poner en evidencia en qué manera el mismo discurso que reivindica el mercado laboral como una de las vías de inclusión del colectivo migrante es ciego ante las necesidades que en este ámbito experimentan estas mujeres.

Por último, es en la Estrategia Nacional para la Protección Social y la Inclusión Social 2008-2010 donde más vacíos se identifican en relación a las desigualdades que atraviesan al colectivo de mujeres migrantes. Puede que el enfoque más amplio e integral de este plan, que abarca privaciones derivadas de contextos muy diversos unidos por el denominador común de la “inclusión social” (colectivos migrantes, colectivos con diversidad funcional, minorías étnicas, personas con bajos recursos materiales, personas mayores...), reduce de forma notable la consideración de las mujeres migrantes así como las propuestas y soluciones específicas a las problemáticas que les atañen. El plan menciona que “la integración de los inmigrantes y los grupos desfavorecidos, de lucha contra la pobreza, especialmente entre los niños y jóvenes (...) debe ser objeto de mayor atención” (p. 18) resaltando la

especial vulnerabilidad en la que se encuentran las personas de menor edad dentro de este colectivo. Así mismo, hace referencias a medidas que abarcan la desburocratización de los procesos de regularización, el acceso a los servicios básicos o la facilitación de procesos de integración (p. 25), sin alusiones específicas a las mujeres. Es así que a pesar de identificar a “las personas con deficiencias y los inmigrantes” como “objetivos prioritarios para el combate de la discriminación” (p. 24), y de contar con medidas dirigidas a las personas migrantes, así como con referencias hacia grupos específicos, este plan carece de una mirada exclusivamente dirigida a las mujeres de este colectivo, no contando, en consecuencia, con ninguna medida ni diagnóstico en relación a estas mujeres. Bien es cierto que el plan habla, tal y como ocurre en las demás políticas analizadas, de la introducción de la perspectiva de género en todas las áreas estratégicas. Sin embargo esta afirmación no se materializa en ninguna medida concreta, reduciéndose a lo meramente discursivo.

REPRESENTACIONES DE LAS DESIGUALDADES DE LAS MUJERES MIGRANTES: ENTRE LA MULTIPLICIDAD, LA ESPECIFICIDAD Y LA TRANSVERSALIDAD

Dentro de la diversidad que muestran los planes analizados, la representación discursiva de la interseccionalidad se encamina mediante dos tendencias fundamentales: o bien se exponen las desigualdades que atraviesan las mujeres migrantes como vulnerabilidades “dobles”, “múltiples” o “específicas”, o bien no se explicitan de ninguna manera (Tabla 3). En el primero de los casos, si bien es cierto que las alusiones a las desigualdades interseccionales son inexistentes, se interpretan estas menciones como un guiño a esta perspectiva en el discurso sobre las desigualdades que llevan a cabo estos planes. Es así que a falta de una mención explícita a la interseccionalidad, la construcción discursiva de las desigualdades se mueve en torno a estos tres conceptos que, como se verá, varían en concisión y efectividad. Por

otro lado, y en relación a la concreción de las vulnerabilidades que se identifican, en apartados anteriores (ver Tabla 2) mostramos los ejes de desigualdad que trata cada plan analizado, así como la explicitación de las vulnerabilidades que se concretizan mediante medidas que abordan cada plan.

Plan	Representación de la interseccionalidad
V Plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación (2014-2017)	“Discriminación múltiple”, “vulnerabilidades de carácter múltiple”, “grupos específicos de mayor vulnerabilidad”.
I Plan para la Integración de los Inmigrantes (2007-2010)	“Doble vulnerabilidad”, “grupo específico”, “vulnerabilidades de múltiples causas”, “vulnerabilidades y necesidades específicas”.
II Plan para la Integración de los Inmigrantes (2010-2013)	No hay referencias.
Plan Estratégico para las Migraciones (2015-2020)	No hay referencias.
Estrategia Nacional para la Protección Social y la Inclusión Social (2008-2010)	“Discriminación múltiple”.

Fuente: Elaboración propia.

Tabla 3. Representación de la interseccionalidad en los planes en relación a las desigualdades de género, raza y clase

En el plan de igualdad de género (V Plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación, 2014-2017), se reconoce el “sexo”, sin hacer mención al género, como “factor estructural de desigualdad y situaciones de privación”, así como el carácter “multidimensional e intercomunicante de la exclusión social, la pobreza y el género” (p. 6). La introducción de estos tres ejes de desigualdad, así como la consideración de la dimensión política y estructural del género en la constitución de otras desigualdades, marca un punto de parti-

da interesante a la hora de analizar la incorporación de una visión más holística de las desigualdades que atraviesan a las mujeres migrantes. A falta de una conceptualización interseccional de sus desigualdades, las referencias de las desigualdades en forma de “vulnerabilidades” a las que tienen que hacer frente estas mujeres se mueven entre la multiplicidad y la especificidad: reconociendo la “discriminación múltiple que sufren algunas mujeres”, así como la “especificidad de las desigualdades y sus necesidades” (p. 6). En la misma línea, el plan alude también “a los caracteres múltiples” de las vulnerabilidades que enfrentan estas mujeres (p. 6). Esta variedad conceptual, que en algunos casos sí referencia las situaciones de desigualdad específica de las que parten las reflexiones interseccionales, se acompaña, sin embargo, de una visión vaga y ambigua de las desigualdades, donde las mujeres migrantes aparecen mencionadas dentro de un paréntesis que acoge una lista de realidades muy diversas. Es así que este plan reconoce “la discriminación múltiple que sufren algunas mujeres”, entre las que se encuentran las mujeres “pobres, de origen rural, inmigrantes, ancianas, deficientes y madres solteras”.

La lectura de la construcción discursiva en torno a las desigualdades derivadas del origen étnico, racial o nacional mediante el análisis de los tres planes nacionales de (in)migración (I Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2007-2010; II Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2010-2013; Plan Estratégico para las Migraciones, 2015-2020) destacan dos ideas: la tímida apertura hacia la representación de la interseccionalidad que se vislumbra en el primer plan, que se diluye de manera progresiva en los dos planes que le siguen. En paralelo al plan de igualdad de género, este primer plan parece marcar el inicio de una consideración más abierta en la lectura de las desigualdades. Así pues, las representaciones de la interseccionalidad de este plan también giran en torno a la alusión a las “dobles” o “múltiples” vulnerabilidades, así como con referencias, aunque limitadas, a las necesidades específicas que se concluyen de las situaciones de desigualdad(es) de las mujeres migrantes. De esta forma, se encuentran referencias hacia la dimensión del género en las problemáticas de las comunidades migrantes, haciendo mención a “los obstáculos enfrentados por las mujeres migrantes, las discriminaciones de las que son objetivo, sus vulnerabilidades y necesidades específicas” (p. 14). Esta

identificación implícita de la desigualdad interseccional se introduce, no obstante, de forma genérica y sin mencionar ningún campo específico donde se dan estas vulnerabilidades y necesidades específicas como podrían ser el estatus legal, las diferencias culturales y religiosas, los prejuicios de la sociedad de acogida, entre otras. Esta tímida caracterización de las desigualdades no parece servir como impulso para una apertura definitiva, desde un punto de vista terminológico al menos, de la representación de la interseccionalidad. En el segundo plan (II Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2010-2013) la identificación de otros ejes de desigualdad (género, edad) en sus áreas estratégicas no deriva en la representación de escenarios de desigualdades múltiples o específicas. Es así que el planteamiento neutro en relación al género de este plan en torno a las vulnerabilidades que se derivan de la intersección de la raza con la clase o la edad, apuntan a la consideración de la interacción de algunas desigualdades (clase-raza, edad-raza, edad-clase-raza) en las que el género no parece constituir ninguna diferencia significativa. Esta involución culmina con la desaparición de los términos y de los ejes de desigualdad identificados del tercer plan (Plan Estratégico para las Migraciones, 2015-2020).

Si ponemos la atención en la gestión de las desigualdades de clase que se derivan de las privaciones materiales y que atiende la Estrategia Nacional para la Protección Social y la Inclusión Social, 2008-2010, las referencias hacia las desigualdades interseccionales que atraviesan a las mujeres migrantes son inexistentes. Sí podríamos apuntar a la introducción, de forma más general y un tanto vaga, de la perspectiva de género en el caso de las migraciones y su incidencia en la producción de desigualdades desde una perspectiva múltiple: el plan reconoce el abordaje de los puntos prioritarios mediante la perspectiva de género y considerando así “las situaciones de discriminación múltiple” (p. 22). A pesar de no explicitar a las mujeres migrantes como grupo específico, el plan sí hace referencias a otros grupos vulnerables, tales como “las personas con deficiencias e incapacidades, los inmigrantes, las minorías étnicas y las personas sin hogar”, que a su vez “se encuentran entre las categorías más vulnerables de exclusión social en Portugal” (p. 7). La migración sí aparece como dimensión a tener en cuenta a la hora de considerar las privaciones materiales (acceso a la vivienda, a la salud, al trabajo...) de las poblaciones vulnerables. No obstante,

la ausencia de una perspectiva de género que considere la intersección de las desigualdades de raza/etnia y clase se vislumbra mediante la ausencia de las mujeres migrantes como “grupo específico” para promover acciones de inclusión social (p. 10). Es interesante destacar que, a diferencia de lo que ocurre con la migración, la perspectiva de género destaca en mayor énfasis el caso del colectivo con diversidad funcional, en la medida en que el plan reconoce “la discriminación múltiple de las mujeres con deficiencias o incapacidad” (p. 44) o la “sobreposición de varias desigualdades sociales” en las que “el género y la edad acentúan las diferencias” (p. 60).

Los diferentes posicionamientos en torno al tratamiento de las desigualdades que adoptan los planes analizados, parecen, sin embargo, estar en relación por un concepto común: la transversalidad. La construcción discursiva de las desigualdades se encamina, en todos los planes, mediante un diseño “transversal” de las estrategias para hacer frente a las desigualdades que analizamos. Esta perspectiva se asienta, desde un punto de vista normativo, sobre una consideración más o menos interrelacional de las desigualdades, y desde un punto de vista estratégico, sobre la necesidad de una coordinación y acción articulada de ministerios y estructuras para la igualdad a las que aluden los planes. Esta perspectiva varía en diferentes grados en cada uno de los planes. Mientras que el plan de igualdad de género (V Plan Nacional para la Igualdad de Género, Ciudadanía y No-Discriminación, 2014-2017) reconoce el “carácter transversal de la dimensión del género en el área de decisiones políticas y públicas” (p. 2), el primer plan de inmigración (I Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2007-2010) hace referencia a “la dimensión transversal del racismo y la discriminación, el género y la ciudadanía”, de cara a “afrontar de forma sectorial y transversal áreas de intervención específicas” (p. 2). El último plan sobre migración (Plan Estratégico para las Migraciones, 2015-2020), sin embargo, no explicita en ningún caso la naturaleza interrelacional de las diferentes desigualdades, desapareciendo toda alusión al carácter transversal de las mismas. Por último, el plan para la inclusión social (Estrategia Nacional para la Protección Social y la Inclusión Social, 2008-2010) alude al “carácter transversal e intersectorial” de esta estrategia, que “acoge recursos dispersos por varias fuentes y sedes institucionales” (p. 11). Así mismo, la estrategia que lleva a cabo este plan se establece en base al *mainstreaming*

social (como sustitutivo de la perspectiva del mainstreaming de género), que se sustenta en base a una consideración “multidimensional y transversal de la exclusión social” (p. 42).

Esta lectura y gestión transversal sobre las desigualdades parece positiva, en tanto estímulo a la hora de promocionar una perspectiva más abierta y fluida de las desigualdades, y como impulso la hora de interseccionalizar en diversos grados las políticas públicas encaminadas a revertir diferentes desigualdades. Las potencialidades de este concepto desaparecen, sin embargo, cuando se convierte en un término vago, que sirve para agrupar realidades y necesidades muy diversas entre sí, por un lado, y para convertirse en un concepto difuso y abstracto que no acaba de materializarse en el plano práctico. En este sentido, todos los planes analizados establecen la dimensión del género como un eje transversal, tanto la comprensión como la ejecución de todas las políticas, medidas y acciones de igualdad propuestas. Parece, pues, que la ausencia de una orientación clara hacia las necesidades de las mujeres migrantes como colectivo específico se suple mediante las referencias constantes a la transversalidad, a fin de establecer una serie de conexiones y relaciones discursivas que se materializan en acciones concretas. Así pues, la mención a la transversalidad, interesante como impulso a una orientación interseccional de las desigualdades y para la consideración de las realidades del colectivo de mujeres migrantes, acaba convirtiéndose en un término abstracto y hueco que agrupa de forma vaga interpretaciones y acciones muy diversas, incluye sin realmente incluir.

MUJERES MIGRANTES COMO SUJETOS VULNERABLES: MAPA DE LAS VULNERABILIDADES Y ALGUNAS IMPLICACIONES

Para cerrar el análisis que se presenta, interesa poner la atención en un concepto cuyo protagonismo resulta central a lo largo de la evaluación de todos los planes: la vulnerabilidad. En efecto, la representación constante de las mujeres migrantes como “sujetos vulne-

rables” o como portantes de “múltiples, dobles... vulnerabilidades” merece que nos paremos a analizar las diferentes implicaciones que se derivan de este concepto. En concreto, las siguientes líneas reflexionan en torno a la distribución de la vulnerabilidad (qué poblaciones son vulnerables y por qué), así como a las dimensiones de la gestión política de esa vulnerabilidad (quién se responsabiliza de esas vulnerabilidades y cómo).

De la lectura de esta noción a lo largo de los marcos discursivos de estos planes, resulta interesante rastrear, en primer lugar, los espacios de vulnerabilidad y no vulnerabilidad que construyen. ¿Qué dimensiones se visibilizan como constituyentes de la(s) vulnerabilidad(es) de las mujeres migrantes, y qué exclusiones provoca esta representación? Las necesidades que identifica (y en consecuencia las necesidades que excluye) el VPNI o los planes de migración son un buen ejemplo del papel de la “vulnerabilidad” en la construcción de la sujeta migrante. En el caso concreto del VPNI, el reconocimiento explícito a las discriminaciones múltiples a las que tienen que hacer frente algunas mujeres en forma de “vulnerabilidades específicas” en este plan no se acompaña de un reconocimiento de las vulnerabilidades específicas que también atañen a estas mujeres en el mercado de trabajo y en otros contextos. Es así que este plan habla del “reconocimiento de las vulnerabilidades múltiples y sus caracteres múltiples en políticas de inclusión” (p. 6).

Hablando sobre las medidas específicas, la única medida del VPNI dirigida a las mujeres migrantes se limita a la “promoción de la alfabetización y la capacitación de las mujeres inmigrantes y las mujeres de las comunidades gitanas” (medida 35, p. 8). En consecuencia, el marco discursivo que dibuja este plan sitúa a las mujeres migrantes como portantes de vulnerabilidades específicas, y, por ende, como targets específicos a quienes dirigir “políticas de inclusión específicas” (p. 6), pero no, sin embargo, como grupo concreto en el ámbito de las políticas de empleo. Las implicaciones políticas a las que alude Marcela Lagarde (1992) en torno a las características o etiquetados que, de forma implícita, llevan estos procesos de categorización no se pueden obviar, en la medida en que estas significaciones constituyen nuestra mirada al “otro” (etiquetando, marcando o estigmatizando) y reproduciendo escenarios de estigma y opresión. El discurso que se emite en este caso concreto, nos sitúa en los etiquetados sociales y los

significantes que, tal y como apunta Silvia López, reproducen las políticas públicas (2007): se da un reconocimiento de las vulnerabilidades de las mujeres migrantes desde la exclusión (pobres, indocumentadas, discriminadas) pero no desde la inclusión (trabajadoras, madres, portadoras de derechos). Se entiende a la mujer migrante, en tanto sujeto atravesado por diferentes ejes de desigualdad, como agente vulnerable y demandante de políticas de inclusión, pero no como agente preceptor de políticas no discriminatorias específicas en el seno, por ejemplo, del mercado laboral. Inclusivamente no se considera la interseccionalidad implícita en el racismo y sexismo institucional.

En segundo lugar, cabe preguntarse por dónde sitúan los planes esas vulnerabilidades o qué causas se identifican de las mismas. En este sentido, es de destacar la lectura que hace el I Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2007-2010, en torno a la naturaleza de las desigualdades específicas halladas en la intersección género-raza de las mujeres migrantes. Este plan reivindica medidas específicas para hacer frente a la “doble vulnerabilidad” que se deriva de las experiencias como mujer y como migrante. Si bien la alusión a esa doble vulnerabilidad supone un impulso interesante en torno a la interseccionalización de los discursos sobre igualdad, los elementos que el plan establece como causa a esa vulnerabilidad lo sitúan en lo que Rolandsen define como la creación del valor universal de la identidad cultural-secular europea (2008). En efecto, el avance que trae consigo la representación de las dobles vulnerabilidades se desvanece cuando se alega a elementos internos a la comunidad, en concreto, “la violencia doméstica y el rechazo de algunas tradiciones de su comunidad de origen” (p. 14) como causa principal de la condición de mujer migrante como dos veces vulnerable. En la misma línea, las medidas del II Plan para la Integración de los Inmigrantes, 2010-2013, aluden a la prevención y garantía de la protección en contextos de “violencia doméstica” en la población migrante (p. 40). Tal y como señala Verloo, en el fondo de estas representaciones parece persistir la idea de la emancipación de género como un valor nacional “para enfatizar la interioridad de otras culturas”, donde la emancipación de género parece obtenerse a través de la cultura autóctona (2013, p. 902).

Una vez más, los significantes y etiquetados sociales actúan con fuerza a la hora de victimizar a las mujeres migrantes y de subestimar

la capacidad de empoderamiento de las mismas, reforzando el estigma de la mujer migrante como “víctima de” la violencia de género o las costumbres discriminatorias en el seno de sus comunidades de origen, no vinculadas a las de destino. No obstante, como se ha demostrado a lo largo de estas reflexiones, las vulnerabilidades que enfrentan las mujeres migrantes en Portugal van más allá de las situaciones de desventaja y dominación que enfrentan, en algunos casos también, dentro de sus comunidades de origen. Tal y como apuntamos, las dificultades de acceso a los derechos básicos como la salud o al mercado de trabajo, y la indefensión a la que, en muchos casos, se hayan sometidas dada su situación de irregularidad se convierten en dimensiones de abordaje urgente para enfrentar las desigualdades que atraviesan las experiencias migratorias de estas mujeres.

Finalmente, en el contexto de las políticas analizadas el concepto de vulnerabilidad parece conectarse con una ausencia de agencia, en el sentido empoderador, de las mujeres migrantes, en tanto que se sitúan las instituciones públicas como garantes y promotoras de la capacidad para enfrentar a las diferentes desigualdades que las atraviesan, y sin considerar que muchas veces esa exclusión es causada por el propio Estado. En el caso concreto del I Plan para la Integración de los Inmigrantes 2007-2010, se alude al papel de los poderes públicos, por medio de las diversas herramientas jurídico-administrativas que ofrecen (viabilizar un título de residencia estable y garantía de una protección jurídica adecuada), para “estimular la autonomía y determinación” de estas mujeres (p. 14). Esta referencia denota un rol paternalista y protector que sitúa en los poderes públicos el empoderamiento de estas mujeres. En este sentido, cabe preguntarse por dónde se sitúa la agencia de las mujeres migrantes en situaciones de vulnerabilidad específicas y, en consecuencia, la relación entre el reconocimiento de sus vulnerabilidades pero también de su capacidad de agencia. En paralelo, la representación de la vulnerabilidad aparece ligada, en la mayoría de los casos, al término de la exclusión social. De este modo, resulta pertinente la reflexión en torno a la forma en que se menciona el empoderamiento en los planes, y sobre todo dónde se sitúa el desarrollo del mismo. Una noción crítica y agencial de este concepto (BATLIWALA, 1997), enfocado desde un punto de vista de la atribución de poder para cuestionar y cambiar los desequilibrios de

poder y las relaciones de desigualdad que atraviesan a estas mujeres, se hace necesaria en aras de formar una relación constructiva, y no más desempoderadora aún, entre vulnerabilidad y empoderamiento de este colectivo.

CONCLUSIONES

Las reflexiones que, a modo exploratorio, se presentaron, dejan sobre la mesa varias pistas interesantes para la reflexión de las desigualdades que enfrentan las mujeres inmigrantes en Portugal, y en el aire otras tantas cuestiones y preguntas abiertas a retomar.

En primer lugar, del análisis se constata la utilidad de la perspectiva interseccional para visibilizar desigualdades difícilmente abordables desde un punto de vista aislado o unitario de los ejes de desigualdad. En este sentido, la interseccionalidad se reafirma como una herramienta analítica en aras de integrar una perspectiva más holística e integral de las desigualdades, pero también como una herramienta estratégica a introducir en el marco de acción de las instituciones y las políticas. El caso portugués es un ejemplo, tal y como ocurre en el resto de los países de la Unión Europea, de los obstáculos de la introducción de este enfoque en las estrategias diseñadas para revertir desigualdades constituidas por diversos ejes. Situándonos en el posicionamiento concreto de las desigualdades que conforman la intersección entre el género, el origen racial, étnico y nacional, y la clase en el caso de las mujeres que han inmigrado a Portugal en las primeras décadas del siglo XXI, la interseccionalidad sigue apareciendo como una herramienta aún en desarrollo, con diversos límites y desafíos a los que enfrentar.

En efecto, el análisis inicial realizado de los planes constata el carácter aún incipiente de esta perspectiva en la agenda política portuguesa, donde la ausencia de un enfoque propiamente interseccional se suplente mediante una visión múltiple de las desigualdades. En cuanto a la introducción de la perspectiva interseccional se refiere, del aumento en la consideración de cada vez más ejes de desigualdad, así como

de la interacción de los diferentes organizadores de desigualdad que algunos planes identifican, se concluye una evolución positiva, en general, de los planes analizados. Insistimos, sin embargo, que hablamos de un enfoque con un desarrollo muy limitado y casi recién llegado a la *policy* portuguesa, por lo que lo importante es que no se quede estancado como un conjunto de ideas con buena voluntad.

Estas limitaciones se traducen en los vacíos o contradicciones que dejan muchos de los planes. En este sentido, se identifican varios límites entre el discurso que construyen sobre las desigualdades y las estrategias que se diseñan para revertirlas. En concreto, vemos que la introducción en el discurso sobre las desigualdades que enfrentan las mujeres migrantes no se corresponde con una serie de acciones y estrategias contundentes para hacerles frente. En paralelo, la fuerza de algunas iniciativas encaminadas a enfrentar de manera integral las desigualdades parece diluirse como consecuencia de un enfoque errado de las mismas. Así ocurre con las referencias a la articulación de los ministerios para introducir en sus acciones una perspectiva más global de las desigualdades. Esta acción ministerial conjunta parece una oportunidad perdida habida cuenta de que las referencias hacia las mujeres pertenecientes a los colectivos inmigrantes son inexistentes en los planes sectoriales diseñados. En cualquier caso, las experiencias de colaboración interministerial en casos de migración en Portugal, sobre todo en temas de integración y seguridad, es limitada.

Así pues, la convicción inicial mostrada en el avance conceptual y discursivo y que no se viabiliza en las acciones concretas llaman la atención a la importancia de incorporar a *policy-makers* feministas o con formación específica en la perspectiva de género y migraciones, con experiencia en políticas que consideren la interseccionalidad, para que no resulten solo en una inspiración sin consecuencias o en vacíos por desconocimiento de la articulación de las categorías interseccionales que marcan las experiencias de las mujeres migrantes. Todo ello por no hablar de la situación de las mujeres en situación irregular y la vulnerabilidad a la que están sometidas. Esta es una realidad que los planes no contemplan, una realidad que, en tanto no nombrada, no existe. Si los planes que reivindican la igualdad y la inclusión de los colectivos excluidos no consideran esta situación, parece entenderse que la población migrante con *status* irregular, y las mujeres que se hallan en esta condi-

ón en particular, no son preceptora/es de los derechos y libertades que emanan la condición de ciudadana/o en situación regular.

El marco normativo sobre las desigualdades que se teje a lo largo de los planes analizados, deja, además, varios conceptos que abren las puertas para la reflexión sobre la forma en que se entienden las desigualdades de las mujeres inmigrantes en Portugal y el discurso que construye esta comprensión. Las referencias hacia la especificidad o multiplicidad de las vulnerabilidades que atraviesan a estas mujeres se complementan mediante una mención constante a la transversalidad, tanto de la comprensión de sus desigualdades como de las acciones encaminadas para enfrentarlas. Sin embargo, el uso reiterado y muchas veces vago de este término reduce la potencialidad que a primera instancia podría tener este concepto, volviéndose una noción “multiusos” reiterada para nombrar generalidades que no acaban de materializarse en medidas concretas, y que dejan dudas sobre el real entendimiento de dichas desigualdades por parte del legislador o policy-maker. En consecuencia, parece ser necesario hablar de situaciones y elementos específicos que se correspondan con acciones y medidas específicas.

Por otro lado, la mención continuada en los planes a las vulnerabilidades que “sufren” o a las que “hacen frente” las mujeres inmigrantes hace cuestionar el discurso sobre las desigualdades que construyen. En efecto, la alusión a las problemáticas internas como causa de esas vulnerabilidades, así como la ausencia a un posicionamiento empoderador de las mujeres inmigrantes denotan un posicionamiento etnocentrista y paternalista en algunos de ellos. Teniendo en cuenta la influencia del discurso que establecen las políticas públicas en el “reparto” de las poblaciones vulnerables (¿quién es vulnerable y por qué?), y su papel a la hora de reproducir, en consecuencia, dinámicas de poder y desigualdad, estas observaciones abren dos puertas para reflexionar. En primer lugar, cabría reconsiderar y explorar nuevas estrategias para hablar de vulnerabilidad escapando de los discursos y visiones colonialistas y paternalistas. En segundo lugar, y habida cuenta de la relación de tensión que a veces conforma con el empoderamiento, cabría poner en cuestión también el propio uso del término para que los dos conceptos (vulnerabilidad y empoderamiento) puedan interactuar y compartir espacios de forma constructiva.

Finalmente, y aunque no mencionado a lo largo del análisis, cabe preguntarnos si la involución detectada en lo referente a la interseccionalidad género y migración (abarcando raza, etnia, origen y/o nacionalidad) no guarda alguna relación con la orientación político-ideológica de los gobiernos que sancionaron y concibieron las leyes, planes y programas, que aunque respondan a las tendencias de europeización en sus políticas, tienen capacidad suficiente para dejar marcas ideológicas asociadas a los principios y valores de los gobiernos que los producen. Si bien la literatura sobre las migraciones argumenta que Portugal se caracteriza por políticas friendly hacia las personas inmigrantes y que las mismas han sido respaldadas por gobiernos de diferentes convicciones ideológicas (Partido Socialista, y Coligaciones del Partido Social Demócrata y del Partido do Centro Democrático Social), un análisis más pormenorizado muestra que las políticas no son tan semejantes como se argumenta (SAMPAIO, 2017). La tendencia puede ser semejante en lo relativo a las políticas sobre género, aunque en la perspectiva de la interseccionalidad que considere ambas, es evidente que aún falta un camino a recorrer en aras de la concretización y operacionalización de medidas específicas para que la interseccionalidad no quede plasmada meramente en lo discursivo. En este sentido, migrantólogos/os y feministas deben trabajar en conjunto.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, M. *Pertenças fechadas em espaços abertos: estratégias de (re) construção identitária de mulheres muçulmanas em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007.

ALONSO, A. Institutionalizing intersectionality in Portugal: towards a multiple approach? *ECPR Joint Sessions of Workshop*, 11-19 Abril. Lisboa, Portugal, 2009.

ALONSO, A. A introdução da interseccionalidade em Portugal: repensar as políticas de igualdade(s). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90, p. 25-43, 2010.

ALONSO, A.; FERNANDES, I. N. *Report analysing intersectionality in gender equality policies for Portugal and the EU*. Viena: Institute for Human Sciences (IWM), 2008.

ANTHIAS, F. Transnational mobilities, migration research and intersectionality. Towards a translocational frame. *Nordic Journal of Migration Research*, v. 2, n. 2, p. 102-110, 2012.

ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, p. 722-745, 2007.

BACCHI, C. L. *Women, policy and politics: the construction of policy problems*. London: Sage, 1999.

BASTIA, T. Intersectionality, migration and development. *Progress in Development Studies*, v. 14, n. 3, p. 237-248, 2014.

BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L. C. (Eds.). *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

BOYD, M. Push factors resulting in the decision for women to migrate. In: UNFPA/IOM (Orgs.). *Female migrants: bridging the gaps throughout the life cycle*. New York: UNFPA/IOM, 2006. p. 29-38.

BRAH, A.; PHOENIX, A. Ain't I a woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, v. 5, n. 3, p. 75-86, 2004.

COLE, E. R. Coalitions as a model for intersectionality: from practice to theory. *Sex Roles*, n. 59, p. 443-453, 2008.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Boston: Unwin Hyman, 1990.

COMISIÓN EUROPEA. *Gender inequalities in the risks of poverty and social exclusion for disadvantaged groups in thirty European countries*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2006.

CORREIA, C.; NEVES, S. Ser brasileira em Portugal: uma abordagem às representações, preconceitos e estereótipos sociais. In: OLIVEIRA, V; LAURI, E.; AMARAL, J. (Orgs.). *Migração: múltiplos olhares*. São Carlos: Pedro & João Editores/Editora da Unir-Edufro, 2011. p. 157-185.

CRENSHAW, K. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum, 1989.

CRUELLES, M. *La interseccionalidad política: tipos y factores de entrada en la agenda política, jurídica y de los movimientos sociales*. Tesis doctoral. 2015.

CURRAN, S. R.; SHAFER, S.; DONATO, K. M.; GARIP, F. Mapping gender and migration in sociological scholarship: is it segregation or integration? *International Migration Review*, v. 40, n. 1, p. 199-223, 2006.

DIAS, S.; ROCHA, C.; HORTA, R. *Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras: um estudo qualitativo*. Lisboa: ACIDI, 2009.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PROTECÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL, 2008-2010. Disponible en: <<http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Nova%20vaga/estrategia%20nacional%20inclusao%20social%202008%202010.pdf>>. [Última consulta: 2/7/2017].

EUROSTAT. *Indicators of Immigrant Integration: a pilot study*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011.

GONÇALVES, M.; FIGUEIREDO, A. Mulheres imigrantes em Portugal e o mercado de trabalho: diferentes percursos, inserções laborais semelhantes. In: SOS Racismo (Org.). *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo, 2005. p. 63-84.

HANCOCK, A. M. When multiplication doesn't equal quick addition: examining intersectionality as a research paradigm. *Perspectives on Politics*, n. 5, p. 63-78, 2007.

HANKIVSKY, O.; CORMIER, R. Intersectionality and public policy: some lessons from existing models. *Political Research Quarterly*, v. 64, n. 1, p. 217-229, 2011.

KING, R.; ZONTINI, E. The role of gender in the South European immigration model. *Papers*, n. 60, p. 35-52, 2000.

KOFMAN, E. *Gendered migrations: livelihoods and entitlements in European welfare regimes*. UNRISD, 2005.

LAGARDE, M. *Identidad y subjetividad femenina*. Managua, Nicaragua: Puntos de Encuentro, 1992.

LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, p. 805-821, 2007.

LOMBARDO, E.; BUSTELO, M. The political treatment of inequalities in Europe: a comparative analysis of Italy, Portugal and Spain. *11ta Conferencia ECPR, 10-12 Septiembre*. Potsdam, 2009.

LOMBARDO, E.; VERLOO, M. Institutionalizing intersectionality in the European Union? *International Feminist Journal of Politics*, 2009, p. 478-495.

- LOPES, L. *Gravidez e seropositividade em mulheres imigrantes na região de Lisboa*. Lisboa: ACIDI, 2007.
- LÓPEZ, S. La comprensión de los problemas públicos como artefactos sociales. Aportaciones del análisis de marcos interpretativos. *VIII Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración. Política para un mundo en cambio*. Valencia, 2007.
- MAGLIANO, M. J. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, p. 691-712, 2015.
- MAIA, M. A. Mapping of policies affecting female migrants and policy analysis: the Portuguese case. *Working Paper*, n. 5, 2006.
- MALHEIROS, J.; PADILLA, B.; RODRIGUES, F. *Imigrantes empreendedoras*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.
- MANUEL, H. *Conhecimentos, atitudes e práticas sobre planeamento familiar de mulheres timorenses residentes em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007.
- MANUEL, T. Envisioning the possibilities for a good life: exploring the public policy implications of intersectionality theory. *Journal of Women, Politics and Policy*, n. 28, p. 173-203, 2006.
- MASANET, E.; PADILLA, B.; ORTIZ, A.; HERNÁNDEZ-PLAZA, S.; RODRIGUES, E. Barreiras socioeconómicas no acesso à saúde materno-infantil das mulheres migrantes na área metropolitana de Lisboa. *CICS-Publicações*, 2016.
- MATSUDA, M. J. Beside my sister, facing the enemy: legal theory out of coalition. *Stanford Law Review*, n. 43, p. 1183-1192, 1991.
- MIRANDA, J. *Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projetos de vida*. Lisboa: ACIDI, 2009.
- MONTEIRO, I. *Ser mãe hindu: práticas e rituais relativos à maternidade e aos cuidados à criança na cultura hindu em contexto de imigração*. Lisboa: ACIDI, 2007.
- MORENO-FONTES CHAMMARTIN, G. Female migrant workers in an era of globalization. In: *Female migrants: bridging the gaps throughout the life cycle*. Selected Papers of the UNFPA-IOM Expert Group Meeting. New York: UN, 2006.
- NASH, J. C. Re-thinking intersectionality. *Feminist Review*, n. 89, p. 1-15, 2008.
- NEVES, A. S.; NOGUEIRA, M. da C.; TOPA, J.; SILVA, E. Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de gênero. *Estudos de Psicologia*, v. 33, n. 4, p. 723-733, 2016.

PADILLA, B. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise. In: MACAÍSTA MALHEIROS, J. *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007. p. 113-134.

PADILLA, B. O Empreendedorismo desde uma perspectiva de género: uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal. *Migrações*, n. 3, p. 191-215, 2008.

PADILLA, B.; FRANÇA, T. Migration policies: institutional frameworks, development and evolution in Portugal. *Cross-cultural Comparative Cultural Studies: European and Latin American Perspectives*, n. 1, p. 37-52, 2016.

PADILLA, B.; HERNÁNDEZ-PLAZA, S.; ORTIZ, A. Avaliando as boas práticas em saúde e migrações em Portugal: teoria, prática e política. *Forum Sociológico*, Série II, n. 22, p. 33-41, 2012.

PADILLA, B.; MASANET, E.; HERNÁNDEZ-PLAZA, S.; ORTIZ, A. Impacto de la crisis en las políticas y prácticas de salud en Portugal: una mirada a la salud materno-infantil y reproductiva considerando la diversidad cultural durante la Troika. In: GERVASI, F. (Org.). *Diversidades: perspectivas multidisciplinares para el estudio de la interculturalidad y el desarrollo social*. Saltillo: Universidad Autónoma de Coahuila Editorial, México, 2016. p. 9-37.

PADILLA, B.; ORTIZ, A. Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanço e desafios. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 39, n. 20, p. 159-184, 2012.

PÉREZ-OROZCO, A.; PAIEWONSKY, D.; GARCÍA M. *Cruzando fronteras II: migración y desarrollo*. Santo Domingo: UN-INSTRAW, 2008.

PLANO ESTRATÉGICO PARA AS MIGRAÇÕES, 2015-2020. Diário da República, 1ª série, n. 56, 20 de Março de 2015. Disponível em: <http://www.acm.gov.pt/documents/10181/42225/PlanoEstrat%C3%A9gico%20para%20as%20Migra%C3%A7%C3%B5es%20PEM%29_RCM.pdf/b6375f51-53e2-4d88-9783-81cf1c7bb91c>. [Última consulta: 2/7/2017].

PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE, CIDADANIA E GÉNERO (III), 2007-2010. Diário da República, 1ª série, n. 119, 22 de Junho de 2007. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/III_Plano_Nacional_Igualdade_Cidadania_Genero.pdf>. [Última consulta: 2/7/2017].

PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO-DISCRIMINAÇÃO (IV), 2011-2013. Diário da República, 1ª série. n. 12, 13 de Enero de 2011. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/02/2011_5_RCM.pdf>. [Última consulta: 2/7/2017].

PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO-DISCRIMINAÇÃO (V), 2014 -2017. Diário da República, 1ª série, n. 253, 31 de Diciembre de 2013. Disponible en: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_IGUALD_GENERO.pdf>. [Última consulta: 2/7/2017].

PLANO PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES (I), 2007-2010. Diário da República, 1ª série, n. 63, 3 de Mayo de 2007. Disponible en: <http://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PII_2007_pt.pdf/f9ffc855-fae3-4acb-8ddb-3d00b6af0635>. [Última consulta: 2/7/2017].

PLANO PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES (II), 2010-2013. Diário da República, 1ª série, n. 1826, 17 de Septiembre de 2010. Disponible en: <http://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PII_2010_2013_pt.pdf/32306f2f-555f-420d-af33-e5375a46cefd>. [Última consulta: 2/7/2017].

PLATERO, R. *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Barcelona: Bellaterra, 2012.

ROLANSEN AGUSTIN, L. Civil society participation in EU gender policy-making: framing strategies and institutional constraints. *Parliamentary Affairs*, v. 3, n. 61, p. 505-517, 2008.

SAMPAIO, V. *Os processos de regularização de imigrantes realizados em Portugal: que avaliação?* Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017.

SANTOS, C. *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa*. Análise do ano 2003. Lisboa: ACIDI, 2007.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. 2012. Disponible en: <<http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>>. [Última consulta: 2/7/2017].

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. 2015. Disponible en: <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2015.pdf>. [Última consulta: 2/7/2017].

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. 2016. Disponible en: <<http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf>>. [Última consulta: 25/7/2017].

SILVA, E.; NOGUEIRA, C.; NEVES, S. (Re)conciliação dos usos do tempo: imigração, gênero e trabalho-família. *Revista Psico*, v. 41, n. 4, p. 456-462, 2010.

SQUIRES, J. Diversity mainstreaming: dépasser les approches technocratiques et d'addition des inégalités. *Cahiers du Genre*, 2008, p. 73-94.

TOPA, J.; NOGUEIRA, C.; NEVES, S. Inclusão/exclusão das mulheres imigrantes na saúde em Portugal: reflexão à luz do feminismo crítico. *Revista Psico*, v. 41, n. 4, p. 366-373, 2010.

URBANEK, D. *Towards a processual intersectional policy analysis*. Unpublished report for Quality in Gender & Equality Policies. 2009. <http://www.quing.eu/files/2009/inter_urbanek.doc> (accessed December 15, 2009).

VERLOO, M. Intersectional and cross-movement politics and policies: reflections on current practices and debates. *Signs*, v. 38, n. 4, p. 893-915, 2013.

VERLOO, M.; MEIER, P.; LAUWERS, S.; MARTENS, S. Putting intersectionality into practice in different configurations of equality architecture: Belgium and the Netherlands. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 19, n. 4, p. 513-538, 2012.

WALL, K.; NUNES, C.; MATIAS, A. R. *Immigrant women in Portugal: migration trajectories, main problems and policies*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005.

YAU, J. "Promise and prospects of the UN's convention on migrant workers". Migration Information Source, 2005. Disponível em: <<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=288>>. [Última consulta: 3/7/2017].

YOUNG, I. M. Polity and group of difference: a critique of the ideal of universal citizenship. *Ethics*, n. 99, p. 250-274, 1989.

YUVAL-DAVIS, N. Intersectionality and feminist politics. *European Journal of Women's Studies*, v. 3, n. 13, p. 193-209, 2006.



NARRATIVAS ENTRE FRONTEIRAS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES CRICIUMENSES NOS ESTADOS UNIDOS

*Emerson César de Campos
Michele Gonçalves Cardoso*

A suposta fluidez da sociedade contemporânea, fundamentada no discurso da sociedade globalizada, a qual promove a comunicação em tempo real entre pessoas de distintos países, incentiva transações comerciais que dispensam dinheiro físico – utilizando até mesmo moeda virtual como o *bitcoin*; estimula a criação de redes de transporte cada vez mais rápidas e integradas; fomenta a necessidade de aprender outros idiomas, entre tantos outros possíveis exemplos de integração e de fluidez, que nos permitem criar um imaginário de que nossa sociedade não possui fronteiras limitadoras e que todos usufruem dessa fluidez. Entretanto, enquanto mercadorias e negócios se deslocam com certa facilidade, o mesmo não ocorre com a mobilidade humana. Pode parecer contraditório, mas, na mesma velocidade em que se criam ações de estreitamento entre as diversas partes do globo, também se constroem muros físicos e simbólicos, os quais impedem o trânsito de milhares de pessoas entre as fronteiras nacionais.

Isto posto, é de fundamental importância compreendermos os processos migratórios no tempo presente, observando as especificidades desses fluxos e a complexidade do “ser migrante” na sociedade globalizada. Intentando analisar esses deslocamentos, é necessário conhecermos as principais motivações dos diferentes fluxos migratórios, observando, ainda, as redes de solidariedade que são tecidas e os fatores que levaram à escolha do local de destino. De igual modo, salientamos a necessidade de se observar os impactos econômicos gerados pela saída do migrante de sua cidade de origem, como também sua inserção no mercado de trabalho no destino migratório, e, ainda, em alguns casos, o impacto das remessas enviadas aos familiares que não migraram e encontram-se na cidade de origem.

Ajustando um pouco mais a lente de observação, importante compreendermos, também, as motivações pessoais que estimulam a migração, percebendo os sonhos que são projetados, as frustrações, a ansia por aventurar-se em outros lugares e a esperança pela busca de uma vida melhor. Os aspectos levantados nos possibilitam observar os fluxos migratórios para além de dados estatísticos, entendendo cada indivíduo como um ser único, mas que está inserido em uma complexa rede, que envolve também seus familiares. Nesse sentido, as relações familiares e suas reconfigurações apontam para a necessidade de observar esses processos nas dimensões psicoafetivas, nas relações de gênero, como também analisando classe e etnia, pois todos esses elementos atravessam esses fluxos.

Atentando à complexidade desses fluxos, ouvir as narrativas sobre os deslocamentos dos migrantes contemporâneos tornou-se fundamental para a análise desses processos no tempo presente. A metodologia da história oral contribui para a visibilidade de indivíduos que em muitos casos não estão registrados em documentos oficiais. A condição de indocumentados, por exemplo, dificulta não somente o acesso a bens e serviços, mas também o conhecimento e o registro das narrativas pessoais, o que invisibiliza o migrante. Para além da visibilidade estatística, independente da documentação portada pelo migrante, a fonte oral torna-se uma metodologia privilegiada para os estudos migratórios, contribuindo para o registro dos acontecimentos e da subjetividade dos protagonistas, documentando os eventos, as emoções e as percepções particulares que não são registradas nos documentos públicos (PAGNOTTA, 2010, p. 17).

E foi privilegiando a metodologia da história oral que nos propusemos a analisar os fluxos migratórios estabelecidos entre a cidade de Criciúma, localizada no sul catarinense, e os Estados Unidos. O presente trabalho é um excerto da dissertação de mestrado intitulada *De volta para a casa: a inserção dos retornados à cidade de Criciúma* SC (1999-2009), defendida em 2011.¹ Durante essa pesquisa, realizamos 20 entrevistas, todas feitas na cidade de Criciúma, gravadas em áudio e transcritas.

Desse número, a maioria dos entrevistados era de retornados de experiências migratórias. Outros depoentes eram familiares de imigrantes – indivíduos que não saíram da cidade, mas que se tornaram imprescindíveis para a concretização do projeto migratório. Ouvimos, ainda, sujeitos envolvidos com instituições de auxílio aos migrantes, além de empresários diretamente relacionados com os investimentos desses sujeitos. Esses/as entrevistados/as estiveram imersos nos fluxos migratórios entre os anos finais da década de 1990 e o início dos anos 2000, período em que Criciúma se projetava nacionalmente pela expressividade do número de migrantes direcionados tanto aos Estados Unidos quanto para a Europa.

Especificamente para este trabalho, selecionamos quatro narrativas de mulheres cricumenses: Monica Santos, Gladis Sarvalaio, Edna Espíndola e Márcia Machado da Silva.² Ao destacar essas quatro trajetórias, objetivamos dar visibilidade para a participação das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos, já que, por muito tempo, a presença dessas mulheres foi invisibilizada, não por conta de sua representatividade numérica, mas pelo enfoque teórico, que não analisava as questões de gênero e étnicas como objeto de estudo (ASSIS, 2011, p. 47).

Ao investigar essas trajetórias, pretendemos destacar especialmente dois elementos: a inserção no mercado de trabalho estadunidense e o processo de retorno para a cidade natal. No período de realização das entrevistas, muitos cricumenses estavam retornando de

¹ Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, orientada pelo professor Dr. Emerson César de Campos.

² Adotamos pseudônimos para as entrevistadas, exceto no caso de Gladis Sarvalaio e Edna Espíndola. No período da entrevista, Gladis estava vinculada à Casa do Migrante Catarinense, tendo, em vista disso, solicitado a manutenção de seu nome, pois representava a instituição.

suas experiências migratórias, principalmente aqueles que haviam migrado para os Estados Unidos.

Tal processo de retorno gerou diversos impactos na cidade, especialmente econômicos. Para além do crescimento da construção civil e da ampliação na prestação de serviços, objetivamos perceber como o retorno promoveu estranhamentos e inquietudes ao/à retornado/a. Para as mulheres, por sua vez, esse processo costuma ser ainda mais complexo, visto que, no contexto migratório, muitas conseguiram sua autonomia, não somente financeira, mas também nas relações que estabeleciam com familiares e amigos. Desse modo, o retorno pode ser comparado com uma nova migração, o que impõe um novo processo de adaptação e de renegociação.

MULHERES CRICIUMENSES E O MERCADO DE TRABALHO

A cidade de Criciúma, localizada no sul catarinense, recebeu, em fins do século XIX, diversas levas de imigrantes europeus, especialmente italianos, alemães e poloneses. Inicialmente, a agricultura de subsistência e as trocas comerciais eram as principais características econômicas da pequena cidade. Contudo, no início do século XX, a efetiva extração do carvão mineral transformou drasticamente o município e a região.

A atividade carbonífera provocou um *boom* populacional, em que muitos trabalhadores do litoral ou de outras regiões de Santa Catarina, como também de outros estados, partiram para o sul catarinense em busca do “Eldorado”. Durante as duas guerras mundiais, o setor conheceu seu apogeu, empregando direta e indiretamente milhares de trabalhadores/as, transformando a dinâmica urbana, social e cultural da cidade.

No entanto, o setor era bastante instável, necessitando de subsídios por parte do governo. Em meados da década de 1980, a atividade atingiu a maior produção da história da indústria carbonífera catarinense, com 19 milhões de toneladas, período em que empregava

15 mil trabalhadores (CAROLA, 2002, p. 23). A partir de 1985, no entanto, a redução de subsídios e a compra de carvão importado geraram uma das maiores crises do setor, ainda mais agravada durante o governo de Fernando Collor de Mello.

A decadência da extração carbonífera gerou milhares de desempregados, situação que, aliada ao contexto nacional de extrema instabilidade, motivou muitos criciumenses a buscarem melhores condições de vida em outros países. Para os descendentes de imigrantes, a possibilidade de acessar a dupla cidadania europeia tornou-se mais um incentivo para transpor as fronteiras. Assim, em meados da década de 1990, Criciúma despontava no *ranking* das dez cidades brasileiras com maior número de emigrantes nos Estados Unidos³ (MARTES, 1999, p. 56), consolidando redes e difundindo “o sonho americano”.

Em busca da realização desse sonho, os/as criciumenses partiram para o país de destino – na maioria das vezes, sem dominar o idioma –, com o objetivo de se inserir no mercado de trabalho com a maior rapidez possível, já que alguns acabavam por contrair dívidas para pagar as despesas da viagem, ou, ainda, tinham a obrigatoriedade de fazer remessas para os familiares que ficavam no Brasil.

De modo geral, os brasileiros em mobilidade não exercem, nos Estados Unidos, as atividades que desempenhavam no país de origem. Geralmente, os/as imigrantes executam trabalhos relacionados aos setores de limpeza, de alimentação ou de construção civil – atividades que possivelmente não desempenhariam no Brasil. No contexto migratório, essas funções são ressignificadas, pois, deixar de ser professor, estudante ou comerciante para tornar-se garçom, lavador de pratos ou faxineira, por exemplo, acarreta perda do *status* ocupacional, ao passo que promove outras compensações (MARTES, 1999, p. 26). O ganho salarial torna-se uma das principais compensações.

Inseridos no mercado de trabalho, os/as imigrantes geralmente realizam o chamado *part time*, em que trabalham em dois ou até mesmo três empregos em períodos diferentes do dia. Apesar das dificuldades advindas principalmente por conta do idioma, os brasileiros vão trocando informações sobre locais e possibilidades de emprego.

³ Segundo a autora, as dez cidades seriam: Governador Valadares, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Ipatinga, Vitória, Goiânia, Anápolis, Brasília e Criciúma.

A condição de indocumentado não se constituía empecilho para a inserção no mercado de trabalho, pois era prática comum de muitos imigrantes a aquisição de um Social Security Card falsificado, principal documento de identificação estadunidense e o único exigido no ato de contratação (SCUDELER, 1999, p. 224).

Essas estratégias em relação ao mercado de trabalho também fazem parte da rotina dos criciumenses. Quando abordados sobre os trabalhos executados nos Estados Unidos, esses migrantes iniciavam sua fala sempre do mesmo modo: *eu comecei como todo mundo começa...* e como todo mundo começa? Podemos visualizar as relações de trabalho dos imigrantes como uma escalada profissional. O recém-chegado inicia suas atividades pelos primeiros “degraus”: limpeza de hotéis, asilos de idosos, hospitais, ou ainda como lavador de pratos ou ajudante de faxina.

Esses empregos normalmente servem de trampolim para outros mais reconhecidos e melhor remunerados, como o setor da construção civil e a faxina doméstica, sobretudo quando há a intenção de se tornarem proprietários de um *business* (companhia de limpeza). Essa mobilidade pode ser entendida como “invertida se pensarmos em prestígio, mas não se pensarmos em remuneração, o que demonstra que os brasileiros adotam critérios diferentes nas duas sociedades” (MARTES, 1999, p. 104).

Para exemplificar esse processo de inserção no mercado de trabalho, podemos acompanhar a trajetória de Edna Espíndola.⁴ No início dos anos de 1990, a criciumense estava com dificuldades para pagar a faculdade de Engenharia de Agrimensura. Ao estabelecer contato com pessoas que haviam retornado de uma experiência migratória, a jovem, de então 19 anos, decidiu migrar para a Suíça, com o objetivo de trabalhar na colheita de uvas. Ao embarcar no avião, na cidade do Rio de Janeiro, percebeu que havia um grupo de mais de trinta criciumenses migrando também para a Suíça; pessoas que ela não conhecia antes do embarque. Ao chegar ao país de destino, Edna alterou os planos iniciais e foi em busca de outras oportunidades. Passou a trabalhar como babá e ingressou na universidade com o propósito de estudar Francês.

⁴ ESPÍNDOLA, Edna. Entrevista concedida a Michele Gonçalves Cardoso. Criciúma, 30 de março de 2010.

Ao concluir seus estudos, não conseguiu meios de se legalizar na Suíça e decidiu voltar ao Brasil: “voltei pro Brasil, mas a adaptação não aconteceu. Foi assim, foram conflitos e interrogações e falta de apego, de contato, porque saí com 19 anos né (...) e aí voltei não encontrei mais ninguém” (ESPÍNDOLA, 30/3/2010). As dificuldades de adaptação incentivaram uma nova imigração. Um dos colegas que havia migrado para a Suíça já estava morando nos Estados Unidos, e, por meio desse contato, Edna decidiu partir para aquele país em 1994.

Nos Estados Unidos, Espíndola casou com um criciumense e teve duas filhas. Durante o período migratório, trabalhou a maior parte do tempo numa rede de cafeterias. Contudo, por conta de doenças na família, decidiu voltar para Criciúma para estar mais próxima dos pais e também dos sogros, retornando em 2007.

Em sua permanência nos Estados Unidos, Edna se estabilizou numa cafeteria; no entanto, concomitante ao trabalho, buscou fazer cursos em universidades, especialmente cursos de formação empresarial, que possibilitaram que ela se estabelecesse no cargo de gerente comercial e de treinamento. Além dos estudos na área específica, a fluência do idioma certamente foi um importante elemento para sua integração na sociedade e também para sua mobilidade na empresa.

Assim como Edna, a criciumense Gladis Sarvalaio⁵ acessou diferentes níveis da carreira profissional durante sua experiência migratória. Assim que chegou aos Estados Unidos, começou a trabalhar como entregadora de jornais em um período e, no outro, como faxineira na empresa Polaróide. Em seguida, foi admitida no Dunkin’ Donuts, primeiro como responsável pela limpeza da cozinha, posteriormente assumindo como caixa, e, por último, tornou-se *manager* (gerente). Nesse período, percebeu a necessidade de aperfeiçoar seu inglês.

Aí eu aprendi o inglês. Era o inglês básico. Eu falava milhões de vezes a mesma palavra na frente do espelho, tá. Eu decorava textos dos livros pra poder conversar com o cliente, por que eu não sabia. E uma outra situação engraçada é que eu não sabia os números né? E quando eles perguntavam *How much* Eu sabia que tava perguntando o preço né? Então eu apontava

⁵ SARVALAIO, Gladis. Entrevista concedida a Michele Gonçalves Cardoso. Criciúma, 9 de abril de 2010.

pra máquina. Como quem dizia: “Oh, tá ali”. Então as pessoas viam e acabavam me pagando. Mais isso pouco tempo, pois com a convivência eu fui aprendendo. (SARVALAIO, 9/4/2010)

No ponto alto de sua escalada profissional na cafeteria, Sarvalaio recebeu uma proposta de trabalho numa empresa que promovia eventos. O novo emprego possibilitou diversas viagens pelo país, ampliando seus conhecimentos. Entretanto, após um período exercendo essa função, Gladis decidiu retornar para Criciúma. Ao chegar ao Brasil, a criciumense encontrou muitas dificuldades de adaptação e, após seis meses na cidade, decidiu regressar para os Estados Unidos. Buscou a empresa em que trabalhava, porém sua vaga já havia sido ocupada. Desempregada, Gladis teria que iniciar sua escalada profissional novamente. Nessa nova fase, dominando o idioma e conhecendo importantes características do país, ela decidiu montar uma companhia de limpeza.

A faxina doméstica normalmente está presente em duas fases opostas da trajetória dos migrantes. Ela pode ser realizada na fase inicial ou quando conseguem certa estabilidade financeira, podendo montar sua própria companhia de limpeza. Vale ressaltar que esses empreendimentos têm como proprietárias, na maioria das vezes, mulheres migrantes.

De acordo com o que destaca Assis,

As mulheres que migram para os Estados Unidos têm na faxina um trabalho que pode lhes garantir a realização do projeto de “Fazer a América” e os homens, quando trabalham na faxina doméstica, o fazem na maioria das vezes subordinados a uma mulher. Elas são a “boss” – determinam o trabalho, o que limpar, como fazer o serviço e o preço e os homens obedecem sem questionar. (ASSIS, 2011, p. 310)

A criciumense Márcia Machado da Silva,⁶ por sua vez, que migrou para os Estados Unidos em 2004, experimentou diferentes fases da faxina doméstica:

⁶ SILVA, Márcia Machado da. Entrevista concedida a Michele Gonçalves Cardoso. Criciúma, 18 de junho de 2010.

Eu trabalhava de *housecleaner* que é limpar casa, eu limpava a casa de um brasileiro, um casal, depois eu fui limpar a casa de uma brasileira. Trabalha-va durante a semana de segunda a sexta, segunda a sábado limpando casa, aí nos domingos eu trabalhava no *Dunkin Donuts*. [...] Em Atlanta também quando eu fui eu comecei a trabalhar num restaurante, depois do restauran-te eu trabalhei limpando casa pra uma brasileira também porque lá é assim limpar a casa é [...] não é igual aqui é tipo aqui diarista sabe. Só que assim, tu chega, tu passa o aspirador, tu tira o pó, tu lava o banheiro não igual a gente lava aqui que joga água, lá limpar o banheiro é limpo só com [...] papel assim com produto né e depois limpa a cozinha. Se tem louça tu não lava, o fogão tu limpa o fogão, a louça tu bota dentro de uma máquina de lavar ou de repente tu limpa a pia e deixa a louça suja ali, né então é bem diferente. [...] Às vezes é tudo coisa extra (trabalho extra) de repente elas te pedem né pra ti trocar a roupa de cama pra ti botá a roupa pra lavá, pra botá a roupa pra secar, porque lá é máquina de lavá, máquina de secar, não se vê um varal igual aqui, não se estende roupa porque não se tem tempo né. [...] E aí depois eu comecei a trabalhar também de *housecleaner* limpando casa com uma bra-sileira, aí depois eu comprei um *schedules* de casas. *Schedules* é uma assim um tanto de casa que tu compra e aí é tua tu paga 5 mil dólares, 10 mil dólares [...] eu comprei de outra pessoa. Aí eu vou lá nas casas faço a entrevista com a pessoa e digo: oh ela tá indo pro Brasil eu vou ficar no lugar dela e daí eu assumo a responsabilidade ou de repente alguma americana me liga que quer uma entrevista pra mim ver a casa dela eu marco uma entrevista vou lá e digo: oh eu limpo isso, isso, e isso é tanto, ela diz: ah ok! Às vezes tem trabalhos extra que às vezes eles querem limpar o vidro ou eles querem que dobrem uma roupa, isso aí assim aí a gente sempre cobrava mais. Aí começou eu, comecei sozinha depois começou eu com uma amiga depois eu botei uma menina pra me ajudar aí nós duas trabalhava assim junta porque tu tem que limpar assim mais ou menos duas três casas no dia às vezes até quatro às vezes tem apartamentos pequenos, e às vezes a gente limpava até quatro casas. Mas assim, não é como a limpeza daqui porque aqui se a gente for limpar a casa da gente que seja um apartamento vai o dia todo e se tu lá tu limpar o dia todo tu não ganha dinheiro. (SILVA, 18/6/2010)

O projeto migratório de Márcia demonstra claramente as dife-rentes etapas do ramo da faxina doméstica. Nesse relato, a criciumen-se enfatiza o início das atividades e o contato com outras brasileiras que desenvolviam a função, mas também busca destacar a relação com os patrões e o processo de 'aquisição' das casas, ou seja, a venda dos compromissos firmados com as proprietárias das residências para rea-lizarem faxinas de outras/os migrantes.

Em sua fala, ainda podemos perceber a diferenciação entre as faxinas realizadas no Brasil e nos Estados Unidos. Essa distinção entre as atividades é um elemento bastante recorrente entre os/as migrantes, legitimando um *status* diferenciado para a faxina realizada no país de destino. O uso de equipamentos eletrônicos, produtos de limpeza e, ainda, a autonomia em relação ao empregador/a para executar as ações são as principais nuances destacadas nesse processo de diferenciação. É importante reforçar que a faxina adquire um caráter de negócio, já que o trabalho é considerado bem remunerado e, por ser autônomo, confere às mulheres certo prestígio e autonomia na comunidade brasileira – *status* bastante diferenciado do da faxina no Brasil (ASSIS, 2011, p. 291).

Essa preocupação com relação ao *status* profissional é comum aos imigrantes. Muitos buscam evidenciar as diferenças entre uma mesma atividade quando executada no Brasil e nos Estados Unidos. Ao argumentar sobre as especificidades da faxina, acabam reverberando a ideia de que uma função pouco prestigiada na terra natal pode ser bastante valorizada e muito bem remunerada no país de destino. As experiências das criciumenses citadas nos permitem perceber que a faxina doméstica foi fundamental para a manutenção do projeto migratório. Entretanto, o objetivo final desses projetos era retornar à cidade natal, vivenciando uma nova adaptação e algumas renegociações.

O RETORNO E SEUS ESTRANHAMENTOS

Ao sair do país, os/as migrantes criam objetivos que devem ser alcançados com o projeto migratório. Estes podem estar relacionados à aquisição de bens, ao pagamento de dívidas, ou mesmo a um determinado prazo estabelecido previamente.

Porém, as dificuldades, assim como as necessidades daqueles que ficam no Brasil, alteram as previsões de retorno, que é pensado em família, cujos planejamentos normalmente estão associados a eventos vitais, tais como a velhice, a aposentadoria ou a criação dos fi-

lhos (SALES, 1999, p. 132). Podemos inferir que as dúvidas que giram em torno da duração da experiência migratória mantêm esse fenômeno com características provisórias. Neste sentido, Sayad ressalta que:

Um das características fundamentais do fenômeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade. Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade. (1998, p. 45)

Além das implicações pessoais, o retorno também está associado ao cotidiano do país de destino e do de origem. Por exemplo, após os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, muitos migrantes repensaram seu projeto migratório, já que esse episódio disseminou um sentimento de insegurança sobre o país. O 11 de Setembro também desencadeou um maior controle nas fronteiras e na emissão de vistos, assim como uma “caça às bruxas” contra os imigrantes indocumentados.

Essa relação com o país de destino piorou ainda mais com a crise econômica de 2007, que desestabilizou o mercado imobiliário estadunidense (ASSIS & CAMPOS, 2009, p. 93). Sobre esse período, Monica Santos,⁷ que migrou em 2004 e retornou em 2008, relata:

Os Estados Unidos já não era aquela potência né [se refere ao período em que migrou, meados de 2004] depois também veio a crise, então já não ficou tão bom de adquirir né, dinheiro e guardar o dinheiro, porque a vida lá é também muito cara, a gente tem gastos lá que o aluguel é muito caro, todas as despesas né são muito pesadas. Então hoje em dia até quando eu vim também [...] todos os brasileiros já tão sentido bastante a dificuldade de dinheiro de até não sobrar, de faltar lá. Então por isso acho, acredito que muita gente tá vindo embora também por esse motivo, não tá mais conseguindo suportar lá né, então é mais fácil vir embora. (SANTOS, 26/3/2010)

⁷ SANTOS, Mônica. Entrevista concedida a Michele Gonçalves Cardoso. Criciúma, 26 de março de 2010. Mônica migrou em 2004, retornando à cidade no final de 2008. Decidiu aproveitar a experiência com a língua inglesa e cursar Letras/Inglês - ainda estava em curso quando foi entrevistada - com o objetivo de lecionar nas escolas de idioma da região.

Após esses acontecimentos, muitos migrantes ficaram receosos com sua situação no país (principalmente os indocumentados), mas também preocupados com a condição de vida nos Estados Unidos, a qual foi abalada tanto na segurança quanto na economia. Juntamente com a situação vivenciada no país de destino, também havia uma motivação com relação ao Brasil, que despontava economicamente no início dos anos 2000.

Desta forma, ao analisar as questões particulares e também a conjuntura na qual está envolvido, o migrante, quando decide pelo retorno, está finalizando uma etapa, concluindo um processo que, muitas vezes, acabou durando mais do que o esperado, ou menos do que o desejado. Mesmo voltando para um lugar conhecido, retornar é mudar novamente.

A decisão por essa nova mudança “implica uma agitação constante e isso remete ao tema da identidade de quem volta que, por sua vez, tem a memória em constante ebulição, fomentando juízos de valor sobre a experiência como um todo” (MEIHY, 2004, p. 343). O estranhamento da cidade da qual um dia partiu faz parte do retorno.

De modo geral, enquanto estão nos Estados Unidos, os migrantes buscam manter contato com seus familiares e amigos, visando a amenizar a distância. Nos últimos anos, a internet tem sido um dos principais meios de contato com a terra natal: são e-mails, redes sociais, ligações e videochamadas que aproximam os quilômetros. Contudo, ao tomar a decisão de voltar para a cidade, percebem que muita coisa mudou e a todo o momento tecem comparativos entre os dois lugares. Nesse sentido, não foram somente os anos que passaram e alteraram as características da cidade, foi a própria experiência migratória que transformou o/a migrante.

Essas experiências vivenciadas nos Estados Unidos contrastam com o modo de vida criciumense. Por mais que a cidade tenha mudado, e muitos afirmam que a cidade cresceu bastante nos últimos anos, ainda assim os retornados percebem uma diferença entre os ritmos dos diferentes lugares e passam a estranhar o que imaginavam ser tão familiar.

A distância e a experiência migratória possibilitam ao migrante um novo olhar, mudando a forma como observa a cidade e as pessoas,

o que ocasiona uma contestação dos elementos antes naturalizados. Além desses estranhamentos com relação à Criciúma do retorno, ainda existe o estranhamento com relação às pessoas. Estas também mudaram. Mesmo não tendo se deslocado como o migrante, as pessoas seguiram suas vidas e transformaram suas relações.

Todos esses fatores demonstram que os migrantes criam uma imagem da cidade e das relações urbanas e familiares e as congelam; como congelam o espaço no tempo. Assim, esses indivíduos parecem suspender no tempo o período em que ficaram longe. Pensam que, ao voltar, vão dar continuidade às suas vidas exatamente como era no dia em que partiram. Sarvalaio pontua esta questão em sua entrevista: “Tu vai pros Estados Unidos e tu pensa que quando tu volta as coisas estão exatamente como tu deixou. E o que que acontece? Também muda. As pessoas que estão aqui, as coisas, a vida continua” (SARVALAIO, 9/4/2010).

As diferenças entre a imagem que se consolidou e a realidade encontrada no retorno fazem com que o processo de readaptação seja muito difícil. A sensação de não pertencimento acompanha o/a retornado/a, que não reconhece mais o espaço ao qual pensava pertencer. Dessa forma, muitos retornados/as acabam por enfrentar um novo processo migratório, na busca de encontrar um lugar em que se sintam em casa.

Retomando a trajetória de Edna Espindola, podemos evidenciar as dificuldades do processo de retorno.

Como eu já tinha feito a experiência de na época que eu tava na Suíça de voltar e ficar, eu já entendi que não era fácil chegar e ficar, eu já entendia que tanto a situação econômica como social, como de relação interpessoal como de família não, não era fácil. Já sabia que eu tinha perdido o contato e o vínculo com todos [...], esses campos em que a gente tem relação onde, quando a gente tem um vínculo com a terra com o lugar da gente. Então eu já cheguei preparada pra tá meio que dentro de uma bola sozinha e... meio que sabendo que eu ia ter que procurar me integrar em todos os aspectos né. Aí onde eu achei que eu ia, que ia ser mais fácil, seria de início já ter esse vínculo com a faculdade, com a universidade, e aí eu ia podê tá tendo um objetivo de vida, um objetivo profissional, um grupo social onde eu ia tá podendo me integrar por um ponto em comum que seria o curso, pessoas onde eu ia poder tá conversando porque tanto no... nos desejos, objetivos, vocabulário, nada disso mais fechava, nada disso mais tinha em comum né.

As ideias né tudo era diferente vindo de um lugar [...] de uma outra cultura um outro nível social de povo... ah outros hábitos enfim é como tu, como ter saído do Brasil a primeira vez e ido morar fora agora eu tava saindo do meu lugar fora vindo de novo pra um lugar estranho praticamente, onde eu tive que me readaptar por completo o que tinha aqui que me fazia que me dava segurança era essa... era o vínculo dos pais né então, os pais estavam aqui, mas e aliás por acaso [...] tanto os meus pais quanto os dele [marido] tinham se mudado do local onde eles moravam da cidade então meio que ficou assim o pai, os pais eram o vínculo mas não estavam no local físico habitual. (ESPÍNDOLA, 30/3/2010)

Edna tentou fazer o possível para vir preparada para esse novo processo de readaptação. Depois de anos nos Estados Unidos (migrôu em 1994 e retornou em 2007), ela constatou ser importante estabelecer novos vínculos, conhecer pessoas que almejassem sonhos parecidos com os dela. Assim, como sempre teve o objetivo de cursar Psicologia, Edna ingressou numa universidade poucos dias após ter retornado a Criciúma.

Contudo, reencontrar-se na cidade não foi fácil, pois, como ela mesma enfatiza, a casa dos pais e a dos sogros, que eram uma referência, principalmente a dos pais, não era mais a mesma. O ponto de referência também estava modificado, aumentando a sensação de estranhamento e de deslocamento.

[Era como ir para um] país completamente novo, um mundo completamente desconhecido novamente. Mesmo conhecendo as pessoas mesmo sendo da mesma raiz [...] a gente não falava mais a mesma língua como suposto né, não tinha mais o mesmo signo de comunicação. (ESPÍNDOLA, 30/3/2010)

Essa sensação de estar deslocada foi percebida por ela ao tentar encontrar uma casa na cidade. Após procurar muito, não conseguiu achar um lugar que pudesse reconhecer e no qual se identificar. Desse modo, incumbiu o companheiro da tarefa de comprar o imóvel. Para ela, era difícil achar um espaço para se reconhecer e chamar de lar. “São três anos e meio que eu estou tentando reconstruir esse vínculo com o lugar” (ESPÍNDOLA, 30/3/2010).

Para muitos migrantes, o retorno é angustiante, pois a cidade para a qual estavam retornando era o seu lar, o seu lugar, mas, ao

chegar não eram esses os sentimentos que a cidade despertava. Para Mônica Santos, retornar foi um choque:

É, quando fui pra lá foi o impacto da língua, dos costumes, da cultura né de tudo, tu tem que se adaptar. Quando eu voltei foi uma readaptação né, de começar a rever o que eu já tinha deixado, só que quando tu vive em outro lugar muito tempo depois volta, tu fica bem confuso eu fiquei muito assim... agora que eu tô conseguindo me localizar novamente e tal, mas os primeiros meses são muito ruins, são muito difíceis, se tu não tem uma cabeça boa, se tu não... é muito difícil tu assimilar a diferença e não porque lá é melhor ou pior não é isso é... a tua mente o teu corpo é tudo né pra ti aceitar que tu tá em outro lugar tu tá em outro ritmo é muito difícil [...]. (SANTOS, 26/3/2010)

Essas diferenças entre os ritmos vividos nos diferentes lugares acompanham o retornado em todas as suas experiências. Mesmo que muitos evitem tecer comparativos com frequência entre os lugares, é praticamente inevitável a comparação entre os modos de vida nos Estados Unidos e em Criciúma. As comparações constantes proporcionam a muitos retornados o sentimento de fragmentação, como se estivessem divididos entre diferentes lugares.

Eu já não sou mais a Edna brasileira. Hoje eu já sou a Edna: a brasileira americana, suíça, é como se eu tivesse dividida num bolo em três partes né pra qualquer um dos três lugares que eu voltasse eu me sentiria da mesma maneira, metade em casa metade fora né. Acho que essa é a sensação que eu carrego. (ESPÍNDOLA, 30/3/2010)

Essa angústia vivenciada no retorno à terra natal apresenta-se, para alguns, mais difícil do que a decisão de emigrar (SIQUEIRA, 2006, p. 83). Por isso, muitos retornados, não sabendo lidar com o processo de readaptação, partem novamente do país, tornando-se transmigrantes, ou seja, pessoas em trânsito constante.

Já citamos brevemente as dificuldades de adaptação de Gladis, que, em seu primeiro retorno, ficou apenas seis meses no Brasil. Ao voltar para os Estados Unidos, a criciumense passou a trabalhar com faxina doméstica e, após alguns anos, realizou outra tentativa de retorno. Ao chegar a Criciúma, decidiu se inserir em um projeto de auxílio

aos imigrantes, ingressando na Associação de Apoio ao Emigrante, popularmente conhecida como Casa do Migrante Catarinense, que foi criada em meados de 2005.

A instituição tinha como objetivo atender às necessidades de urgência dos migrantes, como doença, assessoria jurídica, auxílio no traslado de corpos de brasileiros e orientação a detentos. O primeiro presidente da Associação foi Renato Inácio, conhecido comerciante da cidade e também retornado. Segundo Gladis Sarvalaio:

[A idéia da Casa surgiu] numa visita, do que hoje é atual prefeito mais que na época era deputado, Clésio Salvaro, na região de Boston. Ele viu que, em conversa com os brasileiros que estavam lá, da necessidade de um contato, tipo uma agência que cuidasse de alguns problemas comuns entre alguns imigrantes, aqui e mesmo os que estavam lá. E daí eu acho que numa outra viagem, duas ou três viagens com o prefeito de lá, se organizou então que foi criada essa ONG pra Casa do Catarinense. Que o primeiro presidente era o Renato dono da pizzeria Inacio's ali, que ficou acho que por uns quatro ou cinco anos, não tenho certeza. E aí tinha até uma sede aqui e tal. Quando eu voltei (dos EUA) já tinha fechado a sede, porque tu precisa de recurso pra te manter. E a gente acaba não tendo recurso assim né? O governo não libera recurso pra ti manter esse tipo de Casa. E aí a gente acabou tendo aberto, assim: o grupo se reunindo da Casa do Catarinense em lugares fora. E atuando principalmente em mortes né, de brasileiros quando morriam, pra trazer pra cá. Por que é a única maneira é que se tu tinha os papéis de uma ONG pra poder trazer essas pessoas que morriam. Por que aproximadamente, até hoje é isso, dependendo o local, a região em que se morre, a gente tá falando dos Estados Unidos, por que eu vivi nos Estados Unidos, mas morre gente na Inglaterra, morreu gente na França, né na Alemanha... E aí isso facilitava com que trouxesse os corpos pra cá, por que custa aproximadamente 15 mil dólares. E a família aqui, não tem né? Então a gente com a ONG se tornava bem mais fácil entrar com processo de pedido junto ao Governo Federal ou ao Governo Estadual. Na maioria das vezes é o Governo Federal, que Estadual. (SARVALAIO, 9/4/2010)

Os problemas com relação à manutenção da instituição acabaram diminuindo suas áreas de atuação. Segundo Gladis, num primeiro momento, o órgão objetivava também dar auxílio aos retornados para realizarem seus investimentos. No entanto, a instituição ficou centrada, principalmente, no traslado dos corpos de brasileiros/as mortos no exterior e em auxílios jurídicos a brasileiros/as detidos/as

em outros países. Apesar de ter sido intitulada de maneira tão abrangente, a Casa do Migrante Catarinense teve suas ações concentradas basicamente no sul do estado de Santa Catarina.

O trabalho na instituição foi também uma maneira de Gladis se inserir novamente na cidade. Com sua experiência migratória, pretendia auxiliar outros migrantes num duplo exercício, em que, compartilhando seus conhecimentos sobre os processos migratórios, conseguia também se adaptar novamente à cidade natal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando dar encaminhamento final à discussão, retomamos alguns pontos de nosso texto. Para melhor compreender as especificidades da migração de mulheres criciumenses para os Estados Unidos, privilegiamos ouvir as narrativas dessas migrantes. Tivemos dificuldades para conversar com mulheres retornadas, pois muitas ainda tinham restrições em falar sobre a experiência migratória. A recusa de muitas mulheres é também um indício das dificuldades do processo de retorno, e ainda um desafio para os pesquisadores que trabalham com a história oral e os fluxos migratórios contemporâneos.

Ao destacar a trajetória de quatro mulheres, buscamos observar, de modo mais atento, como foi sua inserção no mercado de trabalho estadunidense. Nesse sentido, podemos inferir que as criciumenses desenvolvem as mesmas estratégias de outras brasileiras, trabalhando em segmentos em que a presença de migrantes é majoritária.

Assim como a grande maioria dos indivíduos em mobilidade, o retorno é o objetivo final do projeto migratório. Para as mulheres criciumenses, esse processo exigiu novas renegociações e algumas adaptações. Nessa nova fase, observamos o desejo de retomar antigos sonhos, ou de utilizar elementos da experiência migratória para se inserir no mercado de trabalho brasileiro. Tanto Edna quanto Mônica tornaram-se professoras de inglês. Já Gladis, ela utilizou seu conhecimento sobre os Estados Unidos para auxiliar outros migrantes.

De modo geral, ao analisar essas narrativas, buscamos elucidar e dar visibilidade à presença e ao protagonismo dessas mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos. Objetivamos perceber as especificidades desses processos que aproximam a cidade de Criciúma de outros países, nesse caso, em específico, dos Estados Unidos. As narrativas nos possibilitam compreender a complexidade desses processos, para além de fatores econômicos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, G. O. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
- ASSIS, G. O.; CAMPOS, E. C. de. De volta para casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 80-99, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/1834/1437>>. Acesso em: maio de 2010.
- CARDOSO, M. G. *De volta para a casa: a inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1994-2009)*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- CAROLA, C. R. *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2002.
- MARTES, A. C. B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MEIHY, J. C. S. B. *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- PAGNOTTA, C. Histórias e subjetividade da migração equatoriana para a Itália. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 15-34, 2010.
- SALES, T. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SAYAD, A. *A migração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- SCUDELER, V. C. Imigrantes valadarenses no mercado de trabalho dos EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Orgs.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 193-233.

SIQUEIRA, S. *Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ENTREVISTAS

SANTOS, Mônica. *Entrevista concedida a Michele Gonçalves Cardoso*. Criciúma, 26 de março de 2010. Entrevista.

SARVALAIO, Gladis. *Entrevista concedida a Michele Gonçalves Cardoso*. Criciúma, 9 de abril de 2010. Entrevista.

ESPÍNDOLA, Edna. *Entrevista concedida a Michele Gonçalves Cardoso*. Criciúma, 30 de março de 2010. Entrevista.

SILVA, Marcia Machado da. *Entrevista concedida a Michele Gonçalves Cardoso*. Criciúma, 18 de junho de 2010. Entrevista.



LOS ALEMANES-BRASILEÑOS COMO MIGRANTES TRANSNACIONALES: SUS PAUTAS MATRIMONIALES, FIESTAS FAMILIARES Y LENGUA MATERNA

María Cecilia Gallero

Los alemanes-brasileños han desarrollado migraciones transnacionales y transgeneracionales: estuvieron cien años en el sur de Brasil, y ya llevan más de ochenta años en la Argentina. A pesar del largo período fuera del territorio natal y de nuevas migraciones, los descendientes de estos alemanes llevan su patria a cuestas, pues conservan su idioma, su cultura y sus tradiciones. En un primer momento, fueron inmigrantes europeos llegados a Brasil, y luego migrantes limítrofes al traspasar la frontera brasileña-argentina. De modo que el caso alemán-brasileño permite conjugar dos dimensiones de los estudios migratorios: la migración transatlántica y la migración limítrofe.

En este trabajo se analiza la migración alemana-brasileña a través de las pautas matrimoniales, las fiestas familiares y el mantenimiento de la lengua materna. La investigación de mi tesis doctoral – de la cual se utilizan los datos para repensar la territorialidad y la transnacionalidad alemana-brasileña – estuvo focalizada en la Colonia Puerto Rico por ser un microcosmos ideal por concentrar mayoritariamente a esta corriente migratoria (GALLERO, 2009). En la primera parte se analizan sus pautas matrimoniales, en la segunda se realiza una etnografía de una fiesta familiar denominada *Vogelfest*, y finalmente, se reflexiona sobre la lengua materna y la distinción de hablar en alemán a través de un poema escrito en dialecto *Hunsrückish*.

ALEMANES-BRASILEÑOS Y SUS PAUTAS MATRIMONIALES

La colonización privada fue un proceso particular que marcó y definió las relaciones sociales. En efecto, los migrantes alemanes-brasileños fueron una mayoría en la Colonia Puerto Rico. Entonces, ¿cómo fue su integración? En este sentido, las investigaciones que intentan describir y analizar el impacto inmigratorio en la sociedad se distinguen en dos tendencias bien marcadas, una correspondiente al *crisol de razas* cuya tesis principal postula que el “aluvión inmigratorio” no se asimiló a la cultura argentina preexistente, sino que originó un tipo cultural nuevo que resultó en una masa de carácter híbrido y enfatizó el proceso de cruzamiento entre masa migrante y masa criolla; y por otro lado, la corriente del *pluralismo cultural* surgió en cierta medida para contraponer la homogeneización del crisol, pues concibe a la sociedad nacional como un mosaico plural y heterogéneo, en donde los diversos grupos que la integran están articulados con sus identidades originarias y sus diferencias. Este nuevo paradigma comenzó a ser prolífico en las últimas décadas, y se vio reflejado en un florecimiento de los estudios sobre distintos grupos étnicos, algunos de los mismos fueron divulgados en la revista *Estudios Migratorios Latinoamericanos* del Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA).

Siguiendo esta línea de investigación, se analizaron las pautas matrimoniales de los alemanes-brasileños en la colonia Puerto Rico, sobre las cuales se observaron: a) el grado de endogamia, es decir, el porcentaje de matrimonios concretados con miembros del mismo grupo étnico; b) la endogamia encubierta, o sea, si el matrimonio era entre argentinos hijos de inmigrantes; c) el grado de exogamia, análisis que consiste en ver el porcentaje de matrimonios con miembros de otros grupos; y d) la influencia de género en el comportamiento de hombres y mujeres en la selección matrimonial.

Por otra parte, al estudiar la diversidad cultural de esta colonia se recurrió a la “dimensión simbólica de etnicidad” propuesta por Giralda Seyferth (1981 y 2000), la cual fue útil para poder identificar los elementos culturales que organizaron la identidad alemana-brasileña y las características que pervivieron a través del tiempo.¹ La etnicidad estuvo definida “por la sangre” (*ius sanguinis*), en cual la germaneidad se refirió a todo aquello heredado por una ascendencia común. Asimismo, la definición de *habitus alemán* de Norbert Elías (1997) y germaneidad [*Deutschtum*] fueron conceptos útiles para comprender la relación entre historia y etnicidad. La marcación de la alteridad “germana” estuvo consustanciada con la lengua y con el “honor étnico” de ser “descendiente de”.

Por lo tanto, identificar a los miembros de la familia germana tuvo una consecuencia metodológica en esta investigación: primero se investigó implicancia que tiene la germaneidad, y luego se la transformó en una herramienta de análisis. Así, al igual que un “periscopio” permite observar los objetos exteriores cuando están frente a un obstáculo, aquí la identificación de las personas de origen germano [*Deutsch*] obligó a reclasificarlas para poder hacerlas visibles. Ciudadada-

¹ Las fuentes empleadas fueron las actas matrimoniales de la Parroquia San Alberto Magno entre 1928-1959, del Registro Civil de Puerto Rico entre 1927-1959, y de la Parroquia San Luis Gonzaga de Capióví entre 1948-1959. Es decir, se intentó abarcar un periodo de treinta años, en relación con el inicio de los registros de los libros de las actas matrimoniales, 1927-1928 en Puerto Rico y 1948 en Capióví; mientras que su cierre está marcado por el año en que se produjeron cambios que señalan el comienzo de una etapa de profundas transformaciones y de mayor articulación con la sociedad nacional. Los resultados expuestos se basan en el análisis de un total de 2.378 actas que cubren todo el período (1927-1959). Sobre este total, no se ha trabajado por muestreo, pues fueron seleccionadas y fichadas 817 actas que correspondieron al total de matrimonios celebrados con personas de origen germano o suizo (785 Alemanes – *Deutsch* o sus descendientes; y 32 suizos).

nos brasileños, argentinos, paraguayos o rusos fueron “desenmascarados” para descubrir una identidad que estaba oculta tras la ciudadanía jurídica. Este método, denominado aquí como “el periscopio de la germaneidad”, se utilizó para analizar sus pautas matrimoniales.

El primer análisis consistió en determinar el porcentaje de endogamia entre los diferentes grupos. Para analizar el grado de endogamia, el parámetro determinado por la *germaneidad* indujo a incluir a todos aquellos que tenían ascendientes germanos.² La edad promedio de los contrayentes en los hombres fue de 27,2 años, y en las mujeres de 21,7 años.

En este sentido, el matrimonio es indicador de al menos tres aspectos: las personas se casan, en general, con alguien a quien conocen personalmente, con quien pueden, dentro de las potenciales parejas disponibles dispuestas a aceptarlos y, si tienen la posibilidad de optar, dentro de pautas y estereotipos acerca de lo que es el mejor matrimonio posible (DEVOTO, 2003, p. 329). A esto se le suman los condicionantes de la selección matrimonial, entre los cuales es posible distinguir al menos cuatro factores que se articulan en la selección de pareja: el atractivo físico, la complementariedad de personalidades, la compatibilidad de las pautas, valores y comportamientos culturales, y los factores de presión social externos al individuo. Este último factor establece pautas de conducta que pueden llegar “a imponerse incluso a la voluntad de los individuos” (MIGUEZ et al., 1991, p. 783).

Del total de actas matrimoniales el 76,7% correspondieron a matrimonios endogámicos. En este universo, hombres alemanes-brasileños que se casaron con mujeres del mismo origen fueron de un 35,8%, de los cuales un 57,3% lo hizo con alemanas-brasileñas y un 35,6% lo hizo con alemanas-argentinas. Es decir, que aquí hay una primera evidencia de la endogamia encubierta, la que es aún más llamativa para el caso de alemanes-argentinos casados con alemanas-argentinas (76,7%), o de los alemanes-paraguayos con alemanas-argentinas (55,3%).

² De modo que fueron los alemanes, austriacos y suizos quienes coincidieron con su ciudadanía jurídica; pero aquellos que poseían una nacionalidad adquirida a través de la migración, fueron reclasificados según el criterio del origen étnico y cultural: a) alemanes-brasileños [*Deutschbrasilianer*]; b) argentinos hijos de alemanes-brasileños o germanos como alemanes-argentinos [*Argentiniertdeutsch*]; c) alemanes-paraguayos [*Paraguayertdeutsch*]; d) germanos [*Deutsch*]; y e) argentinos hijos de suizos como suizos-argentinos [*Argentinerschweizer*].

Estos mismos datos, analizados en relación a la endogamia en general no son tan sorprendentes, pero sí igualmente llamativos: por ejemplo, 26,7% son matrimonios entre alemanes/as-brasileños/as, un 22,4% son entre alemanes/as-brasileños/as y alemanes/as-argentinos/as, y finalmente, un 28,9% para alemanes/as-argentinos/as casados entre sí, es decir, que si se suman los últimos valores, el porcentaje de endogamia encubierta es de 51,3%, y asciende al 57,3% al sumarse los alemanes/as-paraguayos/as casados con alemanes/as-argentinos/as.

En general, los alemanes-paraguayos proceden de las colonias de Hohenau, Capitán Meza, Obligado y Bella Vista. Aquí se observa cómo las redes de parentesco y relaciones primarias sobrepasaron las fronteras políticas y generaron un espacio común de interacción en donde las uniones matrimoniales son un reflejo de la unidad, solidaridad grupal y el valor que se le otorga a la germaneidad.

Para Holger Meding la migración alemana-brasileña se mostró más resistente en lo que hace a la lengua y la cultura de origen:

Aunque existe una asimilación que desde el punto de vista cuantitativo no es insignificante, se la puede compensar mediante un fuerte crecimiento demográfico, sobre todo en las capas sociales más pobres. Para estos últimos la resistencia a la asimilación sirve psicológicamente como compensación de su pobreza. La conciencia común frente a terceros (*Sonderbewusstsein*) [conciencia especial o particular] se basa en un fundamento étnico que da y define la identidad. (MEDING, 1995, p. 744)

Este autor concluye que en Misiones “no se produjo una amalgama” entre los distintos grupos de alemanes pues “tendían hacia un aislamiento social y una exclusión” (MEDING, 1995, p. 745). Este aislamiento que se hizo evidente en las relaciones intra-étnicas quedó diluido al momento de analizar la conducta matrimonial, en la cual se observó que la integración entre los descendientes de alemanes fue bastante homogénea y el principio que primó sobre los demás fue el de la germaneidad. Es decir, que en la determinación de las uniones conyugales el factor de origen fue tan importante como las redes de interrelaciones familiares tejidas a nivel local.

Para poder contextualizar este universo endogámico, se comparó el número de casamientos relevados en el Registro Civil de Puerto

Rico con la totalidad de actas existentes en el período en el mismo repositorio. Los resultados son llamativos en varios sentidos. Primero, porque evidencian un alto porcentaje de matrimonios entre personas de origen criollo u otras nacionalidades minoritarias; en este sentido, si al comienzo del período los matrimonios con germanos o suizos representan el 66,7% del total, para el último quinquenio esta proporción desciende al 44,4%. Esto significa que para la década de 1930 la corriente inmigratoria de alemanes-brasileños había mermado, provocando que el grupo se encerrara en sí mismo. Sin embargo, los casamientos entre descendientes de alemanes nacidos en Brasil siguieron existiendo, lo que demuestra la vigencia de cadenas migratorias.

La comprobación de un universo tan grande de matrimonios celebrados entre no germanos pone en consideración los niveles de exogamia, en los cuales se puede analizar la similitud – o diferencia – del comportamiento matrimonial entre varones y mujeres de origen germano.

Es un punto de reflexión que los niveles de exogamia sean casi idénticos: mientras que en los hombres el porcentaje es de 11,6%, en las mujeres es de 11,7%, es decir, que en total el porcentaje de exogamia es de 23,3%. Esta similitud en el porcentaje es llamativa para un período de casi treinta años, sobre todo si se tiene en cuenta que las décadas de 1940-1950 estuvieron marcadas por un crecimiento económico que atrajo a numerosos pobladores de diversa procedencia y contribuyó a aumentar la oferta matrimonial de la Colonia Puerto Rico, aunque se asentaron en su mayoría en la planta urbana homónima. Esto permite otra inferencia: en los centros urbanos se evidenció un mayor nivel de exogamia, a diferencia de las líneas o picadas que por ser más rurales reflejan un mayor grado de endogamia étnica y de picada.

Considerando que lo que importa es tanto el contenido cultural encerrado en el grupo como la frontera que define los principios que determinan quién está adentro y quién está afuera, se puede observar que los *límites étnicos* fueron una jerarquía de valor que marcaron las relaciones grupales.

Aquí hay dos nociones que ayudan a explicar la tendencia que tuvo el grupo germano hacia la endogamia y en tan baja proporción

hacia la exogamia. Por un lado, la idea de *stock*, según la cual cuando más grande es un grupo, mayor es la tasa de endogamia, y por otro, la noción de “flujo”, en donde las tasas de endogamia tienen a bajar cuanto más se alejan del momento de máximo arribo a la Argentina del respectivo grupo migratorio. Efectivamente, cuando el movimiento migratorio de un grupo se detiene o disminuye notoriamente, sus pautas matrimoniales se hacen mucho más abiertas. Es decir, el *stock* de alemanes-brasileños o sus descendientes fue numeroso porque desarrollaron una colonización planificada, en la cual las estrategias familiares y grupales fueron muy importantes para llevarla a cabo. El “flujo”, aunque disminuyó con el tiempo, se mantuvo constante gracias a la alimentación de las cadenas migratorias.

Por otra parte, revisar las actas matrimoniales permitió conocer el lugar de origen de los cónyuges, con lo cual se pudo tener una mirada regional: los descendientes de los alemanes-brasileños o germanos se integraron y crearon redes de sociabilidad que traspusieron las fronteras políticas.

LA VOGELFEST: UNA FIESTA FAMILIAR

La genealogía y las fiestas familiares son una evidencia de que la cohesión grupal es muy fuerte en el grupo alemán-brasileño. La fiesta familiar que se eligió como caso de estudio es la *Vogelfest* o fiesta de los Vogel.³ La primera fiesta tuvo como motivo festejar el quincuagésimo aniversario del arribo de Enrique Vogel y Susana Bender, que se había producido el 3 de septiembre de 1924. Esta fecha es importante no sólo porque marcó la llegada de la familia a nuestro país, sino porque

³ *Vogelfest*: Fiesta de los Vogel. En alemán, la palabra “fiesta” lleva artículo neutro, “*das Fest*”, pero al realizarse la traducción al castellano cambió por el artículo femenino. Evento que fue elegido para un estudio de caso entre las múltiples fiestas familiares que se realizan de la misma manera, como por ejemplo, *Simonfest*, *Striederfest*, *Heckfest*, *Neisfest*, entre otras. Véase por ejemplo los siguientes sitios web: <<http://familiavogel.com/>>, <<http://www.familiasimon.com.br/simonfest.html>>, <<http://familiawerle.com/encontros/75-informe-del4o-encuentro-de-los-descendientes-werle.html>>, consultado periódicamente por quien escribe.

además se transformó en un evento con un significado especial que fue necesario conmemorar. En ella los descendientes de un patriarca fundador parten del tronco común para reunirse y celebrar su llegada a la Argentina.

El padre de Enrique, Juan Vogel, había migrado de la zona de Hunsrück - Alemania - a Rio Grande do Sul - Brasil - en 1847. Allí se radicó en Bom Princípio, en el Municipio de San Juan de Montenegro, donde se casó con Ana María Weber y tuvieron diez hijos⁴. De todos ellos, Enrique - el penúltimo - es quien interesa, pues ya casado con Susana Bender y con once hijos migró hacia Misiones.⁵

El motivo por el cual decidieron emigrar fue la mala calidad de las tierras cultivables porque “toda esa zona era muy montañosa”⁶. Unos meses antes de la llegada del grupo familiar, había venido a Capióví José Reinoldo, el sexto y el mayor de los hijos solteros, “para iniciar los trabajos de la chacra y construir por lo menos una sencilla casa para vivienda del núcleo familiar”.⁷ Una vez que recibieron la noticia de que todo estaba preparado y podían iniciar el viaje, partieron de Rolantinho tres familias: la de Enrique Vogel (siete personas), la de su hijo Jacobo (ocho personas) y la de su hija María Ema casada con Reinoldo Arnhold (cuatro personas).⁸

El itinerario para emigrar era en general el siguiente:

con carros tirados por mulas hasta alguna estación de ferrocarril del Brasil; de allí en tren hasta Uruguayana; en balsa cruzaban hasta Paso de los Libres

⁴ Juan Vogel y Ana María Weber se casaron el 12 de Noviembre de 1851 en la Iglesia de San José Picada Hortensio, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁵ Enrique Vogel y Susana Bender se casaron en Julio de 1891. Antes de venir a la Argentina, habían vivido en Nova Colúmbia (Bom Princípio) y luego migrado a Rolantinho en 1905 (Rolante, Municipio de Tacuara, Rio Grande do Sul, Brasil).

⁶ José Oscar Vogel. *Los Vogel: su colonización en Argentina*, relato dactilografiado por Hugo Alberto Vogel, 3/9/1989, p. 1.

⁷ Libro de Actas de la Familia Vogel, p. 8 (en adelante LAV).

⁸ “Enrique Vogel 54 años, su esposa Susana Bender 52 años, el hijo mayor Jacobo de 31 años y su esposa Paulina Warken de 32 años y sus hijos Leopoldo Alfonso 8 años, Catalina Deolinda 7 años, María Elsa 5 años, Antonio 4 años, Alciro 3 años, Luis 1 año, se radicaron en Capióvi. Aclaremos que todos los demás integrantes de esta familia incluido Enrique Vogel se radicaron en Capióvi, son ellos: María Emma Vogel 23 años, casada con Reinaldo Arnhold 25 años, con sus hijas Frida 2 años y Walesca 1 año. Susana Amalia 20 años, Juan Vicente 17 años, Enrique Leopoldo 14 años, Alberto Julio 13 años, José Oscar 9 años [sic.]” LAV, p. 8.

(Corrientes) donde tomaban el ferrocarril hasta Posadas. En el Puerto esperaban el paso de algún vapor que los llevase hasta el Puerto de San Alberto donde desembarcaban y permanecían por algún tiempo en la Casa de Inmigrantes hasta que finalmente se radicaban en la tierra que habían adquirido de la Compañía. (LUFT, 1981, p. 21)

La familia Vogel realizó este mismo recorrido para llegar a Capioví. José Oscar, quien tenía nueve años cuando se produjo el viaje, plasmó un relato minucioso sobre el viaje.⁹ Esta narración de Oscar Vogel es una reconstrucción en la cual el pasado se pone a la distancia. Según Paul Gee, en la naturaleza de la narrativa, hay que considerar en primer lugar la memoria humana. Este autor argumenta que las memorias personales que no son ensayadas, desaparecen, pero “ensayarlas significa contarlas de una manera narrativa” (GEE, 1991, p. 3).

De esta manera, el relato de Oscar Vogel se transformó en una fuente de información, una evocación y una reflexión. En su recuerdo, puso en orden y volvió coherentes los acontecimientos que consideró significativos en el momento mismo del relato. En este sentido, en su narración ordenó el viaje de una manera lineal y cronológica, para concluir con la fecha 3 de Septiembre, fecha que transformó la llegada de los Vogel a la Argentina en un evento conmemorativo. La historia comenzó con esta llegada. El nuevo “árbol” trasplantado inicia su propia vida y el antepasado fundador pasa a ser mitificado. Ellen Woortmann analiza la selectividad de la memoria en los inmigrantes alemanes llegados a Brasil, en donde la historia implica el olvido del pasado en Alemania e iniciarla con el desembarco en Brasil (WOORTMANN, 2004, p. 114).

Esta situación se reitera en Misiones. El retoño de la familia Vogel que llega a Capioví inicia una nueva historia. En este sentido, la familia Vogel está enmarcada en la “familia tronco”, la cual privilegia las relaciones de descendencia. En ella, la memoria genealógica tiene representaciones de la identidad que son inseparables del sentimiento de continuidad temporal. “La familia se celebra – el parentesco representado – exalta el pasado y reconoce la filiación genealógica de las

⁹ El relato de Oscar Vogel fue transcrito por Hugo Alberto Vogel para la Vogelfest del 3 de Septiembre de 1989, luego grabado por él en audio para sus hijos el 7 de Agosto de 1994. Agradezco a Flora Vogel y a su madre, Cecilia Strieder de Vogel, la grabación de esta versión.

distintas ramas, en situaciones en las que el grupo ya no opera como un ordenamiento económico” (SCHIAVONI, 2001, p. 455). Aquí también, *la familia se celebra*, pero aquello que había comenzado como una “conmemoración” pasó a convertirse en una tradición familiar.

En este punto, habría que tener en cuenta lo que Hobsbawm y Ranger (1999) denominan “tradición inventada” esto es, un “conjunto de prácticas regidas normalmente por reglas manifiestas o aceptadas tácitamente y de naturaleza ritual o simbólica, que buscan inculcar ciertos valores y normas de comportamiento por medio de la repetición, lo que implica de manera automática una continuidad con el pasado”.¹⁰

La *Vogelfest* se transformó en una tradición, en la cual la fiesta es una práctica simbólica que busca mantener la unidad y cohesión de la familia Vogel, y además, marcar la continuidad con el pasado y con las raíces familiares. La fiesta rompe con la rutina cotidiana, marca un hito, simboliza la cohesión social del grupo familiar, legitima la descendencia e inculca un sistema de valores y comportamientos que diferencian a la familia Vogel de las demás familias que también llegaron de Brasil.

Hasta el momento, entre 1974 y 2014, se realizaron dieciséis fiestas. Todas tienen la misma característica: a) los eventos conmemorativos: una misa de acción de gracias en memoria de los antepasados difuntos y la visita al cementerio; y b) los festejos: un asado, baile y música en el lugar de encuentro.

Las fiestas o encuentros se realizan alternando entre Brasil y Argentina, lo cual representa una actualización de la identidad alemana-brasileña en una situación de proximidad geográfica. Actualización que se ha visto reforzada gracias a la utilización de Internet, y sitios web como el de “BrasilAlemanha”,¹¹ o de programas televisivos como

¹⁰ Las tradiciones inventadas parecen “pertenecer a tres tipos superpuestos: a) las que establecen o simbolizan la cohesión social o la membresía de los grupos y comunidades, reales o artificiales; b) las que establecen o legitiman instituciones, status o relaciones de autoridad; y c) aquellas cuyo propósito principal es la socialización y el inculcamiento de creencias, sistemas de valores y comportamientos convencionales” (HOBSBWAM y RANGER, 1999, p. 3-10).

¹¹ <www.brasilalemanha.com.br>, consultado periódicamente por quien escribe desde agosto 2004.

“Esencia Alemana – Deutsches Wesen” que tienen como objetivo “seguir manteniendo latente toda la esencia alemana en nuestro país”.¹²

LA DISTINCIÓN DE HABLAR EN ALEMÁN

La llegada de inmigrantes a la provincia de Misiones dejó marcas visibles, ya sea en el paisaje agrícola, arquitectónico o urbanístico, pero sobre todo, ha dejado huellas imperceptibles a simple vista aunque si distinguibles al oído: a quienes cruzaron el Paraná y llegaron de Paraguay se los puede escuchar hablar en guaraní, a quienes vinieron de Brasil en portugués, y quienes cruzaron el Atlántico trajeron su idioma o dialecto de la patria de origen, así por ejemplo, de Alemania llegaron bávaros, suabos, prusianos, que además del alemán hablaban sus dialectos regionales, con diferencias audibles únicamente para quienes las supieran distinguir.

Los inmigrantes germanos, en general, tuvieron como punto de referencia el principio de la descendencia (*ius sanguinis*). Aunque si se los pasa por un tamiz, se observa que el principio de la germaneidad fue permeable a la territorialidad, es decir, su lugar de procedencia determinó otra cara de su identidad. En ellos, la nacionalidad connotó lazos de comunidad y etnicidad, la que fue independiente de la estructuración formal de los diferentes Estados Nacionales.

El sustrato común de estos inmigrantes es la germaneidad, pero en ellos se diferencian los diferentes “paisajes” de procedencia; aquí, su identidad está marcada por el territorio que habitaron desde la emigración de la patria alemana hasta la nueva emigración. En algunos casos, es una identidad heredada desde tiempos medievales, en la cual la germaneidad que subsiste hace referencia al territorio tenido por adopción.

¹² “Esencia Alemana - Deutsches Wesen” es un programa semanal conducido por Marisa Rindsfleisch, producido por Visión Color Canal 5, Montecarlo. Emitido semanalmente en Puerto Rico, Montecarlo y Eldorado.

Suabos-banatos, sajones transilvánicos, alemanes del Báltico, de los Sudetes, del Volga... todos tienen la germanidad como principio de descendencia común, pero se diferencian internamente por el lugar de dónde proceden. Por ejemplo, en el caso de Eldorado, fue la colonia donde se asentaron en mayor número los alemanes del Reich. Allí también existieron “especificaciones diferenciadoras, como lo demuestran los topónimos de *Bayertal* (valle de los bávaros), *Württembergertal* (valle de los wurtembergianos) y *Schwabental* (valle de los suabos)...” (MEDING, 1995, p. 735). Este sentimiento “regional” se debe a la particularidad de la trama [pre-nacional estatal] de Alemania, gracias al cual los migrantes llevaron consigo tradiciones y dialectos de su región al nuevo mundo, y fueron estas características las que se convirtieron en punto de conexión sobre la lejana patria (BERGMANN, 1994, p. 10).

La colonización privada, y en particular la desarrollada por las compañías colonizadoras Alto Paraná y Eldorado, privilegió la instalación de grupos germánicos en sus colonias. En el caso de Puerto Rico, esta colonia fue ocupada mayoritariamente por alemanes-brasileños católicos, luego por suizos, alemanes de diversos orígenes, otros grupos étnicos y en menor proporción el grupo criollo. Aquí entonces, se abren diversas facetas para analizar las relaciones étnicas: [Cómo fue la interacción entre estos grupos? [Cómo se caracterizó ésta diversidad lingüística?

Cada grupo alemán llegado al territorio traía vivencias de su patria de adopción, eran descendientes de alemanes viviendo en países no germanoparlantes que conservaron su idioma como símbolo étnico. Sin embargo, aunque en todos ellos el idioma alemán fue el punto de unión, también fue el principal elemento diferenciador a través de sus respectivos dialectos y acentos¹³. Pero, con respecto al grupo alemán-brasileño, [qué características pervivieron de su lejana patria? [cómo se manifestó la territorialización de su identidad?

El mayor grupo de inmigrantes alemanes-brasileños que arribó a la colonia de Puerto Rico, provenía de Rio Grande do Sul, quienes

¹³ El término “dialecto” se usa generalmente para referirse a las variedades de una lengua que se ven como subordinadas (ROMAINE, 1996, p. 18). Acento: algunos lingüistas entienden por acento una forma determinada de pronunciar una variedad (ROMAINE, 1996, p. 34).

a su vez, en su mayoría eran oriundos de la región montañosa del *Hunsrück*,¹⁴ una de las regiones más atrasadas y pobres de Alemania.¹⁵ Se trata de una región bastante sufrida, desde la época remota de los celtas, por las destrucciones ocasionadas por los francos y alemanos. Durante la Guerra de los Treinta Años, 1618-1648, a causa de una gran peste perdió más de dos tercios de la población. La gran pobreza de la región durante el período de 1745-1800 fue la causa de las primeras corrientes emigratorias. En 1794 la región fue ocupada por tropas francesas y motivó una nueva emigración (GUTTENKUNST PRADE, 2003, p. 96).

Desde Línea Paraná – una fracción de la Colonia Puerto Rico¹⁶ – Roque Heck recordó los momentos azarosos que vivieron sus antepasados y reflejó la influencia que tuvo ser oriundo de una región menos desarrollada:

¶ porque el dialecto que nosotros hablamos, de la mayoría que fueron a Brasil, es el dialecto de una zona bastante pobre de Alemania, que está cerca de la frontera con Francia. Esa zona por la guerra siempre fue assolada por los ejércitos, en los tiempos de Napoleón y antes de Napoleón, esa gente pasó penurias, porque los ejércitos no perdonan ni preguntan; si en un pueblo habían diez lecheras, venía un ejército y esas diez lecheras iban para carne. Entonces el pueblo quedaba a merced de esta situación, entonces esta zona fue pobre y ahí buscaron salir.

Esto ejemplifica un complejo panorama sobre la situación idiomática, pues los alemanes brasileños que llegaron al Alto Paraná hablaban el portugués, sin embargo, significativamente, el departamento Libertador General San Martín registró en la década de 1970 el

¹⁴ Franz Schneider aclara que el término *Hunsrück*, utilizado para denominar a la región situada entre los ríos Rhin, Mosela y Nahe, ha sido objeto de discusiones. Para este autor proviene de antiguas palabras germánicas del tiempo de los francos (antes del año 1000), “Hundo”: Juez; y “Rug” o “Rüge”: Tribunal. Con el tiempo, el concepto de “Hundsruha” se extendió a toda la región donde esta asamblea tenía jurisdicción (SCHNEIDER, 1999, p. 107-109).

¹⁵ Desde mediados de la década de 1820, el centro de la inmigración se transfirió para la región del Rhin, en su trecho medio y el río Mosela. Entre Coblenza y Trier, del *Hunsrück* y el valle del Sarre, y de la región montañosa de Eifel, fue el área que dio el mayor contingente de inmigrantes para el estado de Rio Grande do Sul (MARTINS SCHÜTZ, 1974, p. 273).

¹⁶ Actualmente la Colonia Puerto Rico está integrada por los municipios de Puerto Rico, Capioví y Ruiz de Montoya, los que a su vez conservan la división en fracciones, tales como Línea Paraná, Línea Mbopicuá, Línea Cuchilla, entre otras.

porcentaje más alto de la lengua alemana hablada en todo el ámbito provincial.¹⁷ En este porcentaje no se distinguen ni las variantes, ni los dialectos del idioma alemán; sin embargo, fueron marcadas las diferencias entre el *Hochdeutsch* (alto alemán), el *Schweizerdeutsch* (suizo alemán), o los dialectos de Austria, Checoslovaquia o de diversas zonas de Alemania, siendo *Hunsrückdialekt* o *Hunsrückisch*, el que predominó en la colonia Puerto Rico.

En este sentido, así como en Brasil la mayoría de las personas hablan el dialecto, el vocabulario cotidiano del idioma alemán es comprendido en casi todas las colonias alemanas. Eso hace que “esas personas se sientan disminuidas en relación a los que dominan el alemán estándar [*Hochdeutsch*]. Este sentimiento de inferioridad hace que ellos mismos consideren el dialecto alemán un ‘lenguaje de colono’ o un ‘alemán errado’” (GUTTENKUNST PRADE, 2003, p. 85). Así por ejemplo, Leonor Kuhn relató que los alemanes-brasileños “se consideran alemanes, pero a la vez alemanes discriminados, alemanes parias, y esto se manifiesta cuando tienen vergüenza de hablar su dialecto, nadie quiere confesar que sabe el idioma”.¹⁸

Giralda Seyferth analiza el vocabulario de términos portugueses, los cuales casi siempre son relativos a bebidas, plantas, animales, alimentos, actividades agrícolas y verbos. Algunos de los ejemplos que da son también utilizados en Misiones: a) palabras compuestas: *Frachtcaminhão* (camino de carga), *Criolakuh* (vaca criolla), *Schweinekorral* (corral de cerdos), *Mandiokmehl* (harina de mandioca); y b) palabras simples: *multieren* (multar), *cobrieren* (cobrar), *pikade* (picada) *konversieren* (conversar), *cantieren* (cantar), etc. (SEYFERTH, 1981, p. 129; y WILLEMS, 1980). En una charla mantenida sobre estas palabras germanizadas, Marina Maletti de Yakoboski¹⁹ agregó otras, tales como *carpieren* (carpir) o *arreglieren* (arreglar) y precisó que este vocabulario pasa a integrar un dialecto que en la zona es conocido como *Misionerisch*.

Por otra parte, la escuela alemana contribuyó a sistematizar el aprendizaje del alto alemán [*Hochdeutsch*], por ejemplo, la primera generación de alemanes-brasileños que asistió a ella, aprendió a leer y

¹⁷ “... el idioma alemán ocupa el cuarto lugar dentro del ámbito provincial, [...] con máximas de 43,7% en Libertador General San Martín” (BARANGER, 1974, p. 10).

¹⁸ Entrevista a Leonor Kuhn en su domicilio, 2/11/2002.

¹⁹ Charla mantenida con Marina Maletti de Yakoboski en una clase de alemán, julio de 2002.

hablar en alto alemán, mientras que después de su clausura (1941), el idioma se mantuvo exclusivamente en la familia o en ciertas celebraciones religiosas, y por lo tanto, sus miembros mantuvieron oralmente el dialecto *Hunsrückisch*, desconociendo de este modo el alto alemán y teniendo mayores dificultades en la lectura de este idioma.

Otro medio por el cual se reforzó la lengua materna, y por ende, la germanidad y cohesión grupal, fue a través de la producción y circulación de textos escritos en idioma alemán. Las revistas, anuarios, periódicos o publicaciones semanales en alemán fueron una de las principales formas de mantener el sentimiento de filiación y lealtad hacia la nacionalidad alemana (SEYFERTH, 1981, p. 49). El anuario más conocido fue *Deutscher Kalender für den Alto Paraná*, el que con algunas interrupciones, se editó hasta principios de la década del sesenta y era consumido por la comunidad germanoparlante de Misiones y las colonias alemanas del Paraguay. El anuario *Familien Kalender* – editado por los sacerdotes jesuitas en Porto Alegre, Brasil – constituyó un vehículo de expresión de la literatura alemana-brasileña. En este sentido, Neli Schäfer analiza cómo los “Kalender” y otras ediciones brasileñas en dialecto *Hunsrück* pueden ser utilizados como fuentes primarias para estudiar hechos pasados relacionados con la identidad étnica teuto-brasileña (SCHÄFER, 1995). A esto se suman otras publicaciones, muchas leídas hasta el día de hoy, tales como *Ignatius fane*, *Stadt Gottes*, *Gottesvolk*, *Kirchenzeitung*, *Der Volksfreund*, *Deutsches Volksblatt* y el periódico *Argentinisches Tageblatt*.

EL ALEMÁN-BRASILERO Y HUNRÜCKISCH EN LA VOGELFEST

Los inmigrantes alemanes-brasileños se caracterizan por hablar en “alemán-brasileño”, dentro del cual la variante dialectal *Hunrückisch*²⁰ es mayoritaria en la Colonia de Puerto Rico. El poema *Las peri-*

²⁰ *Hunsrückisch* se denomina al dialecto originario del Hunsrück, porque dicha región montañosa tiene la forma de una espalda de perro [*Hunderückens*]. Sin embargo, Franz Schneider plantea que proviene de antiguas palabras germánicas que designaban a un tribunal de justicia denominado “*Hundsrucha*”, y con el tiempo dicho concepto se extendió a la región donde esta asamblea tenía jurisdicción (SCHNEIDER, 1999, p. 107-109).

pecias del viaje²¹ escritas por Edgar Luft en treinta y cuatro versos en este dialecto para la tercera *Vogelfest*, es una muestra de cómo pervivió como un símbolo que otorga identidad al grupo familiar.

<p>I <i>Hace más de sesenta años, cuando Capioví aún estaba cubierto por selva virgen, Enrique Vogel resolvió abandonar con su esposa e hijos su patria brasileira.</i></p> <p>II <i>Destino era un país extraño, Para ellos todo desconocido, Pero con ánimo y confianza en Dios se puede construir un futuro en cual- quier lugar.</i></p>	<p>I <i>Das ware im August sechzig Joha Wie en Capiovi noch fast alles Urwald woa Do hat de Vogel Heirnich sich entschloss Hat die brasilianisch Heimat met Fraa un Kinna verloss.</i></p> <p>II <i>Iha ziel woa en ganz fremdes Land Fo si alles unbekannt Awa met Mut un Gottvertraue Kannn ma jo tüwerall en Zukunft baue.</i></p>
--	---

En este poema se transmite la experiencia migratoria de una familia en un relato compartido que recrea el viaje que la familia realizó para llegar a Capioví. Relato en versos, se transforma en una narración sobre la práctica migratoria. Aventura narrada que organiza la genealogía familiar, marca el camino recorrido para iniciar un nuevo comienzo “en la tierra prometida”. Las peripecias del viaje son “representadas” y repetidas para ir formando la memoria fuerte y familiar.

²¹ Las peripecias del viaje [de la familia Vogel en su migración de Brasil hacia Argentina] son 34 versos escritos en dialecto *Hünruskisch* para la tercera reunión familiar de la familia Vogel (*Vogelfest*), realizada el 2 de septiembre de 1984. Traducción realizada por el autor y revisada por Cecilia Gallero, en este texto no se transcribe en el dialecto original, sino como fuera escrita por el autor.

<p>III <i>Embalan todo para el viaje, Charque, huevos, tocino, queso, pan de maíz, Pollos asados, fariña de mandioca, chucrut, Salamitos, cebolla de verdeo.</i></p> <p>IV <i>Entre la provista también hubo otras cosas, Tabaco negro, chala de maíz para hacer los cigarros, Melaza y crema para untar.</i></p>	<p>III <i>Zuerst verpake si alles fo die Rees Scharke, Oia, Spek un Kees Milkebroot, gebratne Hahne un Farin Zauerkraut, Radisja un Zwiebelgrin.</i></p> <p>IV <i>Bei all dem Proviant Waa sonst noch allerhand Zikablata, Fum un Iskiere Mesre fo Sirup un Rahm ze schmie- re.</i></p>
---	---

Los alimentos del viaje, como *charque*, *tocino*, *fariña de mandioca* y *chucrut*, viajan con la familia en un relato-poema que se transforma en epopeya. La descripción oral del viaje, de los lugares recorridos y los transportes utilizados representan un acto de enunciación, que proporciona una narración cotidiana que relaciona el itinerario realizado “(una serie discursiva de operaciones) y el mapa (un asentamiento totalizador de las observaciones), es decir entre dos lenguajes simbólicos y antropológicos del espacio. Dos polos de la experiencia” (CERTAU, 2007, p. 132).

El relato traza el itinerario recorrido y desempeña un papel decisivo. Describe el espacio y marca hitos que se anclan en la memoria. En palabras de Maurice Halbwachs, “el marco de la memoria familiar está constituido de nociones, nociones de personas y nociones de hechos, singulares e históricas en este sentido, pero que tienen además todas las características de pensamientos comunes de todo un grupo, e incluso de varios” (Halbwachs, 2004, p. 210).

De este modo, a través de Edgar Luft se preserva del olvido el relato del viaje y a través de su poema se construye herencia familiar, en la cual el dialecto pasa a ser vivido como un legado que se trasmite para conectar sus orígenes con la realidad familiar en una fiesta. Esta narración es una representación, que en la medida en que sea repetida una y otra vez, se difunde y va conformando de algún modo la *memoria*

colectiva que será compartida por los miembros de la familia. El relato organiza una memoria fuerte, es decir, una

memoria masiva, coherente, compacta y profunda que se impone a la gran mayoría de los miembros de un grupo, cualquiera que sea el tamaño de este, aunque sabiendo que la probabilidad de encontrar una memoria semejante es tanto más grande cuanto más pequeño sea el grupo. Una memoria fuerte es una memoria organizadora, en el sentido de que es una dimensión importante de la estructuración de un grupo y, por ejemplo, de la representación que éste va a hacerse de su propia identidad. (CANDAUI, 2001, p. 40).

Esta memoria fuerte estructura la representación que hacen de sí mismos, de la historia y de la identidad familiar; identidad relacionada a *la tierra de colonizadores*, al *espíritu de trabajo* y al *progreso en tiempos difíciles, gente desconocida y selva virgen*. Este momento original, este “nuevo comienzo” juega un papel importante en la definición de la identidad grupal, pues hace referencia al origen común de la familia.

CONCLUSIONES

La comunidad alemana-brasileña se constituyó a través de la migración; sin embargo, el sentimiento de origen alemán comenzó a gestarse luego de la unificación alemana (1871). Esta identidad transgeneracional y transnacional conservó matices de la comarca [*Gau*] de sus ancestros, en ella las particularidades pre-nacionales se convirtieron en una distinción interna.

El porcentaje de endogamia en el período analizado (1928-1959), de 76,7% para el grupo alemán-brasileño es una clara evidencia de que la germaneidad actuó como aglutinante social. En este sentido, el análisis de la *Vogelfest* permitió explorar una práctica simbólica que corporizó la identidad alemana-brasileña en la actualidad. Este encuentro familiar mostró distintas estrategias de un mismo grupo para mantener la tradición agrícola. Algunos permanecieron en Brasil, otros buscaron en la colonización en países vecinos nuevas tierras para cultivar. Sin embargo, la ciudadanía jurídica se transformó en

una marca que pudo ser borrada por los lazos familiares al trasponer las fronteras políticas. La familia y la ascendencia común continuaron siendo los factores aglutinantes.

La territorialización de su identidad se manifestó a través del bagaje que traían de los diferentes paisajes geográficos-regionales, el que se evidenció a través de la identidad dialectal y fue vivida como una tensión intra-grupo, en la cual, la distinción de hablar en alemán o algún dialecto podía ser descubierta por quien supiera el idioma “desde la casa” o desde la lejana patria.

El poema “*Las peripecias del viaje*” permitió acceder a un escrito en rima en dialecto *Hunsrückisch* que deja abierta la puerta para futuras investigaciones a lingüistas germanistas. La diferenciación idiomática entre los inmigrantes germánicos evidenciaron distinciones internas que están relacionadas con la historia migratoria del grupo y con la historia que había transcurrido en la lejana “Alemania” durante el siglo XIX, y las que fueron recreadas en Misiones por quienes la transformaron en su nueva patria.

Finalmente, la participación en fiestas familiares abrió la puerta a las redes de relaciones entre parientes y permitió descubrir relatos como el mencionado poema, que reafirman la importancia del núcleo familiar y de la memoria utilizada para mantener la cohesión grupal de los migrantes alemanes-brasileños. La reminiscencia común, la representación de una memoria familiar, así como la responsabilidad de la transmisión y del contenido de las herencias materiales e inmateriales son dimensiones esenciales del sentimiento de pertenencia y de los lazos familiares que hacen que los miembros de la familia quieran considerarse *una* familia. En este caso, el poema es una representación que ayuda a consolidarlos.

BIBLIOGRAFÍA

ARGENTINA. Dirección Nacional del Servicio Estadístico, Cuarto Censo General de la Nación, Buenos Aires, Guillermo Kraft Ltda., 1947.

ARGENTINA. Dirección Nacional de Estadísticas y Censos, Censo Nacional de Población 1960, Buenos Aires, Tomo V, 1967.

- BAILY, S.; MIGUEZ, E. (Eds.). *Mass migration to modern Latin America*. Wilmington: Scholarly Resources Inc., 2003.
- BARANGER, D. *Aspectos socio-lingüísticos de la población de Misiones*. Posadas: UNaM, 1974.
- BERGMANN, G. *Auslandsdeutsche in Paraguay, Brasilien, Argentinien*. Bad Münstereifel: Westkreuz-Verlag, 1994.
- CANDAU, J. *Memoria e identidad*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 2001.
- CERTEAU, M. de. Relatos de espacio. In: *La invención de lo cotidiano*. México D. F.: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente y Universidad Iberoamericana, 2007.
- DEVOTO, F. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2003.
- ELIAS, N. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GALLERO, M. C. *Con la patria a cuestas*. La inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones. Buenos Aires: Araucaria Editora, Instituto de Investigaciones Geohistóricas, 2009.
- GEE, P. Memory and myth: a perspective on narrative. In: MC CABE, Allissa; PETERSEN, Carol (Eds.). *Developing narrative structure*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1991.
- GUTTENKUNST PRADE, H. O linguajar do alemão gaúcho. In: CUNHA, J. da.; GÄRNER, A. (Orgs.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.
- HALBWACHS, M. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- LUFT, R. *Capioví*. Posadas: Ediciones Montoya, 1981.
- MARTINS SCHÜTZ, M. Imigração alemã: processo, costumes e influências. In: *1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, São Leopoldo, 1974.
- MEDING, H. Etnicidad, identidades y migraciones de los colonos de habla alemana en Misiones. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 31, p. 727-745, 1995.

MIGUEZ, E.; ARGERI, M.; BJERG, M.; OTERO, H. Hasta que la Argentina nos una: reconsiderando las pautas matrimoniales de los inmigrantes, el crisol de razas y el pluralismo cultural. *The Hispanic American Review*, v. 71, n. 4, p. 781-808, 1991.

ROMAINE, S. *El lenguaje en la sociedad*. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

SCHÄFER, N. *Vida cotidiana e identidade étnica teuto-brasileira (1911-1961)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale dos Sinos, Centro de Ciências Humanas, São Leopoldo, 1995.

SCHIAVONI, G. Economía del don y obligaciones familiares. Los ocupantes agrícolas de Misiones y el debate farmer-campesino. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, IDES, 2001. p. 445-466.

SCHNEIDER, F. Woher stammt der Name Hunsrück? In: *Anais do I e II Seminário Nacional de Pesquisadores da História das comunidades teuto-brasileiras*, Lageado, 1999.

SEYFERTH, G. *Nacionalismo e identidade étnica*. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERTH, G. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS. IFCH, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ano 6, n. 14, p. 143-176, 2000.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

WOORTMANN, E. Entre la antropología y la historia. Colonos, campesinos y memoria familiar en Brasil. In: BERJ, M.; BOIXADÓS, R. (Eds.). *La familia, campo de investigación interdisciplinario*. Teorías, métodos y fuentes. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2004. p. 99-114.



COMER E LEMBRAR: MEMÓRIAS AFETIVAS SOBRE LAR E PERTENCIMENTO DE BRASILEIROS EM LONDRES¹

Maria das Graças S. L. Brightwell

Ela explica-lhe a gramática do prato: “há dois tipos de feijão: preto e carioca...”. Parece apaixonada pelo que está comendo, revelando pequenas reminiscências entre bocados: “Este alimento não fazia parte do repertório culinário de minha mãe. Eu comia na casa do meu vizinho quando pequena. Mas não me convidava muitas vezes porque tinha seus próprios filhos para alimentar...”. Ambos aparentam quarenta, cinquenta e poucos anos. Ela tem cabelos longos, grisalhos, ele é calvo, levemente acima do peso e usa um suéter cinza, surrado. “Os sabores são todos adoráveis!” Ela parece muito mais animada sobre este encontro com a comida brasileira do que ele, fechando os olhos entre bocados. “Este era um desejo de vários anos. Esta comida segue um caminho que comida chinesa não alcança”, diz ela, em inglês sem traço de sotaque. Ele observa que a mandioca não tem muito sabor. Ela ensina-o a comer com um pouco de carne. Menciona-lhe que palavras em português, que não ouvira durante anos, surgem na sua mente: “açougueiro”. “É toda essa carne, supinho”, conclui ele, ressaltando que trata-se de

¹ Este capítulo está baseado em dois textos já publicados: Diasporic reconnections through food. In: CHRISTOU, A.; MAVROUDI, E. (Orgs.). *Dismantling diasporas: Rethinking the geographies of diasporic identity, connection and development*. 1. ed. Farham: Ashgate, 2015, p. 29-42; e, Sentirse em casa longe de casa: a comida no cotidiano de migrantes brasileiros em Londres. *Tessituras*, v. 3, p. 60-78, 2015. Agradecemos a permissão dos editores para reprodução. Este texto é publicado *in memoriam*. Maria das Graças Brightwell nos deixou em novembro de 2018. Neste texto, uma reflexão sensível sobre a comida e os afetos em contextos migratórios.

uma refeição substancial, ao que ela responde: “Você vai sentir-se satisfeito por 24 horas. No Brasil, as pessoas fariam uma siesta. Eu me sinto como um porca, mas quem se importa? Come-se à vontade por seis libras”. Ele levanta-se para pagar e eu aproveito para perguntar se ela é brasileira e se vem aqui muitas vezes. Ela me diz que seu nome é Cristina. Saiu de São Paulo quando tinha 12 anos de idade, nunca mais voltou ao Brasil e não tem contato com outros brasileiros. Não havia provado comida brasileira nos últimos 30 anos, a não ser um par de vezes quando tentou cozinhar o feijão “com o melhor de sua habilidade”. Viu este restaurante algumas semanas atrás e decidiu experimentar a comida e conhecer outras pessoas brasileiras. (Anotações de campo, café/restaurante)

INTRODUÇÃO

O extrato acima, registrado durante a pesquisa etnográfica em um restaurante brasileiro em Londres, captura o entrelaçamento entre comida, memórias e as complexas configurações de lar e pertencimento de imigrantes brasileiros em Londres. Pesquisas indicam que o preparo e o consumo de alimentos do repertório culinário de sua terra natal são práticas significativas para manter um sentido de lar para os imigrantes (LAW, 2001; SUTTON, 2001). As práticas alimentares possuem a “capacidade de evocar uma experiência multifacetada do lugar” (LAW, 2001; RODAWAY, 1998). Devido à sua capacidade multisensorial (especialmente através de gosto e cheiro, mas também visão e tato), a comida evoca experiências passadas do lar e de casa (SUTTON, 2001), levando os imigrantes de volta para outros tempos e lugares, permitindo-lhes recriar a “paisagem sensorial de suas casas” (SEREMETAKIS, 1994) nos novos lugares em que habitam. Para as pessoas em situações de deslocamento, forçado ou não, a comida pode tornar-se o elo mais tangível com o local de nascimento, o “cordão umbilical que os une à terra natal” (ROSALES, 2010), uma expressão cotidiana de um sentimento de identidade coletiva (CHOO, 2004), um meio através do qual as histórias são contadas e lembradas, lugares são descritos, identidades formadas e comunidades imaginadas (SEREMETAKIS, 1994).

Este capítulo baseia-se em tese de doutorado concluída em 2012 sobre o papel da comida na formação de identidades diaspóricas entre brasileiros em Londres. A investigação incluiu uma pesquisa documental sobre os sistemas de fornecimento de alimentos, entrevistas semiestruturadas com comerciantes brasileiros em Londres, documentação fotográfica, grupos focais com os migrantes brasileiros, períodos de pesquisa observacional em dois estabelecimentos e investigação etnográfica em dois domicílios brasileiros em Harlesden, Brent (uma área de Londres com imigração brasileira acentuada na última década). O trabalho de campo exploratório iniciou em 2008, seguido de visitas e entrevistas em 2009 e 2010.

Aborda-se aqui a complexa localização dos sentidos de casa para os migrantes: casa é o que se deixou para trás, mas também é construída nas relações sociomateriais do espaço doméstico, onde as práticas alimentares remodelam a narração e constituição de família, gênero e identidades étnicas. Examina-se também como o sentido de lar constitui-se em um circuito mais amplo de relações e locais de sociabilidade, tais como mercearias, restaurantes e cafés. Tais locais de consumo não só visibilizam a presença brasileira em Londres, mas também proporcionam espaço onde evocações de identidade e de pertença são acionadas através de memórias sensoriais cotidianas e de narrativas pessoais. Examino aqui a verbalização de lembranças provocada pela comida e o que expressam acerca dos sentidos de si e do outro, “daqui” e de “lá”.

Os brasileiros eram considerados, na época do estudo, um “grupo migrante recente e significativo” (EVANS et al., 2011) e o maior grupo sul-americano no Reino Unido (MCLLWAINÉ, 2011). Não havia consenso sobre o número de brasileiros que viviam no Reino Unido (EVANS et al., 2007, 2011; KUBAL et al., 2011). No entanto, havia consenso de que a migração brasileira para o Reino Unido havia aumentado consideravelmente a partir da década de 1990 e acelerada ainda mais a partir de 2000, mostrado um ligeiro declínio a partir de 2007, devido à recessão econômica e às políticas de controle de imigração introduzidas pelo governo britânico (MCLLWAINÉ, 2011; KUBAL et al., 2011). O crescimento da presença brasileira em Londres refletiu-se no aumento no número de lojas, restaurantes, cafés, salões de beleza, igrejas e de outros serviços para atender às necessi-

dades dos migrantes brasileiros (SHERINGHAM, 2010). Para denominar essa dinâmica no ramo da alimentação, empresários brasileiros em Londres utilizaram durante a pesquisa a expressão “economia da saudade”.

Apesar dessa considerável população, a comunidade brasileira em Londres continuava em grande parte invisível na consciência pública e nos estudos de migração. Minha pesquisa abordou essa lacuna e, ao olhar para as práticas cotidianas dos migrantes, buscou responder de forma mais ampla a apelos para que estudos sobre migração estivessem também atentos aos aspectos emocionais e materiais da vida cotidiana dos migrantes (HALFACREE & BOYLE, 1993; CONRADSON, 2005).

SAUDADE, MEMÓRIA E APEGO ÀS “COISAS” NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE PROJETOS MIGRATÓRIOS

Ao examinar o papel que a nostalgia, a memória e o apego às coisas desempenham na construção social de projetos dos imigrantes, inspirei-me em reflexões teóricas sobre as “geografias translocais, multi-situadas e multi-escalares” (BRICKELL & DATTA, 2011; DATTA, 2011; SMITH, 2011), em discussões sobre o papel da memória sensorial (LAW, 2001; SUTTON, 2001; KALEKIN-FISHMAN & LOW, 2010) e em literatura acadêmica sobre casa, diáspora e cultura material (TOLIA-KELLY, 2004; BLUNT & DOWLING, 2006; DATTA, 2008; CRANG, 2010; CHRISTOU, 2011).

O conceito de translocalismo desenvolvido por Smith (2001) em suas investigações sobre “urbanismo transnacional” tem sido útil para compreender “os processos sócio-espaciais através dos quais os atores sociais e suas redes forjam ligações translocais e criam ligações entre e através de vários lugares” (SMITH, 2011, p. 181). A partir disso, Brickell e Datta cunharam a expressão “geografias translocais”, apreendendo a sobreposição de diferentes tempos e lugares na vida

quotidiana dos migrantes (2011, p. 4) e na formação de trajetórias e projetos identitários. Central neste debate é o fato de que a nação não é a única referência para a identidade migrante. Lares, famílias, bairros, vilas, cidades, regiões, e essas múltiplas conexões e registros de afiliação espacial continuam a influenciar as trajetórias dos migrantes no seu novo local de assentamento (BRICKELL & DATTA, 2011).

Estabeleço diálogo com os discursos teóricos sobre diáspora utilizados desde uma perspectiva transnacional e intercultural para examinar como formações sociais diaspóricas forjam sentidos próprios de identidade (CLIFFORD, 1994; BRAH, 1996). Estas abordagens trazem novas conceitualizações sobre o significado de lar, incluindo “a relação entre lar e terra natal, a existência de vários lares, e as interseções entre lar, memória, identidade e pertencimento” (BLUNT & DOWLING, 2006, p. 199). Enfatizando a relação entre memória e diáspora, tema que tem ganhado espaço na agenda acadêmica nas últimas duas décadas (BRAH, 1996; FORTIER, 2000; TOLIA-KELLY, 2004), autores argumentam que a “lembrança é a principal modalidade de formação da identidade diaspórica” e “ligada à criação da identidade dos lugares” (FORTIER, 2005, p. 184), reconectando os migrantes com a “experiência vivida da localidade” (BRAH, 1996, p. 192). No entanto, pouca atenção tem sido dada ao papel da memória sensorial na construção de experiências translocais dos migrantes, como bem observou Lahiri (2011).

Exceções são raras, mas inspiradoras. A pesquisa antropológica de Sutton (2001) na Grécia é uma referência-chave para os estudos sobre comida, memória e os sentidos na experiência da migração. A autora sugere que o consumo de alimentos familiares pode fornecer a possibilidade de ser transportado para o “mundo completo de casa” (SUTTON, 2001, p. 82), mesmo que momentaneamente e, portanto, desafogando a “carga emocional” de viver em um país estrangeiro, comum a tantos sujeitos em situação de deslocamento, ainda que voluntário. A importância dos registros sensoriais dos migrantes na “invenção consciente de um lar e na imaginação do lugar” através de alimentos e outras práticas sensoriais também está presente no relato político de Law (2001, p. 276) sobre o papel do olfato na construção dos lugares. Ela descreve que, todos os domingos, uma praça no centro de Hong Kong se transformava em uma “Little Manila” através das

reuniões sociais culinárias das mulheres Filipinas, empregadas domésticas em seu dia de folga. Mais recentemente, Lahiri proporcionou um “mapeamento das geografias sensoriais situadas que conectam e desconectam cidades”, mostrando “como as cidades coloniais de Kolkata e Londres são lembradas transversando espaço e tempo através das memórias translocais de uma minoria religiosa, seguidores da seita hindu, conhecida como Brahma Samaj” (LAHIRI, 2011, p. 855).

Consciente de que o campo dos estudos da memória é muito vasto para ser aqui revisto, ressalto alguns aspectos desenvolvidos na obra de Maurice Halbwachs (1992) que considerarei relevantes nesta pesquisa. Ao tratar de como o individual e o coletivo se entrelaçam para construir e interpretar memórias, o autor argumenta que, ainda que lembrar seja um ato individual, o que é lembrado é construído dentro e por grupos sociais. Ele também argumenta que a memória está entrincheirada em espaços coletivos, assumindo assim a memória para além das suas qualidades temporais para olhar como a memória se confunde com o espaço. Estudos recentes apontam que a relação entre memória coletiva, espaço e identidade tem sido abordada através de espaços públicos e compartilhados (NORA, 1989) que tratam sobre como certos sítios públicos de memória vieram a representar a identidade nacional francesa, mas pouca atenção tem sido dada aos espaços e memórias mais íntimas (BLUNT, 2003; JONES & GARDEHANSEN, 2012). É justamente nesta lacuna que este trabalho está situado, explorando aspectos da lembrança sensorial e de memórias localizadas em processos de mobilidade humana.

“Saudade” é uma palavra considerada carregada de uma complexidade singular à língua portuguesa. Descrita por alguns autores como um “profundo anseio por alguém ou algo que foi perdido” (DUARTE, 2005), descreve, em parte, os sentimentos complexos de estar “longe de casa”. Compartilha algumas semelhanças com o sentimento de nostalgia, palavra esta que, de acordo com a geógrafa britânica Alison Blunt, “evoca a casa em seu próprio significado” (BLUNT, 2003, p. 720). As raízes da palavra vêm do grego: *nóstos* significa voltar para casa, e *algos* significa dor; assim, o significado implícito de saudade. A cultura da nostalgia encontra críticas consideráveis: acusações de ser uma tentativa de comercializar o passado e de promover escapismo. O próprio sentimento de nostalgia tem sido considerado como “rea-

cionário, regressivo, ridículo” (LOWENTHAL, 1989, p. 20). A noção de “nostalgia produtiva”, por outro lado, cunhada por Blunt, oferece um significado mais positivo. Para ela, esta noção traduz uma ânsia por lar, por casa, “encarnada e promulgada na prática e não apenas na imaginação, um desejo orientado tanto para o futuro, quanto para o passado, para um sentido de lugar que é ao mesmo tempo próximo e distante” (BLUNT, 2003, p. 719).

A ECONOMIA DA SAUDADE: COMÉRCIO E CONSUMO DE ALIMENTOS BRASILEIROS EM LONDRES

A primeira parte desta discussão centra-se na análise em dois comércios de comida brasileira em um bairro londrino, Harlesden, aqui referidos como Café/Restaurante e Merceria. Através de trabalho de campo etnográfico eu examino como eles reclamam para si pequenas porções da cidade, construindo espaços de sociabilidade para imigrantes brasileiros e, ao mesmo tempo, tornando visível a presença brasileira em Londres. Os dois pontos comerciais foram as primeiras empresas brasileiras a abrir em Harlesden, um bairro multicultural no noroeste de Londres, com forte presença brasileira.

O Café/Restaurante possuía um forte apelo regional, refletindo e atraindo dois grandes grupos de migrantes brasileiros em Londres (mas não exclusivamente), provenientes dos estados de Minas Gerais e Goiás. A Merceria, por outro lado, oferecia produtos dirigidos à diáspora brasileira em geral. Ambos os locais mostraram diferenças, bem como aspectos comuns que podem ser generalizados para outras lojas brasileiras em Londres. O Café/Restaurante possuía uma fachada verde-amarela, destacando-se do prédio de tijolos cinza no qual está localizado. O restaurante, que fica no porão, servia um serviço de buffet livre, a um preço bastante razoável para os padrões londrinos. No café, uma TV permanecia continuamente ligada, mostrando programas brasileiros. Em uma das paredes havia uma placa com pequenos anúncios sobre trabalho, oferta de acomodação e vários outros serviços para a

comunidade brasileira. Revistas brasileiras estavam sempre empilhadas em um canto. Não havia menu ou qualquer explicação – em inglês ou português – dos pratos ou do serviço, além de uma placa na fachada de “self-service”, que se aplicava somente ao restaurante.

No caso da mercearia, o estabelecimento assemelhava-se a outros pontos de varejo brasileiros, com a maioria dos sinais escritos no interior da loja em português, mensagens religiosas impressas penduradas nas paredes, imagens com paisagens brasileiras e uma bandeira do Brasil permanentemente em exposição na vitrine. No seu interior funcionava também uma casa de câmbio e um açougue. Adjacente à mercearia localizava-se um salão de beleza brasileiro. A clientela constituía-se principalmente por brasileiros provenientes de várias partes do Reino Unido, que frequentam o lugar para ter uma experiência brasileira em Londres. Essa experiência era vivida no dia de folga, e ela envolvia a compra de produtos de mercearia, o envio de remessas, uma visita ao salão de beleza e a degustação de produtos brasileiros, principalmente coxinha, guaraná e pão de queijo.

Os dois espaços comerciais estudados eram também espaços comunitários com os quais todos os brasileiros em Londres se relacionavam de alguma maneira, seja visitando regularmente, de vez em quando, ou até mesmo evitando. Argumento que esses espaços faziam parte de uma comunalidade baseada na sociabilidade “caseira”. Este terreno comum, eu sugiro, era forjado em parte através dos alimentos vendidos, mas também pelas semelhanças através da encenação de discursos públicos (incluindo tanto interesses materiais comuns ou os prazeres de ouvir a língua materna). Ao mesmo tempo, esses espaços públicos permitiam que diferentes formas de brasilidade fossem negociadas e contestadas.

O desconhecimento do idioma, a ausência de apoio institucional e familiar e a falta de referências culturais podem causar grande desconforto emocional nos migrantes recém-chegados. A familiaridade proporcionada pela língua materna, comida, objetos e situações sociais proporciona, assim, um alívio para esse desconforto. Essa situação foi relatada inúmeras vezes por imigrantes brasileiros que, face ao isolamento cultural, buscavam esses estabelecimentos brasileiros para “sentirem-se bem”: “Porque eu sou tímido eu nunca iria para um lugar onde as pessoas falassem inglês. Eu queria ser servido por alguém que

falasse a mesma língua que eu. (...) Me fez sentir bem para ver pessoas do Brasil”.² Os proprietários e funcionários desses estabelecimentos brasileiros estavam cientes de que, além da comida, precisavam oferecer um espaço que respondesse às exigências emocionais da migração, como relatou este funcionário:

As pessoas vêm aqui não só para comprar alimentos. Eles procuram alguém que os escute, alguém que possam confiar detalhes íntimos de suas vidas, os seus problemas. As pessoas chegam aqui e eu noto imediatamente se elas têm algum problema. Eu uso a psicologia. As pessoas vêm aqui, porque são solitárias e precisam de alguém para conversar. Quando são ouvidas, você estabelece uma conexão, um relacionamento pessoal. Não é apenas a comida. (Anotações de Campo, mercearia)

Nas visitas ao campo, era comum escutar os clientes se referirem a esses lugares como “minha casa”. Além da comida em si, uma série de outros fatores contribuía para que a reconfiguração de uma experiência banal como a compra de alimentos se tornasse um lembrete do “lar” e da “terra natal”. Mankekar (2005), em sua análise de mercearias indianas na Califórnia, observou que os indianos que frequentavam esses lugares não o faziam também apenas em busca de produtos específicos, mas interessados em ter uma “experiência de compra indiana” relacionada a características sensoriais. Corpos, idioma, cheiros, gostos, texturas e objetos constituem um aspecto importante da experiência de consumo e são recursos que transmitem um sentimento de lar e pátria (MANKEKAR, 2005). Em grande parte do comércio brasileiro em Londres, esses elementos estavam presentes e contribuía para a translocalização da “vida brasileira”.

Nesses lugares as compras não eram feitas de forma apressada ou puramente funcional, as pessoas percorriam a loja engajando-se sensorialmente com a comida e com o ambiente, enquanto narravam episódios de suas vidas passadas e presentes, memórias afetivas sobre a manga e o abacateiro na casa da mãe ou até mesmo o caldo de carne na cozinha da avó, conforme registrei em minhas anotações de campo. Alimentos não só desencadeiam memórias, mas também ajudam as pessoas a articular o passado. Woodward (2007, p. 152) chama isso de

² Entrevista com William (nome fictício), 28 anos de idade.

“narrativização de objetos”, ou seja, o modo como as pessoas falam sobre objetos como uma maneira de falar sobre suas vidas, valores e experiências. A aparência, o cheiro e o sabor dos alimentos assim como o apelo visual das embalagens de alimentos formam o que Holtzman (2006) chama de “pistas mnemônicas”: lembretes de paisagens gustativas passadas. As poderosas pistas mnemônicas despertadas pelo ato de comer podem ser explicadas, de acordo com Sutton (2001), pelas peculiaridades da memória olfativa. Ao contrário das cores, que podem ser facilmente chamadas de volta à mente, recordar um perfume envolve trazer à mente as experiências ligadas a esse perfume. Assim, os cheiros conectam-se com as “memórias episódicas” (VROON, 1997, citado por SUTTON, 2001, p. 89), ou seja, a memória de eventos autobiográficos com tempos, lugares e emoções associadas.

Isto era verdade não só para os clientes, mas também para *chefs*. Uma *chef* relatou-me como os cheiros de especiarias a levavam de volta para o microcosmo da cozinha de sua avó:

Eu uso cominho e cada vez que eu deixo marinar a carne com ele, lembro da minha avó e sua cozinha, que é de outro estado – Mato Grosso (não de onde eu venho) – então imediatamente isso me faz lembrar dela e de minha infância; de quando íamos de férias e ela marinava bolas de carne com este tempero.³

Ao longo da pesquisa, testemunhei como os brasileiros das mais variadas origens chegavam a esses lugares em busca de roteiro cultural comum, que muitas vezes se expressava através da comida. Não obstante, a oferta nas prateleiras ou na mesa era sempre incompleta, fornecendo apenas recursos limitados e raramente era capaz de expressar as múltiplas identidades e associações do sujeito diaspórico. Esses varejistas nunca poderiam simplesmente restaurar os complexos posicionamentos e distinções culturais presentes antes da migração. Mas a comida “brasileira” era usada para costurar essas diferenças. A presença brasileira em Londres está desta forma envolvida na homogeneização de uma “cultura alimentar”, permitindo a reprodução de uma “cultura” nacional na diáspora (MANKEKAR, 2005, p. 204).

³ Entrevista com Adriana (nome fictício), *chef* e dona de restaurante, 30 anos.

Os produtos vendidos nesses locais eram produtos de marcas nacionais comercializadas em massa, vendidas em todo o Brasil e, portanto, presentes na maioria das cozinhas brasileiras: feijão, caldo de galinha, café, refrigerantes, farinha de mandioca temperada, etc. No entanto, esses objetos de consumo adquiriram novos significados na configuração diaspórica, ou seja, a capacidade de evocar familiaridade para um grande número de brasileiros, permitindo assim a construção de espaços coletivos de pertença baseados em gostos e práticas de consumo compartilhados. Como lembra Sutton (2001, p. 84), “há uma comunidade imaginada implícita no ato de comer alimentos ‘de casa’, quando no exílio, sabendo-se que os outros estão comendo a mesma comida”. A comida torna-se, então, um “lembrete mundano que mantém a identidade nacional perto da superfície da vida cotidiana” (PALMER, 1998, p. 192), com base na noção de “nacionalismo banal” de Billig (1995).

Ainda assim, o projeto de criação de espaços de pertencimento coletivo na diáspora não é simplesmente uma questão de estabelecer a uniformização (e comensalidade), mas ele é entrecortado por pontos de tensão entre movimento e fixação, sutura (HALL, 1990) e da partida, fora e dentro (FORTIER, 2000). Neste sentido, a comida não se limita a simbolizar os laços sociais e divisões; participa na sua criação e recriação (SUTTON, 2001, p. 102). O alimento como um produto cultural tem um papel paradoxal: ele reforça e desempenha um papel ativo na construção da ideia de ser brasileiro, ou mais especificamente um brasileiro migrante, mas também pode ser uma arena onde os significados de brasilidade e a sua representação são contestados (BRIGHTWELL, 2012). Nas lojas e cafés, representações de brasilidade em Londres estavam constantemente a ser negociadas, desde a comparação entre diferenças nos hábitos alimentares regionais até a propagação de estereótipos regionais.

SITUANDO A CASA E O ESPAÇO DOMÉSTICO

A casa e o espaço doméstico não podem ser confundidos com espaço meramente familiar. Settles (2001) aponta uma variedade de situações em que indivíduos, não necessariamente famílias ou pessoas

com laços de parentesco, compartilham o mesmo domicílio e espaço doméstico. Este é o caso da minha amostra. A pesquisa foi realizada em dois domicílios localizados em Harlesden – um bairro Londrino onde reside um grande número de brasileiros. Os apartamentos pertenciam a um mesmo proprietário, que compartilhava um dos apartamentos com inquilinos e, distante algumas portas, sua ex-esposa compartilhava outro apartamento com os dois filhos do casal e outros inquilinos. As peculiaridades das condições de vida destas duas famílias certamente não representavam a experiência de moradia de todos os brasileiros em Londres, mas eram indicativas de condições de vida comuns a muitos (ver EVANS et al., 2011). Tais experiências também apontam para a “diversidade e complexidade das famílias modernas” (VALENTINE, 1999, p. 494) e a tendência de que processos migratórios compliquem ainda mais as relações sociais e espaciais da vida doméstica, assim como as culturas culinárias.

Minha estratégia de pesquisa foi o que Pink chama de etnografia como aprendizagem sensorial, ou seja, aprender envolvendo-se ativamente com o meio ambiente e atividades que se deseja estudar (PINK, 2009). As visitas foram registradas ao longo do período de um ano, com períodos de permanência de até três dias, abrangendo diferentes dias da semana. Realizei também entrevistas semiestruturadas com dez moradores além de várias conversas informais, tanto individuais como em grupo. Também fiz uma documentação fotográfica e participei de atividades com os moradores, tais como sair às compras, cozinhar, comer em casa ou fora. Nem todos, mas a maioria dos moradores era brasileira, de origens, perfil socioeconômico, idade, sexo, tempo de permanência no Reino Unido e estatuto jurídico variados, o que proporcionou uma diversidade de experiências.

Estudiosos têm apontado para a complexidade que a palavra “casa” – no sentido de “lar” – possui em contextos diaspóricos e de deslocamento: “permanecer, partir e viajar estão integralmente associados com noções de casa” (MALLETT, 2004). A noção de casa/lar torna-se, portanto, “um significante simultaneamente flutuante e enraizado” (BRAH, 1996, p. 3). Para o migrante, a casa/lar pode ser móvel, estabelecida através da repetição e hábitos domésticos, em vez de um local fixo (WISE, 2011). Por outro lado, no “sentir-se em casa” e na construção da vida doméstica também está em jogo a afinidade

com espaços físicos específicos, como mostra pesquisa recente, atestando para a “aderência” do lugar e sua importância na mediação dos sentidos de pertencimento de sujeitos migrantes (CHENG, 2010) e mais especificamente a importância da vida doméstica na compreensão de experiências de migração (HATFIELD, 2011). Esta análise, portanto, lida com a noção de casa como um processo (RAPPORT & DAWSON, 1998) e de casa como um lugar (TUAN, 1997; WISE, 2011), tratando-as como duas realidades complementares e contraditórias da experiência dos imigrantes.

O que torna uma casa um lar? Como sentir-se em casa em um novo país e em uma nova casa? A casa, no seu sentido de lar, de “sentir-se em casa”, é construída na materialidade das atividades domésticas, na imaginação e por meio de relações sociais e emocionais (BLUNT & DOWLING, 2006, p. 23). A criação da noção de “lar” implica, portanto, relações sociomateriais do espaço doméstico através da repetição e/ou (re)criação de hábitos, práticas e rotinas domésticas. “Práticas”, explica Swidler (2001, p. 74-75), são as atividades rotineiras do dia a dia, “notáveis por serem executadas de maneira inconsciente, automática e não pensada”,⁴ marcadas pela maneira com que indivíduos “usam seus corpos, nos seus hábitos, consideram sentidos de espacialidade, gosto em música, vestimenta e comida como fatos consumados – as rotinas sociais que conhecem tão bem que são capazes de improvisar sem pensar duas vezes”.⁵

A pesquisa revelou que o consumo alimentar é considerado um dos principais domínios em que os migrantes se sentem forçados a “acomodar” as mudanças advindas da migração. Até então consideradas atividades rotineiras da vida cotidiana, comprar, cozinhar e comer são atividades que têm que ser repensadas e reconfiguradas para acomodar as realidades da labuta como imigrantes e os contextos domésticos que agora habitam.

A manutenção de certa preferência alimentar foi defendida por vários participantes da pesquisa e articulada como “comida brasilei-

⁴ “Notable for their unconscious, automatic, un-thought character”, na versão em inglês. Tradução nossa.

⁵ “Use their bodies, in their habits, in their taken-for-granted sense of space, dress, food, musical taste – in the social routines they know so well as to be able to improvise spontaneously without a second thought”, na versão em inglês. Tradução nossa.

ra” (definida principalmente como feijão, arroz, carne e salada). Esta preferência foi por eles justificada em termos de algo a que estão acostumados e que consegue preencher, além do vazio do estômago, algo que caracteriza e distingue:

É, por exemplo, ontem eu cheguei aqui louco, já fazia 15 dias que eu não comia feijão. Precisava... você preenche o estômago, sente que passou a fome e tal, mas falta aquela coisa característica... não digo sempre, porque também estou aberto a conhecer outras culinárias (...). Adoro peixe, mas fosse para comer peixe a vida inteira a partir de agora, não dava! (...) Feijão, arroz e carne (...) tem que ter carne. Tem que ter carne na panela, um bife frito acebolado, uma carne assada no forno...⁶

O trabalho etnográfico nos domicílios revelou, porém, que o desejo de “continuação” das práticas alimentares, ou seja, o desejo de comer comida brasileira, reclamado por alguns participantes, não era um processo fácil. Não se tratava meramente de uma continuação, mas implicava complexos processos de interrupções, aprendizagem, lembrança, adaptações, resistência, incorporações e criações. Alguns participantes aprenderam a cozinhar pela primeira vez em Londres.

A centralidade dos alimentos na produção da identidade “familiar”, na negociação das relações de gênero e na divisão do trabalho dentro da família já foi observada por estudos anteriores (JACKSON, 2009; MENNEL et al., 1992), mostrando as complexas relações entre alimentação e vida familiar. A natureza mista dos dois ambientes domésticos que investigamos certamente traz *insights* interessantes sobre a complexidade nos arranjos de famílias migrantes e, de forma mais ampla, a respeito dos arranjos domésticos contemporâneos, nem todos baseados em torno de famílias nucleares com filhos pequenos (VALENTINE, 1999).

Antes disso, no entanto, é necessário fazer uma breve introdução sobre a dinâmica da família. Celso, dono dos apartamentos e pai da família, migrou para Londres no começo da década de 1990, deixando no Brasil sua esposa com quatro filhos pequenos. As consequências emocionais da separação familiar ainda eram presentes nas

⁶ Entrevista com Renato, nome fictício, realizada em 31/10/2009.

conversas com os membros da família. Celso separou-se de sua esposa, Sônia, quando ainda no Brasil, e mais tarde os filhos juntaram-se a ele. A vinda dos filhos para Londres foi o que levou Sônia a migrar. Apesar de divorciados, Sônia e Celso mantinham algum tipo de vida familiar, que se estendia pelos dois apartamentos. Tal arranjo, segundo eles, era fruto de necessidades financeiras, mas também uma forma de manter a proximidade da família. Apenas dois filhos do casal, Eraldo e Berenice, viviam com Sônia.

As geografias de pertencimento de Eraldo e Berenice, filhos do casal, jovens adultos em seus vinte e poucos anos, eram complicadas. Eraldo “sentia-se muito inglês”, dizendo que não conseguiria adaptar-se ao Brasil, mas considerava ter um “apetite brasileiro”. Berenice, por outro lado, sentia-se “100% brasileira”, mas também não se imaginava vivendo no Brasil. Sentia-se como se tivesse apenas “raízes superficiais” no Reino Unido e no Brasil, uma vez que, tendo emigrado na sua adolescência, não possuía relações sociais e afetivas próximas ao resto de sua família ou com os amigos de infância que ficaram no Brasil.

Para os dois irmãos entrevistados, a comida preparada pela mãe possuía um valor afetivo e fornecia uma ligação duradoura e tangível como as lembranças do dia a dia da vida no Brasil. O mais importante, no entanto, é que as refeições familiares eram, para Berenice, certa forma de continuidade da vida familiar, recriando a paisagem sensorial da casa. Aqui Berenice fala sobre a comida preparada por Sônia e da importância de comer junto com a família, além de como isso remete ao Brasil:

Berenice: Com certeza. Como ela faz. Tipo, polenta com frango, molho de frango. Carne com virado e aipim, né? Mas é o jeito de sentar e comer junto, né? Às vezes, tipo, eu levo para o trabalho, é bom, mas é mais o comer junto.

E: E o que que te lembra?

Berenice: Ah, lembra de lá. Às vezes até assim tipo, claro, a gente tá falando português, aí chega o pai, chega o Eraldo e parece que a gente está lá. Às vezes parece que a gente esquece que a gente está do outro lado do mundo.⁷

⁷ Berenice (nome fictício), entrevista realizada em 28/2/2010.

A comida mantinha sua importância na vida familiar, mesmo quando todos os membros não podiam estar presentes para partilhar uma refeição. Famílias transnacionais, como a de Roberto, um outro morador da casa, cuja esposa e dois filhos viviam no Brasil, partilhavam a vida familiar através da Internet (o que complica ainda mais a noção de casa como uma esfera privada e com limites físicos). Todas as noites, depois de voltar para casa do trabalho em um canteiro de obras e depois de ter preparado o jantar, Roberto falava com sua família por Skype. A conversa geralmente começava sobre o que ele preparou para comer e o que seria a janta no Brasil. Sua esposa comentava o menu, as contas do supermercado e os hábitos alimentares das crianças. Os fins de semana eram particularmente difíceis para Roberto, quando via a família reunida ao redor da mesa com outros familiares visitando. As crianças frequentemente perguntavam a Roberto quais pratos ele iria preparar no seu retorno.

Embora as práticas alimentares continuem a ter importância para a reprodução da “família” e das relações de gênero, mudanças substanciais provocadas pela migração levam a uma reconfiguração de tais práticas e papéis de gênero associados. Para Sônia e seus filhos, a comida não apenas era uma forma de “cuidado”, mas também proporcionava a reprodução e continuação da vida familiar e de noções de casa (e pátria) em contextos diaspóricos. Sem tentar reforçar associações dominantes entre casa e feminilidade, o que eu quero ressaltar é o significado da comida como “prática materna” e sua capacidade de reproduzir o sentido de casa para a família, mantendo um vínculo com outros tempos e espaços. Sônia também revelou que a vida em Londres de fato libertou-a de expectativas relacionadas a seu papel no âmbito doméstico. Um exemplo disso é o fato de não ter que obedecer a horários de refeições regulares, algo confirmado por mulheres que participaram dos grupos focais realizados no âmbito geral da pesquisa. Por outro lado, a comida tornou-se um meio pelo qual Sônia mostrava sua brasilidade fora de casa. Sônia frequentemente cozinhava para brasileiros e amigos não brasileiros e para eventos em sua igreja local. Ela era uma brasileira em Londres e orgulhava-se disso, e, para ela, cozinhar era uma forma privilegiada de exibir sua identidade étnica.

O envolvimento de Roberto com a cozinha foi resultante de sua mudança para Londres, sendo um exemplo de como a migração muda a relação de alguns homens com a domesticidade. De fato, antes da sua mudança para o Reino Unido, nenhum dos homens moradores das duas casas tinha muita experiência sobre as lides domésticas, incluindo cozinhar:

Apreendi aqui. A necessidade me forçou a aprender. Tem a casa da tia, namorada, a empregada, o cara acomoda. Se você comer na rua o dinheiro não dá. Se você ficar comendo só pão com sardinha... foi o que aconteceu comigo, um ano comendo só pão com sardinha, sofri... (...) aprendi com a minha mulher (...) ia cozinhando, o casal sozinho dentro de casa, você acaba participando de tudo. Aí eu fui na cozinha aprendendo e me dedicando mais e passei a gostar. Até que hoje lá em casa eles dizem, hoje é domingo, é você que vai fazer a comida. Eles cobram, hoje mesmo cobraram o que eu vou cozinhar para eles quando eu voltar.⁸

Para os participantes do sexo masculino, o envolvimento nas práticas alimentares no âmbito doméstico era visto como positivo, considerando-se, é claro, que foram forçados pelas circunstâncias. Mas, de fato, a capacidade de “recriar o sentido de casa” proporcionado pelos atos de comprar, preparar e comer a comida da terra natal foi completamente incorporada nas suas narrativas de homem migrante. Embora esse envolvimento positivo com a cozinha (e outras tarefas domésticas) sinalize concepções alternativas de masculinidade devido à migração, essas mudanças nas práticas de gênero e atividades domésticas não podem ser tomadas como sinal de que “scripts de gênero” (MCLLWAIN, 2010) também tenham mudado. Entendimentos hegemônicos de identidades masculinas como a do homem provedor, e até mesmo a prática de violência doméstica contra a mulher, foram encontrados neste estudo, corroborando, assim, tendências mais amplas na migração latino-americana em Londres (MCLLWAIN, 2010).

Além disso, a pesquisa mostra a complexidade das associações entre o universo doméstico e o público, assim como a esfera pública e privada, contribuindo para estudos sobre comida e gênero, de forma mais ampla (ABDALA & MENASCHE, 2008).

⁸ Roberto, nome fictício, entrevista em 13/11/2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reconhece a complexa localização da noção de casa para os imigrantes. A “casa” é muitas vezes localizada no Brasil: o que os imigrantes deixaram para trás, seus anseios por ela, ou em seus planos para trabalhar e poupar dinheiro para construí-la no futuro. Mas a “casa” também está sendo construída, em Londres, tanto em um circuito mais amplo de relações e de locais de sociabilidade como os espaços de comercialização de produtos brasileiros.

Por sua vez, esses espaços de comercialização são também estratégias dos migrantes para reivindicar espaços próprios na cidade em que residem e são fundamentais para estabelecer um sentido de pertença e a criação e manutenção de identidades diaspóricas (FORTIER, 2000; WESTWOOD & PHIZACLEA, 2000; EHRKAMP, 2005). Essa ligação aos novos lugares nos leva a “repensar os locais como sites dinâmicos, onde identidades transnacionais, translocais e diaspóricas são expressas e exploradas” (HALL & DATTA, 2011, p. 70), uma abordagem que enriquece ainda mais o desenvolvimento do que a geógrafa britânica Doreen Massey (1994) chamou de “um sentido global do lugar”.

É nessa mistura de deslocamento e casas imaginadas, em um espaço lotado de diferenças e semelhanças, alojamentos temporários, mudanças e continuidades, que os imigrantes constroem sua trajetória cotidiana. Como Blunt e Varley (2004, p. 3) afirmam, “as geografias da casa são materiais e simbólicas e estão localizadas nos limites entre memória e nostalgia do passado, a vida cotidiana no presente e sonhos e medos futuros”. Como descobri nesta pesquisa, esses limites muitas vezes levam para a cozinha ou para a mesa (DURUZ, 2010; ABARCA, 2006). A comida, na materialidade de seus ingredientes e utensílios, em suas práticas de cozinhar, preparar e comer, em sua capacidade mnemônica para reproduzir paisagens culinárias sensoriais, cerceando, assim, tempos e espaços, fornece o suporte para relações sociais e emocionais centrais na criação de sentidos de identidade, de casa e de pertencimento.

Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que as lembranças proporcionadas pelo preparo e consumo de alimentos não se relaciona-

vam propriamente ao Brasil enquanto uma nação. Estavam relacionadas com experiências, pessoas e lugares específicos. O Brasil evocado era um “Brasil vivido”: doméstico e com especificidade de gênero (com cheiro de avó e comida da mãe na cozinha), nostálgico (mais saboroso), localizado (o fruto da árvore no quintal). Sentimentos tanto gerais de pertença nacional e coletiva quanto de diferenciação são tecidos juntos com memórias que são, fundamentalmente, pessoais e relacionadas ao núcleo doméstico. Embora individuais em seu conteúdo, essas memórias estão enredadas e com base nos contextos sociais mais amplos em que os indivíduos vivem. Essas lembranças não são fixas e nem recuperadas de forma estanque do passado. É a partir da perspectiva dos migrantes em Londres que essas memórias são mobilizadas, fornecendo significado para si e para os outros, ajudando os indivíduos a se situarem em relação às suas múltiplas pertencas.

BIBLIOGRAFIA

ABARCA, M. E. *Voices in the kitchen*. College Station, Texas: Texas and A&M University Press, 2006.

ABDALA, M.; MENASCHE, R. Comida e gênero: repensando teorias e práticas. *Caderno Espaço Feminino*, v. 19, n. 1, p. 7-13, jan./jul. 2008.

BLUNT, A. Collective memory and productive nostalgia: Anglo-Indian homemaking at McCluskie. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 21, n. 6, p. 717-738, 2003.

BLUNT, A. Cultural Geography: cultural geographies of home. *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 4, p. 505-515, 2005.

BLUNT, A.; DOWLING, R. *Home*. Oxon: Routledge, 2006.

BLUNT, A.; VARLEY, A. Geographies of home. *Cultural Geographies*, Arnod, v. 11 p. 3-6, 2004.

BRAH, A. *Cartographies of diaspora: contesting identities*. London: Routledge, 1996.

BRICKELL, K.; DATTA, A. (Eds.). *Translocal geographies: spaces, places, connections*. Farnham: Ashgate, 2011.

- BRIGHTWELL, M. D. G. S. L. 'On the move and in the making': Brazilian culinary cultures in London. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 37, p. 51-80, 2012.
- CHENG, Y. *Grounding migrant belonging: Taiwanese skilled expatriates in the Yangtze River Delta (YRD), China*. PhD, Royal Holloway: University of London, 2010.
- CHOO, S. Eating Satay Babi: sensory perception of transnational movement. *Journal of Intercultural Studies*, v. 25, n. 3, p. 203-213, 2004.
- CHRISTOU, A. Narrating lives in (e)motion: embodiment and belongingness in diasporic spaces of home and return. *Emotion, Space and Society*, v. 4, p. 249-257, 2011.
- CLIFFORD, J. Diasporas. *Cultural Anthropology*, v. 9, n. 3, p. 302-338, 1994.
- CONRADSON, D. Transnational urbanism: attending to everyday practices and mobilities. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 31, n. 2, p. 227-233, 2005.
- CRANG, P. Diasporas and material culture. In: KNOTT, K.; M'CLOUGHGHLIN, S. (Eds.). *Diasporas: concepts, intersections, identities*. London and New York: Zed Books, 2010.
- DATTA, A. Building differences: material geographies of home(s) among Polish builders in London. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 33, p. 58-531, 2008.
- DATTA, A. Translocal geographies of London: belonging and 'otherness' among Polish migrants after 2004. In: BRICKELL, K.; DATTA, A. (Eds.). *Translocal geographies: spaces, places, connections*. Farnham: Ashgate, 2011. p. 73-92.
- DUARTE, F. Living in 'the between's': diaspora consciousness formation and identity among Brazilians in Australia. *Journal of Intercultural Studies*, v. 26, n. 4, p. 315-335, 2005.
- DURUZ, J. Talk table: doing-ethnography in the kitchen, In: ANDERSON, N.; SCHLUNKE, K. (Eds.). *Cultural theory in everyday practice*. Oxford University Press, 2008.
- DURUZ, J. Floating food: eating 'Asia' in kitchens of the diaspora. *Emotion, Space and Society*, v. 3, n. 1, p. 45-49, 2010.
- EHRKAMP, P. Placing identities: transnational practices and local attachments of Turkish immigrants in Germany. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 31, n. 2, p. 345-362, 2005.

- EVANS, Y.; TONHATI, T.; DIAS, G. T.; BRIGHTWELL, M. D. G.; SHERINGHAM, O.; SOUZA, A.; SOUZA, C. *Por uma vida melhor: brasileiras e brasileiros em Londres*. London: Goldsmiths, University of London; Royal Holloway, University of London; Queen Mary, University of London, 2011.
- EVANS, Y.; WILLS, J.; DATTA, K.; HERBERT, J.; MCLLWAIN, C.; MAY, J.; ARAÚJO, F. J. O. D.; FRANÇA, A. C.; FRANÇA, A. P. *Brazilians in London: a report for the strangers into citizens campaign*. Department of Geography, Queen Mary, University of London, 2007.
- FORTIER, A.-M. *Migrant belongings: memory, space, identity*. Oxford: Berg, 2000.
- FORTIER, A.-M. Diaspora. In: ATKINSON, D.; JACKSON, P.; SIBLEY, D.; WASHBOURNE, N. (Eds.). *Cultural Geography: a critical dictionary*. I. B. Tauris, 2005.
- HALBWACHS, M. *On collective memory*. Chicago: Chicago University Press, 1992.
- HALFACREE, K. H.; BOYLE, P. J. The challenge facing migration research. *Progress in Human Geography*, v. 17, n. 3, p. 333-348, 1993.
- HALL, S. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, J. (Ed.). *Identity, community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.
- HALL, S.; DATTA, A. The translocal street: shops signs and local multi-culture along the Walworth Road, South London. *City, Culture and Society*, v. 1, p. 69-77, 2011.
- HATFIELD, M. E. British families moving home: translocal geographies of return migration from Singapore. In: BRICKELL, K.; DATTA, A. (Eds.). *Translocal geographies: spaces, places, connections*. Farnham: Ashgate, 2011.
- HOLTZMAN, J. D. Food and memory. *Annual Review of Anthropology*, v. 35, p. 361-378, 2006.
- JACKSON, P. (Ed.). *Changing families, changing food*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- JONES, O.; GARDE-HANSEN, J. (Eds.). *Geography and memory: explorations in identity, place and becoming*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.
- KALEKIN-FISHMAN, D.; LOW, K. (Eds.). *Everyday life in Asia: social perspectives on the senses*. Aldershot: Ashgate, 2010.
- KUBAL, A.; BAKEWELL, O.; DE HAAS, H. *The evolution of Brazilian migration to the UK*. Oxford: International Migration Institute, University of Oxford, 2011.

- LAHIRI, S. Remembering the city: translocality and the senses. *Social & Cultural Geography*, v. 12, n. 8, p. 855-869, 2011.
- LAW, L. Home cooking: Filipino women and geographies of the senses in Hong Kong. *Ecumene*, v. 8, n. 3, p. 264-283, 2001.
- LOWENTHAL, D. Nostalgia tells it like it wasn't. In: SHAW, C.; CHASE, M. (Eds.). *The imagined past: history and nostalgia*. Manchester: Manchester University Press, 1989.
- MALLETT, S. Understanding home: a critical review of the literature. *The Sociological Review*, v. 52, n. 1, p. 62-89, 2004.
- MANKEKAR, P. 'India shopping': Indian grocery stores and transnational configurations of belonging. In: WATSON, J. L.; CALDWELL, M. L. (Eds.). *The cultural politics of food and eating: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 197-214.
- MASSEY, D. *Space, place, and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- MCLLWAINE, C. Migrant machismos: exploring gender ideologies and practices among Latin American migrants in London from a multi-scalar perspective. *Gender, Place and Culture*, v. 17, n. 3, p. 281-300, 2010.
- MCLLWAINE, C. Super-diversity, multiculturalism, and integration: an overview of the Latin American population in London, UK. In: MCLLWAINE, C. (Ed.). *Cross-border migration among Latin Americans*. New York: Palgrave MacMillan, 2011. p. 93-117.
- MENNEL, S.; MURCOTT, A.; VAN OTTERLOO, H. *The sociology of food: eating, diet and culture*. London: Sage, 1992.
- NORA, P. Between memory and history: les lieux de mémoire. *Representations*, v. 26, p. 7-25, 1989.
- PALMER, C. From theory to practice: experiencing the nation in everyday life. *Journal of Material Culture*, v. 3, n. 2, p. 175-199, 1998.
- PINK, S. *Doing sensory ethnography*. London: Sage, 2009.
- RAPPORT, N.; DAWSON, A. (Eds.). *Migrants of identity: perceptions of home in a world of movement*. Oxford: Berg, 1998.
- RODAWAY, P. *Sensuous geographies: body, sense and place*. London: Routledge, 1998.
- ROSALES, M. V. The domestic work of consumption: materiality, migration and home-making. *Etnográfica*, v. 14, n. 3, p. 507-525, 2010.

- SEREMETAKIS, C. N. *The senses still: perception and memory as material culture in modernity*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.
- SETTLES, B. H. Being at home in a global society: a model for families' mobility and immigration decisions. *Journal of Comparative Family Studies*, v. 32, n. 4, p. 627-645, 2001.
- SHERINGHAM, O. A transnational space? Transnational practices, place-based identity and the making of 'home' among Brazilians in Gort, Ireland. *Portuguese Studies*, v. 26, n. 1, p. 60-78, 2010.
- SMITH, M. P. *Transnational urbanism: locating globalization*. Oxford: Blackwell, 2001.
- SMITH, M. P. Translocality: a critical reflection. In: BRICKELL, K.; DATTA, A. (Eds.). *Translocal geographies: spaces, places, connections*. Farnham: Ashgate, 2011. p. 3-20.
- SUTTON, D. *Remembrance of repasts: an anthropology of food and memory*. Oxford: Berg Publishers, 2001.
- SWIDLER, A. What anchors cultural practices. In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. (Eds.). *The practice turn in contemporary theory*. London and New York: Sage, 2001. p. 72-92.
- TOLIA-KELLY, D. Materializing post-colonial geographies: examining the textures of migration in the South Asian home. *Geoforum*, v. 35, n. 6, p. 675-688, 2004.
- TUAN, Y.-F. *Space and place: the perspective of experience*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.
- VALENTINE, G. Eating in: home, consumption and identity. *The Sociological Review*, v. 47, n. 3, p. 491-524, 1999.
- VALENTINE, G. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.
- WESTWOOD, S.; PHIZACLEA, A. (Eds.). *Transnationalism and the politics of belonging*. London: Routledge, 2000.
- WISE, A. 'You wouldn't know what's in there would you?' Homeliness and 'foreign' signs in Ashfield, Sydney. In: BRICKELL, K.; DATTA, A. (Eds.). *Translocal geographies: spaces, places, connections*. Farnham: Ashgate, 2011. p. 93-108.
- WOODWARD, I. *Understanding material culture*. London: Sage, 2007.



SOBRE AS AUTORIAS

BEATRIZ PADILLA

Diretora do Instituto de Estudos sobre América Latina e as Caraíbas e Professora no Departamento de Sociologia na Universidade do Sul da Florida, nos Estados Unidos. Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-ISC-TE). Doutorada e mestre em Sociologia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign com concentração em Perspectivas Globais de Gênero. Possui também mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Texas em Austin, nos Estados Unidos, e Licenciatura em Ciências Políticas e Administração Pública pela Universidade Nacional de Cuyo, na Argentina. Suas linhas de investigação são: migrações internacionais, desigualdades de gênero, étnico-raciais e sociais, políticas públicas e diversidade cultural. Email: padilla.beatriz@gmail.com.

EMMA MARTÍN DÍAZ

Profesora e investigadora en Antropología Social en la Universidad de Sevilla. Se especializa en Migraciones, Relaciones Étnicas y Políticas Públicas. Desde 1995 realiza investigaciones sobre la “nueva inmigración” en España. Sus temas de investigación incluyen inmigración, agricultura y mercados laborales en la España mediterránea (1999, 2001), inmigración y ciudadanía (1999, 2003), inmigración y servicios domésticos (2002), inmigración y prostitución (2004), migración y redes sociales transnacionales (2007) y la “segunda generación” (2009). Email: emma@us.es.

EMERSON CÉSAR DE CAMPOS

Professor Titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1997), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atua junto aos seguintes temas: cidades, migrações, estados unidos, literatura e humor como fontes à história. Email: ecdcampos@yahoo.com.br.

FRANCISCO CANELLA

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). É professor efetivo da Universidade do Estado de Santa Catarina, onde desenvolve, junto ao Laboratório de Estudos de Gênero e Família (LABGEF), projetos de extensão em comunidades de periferia urbana e realiza pesquisas sobre movimentos sociais urbanos, juventude e grupos populares urbanos. Em 2017 realizou estágio de pós-doutoramento no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), da Universidade de Lisboa. Email: franciscocanella@hotmail.com.

FRANCISCO JOSÉ CUBEROS GALLARDO

Doctor en Antropología Social, y su especialidad se encuadra en el campo de los estudios migratorios y relaciones interétnicas. Actualmente trabaja como profesor e investigador en el Departamento de Antropología Social de la Universidad de Sevilla. Email: fcuberos@us.es.

GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce (1987). É professora da Universidade do Estado de Santa Catarina. Coordena o Observatório das Migrações de Santa Catarina que está articulado em rede ao Observatório das

Migrações de São Paulo. Tem desenvolvido pesquisas na área de Antropologia Social nos seguintes temas: migrações internacionais, relações de gênero, família, redes sociais, mulheres emigrantes, emigrantes brasileiros e segunda geração, grupos populares urbanos e práticas contraceptivas. Email: galssis@gmail.com.

MARA CLEMENTE

Investigadora integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (CIES-Iscte) - e investigadora associada do Observatório da Emigração (OEm) da mesma instituição. Doutorada na Sapienza, Universidade de Roma, a sua principal área de formação e investigação é a sociologia, com pesquisas centradas em questões de gênero e sexualidade em contextos migratórios. Email: mara.clemente@iscte-iul.pt.

MARÍA CECILIA GALLERO

Doctora en Historia por la Universidad Nacional de Cuyo y actualmente se desempeña como Investigadora Adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), en el Instituto de Estudios Sociales y Humanos (IESyH - Universidad Nacional de Misiones). Sus líneas de investigación son: Migración y colonización; Historia social y procesos de poblamiento; Territorialidad; Identidad y relaciones inter e intra étnicas; Migración alemana - brasileña y suiza; Historia regional y medioambiental; Procesos culturales en la frontera de Argentina, Brasil y Paraguay. Email: mariaceciliagallero@gmail.com.

MARIA DAS GRAÇAS S. L. BRIGHTWELL (IN MEMORIAM)

Realizou pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre 2013 e 2015, e na Royal Holloway, University of London, entre 2011-2013. Colaborou no Observatório das Migrações em Santa Catarina, vinculado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutora em Geografia Humana pela Royal Holloway, University of

London, mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (Universidade Federal de Santa Catarina) e graduada em História (Universidade Federal de Santa Catarina).

MARÍA DOLORES LINARES

Doctora en Geografía (École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS-París) y Doctora en Ciencias Sociales (Universidad de Buenos Aires, UBA). Ha sido becaria doctoral y postdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y actualmente es Investigadora de dicha institución, con lugar de trabajo en el Instituto de Estudios Históricos y Sociales de La Pampa (IEH-SOLP). Se desempeña como Docente de la asignatura “Fundamentos de Sociología y Ciencia Política” de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de La Pampa (UNLPam). Se especializa en estudios fronterizos y migratorios en contextos de integración regional. Email: linares.dolores@gmail.com.

MICHELE GONÇALVES CARDOSO

Cursou graduação em História na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Possui mestrado e doutorado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Atualmente é docente e coordenadora do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: michelegc@unesc.net.

MYRIAM SUSANA GONZÁLEZ

Doctora en Geografía (Universidad Nacional de Cuyo, Argentina), Magíster en Impactos Territoriales de la Globalización (Universidad Internacional de Andalucía, España) y Profesora en Geografía. Se desempeña como Investigadora y Profesora Titular en la Universidad Nacional de la Patagonia, Comodoro Rivadavia, Argentina. Sus líneas de investigación están relacionadas con la Geografía social, Geografía del género y Geografía cultural. Email: myriamsgonzalez@gmail.com.

ROSANA BAENINGER

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Livre Docente (2012) na área de População e Ambiente no Departamento de Demografia da UNICAMP. Atualmente é Professora Aposentada-Colaboradora do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - NEPO/UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Demografia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (desde 2008). Temas de pesquisa: migração interna e internacional, urbanização, dinâmica da população. Email: baeninger@nepo.unicamp.br.

THAIS FRANÇA

Investigadora integrada do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa e professora auxiliar convidada do Mestrado em Ciências do Trabalho e das relações laborais da mesma Instituição. Possui doutorado em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Seus principais interesses de investigação são: gênero e estudos feministas, estudos migratórios, estudos pós-coloniais e desigualdades sociais. Email: thais.franca@iscte-iul.pt.

UXUE ZUGAZA GOIENETXEA

Graduada en Ciencia Política y Gestión Pública por la Universidad del País Vasco y Máster en Democracia y Gobierno en la Universidad Autónoma de Madrid. Actualmente realiza su tesis doctoral en el Departamento de Ciencia Política y Gestión Pública de la Universidad del País Vasco con una investigación que analiza la institucionalización de la interseccionalidad en las políticas de igualdad en España. Forma parte del grupo de investigación sobre estudios de democracia participativa Parte Hartuz - Feminismos y Democracia en la misma universidad. Email: zugagoie_93@hotmail.com.



T O D A P A L A V R A
editora

Gênero e Mobilidades no Tempo Presente foi organizado por Gláucia de Oliveira Assis, Beatriz Padilla e Thais França e editado por TODAPALAVRA Editora, em Ponta Grossa, Paraná, no ano de 2021.

Dados técnicos

ISBN: 978-65-89612-00-1

Formato fechado: 16x23 cm

Fontes utilizadas: Bebas Neue, Goudy Old Style

Revisão por Hein Leonard Bowles

Capa, projeto gráfico e diagramação por Dyego Marçal

Impressão por: Gráfica Idealiza

Tiragem: 400 exemplares

Miolo: com 332 páginas em papel offset 90 g/m²

Capa em papel cartão supremo 250 g/m²

Acabamento: laminação fosca



La migración es sin duda uno de los rasgos definitorios del mundo contemporáneo: con sus dinámicas que entrelazan historias, culturas y etnias; con sus múltiples reconfiguraciones del espacio donde se fortalecen unos lazos y se destruyen otros; con sus intersecciones que hacen emerger nuevas culturas... y con las múltiples historias que se entretajan mediando entre origen y destino. Historias que verifican la fuerza de la participación femenina en la lucha por la vida.

El re-encuentro con el lugar de origen, la búsqueda del conocimiento, la certeza laboral y el asilo político, son algunas de las motivaciones de quienes migran con la esperanza de una vida mejor. En esta obra se documentan algunas de esas historias que ponen en evidencia -en muchos de los casos- las condiciones de injusticia y la necesidad de formular las políticas públicas que garanticen la salvaguarda de los más elementales derechos para aquellos que se atreven a hacer un intento por transformar su realidad.

El fenómeno migratorio es un campo prolífico para la construcción de objetos de estudio desde múltiples disciplinas. Un valor destacable de *Género e Mobilidades no Tempo Presente*, es, precisamente, su diversidad en los abordajes teóricos y metodológicos, el rigor científico en el manejo de la información que se presenta, y su indiscutible aportación a las ciencias sociales.

Este libro reúne la visión profunda y el trabajo responsable de investigadores de distintos países de América Latina y Europa, que han comprometido su esfuerzo en la tarea de documentar las historias que no se pueden rescatar desde la estadística y que nos enfrentan con una realidad que no podemos -ni debemos- ignorar.

Andrea Aguilar Edwards
México



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



Centro de Ciências
Humanas e da Educação



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



DE SANTA CATARINA



Comparative Cultural Studies
European and Latin America Perspectives

ISBN 978-65-89612-00-1



9 786589 612001